

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Programa de Pós-Graduação em História

Doutorado em História



Erinaldo Vicente Cavalcanti

Orientador: Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro

Recife, 2015

ERINALDO VICENTE CAVALCANTI

**O medo em cena:  
a ameaça comunista na ditadura militar  
(Caruaru, PE - 1960-1968)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE para a defesa de tese como uma das etapas obrigatórias para a obtenção do título de Doutor.

Recife, março de 2015

Catálogo na fonte  
Bibliotecária, Divonete Tenório Ferraz Gominho CRB4- 985

C376m Cavalcanti, Erinaldo Vicente.  
O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960 – 1968) / Erinaldo Vicente Cavalcanti. – Recife: O autor, 2015.  
225 f. il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós Graduação em História, 2015.  
Inclui referências.

1. História. 2. Ditadura. 3. Medo. 4. Comunismo. 5. Caruaru – PE (1960 – 1968). I. Montenegro, Antonio Torres. (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-17)

**Erinaldo Vicente Cavalcanti**

***“O medo em cena:***

**a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru-PE 1960-1968)”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **24/03/2015**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro  
**Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Beatriz Guimarães Neto  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro Ferraz Barbosa  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal de Minas Gerais)**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcilia Gama da Silva  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)**

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

## **Agradecimentos**

A realização de uma tese implica uma soma de esforços e uma dívida muitas pessoas, porque sozinho não se faz uma tese. Por isso, os agradecimentos vários e para muitas pessoas.

Às minhas famílias – porque tenho duas. Aos meus pais, Expedito Cavalcanti e Carmerina Vicente, que mesmo sem frequentarem uma escola esforçaram-se, dentro das possibilidades existentes, para que os filhos não trilhassem os mesmos caminhos por eles percorridos. À minha outra família que me recebeu aqui em Recife: Fátima Neris e seus filhos Jerônimo, Gustavo e Laura, que tornaram possível minha vinda ao Recife para fazer o mestrado e, por extensão, o doutorado também. Amo vocês. Obrigado pela acolhida sempre carinhosa.

Também devo agradecer aos amigos que encontrei nesta Pós-Graduação. Estimados historiadores e historiadoras e queridos amigos e amigas: Geovanni Cabral, Mário Ribeiro, Ana Maria, Ruzza, Joana D’Arc, Elson Rabelo, Marcio Ananias, Pablo Porfírio, Airton Reis, Inacio Raimundo, Marcelo Goes, Belzinha, Helder Hemigio. As vivências compartilhadas com vocês, as leituras praticadas e as trocas estabelecidas contribuíram para a realização desta tese. A vocês, meu muito obrigado.

Aos professores, meu especial agradecimento. Desde o mestrado, o aprendizado com vocês imprimiu marcas em minha forma de ser e de perceber o mundo: Antonio Paulo Rezende, Jorge Siqueira, Regina Beatriz Guimarães, Durval Muniz e Antonio Montenegro. A este, em especial, porque foi meu orientador desde o mestrado e com quem pude aprender muito com seu jeito ético e exigente de ser. Montenegro, muitíssimo obrigado pelo aprendizado. Ao professor Rodrigo Patto, pelo diálogo e trocas estabelecidas desde o mestrado, bem como pela leitura dos cinco capítulos da tese para o exame de qualificação, pois sabemos da demanda de tempo para tal empreitada. Nesse sentido, esse agradecimento se estende aos demais membros da banca de qualificação, professora Socorro Ferraz, Regina Beatriz Guimarães e Antonio Montenegro, bem como a professora Marcília Gama pela leitura, crítica e sugestões realizadas quando da defesa. Também gostaria de agradecer a leitura e as críticas sugeridas pela professora Mariana Joffily.

Gostaria de agradecer também a Sandra Regina – nossa secretária –, que imprimiu uma maneira singular na organização burocrática e funcionamento, por assim dizer, da Pós-Graduação em História da UFPE, com eficiência e e-mails sempre orquestrados com bom humor e alegria.

Agradeço também à Facepe, pelo fomento da bolsa de pesquisa durante o período de realização do doutorado, bem como pela concessão da bolsa de mobilidade discente, que possibilitou meu deslocamento para os arquivos do Rio de Janeiro e de Brasília, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento da tese. Essa é uma iniciativa louvável e exemplar da Facepe. Também agradeço ao professor Carlos Fico, que me “tutoriou” nesse período de pesquisa. Também gostaria de agradecer à professora Carla Simone Rodeghero pelas trocas estabelecidas. Quero ainda agradecer à Capes pelo Estágio Doutoral que realizei na Universidad General San Martín em Buenos Aires, na Argentina, uma experiência de grande crescimento e aprendizado e, por conseguinte, agradeço também à professora Marina Franco, que me recebeu no mencionado estágio.

Agradeço também a Francisco de Assis Claudino, Romero de Figueiredo, Manoel Messias, Luiz Teófilo e Socorro Ferraz pelos relatos de memória que contribuíram para dinamizar e problematizar o objeto de estudo da tese.

Quero agradecer também a Virginia Aoki, amiga e responsável pela revisão gramatical realizada no texto com tanto afinho e precisão.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente, meu muitíssimo obrigado.

Erinaldo Cavalcanti

## Resumo

A presente tese analisa a construção política e social dos discursos e práticas gestoras do medo sobre o comunismo em Pernambuco entre os anos de 1960 e 1968, mais especificamente na cidade de Caruaru, localizada a cerca de 130 quilômetros de distância da capital Recife. Para tanto, foi mobilizado um corpus documental contendo jornais, crônicas, relatórios, pareceres e informes dos órgãos de informação e segurança, além de relatórios policiais e processos de investigação sumária, demonstrando, por extensão, que as práticas e discursos que instituíram o comunismo como grande perigo e ameaça, foram apropriadas como estratégia política para convocar a intervenção das Forças Armadas antes do golpe, sendo também mobilizadas como a principal força que concorreu para justificar o golpe e a ditadura militar instalada em abril de 1964.

Palavras-Chave: Medo, Comunismo, Ditadura.

## Resumen

En esta tesis se analiza la construcción política y social de los discursos y prácticas de creación del miedo al comunismo en Pernambuco entre los años 1960 y 1968, más concretamente en la ciudad de Caruaru, ubicada a cerca de 130 kilómetros de distancia de la capital Recife. Para esta investigación se utilizó un amplio corpus documental: periódicos, ensayos, informes, pareceres y oficios de los órganos de información y seguridad, incluidos los informes de la policía y los procesos de investigación de sumaria, lo que demuestra, por extensión, que las prácticas y los discursos que han establecido al comunismo como gran peligro y amenaza, fueran usados como estrategia política para convocar la intervención de las Fuerzas Armadas antes del golpe, éstas también fueron la fuerza principal que ayudó a justificar el golpe de Estado y la dictadura militar instalada en abril de 1964.

Palabras-clave: Miedo, Comunismo, Dictadura.



## **Lista de Siglas**

ACE – Agência Central

AI – Ato Institucional

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

ARE – Agência Recife

ASP – Agência São Paulo

CGI – Comissão Geral de Investigação

CR – Circunscrição de Recrutamento

DER – Departamento de Estradas e Rodagens

CODI – Centro de Operação de Defesa Interna

DOI – Destacamento de Operações de Informações

DOPS-PE – Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco

DSI – Divisão de Segurança e Informação

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPM – Inquérito Policial Militar

LSN – Lei de Segurança Nacional

MEB – Movimento de Educação de Base

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PM – Polícia Militar

PR – Partido Republicano

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

QG – Quartel General

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência

SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SNI – Serviço Nacional de Informação

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

UDN – União Democrática Nacional

UESC – União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZONAER – Zona Aérea

## **Lista de Imagens**

Imagem 01. Painel publicado no jornal *Diario de Pernambuco*

Imagem 02. Certidão lavrada pelo agente do Dops-PE

## Sumário

|                                                                                                        |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução - Diálogos historiográficos e relatos documentais .....</b>                              | <b>12</b>  |
| O objeto de estudo pela literatura especializada .....                                                 | 12         |
| O objeto de estudo pelos documentos .....                                                              | 20         |
| Por que Caruaru? .....                                                                                 | 25         |
| <br><b>Capítulo I - Narrativas do medo: “terror e subversão dominam Pernambuco”... 30</b>              |            |
| Celebrar, alertar e prevenir: memória e medo como mecanismo de controle .....                          | 31         |
| Cartografia política da subversão .....                                                                | 36         |
| Arraes e as disputas políticas em Caruaru .....                                                        | 42         |
| Com a palavra, o governador .....                                                                      | 51         |
| A cubanização de Pernambuco .....                                                                      | 54         |
| “O Estado de revolução em Pernambuco” .....                                                            | 63         |
| <br><b>Capítulo II – Crônica, política e comunismo: embates e combates no campo da escrita .....</b>   | <b>67</b>  |
| As crônicas como campo de batalha política em Caruaru: embates e debates .....                         | 71         |
| Cuidado: Dom Casmurro é comunista .....                                                                | 74         |
| A barraca Yuri Gagarin e as disputas político-literárias .....                                         | 86         |
| “Olha à Esquerda”... ..                                                                                | 89         |
| <br><b>Capítulo III – A legalização do anticomunismo: política de combate e produção do medo .....</b> | <b>101</b> |
| A produção do documento .....                                                                          | 102        |
| Institucionalização do anticomunismo: o medo da subversão .....                                        | 105        |
| Caruaru em greve: sinal de alerta .....                                                                | 112        |
| Caruaru, terça feira, 31 de março de 1964 .....                                                        | 118        |
| Uma noite que durou muitos anos .....                                                                  | 125        |
| Drayton, a política e os militares .....                                                               | 131        |

|                                                                                                                    |                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>Capítulo IV – “A polícia com a gota serena”: apoio, repressão e política aos olhos do Dops em Caruaru .....</b> | <b>137</b>     |
| A polícia em alerta: os comícios comunistas em Caruaru .....                                                       | 139            |
| A vigilância do Dops em Caruaru .....                                                                              | 147            |
| Caruaru: cidade tranquila e praça de guerra .....                                                                  | 153            |
| A ditadura completa um ano: celebrar, vigiar e prevenir .....                                                      | 158            |
| <br><b>Capítulo V – Investigar, processar e punir: a Comissão de Investigação Sumária em Caruaru .....</b>         | <br><b>173</b> |
| A Comissão de Investigação Sumária: disputa e poder nas microrrelações de forças                                   | 177            |
| Atos de inquirir: as práticas de punição nos inquéritos da Comissão .....                                          | 181            |
| “Para não ver só a letra”: a dinâmica dos depoimentos na constituição da prova .....                               | 188            |
| Prática gramatical e estratégia política: o poder da palavra .....                                                 | 196            |
| Poder e legitimidade através da fala .....                                                                         | 202            |
| <br><b>Referências bibliográficas .....</b>                                                                        | <br><b>209</b> |
| <b>Instituições pesquisadas .....</b>                                                                              | <b>224</b>     |
| <b>Fontes pesquisadas .....</b>                                                                                    | <b>225</b>     |

# Introdução

## Diálogos historiográficos e relatos documentais

*Enquanto eles tiverem medo da Revolução, a  
Pátria não terá medo da volta dos Brizolas.*  
(*A Voz do Agreste*, Caruaru, 24 de janeiro de 1965, p. 3.)

### *O objeto de estudo pela literatura especializada*

É cada vez maior o número de trabalhos acadêmicos que analisam a experiência ditatorial no Brasil. Inúmeros autores, com diferentes abordagens, têm contribuído de maneira significativa para os debates acerca da ditadura militar instaurada em 1964. A própria periodização da ditadura é objeto de análise na literatura especializada. Gláucio Ary Dillon Soares, em trabalho publicado em 1994, já apontava nessa direção, porque para ele “o golpe de 64 não começou em março daquele ano, sendo impossível entendê-lo se começarmos o estudo naquela data”<sup>1</sup>.

Estudos recentes também apontam a necessidade de problematizar os marcos temporais atribuídos ao regime militar. Para o historiador Daniel Aarão Reis, o estado de exceção teria terminado em 1979 com a revogação dos Atos Institucionais. Para ele,

O marco inicial, 1964, não suscita dúvidas. A ditadura instaurou-se, como se disse, contra um determinado programa – nacionalista e popular. A ruptura aí é clara, embora as continuidades sejam evidentes. Em relação ao fim do período, os marcos são mais fluidos. Seria 1979, com a revogação dos Atos Institucionais? Ou 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney? Ou ainda 1988 com a aprovação de uma nova Constituição?<sup>2</sup>

Ainda argumenta Daniel Aarão que os marcos temporais de 1964 a 1985 corroboraram para uma explicação segundo a qual os militares teriam sido os únicos

---

<sup>1</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 33. Como destaca ainda Gláucio Ary, a renúncia de Jânio Quadros e o medo de o comunismo vencer as disputas políticas no Brasil levaram parte do oficialato militar a se mobilizar movidos pelo anticomunismo fortemente presente nos diversos segmentos das Forças Armadas.

<sup>2</sup> REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 12.

responsáveis pela ditadura, tese já contestada por ele em trabalhos anteriores<sup>3</sup>. Nesse sentido, defende que o importante é questionar as singularidades de cada momento da experiência ditatorial e analisar os aspectos comuns entre os governos pré-ditadura, ditatoriais e pós-ditatoriais<sup>4</sup>.

Essas análises questionam certas interpretações que não contemplam as continuidades das experiências temporais do regime ditatorial, como se em 1964 tivessem ocorrido apenas rupturas ou representasse o início das práticas de repressão, característica da política ditatorial. A documentação do Dops-PE (Departamento de Ordem Política e Social, de Pernambuco) demonstra, por exemplo, as práticas de perseguição e torturas executadas antes do golpe militar de 1964 em que inúmeras pessoas foram vigiadas, perseguidas, presas e torturadas em Caruaru acusadas de atividades subversivas entre 1956 e 1962. Desse mesmo período também encontramos inúmeras reportagens alertando a sociedade para o perigo que os jornais acreditavam representar o comunismo.

Não estou defendendo que os discursos da ameaça comunista e as práticas de vigilância, perseguição, repressão e torturas entre os anos de 1960 e 1968 não sofreram mudanças. Ou que o ano de 1964 foi de pouca importância para os discursos e práticas anticomunistas. Em 1964, a Constituição foi violada, o presidente legalmente eleito foi deposto, os militares deram um golpe, assumiram o poder e instauraram uma ditadura, cujo discurso principal usado para justificar essas ações foi a necessidade de combater a ameaça comunista. No entanto, deve-se destacar que as ações anticomunistas já vinham sendo praticadas bem antes do golpe militar de 1964.

Nos jornais pesquisados e nos órgãos de segurança, o discurso anticomunista antes da decretação do golpe de 1964 foi arquitetado por meio de dois fundamentos basilares. *Alerta* e *prevenção* foram os princípios mobilizados que representaram os discursos de combate ao comunismo até março de 1964. Essa estratégia político-discursiva foi frequentemente usada também nos períodos de campanha eleitoral como tática para evitar que os candidatos filiados ao comunismo vencessem as disputas políticas.

---

<sup>3</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

<sup>4</sup> Pablo Porfírio, em seu livro *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco 1959-1964*, também defende a importância de se analisarem as disputas políticas no período que antecedeu ao golpe de abril de 1964 para discutir e problematizar a instauração da ditadura militar.

Além dos fundamentos de *alerta e prevenção* – que requeriam uma política de vigilância e controle – os relatórios do Dops, por sua vez, justificavam suas ações também em virtude da necessidade de combater as ações ilegais daqueles considerados comunistas, pois o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve seu registro cassado pela Justiça Eleitoral em 1947.

Após o golpe militar e a instauração da ditadura o discurso anticomunista ganhou outra configuração. O principal elemento condutor das narrativas era o discurso de *justificação* da intervenção militar diante do perigo comunista. De diferentes maneiras e atendendo às relações de forças do lugar de produção, os órgãos de informação e segurança e parte da imprensa narravam constantemente o perigo comunista como estratégia política para justificar o golpe dado pelos militares. As prisões efetuadas foram apresentadas como necessárias para combater “os elementos comunistas” que estavam tramando contra a segurança do país. Estavam, portanto, justificadas. O golpe perpetrado pelos militares também justificava a perseguição e a repressão, porque foi executado para evitar a subversão da ordem estabelecida. Em outras palavras, houve vigilância, perseguição, repressão e tortura nos anos que antecederam a ditadura militar, mas foram praticadas de maneiras distintas e atendiam a interesses diferentes.

Sobre o período que antecedeu ao golpe militar é significativa a contribuição dos historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes. No recente trabalho *1964*<sup>5</sup>, eles narram as tensões políticas promotoras da crise que levou à renúncia de Jânio Quadros e à deposição de João Goulart, demonstrando como o discurso da ameaça comunista foi uma das forças que concorreram para a decretação do golpe em abril de 1964 e a instauração da ditadura militar.

Ao analisar as tensões políticas no período pré-ditatorial do governo João Goulart, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira também contribui com as discussões e defende que a chamada *ameaça comunista* merece uma análise mais aprofundada e “para isso é importante compreender o papel do medo como aglutinador de tensões e detonador de ações políticas que podem parecer à primeira vista inexplicáveis ou exageradas”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 25.

No que tange à ameaça comunista, o historiador Rodrigo Patto tem contribuído de maneira significativa para as discussões historiográficas. Para ele, “o argumento mais forte apresentado nos discursos favoráveis à derrubada do governo fora o anticomunismo. [...] O anticomunismo foi o eixo central dos discursos e das representações dos grupos favoráveis ao golpe”<sup>7</sup>. As pesquisas da historiadora Carla Rodeghero, por sua vez, também têm contribuído com as discussões acerca do anticomunismo no Brasil<sup>8</sup>.

A historiadora Marcília Gama da Silva, ao analisar a montagem e o funcionamento da polícia política em Pernambuco durante o regime militar, destaca o papel da produção, apreensão e disseminação da informação como instrumento que concorreu para as práticas de vigilância, perseguição e tortura daqueles considerados subversivos<sup>9</sup>. Pablo Porfírio, em seu livro *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco 1959-1964*, também contribui com as discussões ao analisar as ações dos grupos conservadores em Pernambuco que desejavam tornar socialmente aceitos os discursos de perigo e intranquilidade que associavam às mobilizações dos trabalhadores rurais e urbanos organizados por grupos de esquerda.

No que diz respeito ao estudo do medo, Jean Delumeau, na década de 1980, já defendia a importância de estudar o passado por meio dos discursos, das práticas, dos rituais produtores desse sentimento. Para Delumeau, o medo é uma emoção-choque desencadeada diante de uma situação de ameaça e “não só os indivíduos, mas as

---

<sup>7</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006. Do mesmo autor ver também: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002; A modernização autoritária-conservadora nas universidades e as influências da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. O diálogo com as pesquisas do historiador Rodrigo Patto estará presente ao longo da tese pela proximidade temática em análise. A dissertação de mestrado de Plínio Ferreira Guimarães, *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó* (apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG), também se insere nos trabalhos que têm contribuído para o estudo do medo no período em tela, na medida em que analisou como a propaganda anticomunista foi divulgada e sua recepção entre os moradores da região da Serra do Caparaó.

<sup>8</sup> Em seu livro *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* (Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2003), Carla Rodeghero apresenta um conjunto de discursos que foram mobilizados por diversos grupos para instituir o comunismo como perigo e uma ameaça a ser combatida. Também da mesma autora, o livro *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)* (Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007) amplia as discussões quando analisa os discursos de diplomatas dos Estados Unidos sobre o anticomunismo brasileiro.

<sup>9</sup> SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.



coletividades e as civilizações estão comprometidas num diálogo permanente com o medo”<sup>10</sup>. E afirma que a historiografia pouco estudou o passado por esse ângulo. Outro importante trabalho é *O grande medo de 1789*, do historiador Georges Lefebvre<sup>11</sup>, sobre as condições de produção do medo e sua propagação na crise do Antigo Regime na França.

Os trabalhos do historiador Antonio Torres Montenegro têm contribuído de maneira significativa para as discussões sobre a análise do medo como objeto de estudo. Segundo ele, a

abordagem histórica e metodológica do medo mostra-se fundamentalmente na análise dos discursos e práticas produzidos por diversos setores da sociedade instituindo a representação de que se encontrava em perigo e desgobernada; ou seja, no estudo de como a imprensa, diferentes instituições da sociedade civil, setores da Igreja Católica, entre outras instituições, operavam essa produção<sup>12</sup>.

Ou seja, ao estudar os discursos e as práticas que emitiam signos de perigo e de ameaça associados às esquerdas, é possível compreender os desdobramentos políticos que o medo desempenhou no período em estudo. A produção desse sentimento concorreu para legitimar projetos, justificar práticas e direcionar políticas de Estado, pois o discurso da necessidade de combater o inimigo foi justificado pelo temor de que as forças de esquerda triunfassem no país, concorrendo para legitimar, por conseguinte, a intervenção militar. Nesse sentido, Franz Neumann<sup>13</sup> defende que um dos principais mecanismos de constituição e manutenção dos regimes ditatoriais é o medo, constituindo um dos elementos mantenedores das relações políticas e sociais nas ditaduras<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300–1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Ainda do mesmo autor, ver: *O pecado e o medo*. Bauru, SP: Edusc, 2003. 2 v; Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edições Sesc-SP, 2007. Há uma publicação estendida desse texto em espanhol com o título Miedos de ayer y de hoy. In: MARTÍNEZ, Marta Inés Villa (Ed.). *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín, Colombia: Corporación Región, 2002. Nesse mesmo livro, Delumeau publicou outro artigo também relacionado com a temática do medo, “Seguridad”: Historia de una palabra y de un concepto.

<sup>11</sup> LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>12</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo. In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155.

<sup>13</sup> NEUMANN, Franz. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

<sup>14</sup> Ao dialogarem com Franz Neumann, Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat destacam no livro *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010) a presença do medo como elemento na construção dos regimes autoritários e totalitários. O historiador Carlos Fico, em um artigo (50 anos do golpe: balanço) de 20 de novembro de 2014, destacou que o medo foi o principal elemento nas relações de forças que possibilitaram a decretação do golpe e a instauração da ditadura militar. Texto

São muitos os desafios quando se deseja analisar um sentimento como construção das relações de forças constituintes da história. Como enfatizou Jean Delumeau, a historiografia praticamente tem ignorado o medo como objeto de estudo. Nesse sentido, nos poucos trabalhos em história que tematizam esse sentimento se constitui-se um desafio para estudá-lo. Talvez a maneira como alguns estudiosos recorrem a certos artifícios gramaticais, como o uso de aspas, quando se referem ao medo do comunismo, demonstre as dificuldades de se analisar um sentimento como objeto de estudo histórico. No entanto, o uso do recurso gramatical, a meu ver, não resolve o problema. Primeiramente, é como se o medo entre aspas não fosse legítimo, verdadeiro, real. Por outro lado, o uso das aspas pode ser uma estratégia para não encarar a questão de frente; não assumir os riscos. Como se o uso desse recurso dispensasse a necessidade de discutir e analisar as práticas sociais gestoras do sentimento de medo e perigo.

Se a historiografia tem demonstrado pouco interesse em estudar o medo, outras áreas do conhecimento têm contribuído de maneira significativa com os debates. O sociólogo mexicano Robinson Salazar tem publicado e organizado importantes trabalhos sobre a temática. Para ele, “el miedo es concebido en la política como la percepción de amenaza vinculada con la idea de un orden”<sup>15</sup>. Os sociólogos Flabián Nievas y Pablo Bonavena, por sua vez, enfatizam a importância de se compreenderem as relações sociais gestoras daquele sentimento. Para eles, “el entorno social nos educa para percibir el miedo, para entenderlo y procesarlo”<sup>16</sup>. Nesse sentido, sua construção ocorre nas relações políticas que geram insegurança, perigo e incerteza, que, por conseguinte, produzem a ameaça. Ou seja, o medo aqui estudado pode ser compreendido como um fenômeno social, construído nas relações de poder gestoras da ameaça comunista.

---

disponível em: <<http://www.brasilrecente.com/2014/11/50-anos-do-golpe-balanco.html>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

<sup>15</sup> SALAZAR, Robinson. El miedo como estrategia de control social. In: SALAZAR, Robinson; SALAZAR, Melissa (Directores del proyecto.); Nievas, Flabián (Comp.). *Arquitectura política del miedo*. [Buenos Aires]: Ediciones Insumisos Latinoamericanos; Editorial Elaleph.com, 2010. p. 17. Ver também do mesmo autor: SALAZAR, Robinson (Coord.). *Atrapados por el miedo*: medios de comunicación, inseguridad social y militarismo en América Latina. Buenos Aires: Elaleph.com, 2013; *Las fronteras porosas del miedo*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2013. SALAZAR, Robinson (Dir.); OCAMPO, Luis Ernesto (Comp.). *Violencia y miedo*: una mirada desde lo social. Buenos Aires: Elaleph.com, 2012. Agradeço ao professor Robinson Salazar pelas trocas, diálogos e envio de diversos textos.

<sup>16</sup> NIEVAS, Flabián; BONAVERA, Pablo. El miedo sempiterno. In: SALAZAR, Robinson; SALAZAR, Melissa (Directores del proyecto.); Nievas, Flabián (Comp.). *Arquitectura política del miedo*. [Buenos Aires]: Ediciones Insumisos Latinoamericanos; Editorial Elaleph.com, 2010, p. 29.

Estudar o medo nas relações políticas também nos remete ao clássico trabalho do pensador inglês Thomas Hobbes, *Leviatã*<sup>17</sup>. Para ele, o medo como instrumento político foi o principal ingrediente da política moderna e se constituía em uma imbricada rede de poder, por meio da lei, das instituições e da educação. Para o filósofo inglês, o medo era antes de tudo uma construção; devia ser criado, pois não era uma paixão primitiva a espera de ser aproveitada por um soberano armado. Hobbes argumentava que o medo era uma reação ante um perigo real no mundo<sup>18</sup>. Era uma emoção moral e racional ensinada por homens influentes em igrejas e universidades. Isso dava ao Estado considerável margem para definir quais medos dominariam as preocupações públicas, de acordo com o que julgava conveniente ao governo.

Essa dimensão apontada por Hobbes é fundamental para entender o medo como constructo histórico, ou seja, como é elaborado nas relações políticas e sociais de cada tempo e espaço. Nesse sentido, é importante questionar quais medos estavam presentes nas experiências históricas vivenciadas na década de 1960 no Brasil e em Pernambuco, em particular, e como se apresentavam como força capaz de alterar as relações políticas, de manter e ou modificar as posições, os desejos atendidos e os interesses disputados.

Foi importante criar a concepção de que a luta de combate ao comunismo iria garantir a manutenção dos bens simbólicos, da ordem, da família, da propriedade privada e da religião representados como naturais à sociedade brasileira. Essa luta era apresentada por meio de um discurso segundo o qual a existência desses princípios dependia da extinção do comunismo como inimigo político.

Importante contribuição aos debates sobre o medo urdido nas relações políticas também encontramos no livro do cientista político Corey Robin, *El miedo: historia de una idea política*. Para ele, o medo político pode ser compreendido como “el temor de la gente a que su bienestar colectivo resulte perjudicado, o bien la intimidación de hombres y mujeres por el gobierno o algunos grupos”<sup>19</sup>. Robin defende a tese de que o medo é capaz de gerar laços de pertencimento e assim promover relações de sociabilidade. Em certas circunstâncias, pessoas de diferentes concepções de distintas maneiras de pensar e sentir são capazes de se unir. O medo não elimina as diferenças, mas concorre para instituir uma ameaça que se apresenta a mesma para todos; cria um

---

<sup>17</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2008.

<sup>18</sup> Thomas Hobbes também não descarta a importância da encenação do medo no jogo político, na teatralização de suas manifestações, por alguns sujeitos e ou instituições.

<sup>19</sup> ROBIN, Corey. *El miedo: historia de una idea política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 15.

inimigo comum e como tal se projeta como perigo para todas, ou quase todas, as pessoas do grupo. Nesse sentido a ameaça comunista constituiu-se no elemento que possibilitou unir diferentes projetos políticos e distintos interesses na luta contra a mesma ameaça, como afirma o historiador Rodrigo Patto.

No diálogo com Hobbes, Corey Robin argumenta que o medo político, de diferentes maneiras, faz parte das relações cotidianas das sociedades onde é construído, ou seja, não é um fenômeno distante e estranho a elas<sup>20</sup>. Ou seja, ele é gerido e disseminado na construção das condições de possibilidades políticas e sociais – portanto, históricas – de ameaça, insegurança e perigo. É sobre essa *tríade histórica* que se erguem as condições de possibilidades de produção do medo.

As diferentes abordagens revelam como o medo é constitutivo e instituinte da dinâmica social e concorre para alterar as alianças, os acordos e os agenciamentos das relações de sociabilidade. Nesse sentido é possível considerar que a política autoritária intensificada principalmente a partir do golpe militar de abril de 1964 se alimentou com esse fenômeno produzido pelo discurso da ameaça comunista.

O medo do comunismo durante o regime militar no Brasil também provocou desdobramentos no exercício historiográfico. As práticas de repressão perpetradas pela ditadura militar brasileira incidiram de maneira significativa na operação historiográfica, sendo responsáveis pela destruição de inúmeras fontes documentais. Não me refiro aos documentos que os militares destruíram antes de deixar o poder para apagar os registros de suas ações. Refiro-me aos livros, cartas, jornais, revistas e diários que foram queimados por muitas pessoas que temiam ser detidas para averiguação ou mesmo presas e serem descobertas com material considerado subversivo.

O historiador Wagner Teixeira aponta que uma significativa quantidade de documentos relacionados ao MEB (Movimento de Educação de Base) foi destruída pelo medo de as pessoas serem descobertas na posse do referido material e dessa maneira

---

<sup>20</sup> Segundo Corey Robin, Hobbes defende a tese de que o medo político era uma força produzida, alimentada e divulgada por diferentes canais e em distintos ambientes. Era alimentado nas igrejas, nas assembleias, nos bares, nas esquinas, nos cafés, nas livrarias, nas escolas e universidades, por isso não devia ser pensado como uma força alheia à dinâmica da vida cotidiana da sociedade que o gestava. Seguindo a linha de defesa de Hobbes, o filósofo Paul Virilio (em entrevista realizada no dia 22 de novembro de 2006 e publicada em <[www.elpais.com](http://www.elpais.com)>) defende que o medo e o pânico são os grandes argumentos fundadores da política moderna. No entanto, a assertiva precisa ser relativizada para não dar margem a interpretações apressadas, sugerindo que sem medo não haveria política. Recentemente, Carlo Ginzburg publicou um artigo que compõe a introdução de seu livro *Medo, reverência, terror*, no qual faz uma discussão com Hobbes apontando como o conceito do medo esteve presente ao longo dos anos em que o filósofo inglês reescreveu seu livro (*Os elementos da lei*) em diversos idiomas. Ver GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

serem presas por subversão. Prisões que, como demonstrou Teixeira, ocorreram com um grupo de jovens ligados ao Plano Nacional de Alfabetização, em primeiro de abril de 1964, na cidade de Caruaru<sup>21</sup>. Movidos também por esse sentimento, algumas pessoas em Caruaru destruíram livros, cartas, jornais, panfletos e fotografias após a decretação do golpe militar em abril de 1964. Inúmeros jornais, revistas, livros e correspondências de intelectuais e lideranças políticas de países comunistas que se encontravam na barraca de revista Yuri Gagarin foram queimados para evitar que fossem apreendidos pelos militares<sup>22</sup>.

O medo que se instaurou com a ditadura militar foi, portanto, responsável por esta outra prática de silenciamento; a destruição de registros documentais que se encontravam com aqueles considerados uma ameaça à segurança do país. Esse é outro crime contra a história do país de responsabilidade do regime que se instaurou em 1964.

### ***O objeto de estudo pelos documentos***

A epígrafe usada no início desta Introdução é bastante significativa: “Enquanto eles tiverem medo da Revolução, a Pátria não terá medo da volta dos Brizolas”<sup>23</sup>, alertou o articulista do jornal *A Voz do Agreste*. Ou seja, para esse jornalista, o medo produzido pela revolução – diga-se, ditadura – era a força mantenedora das relações políticas naquele momento. Exagero do autor? Talvez. No entanto, sua leitura não era desprovida de significados. Para ele a ditadura estava criando um campo de forças capaz de assegurar a ordem política e a manutenção dos valores sociais por ela defendidos graças, principalmente, ao poder exercido pelo medo. Era por meio desse fenômeno que o regime tentava manter seus opositores numa posição na qual não representassem ameaça. Era o temor à ditadura que mantinha seus inimigos políticos sob controle e a pátria livre da ameaça dos *Brizolas*, ou seja, do comunismo.

No período em estudo o discurso da ameaça comunista dominou a agenda política. Foi o principal assunto debatido e publicado em diversos meios de comunicação, impresso ou não. Foi tema principal de pauta nos trabalhos de legislativos

---

<sup>21</sup> TEIXEIRA, Wagner da Silva. Tempo de calar: a ditadura militar e a repressão aos movimentos de educação e cultura popular. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *As repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

<sup>22</sup> Refiro-me aos relatos de memória do professor aposentado Luiz Teófilo, quando ressaltou que muito material da barraca de revista dos comunistas de Caruaru, Yuri Gagarin, foi destruído por medo de os militares apreenderem e transformarem o material em provas contra os jovens responsáveis pela barraca.

<sup>23</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 24 de janeiro de 1965, p. 3.

municipais. Foi assunto abordado em homilias clericais. Foi tema debatido em comícios eleitorais e publicado em crônicas nos jornais.

A presente tese encontra-se dividida em cinco capítulos. Para cada um deles, um conjunto de documentos foi organizado para analisar o objeto de pesquisa de maneira que tornasse viável esta narrativa historiográfica. São diferentes documentos com linguagens e materialidades distintas: relatos da imprensa, crônicas, atas da Câmara de Vereadores, relatórios policiais, ofícios e pareceres – do SNI (Serviço Nacional de Informações) e do Dops-PE –, relatos de memórias, inquéritos de investigação sumária, prontuários individuais e funcionais. Esses documentos oferecem um caleidoscópico de significados, pois foram produzidos em lugares sociais distintos para atender a diferentes relações de forças. Nesse sentido, o lugar de produção de cada documento constitui condição de possibilidade para analisar seus significados.

Assim, os diferentes registros documentais oferecem uma leitura por meio da qual se pode analisar como as relações de poder estiveram de diferentes maneiras interconectadas com a construção política, social e cultural do medo sobre o comunismo. Demonstrem, por conseguinte, que a vida cotidiana de inúmeras pessoas foi tocada pelos discursos e práticas agenciadores do comunismo como perigo, ameaça, incerteza e insegurança.

A arte, a educação, a economia, a política, as relações de trabalho, a literatura, estiveram de diferentes maneiras em diálogo com as relações instituidoras do perigo e do medo atribuídos ao comunismo. O artista plástico Romero de Figueiredo, por exemplo, alega que perdeu um concurso na cidade de Caruaru, porque era identificado como jovem comunista, perigoso agente a serviço das forças imperialistas de Moscou<sup>24</sup>. Pelo mesmo motivo, o bispo responsável pelo Colégio Diocesano de Caruaru tentou proibir sua matrícula; situação que teve ampla repercussão na imprensa local<sup>25</sup>. As freiras responsáveis pelo Colégio Sagrado Coração pregavam abertamente que suas estudantes estavam proibidas de conversar com os jovens comunistas de Caruaru, segundo aquele artista plástico<sup>26</sup>.

Também a feira de Caruaru esteve sob vigilância no período em estudo. Os agentes de fiscalização da prefeitura registraram que os comunistas da cidade estavam

---

<sup>24</sup> Entrevista realizada em sua residência, em Pau Amarelo, em 17 de janeiro de 2012.

<sup>25</sup> Os embates envolvendo o jovem estudante, a escola e o comunismo em Caruaru serão analisados no segundo capítulo da tese.

<sup>26</sup> Entrevistas realizadas com Manuel Messias, Francisco de Assis Claudino e Romero de Figueiredo. Também as crônicas do jornal *A Voz do Agreste*, na coluna “Poeira de Estrelas”, abordaram as discussões envolvendo o Colégio Sagrado Coração, as jovens estudantes e o comunismo.

intervindo na organização da feira ao questionarem que alguns comerciantes não estavam cumprindo o peso correto das mercadorias vendidas. De acordo com os fiscais, os comunistas estavam ainda interferindo na localização das barracas, tentando privilegiar os comerciantes que eram afinados com as ideias comunistas<sup>27</sup>.

No primeiro capítulo, *Narrativas do medo: “terror e subversão dominam Pernambuco”*, analiso um conjunto de matérias publicadas nos jornais de Pernambuco<sup>28</sup> e também em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro que noticiavam o que era narrado como clima de sublevação em Pernambuco. No início da década de 1960, Pernambuco foi representado como um Estado em ebulição, dominado pelo descontrole político e pela desordem social, resultante da subversão comunista, principalmente depois que Miguel Arraes foi eleito governador. Nesse sentido, analiso diferentes relatos da imprensa que registram as lutas políticas no Estado como sinônimo de insegurança e perigo.

No segundo capítulo, *Crônica, política e comunismo: embates e combates no campo da escrita*, a análise privilegia um conjunto de crônicas publicadas nos jornais de Caruaru. O estudo das crônicas possibilita perceber a agenda de debates políticos que fazia parte de uma parcela da população da cidade. É possível conhecer os assuntos do interesse cotidiano de muitas pessoas. Temos acesso aos debates das coisas miúdas, entre elas, o perigo da ameaça comunista. As crônicas revelam como o discurso da ameaça comunista se fez presente nos mais variados temas do dia a dia da cidade. Demonstra que o discurso sobre o comunismo e o anticomunismo era um assunto como qualquer outro, pois não se discutia apenas aquela temática. As crônicas publicadas em Caruaru também foram assunto de polícia, pois estiveram sob a vigilância dos agentes do Dops. Algumas foram usadas após o golpe de 1964 como prova do envolvimento dos cronistas com o comunismo.

No terceiro capítulo, *A legalização do anticomunismo: política de combate e produção do medo*, analiso um conjunto de documentos localizados no acervo do Arquivo Nacional em Brasília sobre a ameaça comunista na cidade de Caruaru. Trata-se de diversos relatórios, informes, pareceres e ofícios produzidos pelo SNI sobre cidadãos considerados ameaça à segurança do país, de acordo com a Lei de Segurança Nacional (LSN).

---

<sup>27</sup> Ata da Câmara de Vereadores de Caruaru, 9 de maio de 1960.

<sup>28</sup> Especificamente no *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* (jornais publicados na capital, mas com ampla circulação no Estado), *Vanguarda*, *A Voz do Agreste* e *A Defesa*, semanários publicados em Caruaru.

A mencionada lei instituiu e legitimou um conjunto de ações punitivas de combate ao comunismo no Brasil. De acordo com os registros documentados pelo SNI, a LSN desempenhou a função de referência legitimadora para as atividades desenvolvidas pelos órgãos de informação e segurança. Os relatórios dos agentes do SNI versam sobre o que nomeiam de *subversão*, registrada como atividades desenvolvidas por pessoas das esquerdas na cidade. Com base na LSN, cidadãos em Caruaru foram fichados e suas atividades narradas como crimes. A Lei de Segurança Nacional de 1953, portanto, combatia um conjunto de ameaças e, por conseguinte, necessitava de certos mecanismos de luta que, por sua vez, se transformaram em projeto e ações desenvolvidos para enfrentar o principal inimigo político daquele momento, o comunismo.

No quarto capítulo, *“A polícia com a gota serena”*: apoio, repressão e política aos olhos do Dops em Caruaru, analiso a política de vigilância do Dops-PE destinada aos comunistas no município de Caruaru. O prontuário funcional do município possibilita estudar as ações desenvolvidas por esse órgão no que tange à vigilância e perseguição daqueles considerados subversivos. A Delegacia Auxiliar, órgão subordinado ao Dops, realizou um amplo mapeamento das pessoas ligadas às esquerdas em Caruaru, gerando prontuários individuais, onde eram arquivadas inúmeras informações sobre suas atividades cotidianas.

Nos períodos eleitorais, o Dops destinava atenção especial às atividades das esquerdas em Caruaru, enviando agentes para a cidade especificamente para fazer as diligências que julgava necessárias. Diversas atividades políticas, alvo da vigilância do Dops, foram também noticiadas na imprensa local, o que possibilita operar um confronto de diferentes campos de enunciação. Os agentes do Dops inclusive alimentavam seus arquivos com as narrativas da imprensa, para demonstrar o avanço e a mobilização do comunismo na cidade. O prontuário do município ainda aponta os ofícios e os informes trocados com outros órgãos – como o Exército, a Marinha e a Aeronáutica –, relatando a situação política no município.

No quinto capítulo, *Investigar, processar e punir: a Comissão de Investigação Sumária em Caruaru*, analiso a atuação da comissão instituída na cidade, durante os quatro meses após a decretação do golpe militar, para investigar, processar e punir as pessoas consideradas subversivas. Nesse sentido, estudo a referida Comissão por meio da legislação que a criou e dos doze processos por ela movidos. A documentação possibilita conhecer o universo político para o qual a Comissão foi criada, seu raio de



abrangência e seu poder de atuação. Por meio dos inquéritos temos acesso à dinâmica constitutiva do processo, às pessoas envolvidas, às provas construídas, às testemunhas mobilizadas e aos depoimentos – dos investigados e das testemunhas – que possibilitam perceber os objetivos para os quais a Comissão foi criada. Ainda foi possível confrontar essa documentação com os relatos de memórias de algumas pessoas outrora investigadas. Essas memórias oferecem outra leitura para confrontar com a análise dos documentos pesquisados nos cinco capítulos da tese.

Os documentos selecionados para a tese possibilitam pesquisar como o medo do comunismo foi urdido e concorreu como força agenciadora das disputas políticas no período em análise. Para combater a ameaça comunista, diversas forças foram mobilizadas. Distintos projetos foram criados. Leis foram redigidas, discutidas e aprovadas. Instituições civis – como os órgãos da imprensa escrita – entraram na arena da luta tomando posição e exigindo que as Forças Armadas restituíssem a ordem e a democracia, representadas como seriamente ameaçadas pelo avanço comunista. Com amplo apoio civil, as Forças Armadas foram operando sua passagem para o centro da cena política. Destituíram o presidente e decretaram um regime ditatorial regido pela vigilância, perseguição, prisão, torturas e mortes contra aqueles que, para elas, representavam uma ameaça à segurança do país, como demonstra a historiografia especializada.

Os órgãos de segurança e informação direcionaram suas atividades para combater a maior ameaça política existente: o comunismo. Nesse sentido, o discurso da ameaça comunista atuou como *dispositivo* nas relações políticas daquele período, um dispositivo constituído de forma heterogênea, por meio de práticas discursivas e não discursivas, instituições políticas, leis, projetos administrativos<sup>29</sup>. Pensar a ameaça comunista por essa chave interpretativa é também compreendê-la como estratégia política, como mecanismo de poder, como instrumento de controle, cujos desdobramentos eram imprevisíveis, pois eram enredados nas formas de agenciamentos das relações de poder tecidas nas circunstâncias do acaso. Os desdobramentos iam se instituindo nas alianças políticas, nas negociações, nos acordos alinhavados pelos interesses e possibilidades das lutas vivenciadas em cada momento. O medo do

---

<sup>29</sup> Nessa perspectiva de análise nos aproximamos das interpretações de Michel Foucault sobre os dispositivos. Para ele, “o dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquiteturas, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, filantrópicas, morais, o dito e não dito”. Apud CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 124.

comunismo, portanto, pensado como dispositivo, foi uma construção das relações de poder e, como tal, concorreu para orientar, em diferentes direções, projetos, ações, posturas, formas de ver e maneiras de crer.

Em sua análise acerca dos dispositivos, o filósofo Giorgio Agamben amplia as discussões sobre esse conceito; dilata, por assim dizer, seus significados. Segundo ele, dispositivo é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gostos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”<sup>30</sup>. Para ele, não apenas as escolas, as fábricas, as instituições médicas e jurídicas, as prisões e os manicômios se constituem como dispositivos, “mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos”<sup>31</sup>.

Com a ampliação do conceito, parecem-me possíveis as condições para pensar o medo do comunismo também como dispositivo. Se seguirmos os passos de Agamben, e acreditar que os dispositivos são quaisquer coisas – além daquelas enfatizadas por Foucault – que têm a capacidade de interferir, modificar, nomear, conduzir, gerar, motivar, organizar, incitar, afiançar, afirmar, garantir e produzir percepções, bem como valorar atos e condutas, não seria inverossímil pensar que o medo do comunismo atuou como um dispositivo. O discurso da ameaça comunista foi uma das forças que concorreu no direcionamento das ações policiais, das autoridades jurídicas e religiosas, bem como esteve presente nas disputas do Legislativo municipal, nas crônicas literárias e na imprensa.

### ***Por que Caruaru?***

Essa pergunta apareceu mais de uma vez ao longo do doutorado quando apresentava parte das pesquisas nos congressos. Alguns desejavam saber meu envolvimento com o tema e como cheguei ao objeto de estudo. Outros perguntavam com certo ar de surpresa querendo saber “O que aconteceu em Caruaru?”. Essa dimensão da pergunta é bastante significativa porque indica como a historiografia especializada se concentra quase que prioritariamente a estudar as capitais ou os considerados grandes centros urbanos, como se a ditadura militar tivesse ocorrido

---

<sup>30</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 40.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 41.

apenas nesses lugares. Nessa dimensão, para a pergunta “Por que Caruaru?” poder-se-ia começar respondendo com outra pergunta: “Por que não Caruaru?”.

Outro fator que concorreu para a escolha de Caruaru, como espaço de estudo para a tese, está relacionada com minha formação. Graduei-me em História no *campus* da Universidade de Pernambuco na cidade de Garanhuns. Desde então comecei a estudar a década de 1960 nos municípios do Agreste de Pernambuco, percebendo como a historiografia especializada tem concentrado suas investigações quase sempre sobre os grandes centros urbanos. Dessa forma, as pesquisas que desenvolvo desde 2004<sup>32</sup> se inserem numa proposta de análise dos discursos e práticas gestoras da ameaça comunista na década de 1960 no Brasil, em espaços pouco estudados pela historiografia.

No mestrado analisei diversos relatos – de memória, da imprensa, do Dops-PE e da Câmara de Vereadores – sobre a ameaça comunista em Garanhuns entre os anos de 1958 e 1964. Essa documentação apresentava a complexidade das relações políticas e sociais daquela cidade, demonstrando não ser possível compreendê-las como extensão da história do Recife. Nesse sentido, a temática da tese de doutorado ia sendo construída, objetivando pesquisar as relações políticas e sociais constitutivas das ameaças comunistas na década de 1960 no Agreste de Pernambuco, mais especificamente em Caruaru. Meu interesse em estudar esse município foi estimulado pela constância em que aparecia nos documentos do Dops menção às disputas envolvendo os comunistas de Caruaru no período de tempo em estudo. Essas disputas também foram relatadas com frequência nas atas da Câmara de Vereadores de Garanhuns, por meio dos ofícios trocados com o Legislativo de Caruaru.

Caruaru. Para uns, lugar de passagem, de encontros e desencontros. Partidas. Idas e vindas. De origem tupi, o nome *Caruaru* não desfruta de consenso sobre seus significados. Prefiro ficar na companhia das palavras do escritor da cidade José Condé<sup>33</sup>, em seu livro *Terra de Caruaru*, quando apresenta uma planta que servia de

---

<sup>32</sup> Resultante dessas pesquisas, além dos artigos publicados nos congressos, também se encontra a publicação do livro *Relatos do medo* (EdUFPE, 2012), onde analiso a construção da ameaça comunista na cidade de Garanhuns entre os anos de 1958 a 1964. Também pela mesma editora estou organizando com Geovanni Cabral a coletânea *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa* (EdUFPE, 2013); narrativas e documentos (EdUFPE, 2014); no momento estamos preparando o terceiro volume, onde parte dessas pesquisas também estão sendo publicadas.

<sup>33</sup> José Ferreira Condé é um reconhecido literato caruaruense. Nasceu no dia 22 de outubro de 1917 na Cidade de Caruaru e faleceu no dia 27 de setembro de 1971 no Rio de Janeiro. Em 1950 publicou o romance popular *Onda selvagem*, tendo recebido através de concurso o Prêmio “Malheiro Dias”, como segundo colocado. Em 1951 publicou *Histórias da cidade morta*, pelo qual recebeu o Prêmio “Fábio Prado”, da União Brasileira de Escritores de São Paulo. Em 1955 escreveu a novela *Os dias antigos*,

alimento aos animais, conhecida pelo nome de *brede caruru*, que podia ser alimento ou veneno. Se degustada quando verde, alimentava. Se ingerida quando seca, matava. Segundo o literato, Caruaru no início era um simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão com destino ao litoral. Banhado pelo Rio Ipojuca, era um espaço que ficava *entre* a capital e o sertão.

O surgimento da cidade e os significados da palavra *Caruaru* também foram versificados pelo poeta da cidade José Severino Cristóvão.

Eu afirmo para o mundo  
Pois sem demagogia  
Da doença Caruara  
Que no gado aparecia  
Pois foi deste nome  
Que Caruaru nascia<sup>34</sup>.

Em uma passagem do seu romance, José Condé relata que, “quando os bichos de quatro pés mastigaram a planta caruru pela primeira vez, estava sendo escrita a página inicial da fundação de uma cidade”<sup>35</sup>. Nome de planta que batizou a fazenda, que virou vila e se transformou em cidade<sup>36</sup> que hoje se chama Caruaru e se encontra localizada no Agreste<sup>37</sup> do Estado, a 120 quilômetros da capital Recife.

No início da década de 1960, o município de Caruaru se destacava no Estado pelo seu crescimento. Nos anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupava em 1960 a terceira posição do Estado como o município mais populoso, com 109.996 habitantes<sup>38</sup>, ficando atrás apenas de Garanhuns e de Recife. Com uma área de quase 1.200 km<sup>2</sup>, o município era o terceiro maior produtor de café do Agreste, com uma produção de quarenta e sete mil sacas no primeiro ano daquela década. Na produção de feijão, um dos principais itens da alimentação do brasileiro, Caruaru era o maior produtor da região com quase oito mil hectares de área cultivada, produzindo noventa e duas mil toneladas em 1960. Desfrutava ainda da maior frota de veículos motorizados do Agreste, com quatrocentos e dezessete *jeeps* e pequenos

---

conquistando o Prêmio “Afonso Arinos” da Academia Brasileira de Letras. Em 1960 lançou *Terra de Caruaru*, sua obra mais conhecida, inclusive publicada no ano seguinte em Portugal. Informações disponíveis na Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras.

<sup>34</sup> CRISTÓVÃO, José Severino. *Caruaru de ontem e de hoje*. Caruaru: Gráfica Santos, [1978]. Folheto de cordel.

<sup>35</sup> Condé, José. *Terra de Caruaru*. 6. ed. Caruaru: WDimeron Editores, 2011, p.. 25.

<sup>36</sup> A vila foi elevada à cidade em 18 de maio de 1857, conforme consta nos anuários estatísticos do IBGE. *Anuário Estatístico de Pernambuco*. Ano XVII – 1960.

<sup>37</sup> Para visualizar a localização geográfica do Agreste, ver o Anexo 1.

<sup>38</sup> *Anuário Estatístico de Pernambuco*. Ano XVII – 1960. Estado de Pernambuco – Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Recife. Condepe – 1961. Disponível para consulta na biblioteca da Agência Estadual de Pesquisa e Planejamento de Pernambuco – Condepe/Fidem.

automóveis, sessenta ônibus, setenta e quatro caminhonetes, trinta e cinco motocicletas e trezentos e dezessete caminhões.

O crescimento também ocorria nas atividades do comércio e da indústria. Com mais de trezentos estabelecimentos varejistas e sessenta e três estabelecimentos industriais, o município ocupava o segundo lugar no Estado<sup>39</sup>. No setor de processamento e engarrafamento de bebidas, a empresa Chora na Rampa aparece como importante estabelecimento, com dezenas de funcionários e escritório próprio de contabilidade. O setor de tecidos também dinamizava as relações comerciais e econômicas de Caruaru. Nesse setor, a empresa Casa Nunes era vista como “estabelecimento modelo. Especialista em tecidos, confecções em roupas, miudezas e perfumes”<sup>40</sup>. Outro importante empreendimento comercial era a Casa Vila Nova, responsável pela confecção de ferragens, cutelarias, móveis, motocicletas e tintas. No setor mobiliário, a empresa Mobiliária Souza Irmãos S.A é apresentada como uma moderna indústria responsável pela fabricação e comercialização de “todo serviço de serralha em geral, esquadrias, móveis, carrocerias e caixas”<sup>41</sup>.

Outra indústria que aparece como de grande relevo para Caruaru era a Curtume Souza Irmãos S.A, ligada à fabricação e à comercialização de couro e derivados e apresentada como o maior estabelecimento industrial de curtume do Norte e Nordeste do país e por isso “se rivaliza com os maiores curtumes instalados no Sul”<sup>42</sup>, contando com mais de 550 funcionários. A empresa Boxwell & Cia. é também apresentada como significativo empreendimento comercial, atuando na exportação e importação de algodão.

De acordo com os números do IBGE, Caruaru na década de 1960 era um município predominantemente católico. Com 39.971 fiéis, a diocese de Caruaru era a segunda maior do Estado, ficando atrás apenas da diocese de Olinda e Recife. Tinha sob sua ordenação dez municípios, totalizando quinze matrizes, três só na sede, além de noventa e sete associações católicas filiadas. No entanto, outros credos também marcavam presença. A cidade contava cinco igrejas batistas e três presbiterianas<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Ibidem.

<sup>40</sup> COSTA, Mario Alves da. *Álbum elegante e social de Caruaru*. Esse material é um compêndio de fotografias e textos sobre as principais atividades políticas e econômicas de Caruaru no final da década de 1950 e início da década de 1960. Não consta data de publicação nem paginação, apenas que foi impresso nas tipografias do *Jornal de Caruaru* e *Continental*.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> *Anuário Estatístico de Pernambuco*. Ano XVII – 1960. Estado de Pernambuco. Condepe/Fidem.

Na memória de um de seus habitantes, na década de 1960 Caruaru se destacava pela intensa atividade cultural/intelectual. Para ele a biblioteca do município era “o centro da atividade literária e cultural da juventude de Caruaru”<sup>44</sup>. Era também o principal espaço de encontro entre os jovens comunistas da cidade. Esses jovens faziam reuniões, realizavam leituras de jornais do Partido Comunista, debatiam os livros de escritores como Jorge Amado. Foi por meio dos encontros promovidos na biblioteca que o artista plástico Romero de Figueiredo tomou conhecimento do que ele chama de *literatura de esquerda* e passou a fazer parte do grupo dos jovens comunistas, defensores de Karl Marx, como aparecem nos relatórios dos agentes do Dops-PE. Foi esse grupo que se organizou e criou a banca de revista Yuri Gagarin para vender livros, revistas e jornais de esquerda. E também atuou na organização do comício em defesa de Cuba em 1961, com cobertura da imprensa internacional por meio da *Time Life*.

Caruaru dispunha ainda, no início da década de 1960, de energia elétrica em boa parte da área urbana, serviços telefônicos, hotéis, pensões, teatros, hospitais, cinemas, ambulatórios médicos, tipografias, livrarias, jornais, clubes, emissoras de rádio e bibliotecas. Dispunha também de trezentos e noventa e nove estabelecimentos educacionais de ensino primário, entre públicos e privados, de acordo com o IBGE.

O município ocupava a segunda posição no Estado em número de eleitores. Era o segundo maior colégio eleitoral. Isso talvez explique em parte as intensas disputas políticas em Caruaru no período que antecede o golpe de 1964. Os acordos e as alianças políticas tecidas no município apresentavam-se dessa maneira bastante estratégicas para definição das disputas eleitorais. Foi, portanto, nesse cenário que a ameaça comunista foi vivenciada, praticada e usada de diferentes maneiras.

---

<sup>44</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em sua residência, na cidade de Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

# Capítulo I

## Narrativas do medo: “terror e subversão dominam Pernambuco”

*E fomos educados para o medo.  
Cheiramos flores de medo.  
Vestimos panos de medo.  
De medo, vermelhos rios  
vadeamos.*

(Carlos Drummond de Andrade. O medo)

*O comunismo caminha a passos largos para a conquista do mundo.  
Não se trata, portanto, de um inimigo que se deva desprezar.  
(A Voz do Agreste, Caruaru, 5 de fevereiro de 1961, p. 7.)*

“O arcebispo de Olinda e Recife afirma que o verdadeiro católico não pode votar em candidatos apoiados pelos comunistas”<sup>45</sup>. “Comprometido com o comunismo é o candidato Miguel Arraes, segundo o mestre Gilberto Freire”<sup>46</sup> “Planos das ‘Ligas’ para subverter o Estado: a Sétima Região Militar com os documentos”<sup>47</sup>. “Comício pró-Fidel Castro em Caruaru dissolvido a pedradas”<sup>48</sup>. Em Caruaru, “Polícia detém agitadores paulistas entre camponeses armados”<sup>49</sup>. “A Frente da Juventude Democrática revela plano de Arraes para comunizar o ensino médio”<sup>50</sup>. “Miguel Arraes deseja fazer do Estado uma ponte para bolchevizar o país”<sup>51</sup>. “Quem são os culpados da penetração do comunismo ateu que visa destruir a Igreja de Cristo e a família em nosso país?”<sup>52</sup>.

O que esse conjunto de notícias publicadas em diferentes jornais tem em comum? Seria um sensacionalismo dos periódicos, como estratégia de disputa por visibilidade? Estariam esses jornais exagerando na maneira como abordavam o comunismo em suas páginas? Não tiremos conclusões apressadas. As citações acima foram publicadas nos principais jornais em circulação de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Representam, por conseguinte, uma parte das disputas políticas vividas no Estado na década de 1960. Foram reportagens que produziram diferentes efeitos nos

---

<sup>45</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 28 de setembro de 1958, p. 1.

<sup>46</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 9 de setembro de 1962, p. 18.

<sup>47</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de agosto de 1962, p. 3.

<sup>48</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de abril de 1961, p. 7.

<sup>49</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de outubro de 1962, p. 7.

<sup>50</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 de janeiro de 1964. SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional).

<sup>51</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>52</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 5 de fevereiro de 1961, p. 7.

momentos e nos lugares em que foram publicadas e concorreram para criar o discurso de ameaça comunista no período em tela.

Nesse sentido, longe de ser um exagero dos mencionados órgãos da imprensa, as notícias representam parte das lutas políticas praticadas em Pernambuco. Lutas que foram construídas e representadas por meio de acirradas disputas em diferentes segmentos sociais. De acordo com essas reportagens prevaleciam a insegurança e a incerteza sobre os destinos político, econômico e social de Pernambuco, quiçá do Brasil.

As manifestações de apoio a Fidel Castro, as críticas à invasão de Cuba pelos Estados Unidos, ou as lutas de reivindicação dos camponeses, por exemplo, eram representadas por uma parcela dos jornais como demonstração do crescimento comunista. Nesse sentido, faziam-se necessários a vigília e o combate permanentes, porque não se tratava mais de uma realidade distante.

### ***Celebrar, alertar e prevenir: memória e medo como mecanismo de controle***

Em novembro de 1960, a 22ª Circunscrição de Recrutamento (CR) do Exército, sediada em Caruaru, realizou uma vasta programação para celebrar a vitória sobre o levante comunista de 1935, convencionalmente chamado de *Intentona Comunista*. Para tanto, aquele órgão, representante das Forças Armadas na cidade, mobilizou suas ações no sentido de fazer da data lembrada um momento de reflexão. As celebrações não ocorreram apenas em Caruaru, como demonstram as pesquisas do historiador Rodrigo Patto<sup>53</sup>.

Uma vasta programação foi mobilizada para que a celebração também funcionasse como mecanismo de alerta e prevenção. A programação foi longa, mobilizou diferentes segmentos sociais e foi divulgada por jornais e rádios locais. O jornal *Vanguarda* e as emissoras de rádio – Difusora e Cultura – divulgaram na íntegra toda programação, que contou com palestras, descargas dos bacamarteiros<sup>54</sup>,

---

<sup>53</sup> Rodrigo Patto destaca que, a partir de 1937, o Estado resolveu conferir às comemorações caráter oficial: “O 27 de novembro tornou-se data comemorativa oficial das Forças Armadas”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006, p. 18. Do mesmo autor, ver também A primeira grande “onda” anticomunista (1935-1937). In: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>54</sup> Os bacamarteiros de Caruaru são expressões culturais representantes do município. São formados por homens e mulheres portando bacamartes. O folguedo é realizado em homenagem aos santos padroeiros ou em cerimônias cívicas e políticas. Para outras informações, consultar GASPAR, Lúcia. *Bacamarteiros*. *Pesquisa Escolar Online*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>. Acesso em: 14 jan. 2014.



hasteamento da bandeira, missa celebrada pelo bispo diocesano e concentração cívica em praça pública.

Na edição de 27 de novembro, o jornal *Vanguarda*<sup>55</sup> publicou na primeira página toda a programação organizada pelo Exército, através da 22ª Circunscrição de Recrutamento. As celebrações se iniciaram no dia 23 de novembro com uma palestra do major Alberto Carlos Fortunato transmitida pela Rádio Difusora. No dia seguinte foi a vez do advogado Luiz Pessoa da Silva, que proferiu uma palestra transmitida pela Rádio Cultura. No dia 27, dia em que se comemorava a data, a programação foi mais extensa. Às cinco horas, no Morro do Bom Jesus, principal ponto de apresentações culturais, ocorreu a descarga dos bacamarteiros. Às oito horas, o hasteamento da bandeira na sede da CR. Às nove horas, missa na catedral das Dores. Às dezesseis horas, o general Aginaldo de Almeida pronunciou palestra na Rádio Difusora e foi o principal orador na concentração cívica na Praça Deputado Henrique Pinto, às 20 horas do dia 28 de novembro, encerrando as atividades.

O discurso do general marcava um espaço e imprimia significado no tempo. Ele convocava o passado para os embates políticos do tempo presente. Solidarizou-se com os mortos no conflito de outrora, apresentou-se unindo-se a eles porque defendiam os mesmos princípios: a liberdade, a democracia, a pátria, a família e a segurança. Para ele, o levante foi um ato insano, e os que tinham tombado em 1935 se encontravam ali presentes porque a luta contra a implantação do comunismo no Brasil continuava naquele momento.

Aos leitores do *Vanguarda*, aos ouvintes da Rádio Difusora e aos presentes na praça pública, o general lembrou os conflitos de 1935 que resultou na morte de muitos companheiros. Em seguida enfatizou:

Eles comparecem hoje, prezados compatriotas, perante o tribunal da opinião pública de Caruaru, pelos traços deixados na História Pátria, fiéis aos sagrados preceitos da honra militar, na conquista dos anseios universais de paz e fraternidade, de liberdade e justiça. E Caruaru, corações ao alto, fará justiça aos que tombaram, para fixar e robustecer sentimentos cívicos, porque a ideia de liberdade vive nas consciências dos filhos legítimos do Agreste Pernambucano, colaboradores da Pátria para conduzir o Brasil ao seu grande e verdadeiro destino<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Aniversário hoje da Intentona Comunista – Comemorado hoje pela 22ª C.R. *Vanguarda*, Caruaru, 27 de novembro de 1960, p. 1. A matéria apresentava os horários, os locais e os nomes dos convidados que estariam presentes em cada ato celebrado. Ao mesmo tempo convidava toda população da cidade para fazer parte daquela encenação social.

<sup>56</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 4 de dezembro de 1960, p. 1 e 4.

Era um momento de lembrar. Mas, como lembrar é também uma ação social, porque politicamente decide-se *o que e como* lembrar, aquela celebração era um ato de atualização de significados, eram ações que ressignificavam memórias. Eram atitudes que chamavam os cidadãos à luta no presente para não esquecer o passado, e assim evitar que outra tragédia, de acordo com o discurso do general, voltasse a se repetir no futuro.

A narrativa usada pelo orador é bastante significativa. O discurso da ameaça foi o fio condutor de sua palestra para representar o passado lembrado, o presente vivido e o futuro projetado. Na análise do historiador Rodrigo Patto, aquele ritual,

mais do que prantear os mortos, visava preservar na memória da sociedade o compromisso com os valores anticomunistas. [...] Na festividade cívica os membros da FFAA [Forças Armadas] eram convidados a lembrar-se dos colegas de armas “assassinados pelos vermelhos” e, dessa forma, renovar os votos de empenho anticomunista<sup>57</sup>.

Evocar o nome dos mortos era uma estratégia para unir os vivos. Era um mecanismo que o orador usava para coadunar forças com seus leitores e ou ouvintes, chamando-os à responsabilidade para que a luta pela qual os evocados perderam suas vidas continuasse. Nesse sentido convocava os compatriotas de Caruaru para dar continuidade à luta pelo que entendia como paz e justiça no Brasil. Assim, para o general, só evitando que o comunismo triunfasse é que a tragédia lembrada e as vidas tombadas ganhariam sentido.

O sargento Agnaldo Oliveira de Almeida não titubeou ao enfatizar seu temor: “Os episódios de Natal, Recife e Rio de Janeiro foram testemunhas do que ocorreria no Brasil com a implantação do comunismo. Traição, assassinato frio e calculado executado enquanto dormiam os soldados; forças do mal e violência importada da Rússia”<sup>58</sup>. Essa autoridade militar fez questão de mencionar os nomes de alguns dos companheiros de farda que morreram no conflito de 1935, destacando o nome de três que residiam em Recife. Entre os assassinados pelos comunistas, destacou ele, estavam

o Capitão José Sampaio Xavier, morto pelo então sargento Gregório Bezerra, chefe do motim do C.P.O.R do Recife, o Sargento Jaime Pantaleão, morto no combate do Engenho Santana em Jaboatão e o Soldado Lino Victor dos Santos, da Brigada

---

<sup>57</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O anticomunismo militar*. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EdUFSCar, 2006, p. 19.

<sup>58</sup> Ibidem.

Militar de Pernambuco, morto no combate durante a resistência do Largo da Paz, em Recife<sup>59</sup>.

Para o sargento Agnaldo Oliveira de Almeida, os companheiros tombados em 1935 morreram na luta em defesa da pátria e dos princípios de liberdade que os leitores e ouvintes desfrutavam naquele momento. Nesse sentido criava um vínculo e um compromisso entre os mortos e os vivos. Estes teriam que continuar a luta para garantir que as mortes de outrora não foram em vão. Também é importante destacar que, ao mencionar os nomes dos militares mortos que residiam em Recife, o sargento estabelecia uma proximidade entre o evento celebrado e o público a quem se destinavam as celebrações. Ou seja, não se tratava de uma realidade longínqua dos leitores, não era um acontecimento distante dos ouvintes. Nesse sentido, o comunismo era visto como um perigo próximo no tempo e no espaço. No discurso, o sargento também criava e enaltecia o lugar ocupado pelas Forças Armadas naquele campo de lutas, pois para ele foi em virtude das ações dos soldados que resistiram aos atentados perpetrados pelos rebelados que a pátria foi salva.

O perigo que o sargento externava em seu discurso não se apresentava como um alarde falso e isolado de uma autoridade policial. Outros discursos publicados no *Vanguarda* e transmitidos pelas Rádios Difusora e Cultura também apontavam nessa direção. A palestra proferida pelo major Alberto Carlos Fortunato demonstrava o perigo que representava o comunismo, porque este se encontrava vivo e com força no Brasil e naquele momento desejava mostrar “porque a intentona pôde ser realizada e demonstrar que o perigo de outra ainda não passou”<sup>60</sup>.

Para sustentar seu argumento apontava os motivos que acreditava serem provas da articulação dos comunistas no Brasil. A começar pelo descrédito com que as Forças Armadas tratavam a ameaça comunista, subestimando seu poder de organização. As forças do mal, como se referiu o major, vinham se articulando, desde 1935, aprendendo com os erros do passado, mobilizando forças e desenvolvendo estratégias para pôr em prática uma nova intentona.

Como o número de soldados adeptos do comunismo dentro das Forças Armadas era pequeno naquele momento, o plano dos comunistas foi redirecionado para conseguir adeptos junto aos trabalhadores operários, aos jovens e aos intelectuais. Ludibriavam os operários prometendo-lhes melhores condições de trabalho e maiores salários. Usavam

---

<sup>59</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 11 de dezembro de 1960, p. 4.

<sup>60</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 11 de dezembro de 1960, p. 1.

a força própria dos jovens, com seu espírito de contestação. Mas era nos intelectuais que os comunistas concentravam maior força, “quer pelo fato de ocuparem postos de direção, quer pela pregação comunista feita através de livros, da imprensa, de discursos, de aulas ou pronunciamentos”<sup>61</sup>.

A estratégia para a execução do plano era a greve. Não greves isoladas, mas greve geral. Os ouvintes e os leitores daquele periódico ouviram e leram sobre o perigo que consistiam as greves, como estratégia política do comunismo. Em suas palavras:

A associação de greves de operários e de funcionários, aos quais se juntam os estudantes como elementos de agitação, criará as condições para a derrocada de toda autoridade existente e, conseqüentemente, as condições para a substituição dessas autoridades pelos líderes sindicais e estudantis já preparados em escolas de subversão e testados nas greves anteriores. É por isso que vemos a insistência atual em greves de âmbito nacional, principalmente nos setores de transporte, prelúdio de uma greve geral no país. A greve geral é o sonho dourado dos comunistas no Brasil, ela é o meio pelo qual eles pretendem tomar conta do país. Compete, portanto, a todos os verdadeiros brasileiros impedi-la por todos os meios ao alcance. É preciso que sejamos dignos do sacrifício daqueles que em novembro de 1935 deram suas vidas para impedir a dominação comunista<sup>62</sup>.

O perigo de o comunismo se disseminar por meio das greves, e assim ganhar adeptos e se fortalecer, produziu significado próprio em Caruaru. Como veremos em um dos capítulos da tese, duas greves ocorridas na cidade foram usadas como demonstração de força e organização do comunismo e também como provas para processar e incriminar diversas pessoas nomeadas de subversivas.

Inúmeros cidadãos caruaruenses – mas não apenas, porque as ondas sonoras da Rádio Difusora e da Rádio Cultura chegavam a outros municípios, assim como a circulação do periódico *Vanguarda* – puderam acompanhar aquela movimentada semana na cidade onde os atos em comemoração à memória de 1935 foram assuntos da pauta cotidiana de muitos. Pelos discursos proferidos, foram a ameaça e o perigo que dominaram os rituais da celebração.

Nesse sentido, a memória era acionada como instrumento político de prevenção. Prevenia-se para alertar. Alertava-se para acionar os mecanismos de defesa contra uma ameaça política que continuava viva. Portanto, justificava-se uma vigilância permanente, porque a ameaça comunista continuava desenvolvendo mecanismos de

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 1.

doutrinação, disseminando-se por diversos municípios no Estado, principalmente durante o governo de Miguel Arraes.

### ***Cartografia política da subversão***

Quando pesquisamos os documentos do acervo do Dops-PE, é difícil não localizar um município do Estado que não tenha sido investigado por esse órgão<sup>63</sup>. Nesse sentido, as disputas políticas em torno do comunismo, no município de Caruaru, foram vigiadas de perto pelos serviços do Dops-PE.

Caruaru também foi pauta de diversas reportagens publicadas pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diario de Pernambuco* sobre o que consideravam e representavam ameaça comunista no Estado. Em um dos comícios realizados na cidade durante a campanha política de Miguel Arraes para o cargo de governador, os conflitos que ocorreram entre seus partidários e os que a ele se opunham foram publicados pelo *Jornal do Commercio* como demonstração de perigo e perturbação da ordem pública pelos comunistas, sob a liderança do deputado Francisco Julião. Na seção destinada aos acontecimentos policiais – que indicava a interpretação política que a linha editorial fazia sobre as pessoas envolvidas no comício –, a reportagem colocava em destaque que a polícia tinha detido um grupo de agitadores armados durante a referida manifestação e que o delegado responsável pelo caso iria investigar se o ocorrido na cidade fora “comício político ou plano delineado para a prática de atos de vandalismo”<sup>64</sup>.

Importante analisar como a reportagem foi construída. Com letras garrafais, ocupando toda a parte superior da página, encontrava-se o título da matéria: “Polícia detém agitadores paulistas entre camponeses armados: Caruaru”. A produção de sentidos dessa matéria também se expressava na forma como foi elaborada. O título e o tamanho da fonte não resultavam apenas das técnicas de diagramação disponíveis. Esses recursos possibilitam também uma leitura das interpretações políticas que a linha editorial do *Jornal do Commercio* fazia dos fatos narrados. De acordo com o título da reportagem, os camponeses em Caruaru estavam armados e em articulação com agitadores do Estado de São Paulo. No entanto, apenas no terceiro parágrafo, o jornalista menciona as armas apreendidas pelos policiais em Caruaru: “várias facas

---

<sup>63</sup> No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), há inúmeros prontuários funcionais de quase todos os municípios do Estado resultantes das ações investigativas do Dops-PE. A imprensa escrita, por sua vez, principalmente o *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco*, publicou inúmeras reportagens alertando sobre o perigo que representava o crescimento da subversão que se alastrava por diversos municípios do Estado.

<sup>64</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 3 de outubro de 1962, p. 7.

peixeiras, alguns pedaços de caibros e três revólveres. Um dos portadores da arma de fogo portava uma pistola ‘Mauser’ com uma bala na agulha”<sup>65</sup>.

Nesse sentido, os camponeses detidos – sete ao todo – encontravam-se armados e eram apresentados como perturbadores da ordem pública. Não foi desprovida de intencionalidade, a menção à bala que estava na arma do camponês. O recurso àquela informação oferecia uma leitura segundo a qual os camponeses eram agitadores e estavam dispostos a usar a munição, sugerindo, portanto, que não desejavam participar de um comício político senão para praticar atos de vandalismo, como questionava no primeiro parágrafo o jornalista.

O discurso de que o comício tinha como propósito provocar confusão e estabelecer a desordem na cidade, era reforçado no último parágrafo. O repórter mencionava que o irmão de Francisco Julião, identificado apenas pelo nome de *Dequinha*, havia fugido minutos antes, em uma camionete verde onde se encontrava uma metralhadora. Sobre os paulistas anunciados no título da matéria, coube apenas uma frase, para mencionar que, de acordo com o que o jornal averiguou, existia um casal de paulistas participando ativamente do comício. No título da reportagem, os paulistas aparecem como agitadores, sugerindo uma conexão com os comunistas da cidade de Caruaru. No entanto, o *Jornal do Commercio* dispunha apenas de uma informação vaga sobre o Estado de procedência do mencionado casal e que eles estavam participando do comício.

Nesse sentido, o município de Caruaru era apresentado como espaço de acirradas lutas políticas envolvendo diretamente as tensões em torno do comunismo. Eram disputas presentes no campo da literatura, por meio das crônicas publicadas nos jornais locais – *A Defesa*, *A Voz do Agreste* e *Vanguarda* –, bem como nos projetos discutidos na Câmara de Vereadores, nos comícios e nas greves realizadas pelos comunistas na cidade. Entretanto, as tensões vividas no município não eram situações isoladas, não figuravam como disputas restritas aos limites geográficos e políticos de Caruaru<sup>66</sup>.

Pela leitura que oferecia parte da imprensa, a luta dos trabalhadores era convertida em um campo de batalha regido pela subversão que parecia se alastrar de maneira assustadora pelo Estado. Ao estudar as disputas políticas do período, o

---

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> Os jornais pesquisados publicaram inúmeras reportagens, notas e artigos, no período em estudo, sobre os conflitos em vários municípios de Pernambuco envolvendo trabalhadores rurais, líderes políticos e religiosos e fazendeiros, todos narrados como demonstração do crescimento comunista no Estado.

historiador Antonio Torres Montenegro destaca que aquela luta era “combatida pela polícia e pelos proprietários com um discurso de que os trabalhadores, influenciados pelas Ligas e pelos comunistas, estavam rompendo a ordem social, a paz agrária e, portanto, constituindo-se numa grande ameaça à família, à religião e à propriedade”<sup>67</sup>.

Ao estudar as Ligas Camponesas e os Sindicatos de trabalhadores rurais em Pernambuco, no período em tela, a historiadora Christine Dabat destaca que a ascensão dos trabalhadores rurais naquele campo de lutas “provocou um sentimento de pânico nas elites açucareiras, desafiadas diretamente nos seus próprios engenhos”<sup>68</sup>.

O discurso de ameaça, perigo e insegurança não ficava restrito ao Recife ou à zona canavieira do Estado. O *Jornal do Commercio* publicou que os comunistas estavam executando um plano para atearem fogo nos cafezais do município de Garanhuns<sup>69</sup>. O jornal informava que, de acordo com os documentos apreendidos pelo IV Exército, os comunistas estavam projetando “vários incêndios nos cafezais de Garanhuns, um dos mais prósperos, colocados em região de bom clima e grande fertilidade de solo”<sup>70</sup>. Essa situação gerava insegurança e perigo para uma parcela dos proprietários das fazendas naquele município.

Também movidas pela subversão comunista – segundo o *Diário de Pernambuco* – no dia 29 de abril de 1962, as Ligas Camponesas organizaram um comício na cidade de Surubim<sup>71</sup> promovendo verdadeira desordem e pânico na cidade. De acordo com o jornal, os oradores do comício – realizado na praça em frente à igreja matriz – “usavam palavras agressivas à Igreja e pregavam a insegurança do regime. Os agitadores estabeleceram um clima de confusão, logo seguido de agressões mútuas”<sup>72</sup>. No entanto, segundo os relatos de memória de Socorro Ferraz<sup>73</sup> – que estava presente no referido comício –, o ato público foi um protesto contra a demissão de trabalhadores efetuada

---

<sup>67</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: \_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 156.

<sup>68</sup> DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”. Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classe na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 166.

<sup>69</sup> Garanhuns está localizada no Agreste do Estado a 230 quilômetros de Recife.

<sup>70</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 21 de abril de 1960. Recorte do jornal arquiva no Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional do município de Garanhuns.

<sup>71</sup> Surubim está localizada no Agreste do Estado de Pernambuco, a aproximadamente 120 quilômetros da capital.

<sup>72</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 1º de maio de 1962, p. 7.

<sup>73</sup> Entrevista realizada com Socorro Ferraz para o Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no dia 29 de abril de 2011, sob coordenação do professor Antonio Torres Montenegro. Socorro Ferraz é professora aposentada do departamento de História da UFPE e, na época em estudo, ela desenvolvia trabalho de alfabetização junto aos membros das Ligas Camponesas.

sem indenização por fazendeiros e uma estratégia para reivindicar melhores condições de trabalho, salários e distribuição de terras para seus associados. O clima ficou bastante tenso, principalmente porque o padre da paróquia estava estimulando os fiéis a reagirem ao comício. O prelado conclamava pelo alto-falante a união de todos os católicos porque naquele dia “seriam invadidos pelos comunistas”<sup>74</sup>. Diante da confusão instalada, dois tiros foram disparados atingindo mortalmente o filho do vereador José Batista Queiroz, da UDN (União Democrática Nacional) local, mesmo partido do então prefeito do município, Luiz Ferreira Lima. “Daí por diante, seguiram-se novos disparos, sendo atingidas, entre outras pessoas, o delegado de polícia, tenente Pitágoras, o vice-prefeito, José Bruno Cabral, e o fazendeiro Júlio Nóbrega”<sup>75</sup>.

Outro momento de significativa repercussão, representado na imprensa como demonstração do crescimento e perigo do comunismo, ocorreu com a instalação de dois painéis no centro da cidade do Recife dias antes das eleições para governador do Estado em 1962. Com letras garrafais, os painéis traziam a seguinte mensagem escrita:

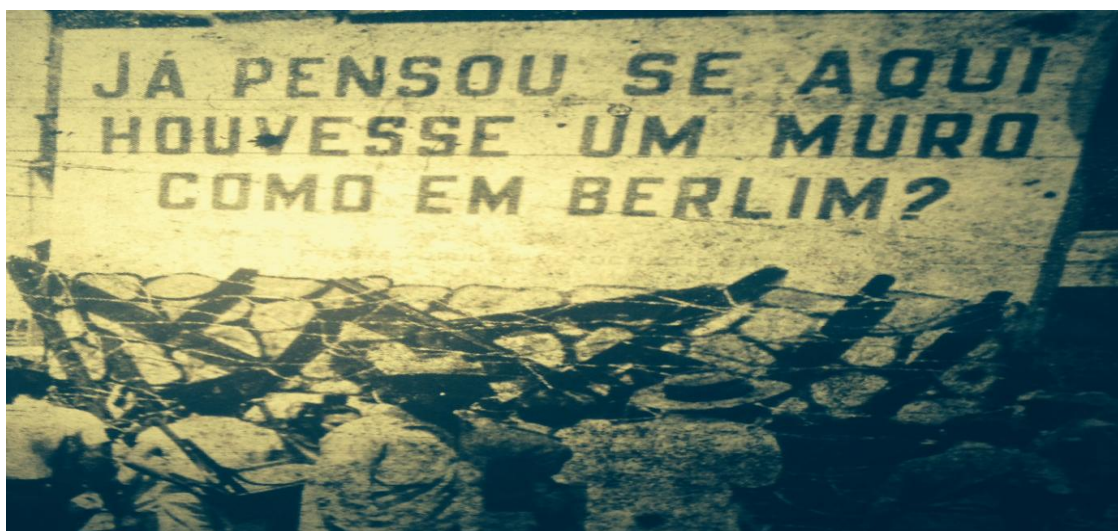


Imagem 01.

Os painéis faziam parte das estratégias de propaganda do candidato João Cleofas, que concorria ao cargo de governador com Miguel Arraes. Tratava-se de dois grandes murais colocados na Avenida Guararapes e Dantas Barreto, erguidos sob uma base construída com pedaços de madeiras e arame farpado<sup>76</sup>, numa associação aos campos de concentração nazistas. Essa construção emitia um conjunto de símbolos projetando a possibilidade da divisão do Estado – e, por conseguinte, do país – entre os

---

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> A foto do painel foi publicada na primeira página da edição de 2 de outubro de 1962 no jornal *Diário de Pernambuco*.



comunistas e aqueles que se consideravam representantes da democracia. Inúmeros manifestantes contrários à candidatura de João Cleofas reagiram. Concentraram-se em frente aos painéis dando vivas a Miguel Arraes. A polícia foi acionada para dispersá-los. Ao chegar, prendeu alguns estudantes e populares e retirou o painel<sup>77</sup>. Para o *Diário de Pernambuco*, a reação dos agitadores contra o “muro de Berlim provocou cinco horas de tumulto”<sup>78</sup> e o “ataque ao ‘muro’ era desespero dos derrotados”<sup>79</sup>.

Em janeiro de 1963, o município de Ribeirão – localizado a 83 quilômetros da capital – ganhou as páginas dos jornais em virtude dos conflitos envolvendo os trabalhadores e o proprietário da Usina Estreliana. De acordo com o *Diário de Pernambuco*, a tragédia que provocou a morte de cinco trabalhadores na Usina era resultante dos planos arquitetados pelos comunistas com o propósito de destruir a ordem vigente e instaurar o caos no Estado, como sugeria o título da matéria em primeira página: “Subversão em marcha”<sup>80</sup>. Segundo a reportagem, Pernambuco vivia naquele momento uma situação de completa insegurança, porque o Estado não estava garantindo a ordem, e, por conseguinte, os proprietários eram “obrigados a organizar sua própria defesa, armando seus ‘homens de confiança’”<sup>81</sup>.

Outro conflito que ganhou as páginas da imprensa local e nacional ocorreu na cidade de Brejão, localizada a 250 quilômetros de Recife. De acordo com o *Jornal do Commercio*, os agitadores comunistas, armados de fuzil e pistola 45, invadiram a cidade em plena feira, provocando forte tiroteio entre os membros das Ligas Camponesas, liderados por Amaro Costa, e pequenos e médios proprietários de terra. Segundo a reportagem, durante o conflito parte da população destruiu o jipe no qual chegaram os comunistas. Em seguida, inúmeras pessoas saíram às ruas armadas com cacetes e empunhando a bandeira do Brasil, cantando o Hino Nacional e gritando “Abaixo o comunismo”. De acordo com o jornalista, “o clima é de completa intranquilidade, aguardando as autoridades municipais as providências do Comando do Exército”<sup>82</sup>. O periódico carioca *O Jornal* também deu destaque aos conflitos ocorridos em Brejão,

---

<sup>77</sup> PORFÍRIO, Pablo F. A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959 a 1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

<sup>78</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de outubro de 1962, p. 3.

<sup>79</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de outubro de 1962, p. 3.

<sup>80</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>81</sup> *Ibidem*. A tragédia na Usina Estreliana teve ampla repercussão na imprensa, conforme analisou Pablo Porfírio. Ver PORFÍRIO, Pablo F. A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959 a 1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

<sup>82</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 02 de março de 1964, pág. 05.

noticiando que a subversão comunista se alastrava de maneira assustadora e perigosa pelo interior de Pernambuco<sup>83</sup>. Segundo aquele jornal,

O tiroteio teve início às 13 horas em plena feira, no centro da cidade, aberto por um bando de camponeses e agitadores comunistas, armados com fuzil e pistolas 45 e chefiados pelo alfaiate Amaro Costa, conhecido líder comunista, ex-candidato a prefeito de Garanhuns com o apoio de Miguel Arraes<sup>84</sup>.

No entanto, em entrevista, Amaro Costa constrói outra narrativa para os conflitos em Brejão. Destaca ele que foi à cidade, depois que a esposa de um agricultor lhe procurou pedindo em suplício que ele tentasse intermediar um conflito no desejo de impedir que o fazendeiro Manuel Barbosa expulsasse seu esposo, depois de anos de serviços prestados na fazenda. Os motivos para a expulsão teria sido a filiação do agricultor ao sindicato dos trabalhadores rurais de Brejão. Recorda ainda que o referido fazendeiro tinha se mobilizado com o prefeito local, os policiais e outros fazendeiros para impedir a sua chegada à cidade e que, dentro do sindicato local, houve agressões verbais, murros, chutes e tiros, e que, por pouco, não foi assassinado naquele dia<sup>85</sup>.

Os relatos publicados em detalhes pelos jornais também serviam para mostrar que os conflitos em Pernambuco não estavam restritos à região metropolitana do Estado. Portanto, não se tratava de uma situação circunscrita às relações de trabalho entre os usineiros e os trabalhadores de seus engenhos. Pelo contrário, era resultante da política do governador Miguel Arraes em alianças diretas com os comunistas. Para o *Jornal do Commercio*, o tiroteio ocorrido em Brejão estava ligado à subversão comunista no Estado e, de maneira mais específica, às ações do responsável pela Secretaria Assistente do governador Miguel Arraes lotado em Caruaru, Manoel Messias.

Poderia elencar inúmeros conflitos ocorridos no Estado que foram publicados como demonstração do perigo e ameaça resultantes do crescimento comunista em Pernambuco<sup>86</sup>. Com as devidas distinções que cada conflito narrado possuía, o discurso

---

<sup>83</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> Para maiores detalhes sobre os embates vividos em Brejão, ver CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. O carpinteiro e o alfaiate: narrativa, oralidade, medo e comunismo. In: CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; CABRAL, Geovanni Gomes (Orgs.). *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa*. Recife: Editora UFPE, 2013. Ainda, do mesmo autor, ver *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco* (Garanhuns 1958–1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>86</sup> Outro conflito que teve ampla repercussão na imprensa foi a invasão ao Engenho Serra, em março de 1964, no município de Vitória de Santo Antão. As disputas envolvendo o referido engenho serão analisadas ainda neste capítulo, para discutir o discurso do perigo da desapropriação como estratégia de luta dos comunistas. Também merece menção a cobertura feita pelo *Diário de Pernambuco* aos incêndios ocorridos em alguns engenhos na Zona da Mata canavieira do Estado, sendo narrados como ações

que predominou na imprensa apresentava as disputas políticas como resultante da situação de insegurança e desordem promovida pelo crescimento comunista que, por sua vez, era potencializada pela administração de Miguel Arraes.

### ***Arraes e as disputas políticas em Caruaru***

O período da campanha de Miguel Arraes para governador de Pernambuco em 1962 foi marcado pelas intensas disputas no Estado. Nem todos os partidos que compunham a chamada *Frente do Recife*<sup>87</sup> apoiaram Miguel Arraes nessas disputas eleitorais. Na capital, onde se encontrava o maior colégio eleitoral, Arraes contava com o apoio de parte do Partido Social Democrático (PSD), que seguia a orientação de seu candidato a vice-governador, Paulo Guerra. Outra ala do PSD apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN), João Cleofas, por meio das alianças tecidas com Etelvino Lins. Uma terceira ala ainda do PSD apoiou Armando Monteiro Filho<sup>88</sup>. Essa fragmentação resultante dos acordos costurados entre as lideranças políticas também se configurou em Caruaru. Lamartine Távora<sup>89</sup> e Tabosa de Almeida<sup>90</sup>, ambos coligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), estiveram em disputas pelo Legislativo federal e ocuparam posições opostas nas alianças ao Executivo estadual, apoiando Miguel Arraes e João Cleofas, respectivamente.

Caruaru, como o segundo maior colégio eleitoral, foi palco privilegiado de combates, alianças e acordos políticos, sobre os quais o comunismo e o anticomunismo

---

políticas dos comunistas para promover a desordem e instaurar o caos. Na edição do dia 11 de outubro de 1961, o referido jornal estampou: “Avião ateou fogo no canavial do Engenho Cairá”, conforme analisou o historiador Antonio Montenegro (2010). Desse mesmo historiador, também merece destaque o texto *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução* (2003) quando analisa a cobertura que o jornal *The New York Times* fez sobre o Nordeste do Brasil, em 1960, destacando em primeira página que a “Pobreza no Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta” (p. 255) e, por conseguinte, criava as condições para a instauração da revolução comunista.

<sup>87</sup> Sobre a *Frente do Recife*, ver SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2009. Ver também AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.; SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente de Recife (1955/1964)*. Dissertação de mestrado em Sociologia pela UFPE. Recife, 1980.

<sup>88</sup> Na interpretação de Manoel Correia de Andrade, Miguel Arraes naquele momento dispunha apenas do apoio dos pequenos partidos que estavam coligados na *Frente do Recife*. ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 64 e a trajetória política de Miguel Arraes. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

<sup>89</sup> Lamartine Távora foi deputado por duas vezes pelo PTB, de 1959 a 1964. Foi acusado de atividade subversiva, perdeu seus direitos políticos e foi cassado em 1964, quando da decretação do golpe político militar ocorrido naquele ano.

<sup>90</sup> Adalberto Tabosa de Almeida foi deputado estadual pelo PTB entre os anos 1958 e 1962 e deputado federal entre 1963 e 1967. Nos anos de 1961 e 1962 ocupou o cargo de Presidente da Comissão, Legislação e Justiça da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sua filiação partidária não significou alinhamento às posições do partido a nível nacional. Por meio de seu jornal *A Voz do Agreste* apresentava-se como liderança política de oposição às esquerdas no município.

foram representados de várias cores e diferentes tons. Os adversários políticos lançaram forte campanha nos jornais, predominando o discurso que acusava Miguel Arraes de estar alinhado e aliado ao comunismo no Estado, o que significava grande perigo. Em Caruaru, os comunistas e aqueles que demonstravam simpatia pelas ideias de esquerda apoiaram Miguel Arraes promovendo comícios, fazendo panfletagem e divulgando a plataforma do projeto político desse candidato. Os jornais pesquisados estampavam cotidianamente suas posições em relação às disputas pelo Executivo estadual. À medida que as eleições se aproximavam, comícios, passeatas e forte propaganda nos periódicos demonstravam o acirramento das disputas naquele momento.

O jornal da Diocese de Caruaru, *A Defesa*, divulgava em destaque a grande importância da escolha do Executivo para evitar que candidatos ligados às ideologias estranhas -- diga-se, comunistas --, pudessem vencer o pleito em disputa. Era de salutar relevância a escolha de políticos que não tivessem alianças com o comunismo que, em si, representavam ameaça à família e à Igreja de Cristo<sup>91</sup>. O jornal *Vanguarda*, considerado o mais importante periódico em circulação na cidade, foi espaço por excelência de embates, discussões e divulgação da propaganda eleitoral. Encontramos inúmeras reportagens, artigos e notas que apresentavam as propostas políticas dos candidatos sem se reduzirem ao dualismo comunismo/anticomunismo. Entretanto, também existiam matérias em defesa explícita dos dois candidatos que disputavam o cargo de governador e que analisavam as disputas políticas de maneira dicotômica.

Nesse sentido não podemos pensar essas disputas políticas expressas no jornal *Vanguarda* – e nos demais pesquisados –, sob uma concepção binária restrita a uma interpretação de defesa ou de ataque ao comunismo. Também não podemos associar de maneira automática o conteúdo das reportagens à posição política da linha editorial do jornal, porque se pagava para publicar e, nesse sentido, as publicações geravam lucros para a empresa, eram também fontes de renda. Isso implica pensar que um determinado jornal poderia publicar um artigo do qual discordava de seu conteúdo. Também é importante destacar que certas posturas e leituras interpretativas sofreram mudanças ao longo do período<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> *A Defesa*, Caruaru, 25 de agosto de 1962.

<sup>92</sup> A pesquisadora Alzira Abreu ressalta que alguns jornais que, no início de 1964, demonstraram amplo apoio às forças promotoras do golpe e da ditadura, mudaram de posição no transcorrer da vigência do regime militar. ABREU, Alzira Alves de. *Participação da mídia na queda do regime democrático no Brasil e sua atuação durante o regime militar: luta pela democracia*. Texto apresentado no Seminário Internacional Políticas de la Memoria, Buenos Aires, novembro de 2013, e disponível nos anais do evento.

Essa posição não dicotômica também era perceptível na postura do bispo da cidade em relação às disputas políticas de outubro de 1962 para o governo estadual. Na edição de 19 de agosto de 1962, o *Vanguarda* publicava em destaque a posição do bispo dom Augusto em relação às eleições que se aproximavam. O religioso usou seu artigo para explicar a posição da Igreja católica – ou parte dela – sobre a sucessão governamental que se aproximava. Enfatizou as responsabilidades daqueles que ocupavam os principais cargos da administração pública e desejava que os escolhidos fossem os mais capazes para desempenhar suas funções e garantir a manutenção da ordem jurídica, o desenvolvimento econômico e a solução dos graves problemas sociais que afligiam principalmente as zonas rurais de Pernambuco. Em suas palavras:

Não podemos nem devemos ceder por transigência ou covardia a um comunismo que existe, que se infiltra, que compra alianças a troco da vaidade de alguns, das ambições de outros e da ingenuidade e medo de muitos, que se insinua como solução fatal contra a qual é inútil lutar. Devemos ter a coragem descoberta de não querer com o nosso voto e com a nossa cumplicidade concorrer para a vitória do comunismo em nossa terra<sup>93</sup>.

O bispo chamava a atenção para os interesses das alianças políticas tecidas no pleito eleitoral que se aproximava. Os eleitores, em especial os católicos, não deviam titubear diante das articulações políticas do comunismo e dessa forma evitar que seus votos contribuíssem para a vitória daquela plataforma política. Entretanto, não era adotando uma postura anticomunista que se resolveria a situação. Para dom Augusto, “adotar um anticomunismo, sem substância ideológica, que não raciocina, nem distingue por pânico ou assombração<sup>94</sup>” os interesses em jogo, era antes ajudar o comunismo. Ou seja, para ele, a luta contra o comunismo precisava ser fundamentada de maneira consistente, sistemática e racional.

O discurso de dom Augusto se aproximava do proferido pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Coelho, acerca das disputas em torno do comunismo, nas eleições que se aproximavam. “Se não podemos em consciência votar em candidatos comunistas” – afirmou dom Carlos Coelho – “ou de tal forma a eles ligados pelo perigo da infiltração vermelha em nosso Estado, daí não se infira que não tenhamos olhos para

---

<sup>93</sup> Dom Augusto esclarece ao eleitorado católico. *Vanguarda*, Caruaru, 19 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

ver que não podemos nem devemos desejar um governo ligado a grupos econômicos montados em benefícios dos privilégios de uma classe”<sup>95</sup>.

Os discursos dessas autoridades religiosas representavam uma parte das lutas e das alianças que ocorriam no Estado em torno das disputas entre Miguel Arraes e João Cleofas. Este era associado à imagem do candidato ligado às oligarquias do Estado, aos grupos econômicos representantes do capital estrangeiro, estando alinhado, portanto, com os projetos políticos da chamada *burguesia*, com toda a multiplicidade de significados e interpretações que o conceito possibilita. Ao menos essa era uma das leituras que seus opositores lhes atribuíam. Por outro lado, Miguel Arraes representava o candidato alinhado às classes trabalhadoras, ao homem do campo, aquele que defendia uma plataforma política em defesa do trabalhador rural, do assalariado e do agricultor; em síntese, constituía-se como representante dos segmentos sociais menos favorecidos. Os símbolos que representaram sua campanha política eram o leme de um navio e uma colher de pedreiro, ao lado do slogan *Arraes para construir*. Projetava-se a imagem do candidato como aquele que saberia conduzir os destinos do Estado pela rota certa do desenvolvimento, pelos caminhos da construção política, econômica e social<sup>96</sup>.

No entanto, para uma significativa parcela das forças políticas que fazia oposição à candidatura de Miguel Arraes, ele representava os projetos políticos do comunismo. Para seus opositores, das ideias defendidas às alianças tecidas, Arraes demonstrava ser o candidato representante do comunismo no Estado. Por conseguinte, sua vitória era vista como um perigo, como uma ameaça para muitos latifundiários, usineiros, autoridades religiosas e lideranças políticas.

Nesse sentido o jornal *Vanguarda* publicou em primeira página: “Cleofas vencerá”<sup>97</sup>. A matéria assinada pelo articulista Pedro de Alcântara constitui um conjunto de elogios destinado ao concorrente de Miguel Arraes e ao eleitorado de Caruaru, que estava alcançando o amadurecimento político, de acordo com o autor do artigo. Em sua concepção, não restava dúvida quanto à vitória de João Cleofas, devido à consciência alcançada pelos eleitores, que não mais votavam para satisfazer aos interesses dos chefes políticos locais e sim por livre e consciente escolha. Nesse sentido assinalou Pedro de Alcântara:

---

<sup>95</sup> A citação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Carlos Coelho foi usada na matéria do bispo de Caruaru. “Dom Augusto esclarece ao eleitorado católico”. *Vanguarda*, Caruaru, 19 de agosto de 1962, p. 1.

<sup>96</sup> Sobre as imagens políticas veiculadas na campanha de Miguel Arraes em 1962, ver PORFÍRIO, Pablo. *F. A. Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

<sup>97</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 23 de setembro de 1962, p. 1.

Por isso é que confiamos plenamente na escolha do eleitor caruaruense. Livrementemente votará. Não só votará conscientemente e, sobretudo, cristãmente, isto é, não abdicando de sua qualidade de cristão. Como cristão autêntico e não apenas batizado, nosso povo fará com que seu voto seja testemunho vivo de sua fé e de sua responsabilidade<sup>98</sup>.

Votar cristãmente significava naquele cenário de lutas não votar em candidatos apoiados pelos comunistas. Em Caruaru – mas não só – os comunistas apoiaram Miguel Arraes. Nesse sentido o articulista recorria à fé cristã como critério pelo qual os eleitores deveriam selecionar seus candidatos. Sendo Miguel Arraes associado ao comunismo, os eleitores católicos não deveriam votar nele porque estariam elegendo um candidato opostos às crenças e valores católicos. Deveriam, portanto, sufragar nas urnas João Cleofas porque, este sim, representava os verdadeiros valores das propostas regidas pelos princípios católicos.

Pedro de Alcântara voltou a dirigir a palavra aos eleitores do município na edição do dia 7 de outubro de 1962, dia das eleições. Com um artigo de meia página, escrito sem usos rebuscados da gramática, dirigiu-se aos eleitores reforçando a importância da escolha daqueles que estavam certos que iriam votar em Cleofas. Mas também dirigia seu texto aos leitores que ainda não tinham escolhido seu candidato. O artigo, escrito em uma narrativa direta ao leitor, tinha por título “Eleitor amigo, bom dia” e iniciava saudando cordialmente os eleitores de Caruaru:

Nesta manhã cheia de ansiedades, receba, amigo eleitor e possível leitor, o meu bom dia. Abre você, por acaso, o nosso *Vanguarda*, corre os olhos pelo jornal todo, lê aqui, olha acolá, vê muitos retratos, enfim poderá, sem o perceber, terminar lendo o que escrevi. Mais uma vez sua bondade, sua atenção, você esteve a ler meus despretensiosos artigos. Hoje, aqui de novo, me encontro diante de você dando-lhe o meu bom dia<sup>99</sup>.

Importante compreender o lugar de enunciação que Pedro de Alcântara instituiu para emitir suas concepções políticas. Ele constrói uma posição a partir da qual iria falar e projetar suas opiniões: lugar da simplicidade, porque atribuía à bondade dos leitores o fato de seus artigos estarem sendo lidos. Afirmou que seus artigos não eram dignos de leitura, senão graças à amabilidade e benevolência dos leitores. Estratégia narrativa que o instituía como modesto e desse lugar apresentou seus *despretensiosos* objetivos.

Como ele já havia afirmado em outras oportunidades, aquele dia era de profunda preocupação porque iria ser decidido o futuro político do Estado, por meio da escolha

---

<sup>98</sup> Ibidem.

<sup>99</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 7 de outubro de 1962, p. 9.

dos eleitores. As preocupações residiam não no fato de que naquela data se escolheria o futuro governador do Estado, mas quem os eleitores iriam escolher. Por isso Pedro de Alcântara asseverou: “assim sendo, volto amigo leitor, a lhe sugerir para governador o nome de João Cleofas de Oliveira. Faço-o por uma questão de princípios, porque assim me diz minha consciência. Votarei em Cleofas e gostaria de contar com o seu voto para o homem inteligente, experimentado e trabalhador. Confio plenamente nos sentimentos cristãos do povo de Caruaru<sup>100</sup>”.

Mais uma vez ele recorria à fé cristã/católica como estratégia para construir o nome de João Cleofas como representante dos interesses religiosos de sua crença, a qual ele acreditava ser a mesma dos eleitores/leitores do jornal *Vanguarda*. Essa estratégia narrativa criava a imagem do concorrente de João Cleofas como oposto aos interesses cristãos, como mencionado anteriormente. Como afirmou em seguida, confiava que os eleitores do município de Caruaru iriam eleger João Cleofas porque esse candidato representava uma resposta às forças esquerdistas e comunistas que tentavam se firmar no município, elegendo seu representante, o candidato Miguel Arraes.

O comitê do Partido Comunista da cidade de Caruaru, por meio de suas lideranças e aliados, mobilizou forças e desenvolveu intensa campanha em defesa de Miguel Arraes. Os comunistas – como eram denominados por seus opositores, estando ou não filiados à sigla do partido – distribuíram panfletos, publicaram artigos e notas nos jornais e realizaram comícios pelos bairros da cidade. Uma parte dos esforços dessas lideranças pode ser acompanhada pelas publicações no jornal *Vanguarda*. Páginas inteiras destinadas à propaganda da campanha de Miguel Arraes foram usadas para fazer a divulgação das propostas políticas do candidato representante das esquerdas no Estado. Comícios eram anunciados com antecedência, líderes políticos, como o deputado Lamartine Távora, do PTB – que concorria nas eleições para o Legislativo federal –, e Gregório Bezerra, eram convidados para participar de passeatas pela cidade<sup>101</sup>.

Uma de suas principais lideranças no município, Manoel Messias, recordou do período de campanha e destacou os esforços realizados, principalmente devido às forças políticas que se opunham fortemente à candidatura de Miguel Arraes no município. Para

---

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> “Arraes em Caruaru: vitória também no interior” (26 de agosto de 1962, p. 1); “Um homem de ação, para um governo de trabalho: Miguel Arraes” (26 de agosto de 1962, p. 9); “Adversários em desespero tentam sacrificar Lamartine”, (16 de setembro de 1962, p. 13); “Um homem do povo para um governo do povo”, (23 de setembro de 1962, p. 3); “Grandiosa concentração hoje na Rua Preta: presença de Miguel Arraes” (30 de setembro de 1962, p. 12).



Messias, ou eles se organizavam ou eram destruídos pela *direita* em Caruaru<sup>102</sup>. Direita – ou direitas – que por diferentes interesses políticos contavam com o prefeito local, João Lyra, e com o deputado estadual Drayton Nejaim<sup>103</sup>, além de parte da imprensa escrita e da Diocese do município.

As disputas políticas ligadas à campanha de Miguel Arraes também chegavam à Caruaru por meio do *Diário de Pernambuco*, que tinha ampla circulação na cidade. Em suas páginas encontramos inúmeras reportagens que politicamente se opunham à candidatura do concorrente de João Cleofas. Estampou o jornal – entre tantas vezes – que Miguel Arraes era um golpista e cuja campanha estava sendo financiada pelo empresário José Ermírio de Moraes. Nesse sentido, enfatizou: “o vigarista ideológico Miguel Arraes, candidato subversivo ao governo do Estado, tem como principal financiador de sua campanha o milionário José Ermírio de Moraes”<sup>104</sup>.

Segundo a reportagem – que ocupou uma página inteira –, pesava sobre Miguel Arraes a acusação da procedência do dinheiro empregado na campanha por Ermírio de Moraes. De acordo com a matéria, o dinheiro era resultante das sonegações fiscais das centenas de trabalhadores que estavam sendo explorados nas usinas do empresário. Nesse sentido, Miguel Arraes não representava os interesses dos trabalhadores, pois parte de sua campanha era financiada por um empresário que desrespeitava as leis trabalhistas e havia demitido inúmeros trabalhadores sem nenhuma indenização.

O jornalista explicou que não ia usar de suas palavras para provar o que relatava no começo da reportagem. Ia apenas transcrever as certidões dos processos trabalhistas localizados no cartório de Igarassu, onde, em 1956, ocorreram as ações contra as empresas do financiador da campanha de Miguel Arraes. No lado direito da página foram publicadas cópias das certidões com os nomes dos trabalhadores e da empresa pertencente a José Ermírio de Moraes. Para criar o efeito de verdade e não ser interpretada como uma estratégia eleitoral em dias de campanhas políticas, o jornal recorre ao poder da citação como mecanismo político/narrativo. A citação, como defende Certeau<sup>105</sup>, tem poder de autoridade. Nesse sentido, o jornalista usou os

---

<sup>102</sup> Entrevista realizada para o Projeto Marcas da Memória do Ministério da Justiça. No *campus* da UFPE o projeto foi coordenado pelo professor Antonio Torres Montenegro. Recife, 2011.

<sup>103</sup> João Lyra foi prefeito de Caruaru entre os anos de 1959 e 1963 pela coligação UDN/PSP (este, Partido Social Progressista). Drayton Nejaim foi deputado estadual no mesmo período e estava filiado à mesma legenda no município.

<sup>104</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de setembro de 1962, p. 7.

<sup>105</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

documentos fornecidos pelo cartório como chancela de prova; como estatuto de veracidade para os fatos apresentados.

Não se trata aqui de colocar em debate se as empresas de Ermírio de Moraes tinham ou não violado as leis trabalhistas, o que demandaria outra pesquisa, mas de analisar como o *Diario de Pernambuco* produz um discurso como estratégia de combate político em torno das eleições que se aproximavam. De acordo com a reportagem, o candidato Miguel Arraes estava enganando a população, pois sua campanha era ilícita e subversiva e, portanto, não devia merecer os votos dos eleitores<sup>106</sup>. O jornal voltava a acusar Miguel Arraes de envolvimento com o comunismo internacional ligado a Cuba e à União Soviética (URSS) Enfatizou que embaixadas estrangeiras estavam entre as agências financiadoras de sua campanha<sup>107</sup>, sugerindo ser a URSS uma das fontes do dinheiro, quando mencionava que Miguel Arraes tinha planos para bolchevizar o Estado<sup>108</sup>.

Durante o processo de contagem dos votos, o jornal *Vanguarda* ia publicando os resultados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Na edição de 14 de outubro, com trinta e seis urnas apuradas no município, os números colocavam à frente Lamartine Távora, representante das esquerdas no município na disputa pelo Legislativo federal,, seguido por seu concorrente Tabosa de Almeida. Este estava com 1.652 votos e aquele com 1.942. Entre os candidatos que disputavam a legislatura estadual, Drayton Nejaim, um dos líderes da campanha de João Cleofas no município, tinha até aquele momento 1.266 votos. Os dois candidatos que concorriam à legislatura estadual e disputavam a preferência dos eleitores representando as propostas das esquerdas no município, Chico do Leite e Severino Ferraz, estavam com 635 e 308 votos respectivamente. Para o Executivo estadual, os números colocavam João Cleofas à frente com 4.136 e Miguel Arraes com 2.714 votos<sup>109</sup>.

---

<sup>106</sup> O *Diario de Pernambuco* mudou radicalmente seu discurso sobre os trabalhadores das usinas em Pernambuco quando estes estavam lutando para que seus patrões pagassem seus direitos trabalhistas durante o primeiro ano da gestão de Miguel Arraes. Para jornal, o que os trabalhadores estavam fazendo era arruaça, agitação e desrespeito às leis, tudo sob a conivência do governador do Estado.

<sup>107</sup> *Diario de Pernambuco*, Recife, 28 de setembro de 1962, p. 7.

<sup>108</sup> Não podemos esquecer que esse momento de campanha foi também influenciado pelos embates que marcaram as tensões envolvendo a instalação de bases militares soviéticas em território cubano, em um confronto direto com os Estados Unidos, na chamada *crise dos mísseis*. Nesse sentido, costurar a imagem de Miguel Arraes às discussões que envolveram as disputas em torno de Cuba-URSS-Estados Unidos, tinha um peso político cujos significados, provavelmente, concorriam para reforçar os discursos que instituíam os signos do perigo que representava a candidatura de Miguel Arraes, como defensor dos interesses comunistas.

<sup>109</sup> Os números da contagem dos votos foram publicados no jornal *Vanguarda* na edição de 14 de outubro de 1962, p. 1.

Quando o Tribunal Regional Eleitoral divulgou o resultado final, pode-se verificar que a tendência inicial da contagem dos votos não havia se alterado.. Em Caruaru, João Cleofas obteve 9.866 votos e Miguel Arraes, 6.374<sup>110</sup>. No entanto, a vitória de Cleofas no município não foi suficiente para lograr a vitória no Estado, e Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco. Para os demais cargos em disputa em Caruaru, Lamartine Távora e Tabosa de Almeida se elegeram deputado federal e Drayton Nejaim, deputado estadual.

O resultado dessas eleições pode ser utilizado como demonstração para pensar o poder de atuação das forças políticas da direita no município. Forças que contavam com o apoio do prefeito João Lyra, do deputado estadual reeleito Drayton Nejaim, do jornal da Diocese *A Defesa* e do *A Voz do Agreste*. Este periódico pertencia ao deputado Tabosa de Almeida, filiado ao PTB, mas no município atuou como um jornal cuja linha editorial, se não podia ser considerada de direita, ao menos publicou em suas páginas uma significativa quantidade de artigos, notas e reportagens atacando Miguel Arraes e os demais candidatos considerados de esquerda.

Se usarmos os resultados das eleições ocorridas no período em análise como demonstração de forças da direita, podemos afirmar que havia uma recepção favorável ao discurso anticomunista na cidade. Nas disputas eleitorais para prefeito e vereadores, os candidatos filiados aos partidos da direita, ou que fizeram oposição às esquerdas, foram os vitoriosos nas urnas nos pleitos ocorridos em 1959 e 1963. O prefeito João Lyra, eleito em 1959, durante sua gestão contou com a maioria do Legislativo que se constituía em oposição às esquerdas. Drayton Nejaim, uma das maiores lideranças anticomunistas no município, foi reeleito em 1962 para o cargo de deputado estadual, como já mencionado, e no ano seguinte, venceu as eleições para prefeito de Caruaru, derrotando o candidato das esquerdas, Celso Rodrigues.

A vitória da direita nas urnas provocou certa indignação no articulista do jornal *Vanguarda*. Na edição do dia 28 de outubro, o periódico publicou em primeira página a manchete intitulada “A bagunça eleitoral”. O autor da matéria, Henrique de Figueiredo, lamentava os números do pleito em Caruaru, principalmente pela vitória de Drayton Nejaim, porque “conseguiu se reeleger apesar de ter sido um deputado que nada fez e nem fará em benefício de Caruaru”<sup>111</sup>. E, na edição seguinte, exaltava o resultado das eleições no Estado com a vitória de Miguel Arraes. Para o articulista, isso demonstrava

---

<sup>110</sup> Atas do relatório final do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

<sup>111</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 28 de outubro de 1962, p. 1.

que não tinha vingado “a propaganda zarolha dos curas de aldeia, pelo púlpito e pelo confessionário, apontando o candidato do povo como comunista perigoso, devoto do credo moscovita”<sup>112</sup>. A mesma matéria ainda fazia grandes projeções para o governo de Miguel Arraes, na certeza de que este iria administrar por meio de projetos políticos voltados para combater a fome, a falta de moradia, o analfabetismo. Não duvidava que os programas sociais que outrora desenvolveu quando esteve à frente da prefeitura do Recife seriam implantados no Estado.

Entretanto, outros segmentos sociais ligados aos grandes latifundiários, senhores de engenho e industriais, principalmente relacionados à produção do açúcar, divergiam quanto às propostas do governador do Estado. Divergências que poderiam ser percebidas no Legislativo estadual, do qual o governo enfrentou forte oposição, e também em parte da imprensa – não apenas do Estado –, que continuou a criticar a administração de Arraes durante o tempo em que esteve à frente do Executivo estadual.

Nesse sentido o jornal *Estado de S. Paulo* enfatizou que, desde o início da administração de Miguel Arraes, já tinha alertado o seu público leitor dos perigos que representava a plataforma política do governo de Pernambuco. Esse discurso também era encontrado em outros jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e *Tribuna da Imprensa*. Durante o período em que Miguel Arraes esteve à frente do governo estadual, esses periódicos representaram Pernambuco, em diferentes momentos, em estado de completo descontrole, governado por uma administração corrompida pela subversão comunista e contrária a todos os princípios regentes do que entendiam como democracia brasileira.

### ***Com a palavra, o governador***

No discurso de posse, Miguel Arraes enfatizou que, durante sua campanha, tentaram construir sua imagem como “agitador e incendiário, o homem que iria perpetuar a intranquilidade e a paz da família pernambucana, e convulsionar o país, se eleito governador do Estado”<sup>113</sup>. No entanto, sinalizava que, da mesma maneira como não conseguiram transformá-lo em subversivo incendiário, ele também não iria mudar sua concepção política – como teriam prognosticado alguns – e deixar de lutar contra os privilégios de certos grupos em detrimento da luta contra a miséria e a exploração de

---

<sup>112</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 4 de novembro de 1962, p. 1.

<sup>113</sup> Discurso de posse no cargo de governador de Pernambuco, pronunciado por Miguel Arraes de Alencar perante a Assembleia Legislativa, a 31 de janeiro de 1963. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 24.

uma grande parcela de cidadãos pernambucanos. Ainda no mesmo discurso falou da reforma agrária, um dos temas mais discutidos naquele momento. Para ele, a reforma agrária tornou-se o assunto mais debatido por pessoas das mais diversas tendências políticas, inclusive os latifundiários. No entanto, era “preciso deixar de falar em reforma agrária, é necessário fazê-la”<sup>114</sup>.

Miguel Arraes destinou especial atenção, em seu governo, às políticas ligadas às questões sociais. Assim, deu prioridade às reivindicações dos trabalhadores rurais, que exigiam o cumprimento dos dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural. Essa lei estendia ao trabalhador rural um conjunto de direitos, estabelecido desde o Estado Novo aos trabalhadores urbanos, como salário mínimo, férias remuneradas e direito de greve. As tensões políticas se intensificaram porque a classe patronal – ou parte dela – se recusava a cumprir a lei vigente no Estatuto e acusava o governador de incentivar a agitação e estimular a desordem<sup>115</sup>.

Para responder às reportagens que acusavam seu governo de estimular a subversão, Miguel Arraes publicou um longo artigo no *Diário de Notícias* explicando o que estava acontecendo no Estado. Em seu discurso alegou que um pequeno grupo de políticos que tinha perdido os privilégios dos mandos que outrora desfrutava, revoltado com sua administração por defender os interesses dos trabalhadores, estava se aproveitando das mudanças políticas em curso para atacar sua administração. Negou que havia ferido a Constituição, como o acusavam seus adversários. Pelo contrário, tinha acordado com o presidente do Tribunal de Justiça que faria cumprir a lei, obedecendo a decisão tomada por esse órgão, inclusive quando este solicitou os serviços da força policial do Estado, o que teria colocado à disposição de imediato, porque entendia que era aquele seu dever “diante da Lei e da Constituição”<sup>116</sup>. Mas que não poderia fechar as portas para diversas famílias que foram despejadas sem ter um teto para morar e assim ofereceu abrigo – temporário – até que a situação fosse solucionada.

Sua forma de governo, criando acesso direto entre o trabalhador e o chefe do Executivo, para se estabelecer um diálogo mútuo, bem como seu projeto denominado *Acordo do Campo*, pelo qual o governo passava a intermediar as negociações entre patrões e empregados, com vantagens significativas para estes, era talvez um dos fatores

---

<sup>114</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>115</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 64 e a trajetória política de Miguel Arraes. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

<sup>116</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 de março de 1964, p. 3. SIAN.. Foi possível identificar a página dessa reportagem porque na continuação – em outra página – há menção de que a primeira parte se encontrava na página 3.

que mais revoltava seus adversários<sup>117</sup>. Para Miguel Arraes, sua plataforma política não agradava a uma pequena elite pernambucana porque estava voltada para os interesses daqueles menos favorecidos. Por isso seu governo não agradava

àqueles que não querem as transformações, não agrada àqueles que não querem o caminho pacífico que haveremos de trilhar para trazer melhores dias para o nosso povo. Agradaria sim, se nós estivéssemos usando a violência contra o povo, se aprovássemos o espancamento de trabalhadores, que aqui vêm com as costas lanhadas, de braços quebrados, para reclamar ao governo, tendo condições pela primeira vez na história deste Estado de falar ao mais alto magistrado, para fazer as suas queixas<sup>118</sup>.

Na mesma edição em que Arraes divulgou seu discurso, o *Diário de Notícias* publicou um artigo comentando a situação política em Pernambuco. Enfatizou que “em nome da luta anticomunista os usineiros negavam o pagamento dos salários aos trabalhadores nos dias de paralisação do corte e da moagem da cana”. Nesse sentido a greve era uma reação dos trabalhadores diante das ações dos patrões<sup>119</sup>. Essa imagem de defensor do povo, do trabalhador oprimido, do agricultor explorado também constituía uma estratégia política de Miguel Arraes. Entretanto, é importante também destacar que seu governo instituiu outras formas de relação entre patrões e trabalhadores onde prevalecia o poder de mando daqueles sobre estes. Se parte da imprensa reclamava que a polícia nada fazia para conter o que denominavam de subversão no Estado, talvez isso ocorresse porque era prática corrente, antes do governo Arraes, a polícia ser a força representante direta do patronato nas disputas entre trabalhadores e patrões, como demonstram as pesquisas dos historiadores Antonio Montenegro<sup>120</sup>, Christine Dabat<sup>121</sup> e Maria do Socorro Abreu e Lima<sup>122</sup>.

---

<sup>117</sup> Para uma maior discussão sobre o governo Arraes, ver: TEIXEIRA, Flavio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil); MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. A Frente do Recife chega ao poder (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil).

<sup>118</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 de março de 1964. SIAN.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memórias de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012; MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: \_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010; \_\_\_\_\_. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>121</sup> DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”. Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classe na zona canavieira de Pernambuco segundo os

Nas páginas dos jornais pesquisados emergiam um discurso orquestrado pela incerteza quando se referiam à situação política de Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes. Este era apresentado como demonstração de perigo e ameaça porque estava incentivando a implantação do comunismo, de influência cubana, no Estado.

### ***A cubanização de Pernambuco***

Inúmeros jornais<sup>123</sup> publicavam frequentemente que Pernambuco estava passando por um processo revolucionário, nitidamente sob influência de Fidel Castro, inclusive com financiamento de bolsas de estudos e compras de fazenda para a constituição das guerrilhas<sup>124</sup>. Mas em que consistiam essas influências? Quais eram e como estavam sendo desenvolvidas em Pernambuco e quiçá no Brasil?

O periódico carioca *O Jornal*, no dia 5 de março de 1964, publicou uma longa matéria com o título “Cubanização de Pernambuco”<sup>125</sup> expondo os motivos pelos quais o Estado estava se transformando em uma nova Cuba. A grande quantidade de políticos nitidamente comunistas que ocupavam cargos de elevada importância na administração de inúmeros órgãos públicos era uma das principais razões pelas quais o comunismo se expandia em terras pernambucanas. Para imprimir legitimidade ao seu discurso, o jornal publicou uma parte da fala do deputado Edgar Bezerra, do PTB, em que ele alertava, na Câmara Federal em Brasília, o processo de subversão comunista reinante em Pernambuco.

---

cortadores de cana. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

<sup>122</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2008. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão*. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

<sup>123</sup> Para citar apenas algumas das inúmeras reportagens publicadas, ver: *Jornal do Commercio* (03/08/1962; 17/08/1962; 19/08/1962; 02/09/1962; 20/09/1962); *Diário de Pernambuco* (05/07/1961; 21/07/1962; 09/08/1962); *O Monitor* (ver CAVALCANTI, 2012), *A Voz do Agreste* (05/02/1961; 05/03/1961; 09/04/1961; 01/06/1962); *A Defesa* (25/04/1959; 28/1959; 15/04/1961; 21/07/1962).

<sup>124</sup> Os historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira destacam que, entre as armas apreendidas no acampamento na cidade de Dianópolis, em Goiás, “encontraram-se bandeiras cubanas e manuais de instrução de combate. Havia retratos e textos de Fidel Castro e de Francisco Julião e planos de sabotagem e de implantação de outros focos guerrilheiros no país. Havia também registros de contabilidade financeira, que demonstravam apoio cubano para a montagem dos acampamentos guerrilheiros”. FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 129-130.

<sup>125</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

Segundo *O Jornal*, esse deputado tinha afirmado que estava ocorrendo um “processo de cubanização progressiva do Estado”<sup>126</sup>, o qual se encontrava totalmente paralisado, dominado pela agitação onde devia imperar a ordem e o trabalho. Segundo o deputado, os comunistas estavam amplamente infiltrados no governo Miguel Arraes, bem como nos sindicatos e na maioria das entidades de classe dos trabalhadores. Afirmou que o “Delegado Regional do Trabalho e a assessoria sindical do governo estadual formam, hoje, um dispositivo de ação revolucionária, apto a intentar a qualquer tempo, sob qualquer pretexto, movimentos subversivos para afirmação de seu domínio na área de produção”<sup>127</sup>.

O discurso de revolta do parlamentar, que naquele momento não diferia da posição do jornal, residia, talvez, na atitude que a Justiça Trabalhista tinha tomado no Estado em relação às reivindicações dos trabalhadores na greve ocorrida nos primeiros dias de março de 1964. Por meio do juiz Adalberto Maciel, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sediado em Recife, tinha proposto o término imediato da greve mediante o pagamento dos dias em que os trabalhadores pararam suas atividades. Posteriormente o TRT emitiria um pronunciamento quanto ao mérito da pretensão de aumento salarial, haja vista ter sido esta uma das razões pelas quais a greve tinha sido deflagrada. O advogado representante dos produtores de açúcar do Estado, Paulo Rangel, havia recusado a proposta alegando “que os produtores de açúcar de Pernambuco não podiam compactuar com a existência, no Estado, de uma ‘indústria da greve’”<sup>128</sup>.

De acordo com o jornal carioca, o clima ficava cada vez mais tenso em Pernambuco, em virtude de as autoridades, que deveriam incentivar o respeito à ordem constitucional, estarem promovendo sua violação. A greve dos trabalhadores, ao chegar à Justiça Trabalhista, encontrava respaldo nas autoridades. A proposta do juiz, se não pode ser entendida como de apoio aos trabalhadores, também não era favorável aos patrões, como de costume. Numa segunda tentativa de conciliação, o TRT propunha um aumento de trinta por cento de reajuste salarial, que também foi recusada pelo advogado representante dos produtores.

As disputas vividas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho produziram ressonâncias e contribuíram para deixar a situação ainda mais tensa e conflituosa no

---

<sup>126</sup> Fragmento do discurso do deputado Edgar Bezerra na Câmara Federal em Brasília, publicado em *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>127</sup> Ibidem.

<sup>128</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.



Estado, de acordo com o periódico *O Jornal*. A Associação Comercial de Pernambuco, reunida, extraordinariamente, por meio de seu conselho diretor, iria fechar o comércio em todo Estado caso os conflitos dos trabalhadores em Vitória de Santo Antão não fossem contidos, pois os comerciantes dessa cidade estavam prestes a fechar seus estabelecimentos temendo a onda de violência na cidade. *O Jornal do Commercio* de Recife estampava que o comércio em todo Estado podia “fechar por causa de Vitória<sup>129</sup>”.

Outro jornal que também acusava Miguel Arraes de promover a desordem em Pernambuco foi *O Estado de S. Paulo*. No dia 5 de março publicou uma longa matéria com o seguinte título: “O estado de revolução em Pernambuco”. De forma dramática, o jornal narrava os acontecimentos do Estado em tons alarmantes, apresentando-o em clima de incerteza, insegurança e desordem:

Em Pernambuco estabeleceu-se um espantoso caos. A cidade de Recife encontra-se praticamente ocupada por elementos de procedência suspeita, ostensivamente armados e que não escondem os seus intuitos agressivos. No interior, o panorama não é diferente, sendo total a paralisação na área da agroindústria. [...] O que todos sabem, entretanto, é que Pernambuco se transformou em Estado sem lei. As garantias constitucionais foram abolidas numa flagrante e abusiva violação da Carta Magna da República e da ordem jurídica vigente no país<sup>130</sup>.

*O Estado de S. Paulo* apresentava Pernambuco como um verdadeiro campo de guerra. Destacou que há mais de um ano já alertava o país para os perigos que Miguel Arraes representava para a política no Estado. Os riscos eram imensos e se percebiam nas atitudes irresponsáveis do governador, “cada dia mais firme na sua determinação de gerar a desordem como condição prévia e indispensável do estabelecimento do totalitarismo das esquerdas em Pernambuco”<sup>131</sup>.

O periódico se posicionava com uma atitude de indignação. A reportagem estimulava e justificava o uso da violência por parte dos usineiros, representados pela Associação dos Fornecedores de Cana do Recife. Nesse sentido destacava que não era de se estranhar que essa Associação tivesse deliberado confiar a alguns de seus associados a tarefa de coordenar a ação da categoria contra a luta revolucionária instaurada no Estado, “autorizando os mesmos a dispor de suas propriedades até mesmo para a obtenção dos fundos necessários a compras de armas e munição”<sup>132</sup>. Essa atitude

---

<sup>129</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 1º de março de 1964, p. 28.

<sup>130</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>131</sup> *Ibidem*.

<sup>132</sup> *Ibidem*.

surgia como um último recurso usado diante do apoio que o governo vinha demonstrando aos rebeldes, numa atitude de desrespeito às leis vigentes no país.

*O Estado de S. Paulo* produzia um discurso segundo o qual a mobilização dos trabalhadores em Pernambuco apresentava-se como um grande perigo, uma forte ameaça à propriedade privada, principalmente depois da invasão ocorrida no Engenho Serra, em Vitória de Santo Antão. No entanto, diferentemente das demais, essa reportagem fazia outro tipo de alerta. Convocava outros sujeitos para participar das lutas políticas, tamanha a ameaça naquele momento. Assim, sentenciava:

Até onde irão as coisas? Até onde permanecerá de braços cruzados o Exército? Não podemos admitir que os seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal<sup>133</sup>.

Nesse sentido, o jornal convocava as Forças Armadas para efetuarem uma intervenção e assim salvarem o que considerava o regime legal. *O Estado de S. Paulo* solicitava, por meio de sua reportagem, que se procedesse a uma intervenção militar porque o governador de Pernambuco não estava sendo capaz de manter o que o jornal nomeava de legalidade. Essa não foi uma postura restrita ao periódico paulista. O *Jornal do Commercio*, de Recife, usou suas páginas também para alertar sobre a gravidade da ameaça comunista no Estado, seu crescimento nas demais regiões do Nordeste e chamar as tropas federais para restabelecer a paz e a tranquilidade que, segundo o jornal, estavam seriamente ameaçadas. No dia 4 de março de 1964, o jornal pernambucano publicou:

Já não só o Nordeste, mas toda a nação, deve ser alertada para a gravíssima conjuntura que estamos vivendo. Uma região do país está praticamente sublevada. A Constituição e os códigos já não vigoram em Pernambuco. O governo estadual não assegura o cumprimento da lei e as tropas federais ficam recolhidas aos quartéis<sup>134</sup>.

Esse mesmo parágrafo foi usado em uma reportagem do jornal *O Globo* na edição do dia 5 de março de 1964. Esse periódico enfatizou o grande perigo que representava o comunismo em Pernambuco, principalmente porque o governo do Estado estava incentivando a subversão quando devia combatê-la e por isso se fazia necessária a intervenção das forças federais. Ou seja, três jornais de ampla circulação e de distintos lugares do país solicitavam a intervenção militar como forma de

---

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 4 de março de 1964, p. 5. O jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, publicou parte da referida reportagem, 5 de março de 1964. SIAN.

restabelecer o que denominavam a *ordem em Pernambuco*. Conclamavam o Exército a deixar a caserna, tomar as ruas e salvar a pátria, para evitar o derramamento de sangue e para pôr fim ao caos que imperava no Estado<sup>135</sup>.

É importante destacar que, em nenhuma matéria localizada no arquivo, referente aos meses iniciais de 1964, há menção às experiências que marcaram as lutas em torno do Engenho Galileia<sup>136</sup>, no município de Vitória de Santo Antão. Esse silêncio pode ser bastante significativo porque as lutas foram experiências favoráveis aos trabalhadores, quando da desapropriação do engenho em 1959. Provavelmente temia-se que outra experiência desagradável às classes produtoras como essa voltasse a ocorrer, por isso o temor constante, a recorrência frequente em associar as lutas dos trabalhadores à subversão comunista, portanto, à ilegalidade. Nesse sentido, não mencionar as lutas ocorridas em 1959 era uma tentativa de silenciar uma memória; era uma estratégia para evitar que o Engenho Serra se transformasse em um novo Galileia.

O jornal *O Globo* enfatizou que os principais líderes políticos em Pernambuco ligados ao comunismo foram os responsáveis pela invasão do Engenho Serra. Clodomir Moraes, Osias Pires e Luiz Serafim – que se trajavam a la Fidel, segundo o jornal – coordenaram as ações criminosas porque eram ilegais. Essas lideranças, entretanto, não estavam filiadas ao PCB, mas às Ligas Camponesas de Francisco Julião. Ainda segundo *O Globo*, os trabalhadores, por sua vez, se encontravam em constante preparação bélica, no discurso desse jornal, armados com “carabinas, foices, revólveres, e ‘peixeiras’ [e] vêm-se alimentando, única e exclusivamente, do gado pertencente ao Sr. Alarico Bezerra, dono do Engenho Serra”<sup>137</sup>.

Após invadir e tomar a casa grande do engenho – segundo *O Globo* –, os comunistas trataram de hastear duas bandeiras. Em segundo plano, podia-se perceber a bandeira nacional e, em destaque num lugar mais alto, em primeiro plano, encontrava-se uma bandeira vermelha, descrita pelo jornal como símbolo da luta e do Partido

---

<sup>135</sup> Não apenas os jornais apelaram para a intervenção federal para solucionar as disputas políticas daquele momento em Pernambuco. O juiz de Vitória de Santo Antão, Clovis Ferreira Lima, encaminhou ao Tribunal de Justiça do Estado a documentação com a qual o dono de engenho Alarico Bezerra Cavalcanti solicitava a intervenção das forças federais para a reintegração de posse do Engenho Serra. *Jornal do Commercio*, Recife, 1º de março de 1964, p. 28.

<sup>136</sup> Sobre as lutas políticas em torno da desapropriação do Engenho Galileia, ver: PORFÍRIO, Pablo F. A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009; MONTENEGRO, Antonio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3 - *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>137</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1964. SIAN.

Comunista Brasileiro. No entanto, a bandeira do PCB é composta com a imagem da foice e do martelo que não são mencionados na reportagem. Para o jornal, a hierarquia em que as bandeiras tinham sido hasteadas representava a importância e o lugar dos interesses ali representados. Ou seja, os interesses comunistas estavam acima dos interesses nacionais.

Na edição do dia 5 de março de 1964, *O Globo* expressava o perigo que acreditava representar uma possível desapropriação do Engenho Serra. No entender desse jornal, a desapropriação estava em vias de ocorrer porque as autoridades estaduais nada faziam para impedir tamanho atentado à propriedade privada. As lideranças sindicais já haviam encaminhado um documento apelando ao presidente da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, para que ele atendesse às solicitações dos grevistas. De acordo com o jornal, essa autoridade, em comum acordo com os governos federal e estadual, tinha sinalizado que as reivindicações seriam atendidas, porque já havia escrito, inclusive, a minuta da desapropriação. Nesse sentido, *O Globo* afirmava:

Se vingar tal solução já se vê o perigoso precedente aberto. Os trabalhadores pleiteiam aumento (às vezes sem qualquer base na realidade), a Justiça especializada não lhes dá razão, mas o governo federal intervém e desapropria a fazenda, o engenho ou a fábrica, espoliando o proprietário e desmoralizando a Justiça do Trabalho, que assim teria recebido seu atestado de óbito<sup>138</sup>.

De acordo com esse jornal, as ações do governo federal – e estadual, por extensão – no que tange às desapropriações eram ilegais, porque eram contrárias às leis vigentes. Nesse sentido, João Goulart e Miguel Arraes perdiam legitimidade porque suas ações representavam uma violação constitucional. Significavam, em última instância, desrespeito e atentado às instituições e às leis que regiam o país.

O governador do Estado, por sua vez, se posicionou na imprensa e na televisão<sup>139</sup> e enfatizou que a situação estava sob controle e que a lei estava sendo respeitada e garantida. Teria explicado pessoalmente aos trabalhadores que a decisão da Justiça estava acima dele e de todos os demais cidadãos<sup>140</sup>. Por sua vez, o jornal *O Globo* responsabilizava Miguel Arraes pela desordem social reinante em Pernambuco e o acusava de estar gastando fortunas para publicar, em jornais do Rio e de São Paulo,

---

<sup>138</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>139</sup> Miguel Arraes fez um pronunciamento na televisão no dia 3 de março de 1964, após as classes produtoras decretarem a paralisação geral das atividades. O texto do pronunciamento encontra-se no livro *Palavra de Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

<sup>140</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 de março de 1964, p. 3. SIAN.

matérias para explicar o que estava acontecendo no Estado, numa tentativa desesperada de se eximir das responsabilidades que lhe cabiam<sup>141</sup>.

A invasão do Engenho Serra teve ampla repercussão. Foi destaque na imprensa local e nacional. De acordo com o pronunciamento feito pelo governador, o presidente do Tribunal de Justiça solicitou forças policiais do Estado para garantir a reintegração de posse do referido engenho, no que foi atendido de imediato, pois segundo afirmou era seu “dever diante da Lei e da Constituição”<sup>142</sup>. Miguel Arraes ainda foi informado, numa sexta-feira, por aquela autoridade, que na segunda-feira da semana seguinte pediria “a intervenção federal no Estado caso não fosse cumprida a sentença do juiz que mandava retirar as doze famílias do Engenho Serra”<sup>143</sup>. Ou seja, o governador teria o sábado e o domingo para resolver a situação.

Miguel Arraes foi pessoalmente falar com os trabalhadores e conseguiu convencê-los a deixarem o engenho, alojando-os em Recife até que a situação fosse resolvida dentro dos princípios da lei. O discurso que predominou na imprensa – como já mencionado – alertava que os conflitos em Pernambuco faziam parte dos planos da subversão comunista, que estava promovendo a desordem para criar as condições de efetuar as desapropriações, numa clara violação à Constituição por meio do desrespeito ao direito de propriedade privada.

Parece-me ser este o ponto fulcral do discurso que imprimia o símbolo da cubanização de Pernambuco, por meio da desapropriação num processo de violação à Constituição. Em 1963 uma equipe de pesquisadores da Universidade de Miami passou três meses em Cuba estudando a política da Revolução Cubana relacionada às questões trabalhistas. As pesquisas resultaram em livro – *As condições do trabalho em Cuba*<sup>144</sup> –

---

<sup>141</sup> É importante destacar que as matérias dos diferentes periódicos – *O Jornal*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* – se inseriam também como estratégia de enfrentamento aos discursos proferidos por Leonel Brizola em programa de rádio semanal. Como destacam Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, esses jornais formaram a Rede de Democracia por acreditar que o capitalismo e as instituições liberais-democráticas estariam ameaçadas pelo comunismo. Também é importante mencionar que nem todos os jornais acima mencionados mantinham uma posição anticomunista radical. Em alguns momentos, o tom da crítica parecia suavizado, como podemos perceber na reportagem que a *Folha de S. Paulo* publicou sobre os embates políticos no final de 1963. “Com a mesma veemência, porém, com que nos opomos a esses extremistas [da esquerda], consideramos lutar contra os que, a pretexto de combater o comunismo, falam língua parecida com a do fascismo, do nazismo e outras da mesma espécie”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 de dezembro de 1963, p. 4.

<sup>142</sup> ARRAES, Miguel. *Pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 52.

<sup>143</sup> TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1965, p. 14.

<sup>144</sup> DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964. Esse foi o título que recebeu a edição brasileira. Escrito em 1963 foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 1964. Trata-se de um texto de caráter acadêmico e foi escrito com farta documentação sobre os inúmeros discursos de Fidel Castro – e seus principais secretários – leis, decretos e artigos promulgados

que, como outros<sup>145</sup>, também constituiu estratégia de combate ao comunismo. De acordo com os documentos publicados por José Díaz, foi criado “o Ministério de Recuperação de Propriedades Desapropriadas que passou a efetuar os confiscos, sem o prévio requisito do processamento judicial”<sup>146</sup>. Essas ações representavam uma demonstração de violação da Constituição Cubana de 1940, que Fidel prometera respeitar. O Artigo 24 dessa carta proibia o confisco da propriedade privada. No entanto, havia uma brecha que permitia essa possibilidade, desde que se tratasse de interesse social e público e, em “tais casos, a desapropriação seria efetivada somente depois da avaliação judicial e respectivo pagamento de indenização em moeda corrente”<sup>147</sup>. Tão logo Castro assumiu o poder, tratou de alterar o Artigo 24, descartando desde então a avaliação judicial para proceder aos confiscos.

Outra decisão de Fidel Castro, que certamente concorreu para tensionar a política em Cuba, diz respeito à desapropriação em consequência da Reforma Agrária. As propriedades confiscadas deixavam de passar pelo crivo judicial e as indenizações não seriam pagas em moeda corrente<sup>148</sup>. Assim, a “Lei da Reforma Agrária autorizou o pagamento em títulos públicos dos bens confiscados”<sup>149</sup> e, para agilizar os confiscos, foram criados os Tribunais de Terras “com a missão de proceder aos necessários trâmites judiciais para as desapropriações”<sup>150</sup>, conforme poderia se encontrar nos artigos 31 e 54 da *Lei Constitucional da Reforma Agrária*, datada de 17 de maio de 1959 e publicada na *Gazeta Oficial* na mesma data.

O Estado cubano passava a confiscar empresas também devido a *causas políticas*. A Lei da Reforma Constitucional atribuía poderes para confiscar as propriedades cujos donos “fossem culpados de atos qualificados de contra-

---

sobre as questões trabalhistas em Cuba, baseando-se, principalmente, nos registros do *Diário Oficial* do governo cubano. O texto/documento está estruturado em oito capítulos, onde o autor relata os principais embates em torno das questões trabalhistas vivenciadas em Cuba. De acordo com Díaz, a política de confisco foi baseada em seis princípios: confisco por malversação; desapropriação em consequência da Reforma Agrária; intervenção devido a problemas trabalhistas; encampação de empresas devido a colapsos causados por problemas econômicos; confisco devido a causas políticas; e nacionalização de propriedades cubanas e estrangeiras.

<sup>145</sup> Durante as pesquisas localizei alguns livros que foram publicados e financiados pelo governo britânico para combater o comunismo no Brasil. Esse material será estudado em futuras pesquisas.

<sup>146</sup> DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964, p. 12.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>148</sup> De acordo com José Díaz, as indenizações – em moeda corrente ou em títulos públicos – não estavam sendo pagas até o momento da escrita daquele livro, ou seja, 1963.

<sup>149</sup> DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964, p. 12.

<sup>150</sup> Ibidem, p. 13.

revolucionários”<sup>151</sup>. Ou seja, propriedades poderiam ser desapropriadas se seus donos fossem contrários aos objetivos da Revolução Cubana. Não definir especificamente que ações seriam consideradas contrarrevolucionárias poderia ampliar o raio de ação do governo, na medida em que muitas ações poderiam ser classificadas como contrarrevolucionárias dependendo dos interesses e da interpretação daqueles que estavam no poder. Portanto, não se tratava de uma imprecisão no sentido estrito. O objetivo era preciso, ou seja, não definir *a priori* quais questões políticas seriam consideradas contrárias à revolução. Dessa forma, a lei possibilitava ao governo estender suas ações confiscatórias a uma infinidade de situações. Portanto, a indefinição era uma estratégia política.

De acordo com a Resolução Presidencial nº 1 de 6 de agosto de 1960, publicada na *Gazeta Oficial*, Fidel Castro nacionalizou 163 empresas americanas<sup>152</sup>. Ainda no mesmo mês, segundo Díaz, mais 380 empresas foram confiscadas pelo Estado, sendo muitas delas de proprietários cubanos, demonstrando, na concepção desse autor, que o confisco que Castro vinha instituindo não se restringia a uma questão política contra o imperialismo norte americano.

Na interpretação do historiador Carlos Alberto Barão, as disputas em torno da Revolução Cubana e seus desdobramentos na América Latina ganharam significativa importância com a II Declaração de Havana, representando um momento de importantes mudanças na política ligadas às esquerdas. A II Declaração, para ele, aparece como resposta ao programa Aliança para o Progresso e, com sua aprovação em 4 de fevereiro de 1962, “não se afirmaram apenas objetivos gerais, mas especificava-se a necessidade da via revolucionária para solucionar a situação dos povos da América Latina”<sup>153</sup>. Destaca ainda que do texto da II Declaração – e também dos escritos de Che, como *Guerra de guerrilha* – depreendia-se, que de certa maneira, as Forças Armadas não

---

<sup>151</sup> DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964, p. 16. Nessa citação optei por manter a grafia original da palavra *contrarrevolucionário*.

<sup>152</sup> Dentre as empresas estavam “moinhos de arroz e trigo, indústrias de latarias, químicas e metalúrgicas, de papel, de construção, de eletricidade, de cosméticos, de maquinaria industrial e agrícola, de fumo, companhias de navegação e de financiamento de automóveis, agências fotográficas e de turismo, hotéis, cassinos, bares, cafés, lavanderias, armazéns, casas atacadistas de drogas etc.”. DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964, p. 17.

<sup>153</sup> BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Vol I. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 235. Destaca ainda Carlos Alberto Barão que o texto da Declaração denunciava o imperialismo norte-americano como o principal responsável pela exploração e miséria existentes na região e conclamava os povos à luta, mostrando o que seriam a vanguarda revolucionária (classe operária e intelectuais revolucionários), o espaço geográfico adequado (o campo), as estratégias a serem usadas (as contradições internas entre os militares como aliança) e os agentes a serem mobilizados.

eram invencíveis. O povo quando unido ou coordenado poderia vencê-las. Também ficava a mensagem de que não se devia esperar demasiado para fazer a revolução, porque a mobilização poderia gerar o foco insurrecional e este criaria as condições para a exequibilidade da revolução.

O *Diario de Pernambuco* demonstrou atenção especial à política de confisco executada pela Revolução Cubana. No dia 9 de agosto de 1960 publicou que “Fidel Castro desapropriou todas as propriedades norte-americanas em Cuba”<sup>154</sup>. Certamente que as ressonâncias das ações realizadas pela Revolução Cubana não chegavam ao Brasil de maneira mecânica e automática, mas concorriam para tensionar os debates políticos vividos naquele momento, haja vista ser o tema da desapropriação, por exemplo, um dos debates presentes nas discussões políticas daquele momento.

Nesse sentido, parte da imprensa brasileira associava a luta dos trabalhadores do campo, principalmente, como demonstração de que em Pernambuco se encontrava uma revolução comunista em ascensão. As greves e as possibilidades de ocorrer alguma desapropriação eram divulgadas como demonstração de desrespeito às leis e como ameaça à propriedade privada, tudo resultante, por extensão, da política liderada pelo governador Miguel Arraes.

### ***“O Estado de revolução em Pernambuco”***

As disputas políticas vividas em Pernambuco na década de 1960 estiveram em pauta nas páginas dos principais jornais do país, principalmente nos meses iniciais de 1964<sup>155</sup>. Manchetes com letras garrafais e reportagens de página inteira estampavam os perigos que os jornais acreditavam ventilar de Pernambuco, com a sistemática organização e crescimento do comunismo no governo de Miguel Arraes. Eram discursos que representavam o Estado como palco de tensão política, espaço regido pela insegurança constante, pelo perigo cotidiano diante das ações que os comunistas estavam perpetrando na capital e em diversas cidades do Estado. Segundo as reportagens, as inquietações resultavam das incertezas sobre os desdobramentos das lutas políticas, em que propriedades estavam sendo invadidas, fábricas saqueadas e tomadas por levantes comunistas, tudo com a complacência do governo estadual.

---

<sup>154</sup> *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 de agosto de 1960, p. 2.

<sup>155</sup> Ao chegar ao Arquivo Nacional, em sua sede no Rio de Janeiro, e iniciar a pesquisa sobre a década de 1960 em Pernambuco, começou a se descortinar que o discurso de ameaça, amplamente em circulação no Estado, não ficou restrito às fronteiras pernambucanas. Uma significativa quantidade de matérias foi publicada nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo sobre Pernambuco no início da década de 1960.



O periódico carioca *O Jornal* abria espaço em suas páginas para trazer Pernambuco em destaque no dia 1º de março de 1964. Em letras garrafais estampou:



Em seguida destacava: “Uma série de violências foi desencadeada, ontem, em toda zona açucareira de Pernambuco, pelos operários das usinas, em greve desde segunda-feira última, e insuflados pelos agitadores das Ligas Camponesas”<sup>156</sup>. Esse jornal apresentava, em suas páginas, um Estado sob o signo da desordem e da ameaça à propriedade. Destacava que a insegurança e a desordem não estavam restritas a Recife nem à área metropolitana, mas havia se espalhado pelo interior; havia dominado todo o Estado.

Numa estratégia de fazer imprimir o símbolo da subversão e da ilegalidade, parte dos jornais passou a fazer a cobertura das lutas reivindicatórias dos trabalhadores como demonstração de perigo, pois representavam a organização dos comunistas no Estado<sup>157</sup>. O perigo era cada vez mais iminente, pois o comunismo em Pernambuco contava com o apoio das autoridades ligadas às esferas administrativas, assim a sublevação crescia, portanto, com o apoio das autoridades estaduais ligadas ao governo Miguel Arraes. De acordo com o noticiário de *O Jornal*, na Zona da Mata os trabalhadores em greve estavam assaltando e usando viaturas da própria polícia, “além de cortarem o abastecimento de água e impedir o do leite”<sup>158</sup>. Por meio da violência, destacava o *periódico*, apenas na Usina Pumati, duzentos e cinquenta mil litros de garapa foram perdidos, porque os grevistas não teriam permitido seu aproveitamento, o que resultara em grandes prejuízos.

<sup>156</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de março de 1964. Não disponho do número da página, pois essa reportagem encontra-se arquivada no SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional), e nesse banco de dados não há registro do número da página correspondente no jornal. As pessoas responsáveis pelo arquivamento não registraram a numeração das páginas em que as reportagens se encontravam. Por esquecimento ou falta de conhecimento, os arquivistas, ignorando a importância de tal dado, não registraram, em nenhuma matéria, o número correspondente da página no jornal, ignorando que o lugar em que cada reportagem ocupa no jornal é resultante de intensa disputa política editorial, sendo instrumento importante para o pesquisador perceber o lugar que cada matéria ocupa, que revela não apenas uma concepção gráfica, mas, principalmente, política. Por essa razão, nas matérias encontradas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro não será mencionada a página. A situação se aplica às reportagens arquivadas também no banco de dados do acervo *Memórias Reveladas*, do mesmo arquivo.

<sup>157</sup> As pesquisas do historiador Antonio Torres Montenegro (2012, 2010, 2004 e 2003) são bastante significativas e oferecem importantes contribuições para entender os embates políticos no Estado no período em estudo. Outro estudo importante sobre as embates políticos vividos no Estado entre os anos de 1958 a 1964 é o trabalho do historiador Pablo Porfírio (2009), *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*, publicado pela editora da UFPE.

<sup>158</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de março de 1964. SIAN.

Segundo *O Jornal*, outras usinas também estavam vivendo situação de completo descontrole e desordem promovida pelos trabalhadores em greve. Destacou que nas usinas Catende, Roçadinho, União, Jaboatão e Aliança, os grevistas tinham “proibido que os transportes das fábricas levassem gêneros alimentícios para provisão dos barracões dos engenhos”<sup>159</sup>. A situação ficava cada vez mais conflituosa, pois as lideranças comunistas, por meio dos sindicatos, estavam percorrendo as usinas incentivando os trabalhadores a recorrerem à violência e ao uso das armas para enfrentar os donos das usinas, diante da ausência proposital da polícia para a manutenção da ordem, de acordo com o noticiário carioca.

*O Jornal* destacava ainda que os grevistas, influenciados pelos comunistas, estavam depredando os escritórios das usinas localizados em Recife. Toda situação representava a “força da desordem recrutada e usada para quebrar normas, violar direitos, para destruir a hierarquia, o hábito de respeito às instituições vigentes, crime esse que, também impunemente, voltou a se repetir”<sup>160</sup>. O Conselho da Associação Comercial teria se reunido em caráter extraordinário para discutir a situação. De acordo com o jornal, essa entidade declarou que ninguém mais poderia negar que, em Pernambuco, como em todo o país, estava em franco crescimento um processo revolucionário com a complacência dos governos federal e estadual.

Ao analisar o período em tela, estudando o sindicalismo rural em Pernambuco nos anos sessenta, a historiadora Maria do Socorro de Abreu e Lima destaca que as tensões políticas vividas naqueles momentos eram resultantes de um conjunto de forças em atuação no espaço rural. Para ela,

A mobilização foi o coroamento de uma série de lutas e pequenas greves levadas durante todo o ano nos engenhos e usinas, algumas espontâneas, outras preparadas. Fruto do trabalho organizado de diferentes forças que atuavam no campo, inclusive do governo estadual, que procurou evitar que a polícia continuasse servindo aos interesses do latifúndio, como era de costume<sup>161</sup>.

No discurso que ofereciam aqueles jornais, as reivindicações dos trabalhadores no início da década de 1960 em Pernambuco estavam sendo orquestradas pelos comunistas, constituindo desrespeito à ordem vigente. De acordo com suas matérias, o perigo residia, talvez, no fato de que os trabalhadores estavam criando um campo de

---

<sup>159</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de março de 1964. SIAN.

<sup>160</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 1º de março de 1964. SIAN.

<sup>161</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006, p. 198.

forças por meio do qual levavam aos prosclênios das lutas políticas suas inquietações. Dessa forma estavam construindo as condições da possibilidade de defender seus interesses, levar à mesa de negociações seus argumentos, suas propostas, seus objetivos, e assim criavam também redes de solidariedade para enfrentar as forças de oposição dos patrões. Ou seja, criavam as condições para assumir outra posição diante do poder de mando dos patrões. No entanto, essas disputas não afetavam a todos os trabalhadores de maneira uniforme. Como destaca a historiadora Maria do Socorro Abreu e Lima, também não “eliminava de um só golpe o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários”<sup>162</sup>.

No dia 2 de março de 1964, o jornal *O Globo*, por sua vez, destacava que a sublevação estava gerando grandes prejuízos econômicos em Pernambuco. Com manchete intitulada “Agitação em Pernambuco dá prejuízo de 2 bilhões” o periódico apresentava um discurso por meio do qual as ações dos comunistas eram consideradas questão não apenas política, mas também econômica. Ou seja, a influência dos comunistas estava afetando diretamente a economia do Estado. Na edição do dia 5 de março voltava sua atenção a Pernambuco e sentenciava: “qualquer psicólogo reconhecerá que se trava em Pernambuco uma batalha, em que atua, fortemente, a sugestão coletiva, utilizada com habilidade e incentivo de seu governo pelos agentes do comunismo internacional”<sup>163</sup>.

Entretanto, não devemos esquecer que as greves também implicavam mudanças na dinâmica cotidiana da vida de uma significativa parcela da sociedade. Como analisam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, muitas interpretações não levam em consideração as dificuldades implantadas com os desdobramentos das greves, que “causavam enormes incômodos à população em geral, o que se desdobrava em grandes prejuízos políticos para o governo Goulart”<sup>164</sup>. Prejuízos que também foram sentidos pelo governo Miguel Arraes, pois era acusado na imprensa como responsável pelas greves ocorridas no Estado e por incapacidade de resolvê-las.

---

<sup>162</sup> Ibidem, p. 198.

<sup>163</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1964. SIAN.

<sup>164</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 248.

## Capítulo II

### Crônica, política e comunismo: embates e combates no campo da escrita

*O medo, com sua física,  
tanto produz: carcereiros,  
edifícios, escritores,  
este poema; outras vidas.*

(Carlos Drummond de Andrade. O medo)

*Diz-me o que lê e dir-te-ei quem és.*

(Jornal A Defesa, Caruaru, 17 de maio de 1958, p. 2.)

O discurso da ameaça comunista produziu diferentes significados nas relações sociais da década de 1960 no município de Caruaru. Não foi representado apenas nas reportagens e notas policiais dos jornais de oposição. Não se fez presente apenas nas homilias clericais, nos comícios políticos ou no plenário da Câmara de Vereadores. O discurso do perigo comunista foi produzido também no campo da crônica jornalística.

As crônicas analisadas neste capítulo foram publicadas entre os anos de 1960 e 1963, período marcado por intensas disputas políticas, nas quais Jânio Quadros foi eleito presidente e logo depois renunciou, foi implantado o parlamentarismo no Brasil e realizado um plebiscito para decidir se o país voltaria ou não ao regime presidencialista. Nesse sentido selecionei algumas crônicas que possibilitam estudar como o discurso da ameaça comunista foi produzido nesse campo literário e publicado nos jornais em circulação em Caruaru, o *Vanguarda*, *A Voz do Agreste* e *A Defesa*.

As crônicas selecionadas trataram de diversos temas. Os cronistas abordaram a importância de evitar que as crianças lessem literatura considerada de esquerda, para não se contaminarem com o comunismo. Também foram comentadas as disputas que envolveram um estudante secundarista quando foi impedido de matricular-se no Colégio Diocesano da cidade por ser considerado comunista, a campanha política para presidente da República, a renúncia de Jânio e a posse de Jango. Foram momentos em que o discurso anticomunista imprimiu o tom da narrativa de muitas crônicas. Essas temáticas possibilitaram analisar como o discurso do perigo comunista esteve presente em distintos momentos e em diferentes disputas vividas naquele período.

Os jornais<sup>165</sup> em circulação na cidade publicaram as crônicas em três colunas. “Poeira de Estrelas”, assinada por Waldir Rocha, no jornal *A Voz do Agreste*, “Poeira de Besteiras”, assinada por Dom Casmurro<sup>166</sup>, e “Olha à Esquerda”, assinada por Costa Pereira, estas duas últimas publicadas no jornal *Vanguarda*. Também analisarei alguns artigos do periódico *A Defesa* por fazerem referência a temas relacionados às crônicas em análise<sup>167</sup>.

O jornal *A Voz do Agreste* pertencia ao deputado estadual Adalberto Tabosa de Almeida, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O jornal, em muitos momentos, abriu espaço para seus colonistas e editores criticarem o crescimento do comunismo em Caruaru e os perigos que representava para a sociedade naquele momento. O próprio Tabosa de Almeida, quando da renúncia de Jânio Quadros, escreveu uma longa matéria defendendo a implantação do parlamentarismo. Nesse sentido a filiação partidária do proprietário do jornal não significava concordância ou apoio a João Goulart.

O periódico *Vanguarda* foi fundado em 1º de maio de 1932 por José Carlos Florêncio<sup>168</sup>. No período em estudo mantinha uma linha editorial que demonstrava uma proximidade com as propostas políticas das esquerdas. Em suas páginas encontramos

---

<sup>165</sup> Não pretendo me estender nas discussões sobre os jornais como objeto de análise historiográfica, pois para cada um dos periódicos mencionados seria necessário uma tese para estudá-lo. Para uma análise sobre os jornais como objeto de estudo, ver DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006; Da mesma autora, ver *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. Ver também: COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>166</sup> Pseudônimo usado pelo autor da coluna.

<sup>167</sup> É importante destacar que as discussões políticas encontradas nos artigos, notas e matérias dos jornais não significaram necessariamente adesão dos periódicos às ideias expostas em suas páginas. Por esse ângulo interpretativo, os trabalhos da pesquisadora Alzira Alves de Abreu sobre a imprensa no período em estudo fornecem importante contribuição. A pesquisadora chama a atenção para o fato de que muitos jornais abriam suas páginas a diferentes concepções políticas também como estratégia para somar dividendos e cobrir gastos, pois recebiam pelas publicações, ou seja, eram também empresas e, como tal, tinham objetivos econômicos, e não apenas políticos. ABREU, Alzira Alves de. *Participação da mídia na queda do regime democrático no Brasil e sua atuação durante o regime militar: luta pela democracia*. Texto apresentado no Seminário Internacional Políticas de la Memoria, Buenos Aires, novembro de 2013, e disponível nos anais do evento. \_\_\_\_\_. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo João Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

<sup>168</sup> José Carlos Florêncio era jornalista e aos 20 anos decidiu fundar um jornal independente em Caruaru. Ele adquiriu, então, a tipografia A Primavera, com uma sofisticada máquina para a época, que imprimia duas páginas de uma só vez. José Carlos Florêncio esteve à frente do jornal até sua morte, em 1964. Informações disponíveis no site do jornal <<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/>> Acesso em: 9 set. 2014.

diversos artigos, notas e matérias – além das crônicas – de intelectuais da cidade que, direta ou indiretamente, se manifestavam em defesa do comunismo. Colunistas do jornal como Francisco de Assis Claudino e Henrique de Figueiredo publicaram diversos artigos que foram usados como demonstração de apoio e divulgação do comunismo na cidade, de acordo com os agentes do Dops-PE. Todavia, também encontramos artigos e notas no jornal *Vanguarda* que faziam críticas às ideias comunistas.

O jornal *A Defesa*, por sua vez, pertencia à Diocese do município de Caruaru, cuja linha editorial manteve uma postura ácida em relação às discussões que envolveram o comunismo. Foi fundado em 5 de junho de 1932 pelo Círculo Católico da cidade<sup>169</sup>. O periódico desfrutava de uma significativa circulação em diversas cidades de Pernambuco, chegando também aos estados de Alagoas, Piauí, Sergipe e Paraíba. Nesse sentido constituiu importante espaço de divulgação e circulação das propostas católicas, bem como das lutas contra o comunismo.

Nas páginas desse semanário encontramos diversas críticas em tons alarmantes sobre os perigos que eles acreditavam que o comunismo representava. Em suas edições emergia um discurso de alerta e ameaça associado ao perigo que representaria uma vitória dos candidatos comunistas. Nesse sentido o jornal se colocava em defesa de dois princípios que estariam ameaçados pelo crescimento comunista: a manutenção da família e a permanência da Igreja católica porque, se o comunismo triunfasse no Brasil, destruiria o modelo de família vigente e fecharia todos os templos religiosos.

O campo da escrita é marcado por uma constante tensão. O autor pensa no leitor desde as primeiras palavras, como enfatiza Chartier<sup>170</sup>. Nesse sentido, as palavras encenam em um palco onde precisam criar laços de confiança com o leitor. A representação da escrita precisa, portanto, produzir efeitos de verdade para imprimir legitimidade à sua apresentação. Assim, escrita e leitura bailam juntas nas melodias que criam o mundo, mesmo desempenhando papéis distintos. Não se confundem, mas no palco da representação precisam unir-se, pois a escrita deseja imprimir à leitura o passo da confiabilidade.

As relações entre escrita e leitura, portanto autor e leitor, aparecem muito próximas e de maneira singular no gênero da crônica jornalística. Sendo as crônicas a

---

<sup>169</sup> Em 15 de agosto de 1950 foi reestruturado por Dom Paulo Libório, o primeiro bispo da Diocese de Caruaru. No final da década de 1950 e início de 1960, a direção do jornal esteve sob responsabilidade do padre Zacarias Lino Tavares.

<sup>170</sup> Para uma análise detalhada da relação entre escrita e leitura ver CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2007.

base documental do presente capítulo, algumas discussões são oportunas e necessárias. Machado de Assis escreveu que a principal característica da crônica era tratar de “cousas ínfimas”<sup>171</sup>. A crônica abordaria, assim, as coisas pequenas, os assuntos miúdos que faziam – e fazem – parte do dia a dia das pessoas. Constitui um registro dos temas corriqueiros, até banais, que se encontram na cotidianidade dos atores sociais mais diversos. É marcada pela rapidez e simplicidade narrativa, de acordo com Antonio Candido<sup>172</sup>. Simplicidade narrativa, entretanto, não significa gênero simples, desprovido de elaboração e cuidado com a narrativa.

Outra característica da crônica, para Machado de Assis, é a cumplicidade entre o autor e o público leitor<sup>173</sup>. O cronista, com a seleção das questões discutidas e a forma de narrá-las, cria uma espécie de confiabilidade com seus leitores. Estabelece laços de reconhecimento entre aquele que narra e os sujeitos a quem se destina a narração. A crônica cria, assim, a possibilidade da construção de códigos compartilhados entre o autor e o leitor.

Nessa perspectiva, o autor da crônica se coloca dentro da dinâmica social da qual ele retira as questões que compõem suas narrativas. Faz parte do cenário, nele se encontra inserido. Trata-se, portanto, de uma leitura do tempo presente, viabilizada pelas lentes do sujeito narrador, que se encontra no fluxo das discussões, dentro dos embates e interesses políticos. Por assim dizer, é um sujeito/autor *de dentro*. Não que seja possível a algum autor se encontrar *de fora*.

A crônica imprime essa condição ao seu autor. Ela é sua assinatura do tempo e do lugar de onde ele narra. Nesse sentido, a crônica não reflete nem espelha alguma realidade. Ela é parte constitutiva do que se considera realidade, na medida em que nomeia, aponta, discute, analisa e transforma. Para tanto, os cronistas recorrem da leveza, da síntese narrativa para conquistar os leitores. Importante destacar também que a crônica não é um gênero estático. Encontra-se em movimento de transformação e se adequa às mais diversas situações, cenários, temáticas abordadas e às especificidades que os próprios autores imprimem às suas crônicas. Portanto, não há como pensar em

---

<sup>171</sup> Manassés (Machado de Assis). *Historia de quinze dias*. Ilustração Brasileira, 1º de agosto de 1876. Apud CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 9.

<sup>172</sup> CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

<sup>173</sup> Ver CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

características permanentes, imutáveis para o gênero, mas distinções e singularidades cambaleantes que ajudam a compor sua tessitura, como ressaltam Sidney Challoub, Margarida Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira.

Entre as crônicas localizadas nos jornais de Caruaru, um conjunto delas foi assinado por um pseudônimo. “Poeira de Besteiras” foi assinada por Dom Casmurro, uma alusão do seu autor ao personagem de Machado de Assis. Justamente em Machado encontramos uma explicação para o recurso do pseudônimo. Para o autor de *Dom Casmurro*, “o pseudônimo adequa-se ao assunto e à preocupação da época”<sup>174</sup>. Coelho Neto, outro cronista brasileiro, afirmava que o pseudônimo “não é bem um disfarce, uma máscara”<sup>175</sup>, constituía-se antes em uma cuidadosa opção narrativa.

### ***As crônicas como campo de batalha política em Caruaru: embates e debates***

As crônicas localizadas nos mencionados jornais constituíram-se em espaço de intensos debates sobre os assuntos que estiveram na pauta de discussão e interesse dos jornais e dos autores. Nas crônicas estudadas, o comunismo e o anticomunismo não foram tratados como excepcionalidades nem como raridades, tampouco foram os únicos temas abordados por seus autores. Fizeram parte das discussões corriqueiras, dos assuntos cotidianos como tantos outros temas presentes nos textos. Todavia, não sabemos como o público leitor recebia e interpretava aquelas crônicas. Entretanto, elas circularam, foram lidas, discutidas, comentadas e também contestadas, pois alguns articulistas passaram a comentar os conteúdos das crônicas de Dom Casmurro.

No discurso das crônicas, a ameaça comunista não residia apenas no uso de foices, facões, enxadas, invasões a fazendas, ou ainda por inúmeras pessoas ligadas ao comunismo estarem ocupando cargos políticos no Estado, como relatava parte da imprensa escrita que fazia oposição ao comunismo. Nas crônicas, outros perigos eram apresentados em torno do comunismo em Caruaru.

Na coluna “Poeira de Estrelas”, dentre uma variedade de assuntos abordados, o comunismo e o perigo que representava para a população era um dos temas mais recorrentes. O comunismo era narrado como um mal a ser evitado, como um perigo a

---

<sup>174</sup> *Gazeta de Notícias*, 12 de janeiro de 1912. SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos*. Brasília: INL, 1979. Apud CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

<sup>175</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p. 13.



ser combatido. Era apresentado como uma ameaça que se alastrava, de maneira perigosa, também na escrita e na leitura de livros vendidos em Caruaru na barraca de jornais e revistas Yuri Gagarin.

No dia 5 de fevereiro de 1961, Waldir Rocha, autor da coluna “Poeira de Estrelas” – na crônica intitulada “Eu acuso” –, alertava seus leitores para os inúmeros perigos que ameaçavam os destinos da sociedade não apenas caruaruense. Afirmou que ninguém de bom senso poderia negar que o comunismo caminhava a passos largos para a conquista do mundo. Constituía-se em forte inimigo, que crescia em velocidade meteórica, superando em número de adeptos o cristianismo, levando em consideração o tempo de existência da crença cristã. Tratava-se, portanto, de um inimigo que não se poderia desprezar. Diante do perigo da situação, perguntava: “Quem são os culpados da penetração do comunismo ateu que visa destruir a igreja de Cristo e a família em nosso país?”<sup>176</sup> e assim fazia uma série de acusações que no seu entender eram responsáveis pelo clima de incerteza e ameaça vivido naquele momento. Por isso acusava

os dirigentes de educandários, os literatos da terra e os líderes estudantis esclarecidos, por cruzarem os braços, permitindo que o comunismo tome impulso e contagie os jovens que estão agora despertando para a vida<sup>177</sup>.

Waldir Rocha alertava o público para os riscos da leitura dos livros – por ele considerados subversivos – que eram vendidos na barraca de jornais e revistas Yuri Gagarin. Entre os autores subversivos que precisavam ser combatidos encontravam-se Jorge Amado e Karl Marx. Mostrava-se indignado e preocupado ao enfatizar que um dos jovens, responsáveis pela barraca, já tinha lido quase todas as obras de Jorge Amado, Karl Marx e uma infinidade de socialistas, além de praticamente tudo que se publicara, até então, em defesa da Revolução Cubana e Fidel Castro, e ainda não tinha nem quatorze anos de idade. Para Waldir Rocha, a literatura subversiva circulava livremente na cidade e adquiria adeptos entre os jovens leitores porque em larga medida as autoridades competentes não investiam na construção de bibliotecas em lugares estratégicos, equipadas com funcionários qualificados e acervo com livros de “sã literatura”, como se referiu.

Como indica o título da crônica “Eu acuso”, o autor, mais que alertar, fazia uma denúncia pública. Nesse sentido, sentenciou: “saibam que o senhor Gregório Bezerra, um dos componentes da choldra de covardes que, nas caladas da noite, assassinou à

---

<sup>176</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 5 de fevereiro de 1961, p. 5.

<sup>177</sup> *Ibidem*.

traição os próprios companheiros, encontra-se em Caruaru, fazendo conferências nos bairros, ‘doutrinando’ o povo. Contra isso nada se faz”<sup>178</sup>.

Na mesma edição da crônica “Eu acuso”, encontramos um artigo discutindo a influência da literatura na formação da criança. Intitulado “A criança e a sã literatura”, o artigo destacava a importância da leitura na formação social e cristã dos jovens. Segundo Rubem Prado, autor do artigo, era crucial evitar que os futuros cidadãos fossem contaminados por uma literatura subversiva<sup>179</sup>. Para tanto deveriam “colocar bons livros nas mãos das criancinhas, pois são elas a esperança gloriosa dos dias porvindouros”<sup>180</sup>. Os livros bons, de acordo com o autor, seriam aqueles que não ensinassem mensagens políticas a favor do comunismo, porque eram contrárias aos ensinamentos cristãos.

Para Rubem Prado, a leitura de *bons livros* era uma das preocupações centrais e princípio fundante na formação social e cristã dos jovens. A literatura, quando imprópria, era uma perigosa arma na destruição dos valores cristãos. Contaminava os jovens e retirava-os do caminho certo, pois uma literatura inadequada desviava os jovens das doutrinas de Cristo, comprometendo seriamente o destino do país. Para o pastor Rubem Prado, se oferecesse boa e sã literatura à criança ter-se-iam homens dignos e capazes de dirigir bem e com sabedoria os destinos da pátria.

As publicações sobre a importância da literatura e seus desdobramentos na política local eram assuntos recorrentes na coluna assinada por Waldir Rocha, que estimulou discussões em outros jornais. Outra coluna de crônicas foi criada no jornal *Vanguarda*, denominada “Poeira de Besteiras”, para se contrapor à coluna “Poeira de Estrelas”.

Waldir Rocha chegou a elogiar a maneira como Dom Casmurro escrevia suas críticas. No entanto, não eram as qualidades ou defeitos literários que ele combatia em seu rival. Era antes a posição política exposta na coluna “Poeira de Besteiras”, com críticas não apenas à literatura, mas principalmente àquelas destinadas a algumas personalidades e lideranças políticas da cidade de Caruaru. Nas crônicas de Dom Casmurro apareciam críticas constantes à ala conservadora da Igreja católica e das

---

<sup>178</sup> “Poeira de Estrelas”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 5 de fevereiro de 1961, p. 7.

<sup>179</sup> O artigo foi assinado por Rubem Fernandes Prado. Ele era pastor da Igreja Batista de Caruaru e autor da coluna “Divulgando o Evangelho”, publicada no jornal *A Voz do Agreste*. O artigo demonstrava também que não apenas as lideranças católicas estavam preocupadas com as leituras que acreditavam ser capazes de influenciar a formação das crianças com as ideias comunistas.

<sup>180</sup> Divulgando o evangelho: a criança e a sã literatura. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 5 de fevereiro de 1961, p. 5.

demais igrejas também. Em razão disso Waldir Rocha qualificava os escritos da coluna “Poeira de Besteiras” de esquerdistas e, por consequência, Dom Casmurro como elemento comunista na cidade de Caruaru.

O confronto entre as colunas voltava a ser debatido nas crônicas de “Poeira de Estrelas”. Ao comentar o que é um jornal, Waldir Rocha enaltecia as funções que um periódico podia desempenhar na sociedade. Para ele, o jornal era uma espécie de sentinela avançada na defesa dos direitos dos povos; era a voz dos injustiçados, cuja finalidade era “educar o povo e orientá-lo na direção do que é justo e bom para a Pátria e a família”<sup>181</sup>. Nesse sentido, afirmou que os jornais de Caruaru não precisavam “das críticas pouco construtivas, e às vezes, por demais severas, de Dom Casmurro em sua sessão poeirenta de... besteiras. Ele seria mais útil ao jornalismo da terra se, deixando o anonimato [em] que habilmente se esconde, viesse emprestar sua colaboração à cultura”<sup>182</sup>. Para ele, as críticas de Dom Casmurro não contribuíam para a construção de uma sociedade coesa e arquitetada nos valores cristãos de pátria e família. Eram, portanto, leituras desviantes desses valores e, assim, poderiam estar influenciando os jovens que iniciavam a vida pelos caminhos da leitura e da escrita.

As crônicas de Dom Casmurro repercutiram de maneira significativa entre os intelectuais da cidade. Na reconstrução mnemônica de seu autor, “Poeira de Besteiras marcou época em Caruaru”<sup>183</sup>. Entre os que tinham o hábito da leitura dos semanários de Caruaru, suas crônicas eram uma das mais comentadas nos cafés, bares e bibliotecas. Não apenas suas leituras críticas provocavam questionamentos. Muitos desejavam saber quem era Dom Casmurro<sup>184</sup>.

### ***Cuidado: Dom Casmurro é comunista***

O autor da coluna “Poeira de Besteiras” teve sua vida alterada também pelas disputas tecidas entre a literatura que ele lia e escrevia e a política. Quando localizei o prontuário funcional do município de Caruaru, no acervo do Dops-PE, no documento intitulado “Relações dos elementos comunistas da cidade de Caruaru”, encontrava-se grifado a lápis o nome dele<sup>185</sup>. Em uma das entrevistas, ele relembrou que suas crônicas

---

<sup>181</sup> “Poeira de Estrelas”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 19 de março de 1961, p. 7.

<sup>182</sup> Ibidem.

<sup>183</sup> Entrevista realizada com Dom Casmurro em Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

<sup>184</sup> Muitos artigos de diferentes articulistas foram publicados no jornal *Vanguarda* e *A Voz do Agreste* sobre as crônicas de Dom Casmurro e a identidade de seu autor.

<sup>185</sup> Após localizá-lo por telefone, marquei um encontro para uma entrevista. Chegando à sua residência, depois dos cumprimentos de praxe e da explanação das razões que me conduziram à sua cidade, ele

publicadas nos jornais da década de 1960 – ou até 1964 – lhe trouxeram alguns problemas. Escrevendo críticas literárias para o jornal *Vanguarda*, despertou a admiração de uns e a fúria de outros.

Em seus relatos de memória, ele afirmou que havia em Caruaru algumas pessoas metidas a escritor, mas na verdade não escreviam nada de valor literário. Ele assim relembrou aquelas disputas:

Aqui tinha um sargento metido a literato, a poeta, e criou uma coluna no jornal *A Voz do Agreste* e botou o título “Poeira de Estrelas”. Nessa “Poeira de Estrelas”, ele fazia aquelas crônicas melosas, poesia romântica, com notinhas sociais. E para fazer uma gozação com a coluna “Poeira de Estrelas”, eu criei “Poeira de Besteiras”... “Poeira de Besteiras” era a minha coluna. E nessa coluna eu mandava o sarrafo, esculhambava com todo mundo, coisa até não muito justa. Essa coluna fez época em Caruaru, porque ninguém sabia quem era o autor<sup>186</sup>.

A escolha do pseudônimo Dom Casmurro era uma estratégia usada pelo autor e tinha relação direta com as experiências por ele vividas. Como leitor assíduo das obras de Machado de Assis, essa escolha instituiu um lugar de fala para o autor da coluna “Poeira de Besteiras”. Nesse sentido, esse recurso tanto caracterizava o gênero da crônica como marcava uma posição nas relações políticas daquele tempo, naquele espaço. Como relembrou em entrevista, “Dom Casmurro fez época em Caruaru”. Ou seja, grafou no tempo suas marcas; se fez presente nas disputas políticas daquele momento, porque muitos desejavam saber quem era ele, publicaram artigos e notas incitando-o a deixar o anonimato. No entanto, o pseudônimo não significava omissão nem disfarce, como apontavam os críticos de Dom Casmurro em Caruaru. Ele se fazia presente por suas críticas abordando temas, às vezes, delicados, como o envolvimento da Igreja católica local na tentativa de dissolução a pedradas de um comício organizado pelos comunistas da cidade. O uso do pseudônimo, nesse sentido, permitiu ao autor das críticas uma maior liberdade de escrita.

Enquanto se manteve presente nas publicações do jornal por meio de pseudônimo, ele não teve aborrecimentos. Um dos últimos artigos que publicou antes de abril de 1964 foi “A criação e o Criador”. Trata-se de um artigo satirizando Nelson

---

sugeriu que fizéssemos a entrevista em sua biblioteca. Ao entrar, um ar de admiração – ou inveja, confesso – senti à medida que meus olhos localizavam tantos livros. O sentimento só aumentava à medida que percebia na estante de história – pois ele separa seus inúmeros títulos por área do conhecimento – diversas obras que eu conheci nas disciplinas cursadas no mestrado e no doutorado na UFPE. Para citar alguns autores de sua biblioteca, Michel Foucault, Michel de Certeau, Roger Chartier, Robert Darnton, Paul Ricoeur e tantos outros que ficaria enfadonho citar.

<sup>186</sup> Entrevista com Dom Casmurro, em Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

Barbalho – autor de vários livros publicados sobre Caruaru<sup>187</sup> –, que estava se vangloriando de ser um grande descobridor de talentos literários. Talentos que, segundo Dom Casmurro, inexistiam na “cria e no criador”, pois não se poderia chamar de literatura o que eles produziam.

Nelson Barbalho, por meio de sua coluna “Nel Bar” no jornal *Vanguarda*, apresentava-se como um autor contrário ao comunismo. Nesse sentido, as críticas de Dom Casmurro a Nelson Barbalho foram interpretadas como defesa dos princípios comunistas e seus artigos serviram de prova para incriminá-lo quando foi preso em abril de 1964, conforme consta em seu prontuário individual no acervo do Dops-PE.

Mas as disputas envolvendo Dom Casmurro antecederam aquele artigo. A coluna “Poeira de Besteiras”<sup>188</sup> foi durante alguns meses um dos principais motivos de discórdia, de comentários, de publicações, em suma, de debates. No dia 29 de janeiro de 1961 nascia, na página 3 do jornal *Vanguarda*, “Poeira de Besteiras”, assinada por Dom Casmurro. Entre os diversos temas abordados em suas crônicas, ele destinou atenção especial para comentar as publicações dos articulistas locais. Em sua estreia, ele esclareceu a razão daquela coluna: “há tanta coisa interessante no jornalismo caruaruense, e que nós deixamos passar em branca nuvem, que vale apenas ler com mais atenção e comentar, com um pouco de malícia, um pouco de tudo, o que se diz”<sup>189</sup>. Ele lia os jornais que eram publicados na cidade e comentava em sua coluna. Para ele algumas das publicações nem mereciam uma crítica de tão ruim que era a qualidade literária. O próprio título de sua coluna já se apresentava como uma afronta; uma provocação, pois era nomear de besteiras boa parte do que se publicava nos jornais da cidade.

Havia no jornal *A Defesa* a coluna de crônicas “Agreste”, na qual seu autor fazia breves comentários sobre política internacional, dentro de uma concepção cristã-católica. Capturada pelas lentes de Dom Casmurro, aquela coluna mereceu alguns comentários, temperados com certa ironia, é verdade. Escreveu ele:

---

<sup>187</sup> Nelson Barbalho é considerado por alguns como um dos maiores autores de Caruaru, ao menos em número de títulos publicados. Entre 1968 e 1978 ele publicou dez títulos. *Major Sinval* (1968); *Terra dos Urus* (1970); *Guerras dos mascates* (1972), pela editora local Vanguarda. Em 1972 ele publicou *Caruaru*, Caruaru pela Imprensa Universitária da UFPE; em 1976 pela mesma editora publicou *Major Sinval da Francesa*; em 1974 publicou *País de Caruaru* e *Dicionário da Aguardente* pela CEPE; em 1976, *Caboclos de Urubá* também pela CEPE; em 1978, em colaboração com outros autores, publicou *50 anos de catimbó*, pela Editora Cátedra do Rio de Janeiro, e *Caruaru de vila a cidade*.

<sup>188</sup> Além dessa coluna, Dom Casmurro também publicou “Ação e Reação”, depois que “Poeira de Besteiras” deixou de ser publicada.

<sup>189</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 29 de janeiro de 1961, p. 3.

Aquele jornal [*A Defesa*] publicou uma “pitoresca nota na qual se afirma que toda campanha sistemática movida contra países que ainda têm colônias, não passa de manobra forjada nos países comunistas”. Naturalmente, penso eu, para desmoralizar o mundo Ocidental. Depois de tão judicioso pronunciamento, não me admira que o livro do Pe. Lebrecht intitulado SUICÍDIO OU SOBREVIVÊNCIA DO OCIDENTE – seja colocado no INDEX como material subversivo<sup>190</sup>.

Mais do que se contrapor à coluna do jornal diocesano, Dom Casmurro estava contrariando uma posição religiosa católica de combate ao comunismo. Essa não foi a única vez em que seus escritos entraram em rota de colisão com aqueles princípios católicos.

Os leitores e, principalmente, os que eram alvos diretos de suas críticas, desejavam saber quem estava por trás daquelas linhas. Nelson Barbalho publicou um artigo discutindo as críticas de Dom Casmurro, as quais, além de severas, estavam desestimulando os jovens iniciantes nas letras. Apresentou-se como defensor da crítica, mesmo quando o criticado fosse ele mesmo. Afirmou que, inicialmente, houve comentários na cidade que diziam ser Nelson Barbalho o verdadeiro autor, em virtude da repercussão das crônicas. Em outro momento dizia que era Francisco de Assis Claudino, “fichado na polícia como Sissi”, escrevera Nelson Barbalho. Em outros momentos, diziam que Dom Casmurro era Henrique de Figueiredo, advogado e jornalista, também apontado como subversivo comunista<sup>191</sup>. Em outros, que Dom Casmurro era Antonio Miranda, outro articulista.

Importante destacar como Nelson Barbalho marca um lugar de fala e institui uma posição política. Enfatizou que alguns comentários que circulavam na cidade diziam ser ele o autor das crônicas, pela repercussão que estava tendo a coluna de Dom Casmurro. Ou seja, colocava-se numa posição de escritor importante, cuja produção teria grande repercussão na cidade. Ele também fez questão de mencionar que Francisco de Assis Claudino, um dos suspeitos, de acordo com os boatos, de ser Dom Casmurro, fora fichado e acusado de subversão pela polícia.

Nesse sentido Nelson Barbalho demarcava um espaço e legitimava uma posição política. Diferenciava-se de outros articulistas não apenas por sua produção intelectual, mas pela posição ocupada por alguns, pois eram autores fichados pela polícia. É significativo aquele comentário que associa o nome de um dos articulistas às ações

---

<sup>190</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 12 de fevereiro de 1961, p. 4.

<sup>191</sup> Henrique de Figueiredo era o pai do artista plástico Romero de Figueiredo. Henrique de Figueiredo era um dos principais articulistas do jornal *Vanguarda*, seus artigos quase sempre eram publicados em primeira página.

policiais de perseguição aos comunistas. Em 1956 a Secretaria de Segurança Pública do Estado invadiu, fechou e desarticulou inúmeros comitês do Partido Comunista em Pernambuco, prendendo diversas pessoas ligadas ao partido, acusando-as de atividade subversiva. Entre essas pessoas estava Francisco de Assis Claudino<sup>192</sup>.

As críticas publicadas nas crônicas eram interpretadas, quase sempre, como afronta pessoal aos autores, cujos escritos eram comentados na coluna “Poeira de Besteiras”. Não raro atacavam Dom Casmurro, chamando-o de medíocre por não colocar a cara à mostra e assumir sua identidade, se escondendo atrás de um pseudônimo. Talvez em virtude de outros articulistas estarem questionando o porquê daquela coluna e o anonimato do seu autor, na sétima edição da coluna, Dom Casmurro explicou a razão de sua existência.

Nunca tivemos a pretensão de fazer crítica literária, nem construtiva. Longe de nós a vaidade de sentirmos capacitados para missão tão séria e tão espinhosa. Mesmo porque entre nós ainda não há ambiente para se fazer crítica literária. Em torno de que? De poesias esparsas e artigos de jornais. Quando muito pretendíamos apenas comentar, com um pouco de ironia e outro tanto de malícia, o lado cômico da incipiente e insipiente vida literária em Caruaru. [...] Não há razão para desânimo nem motivo para desgosto. Ninguém nasce feito nem “pronto”. É errando que se aprende. Só os presunçosos têm medo da crítica<sup>193</sup>.

Importante também destacar que Dom Casmurro se colocava em um lugar de poder e como tal construía uma escrita que o qualificava a discutir a produção de seus pares. E, de acordo com suas crônicas e de seus relatos de memória, a produção literária em Caruaru nos primeiros anos da década de 1960 era rudimentar e embrionária.

As crônicas publicadas na coluna, quando lidas depois de transcorridos mais de cinquenta anos, podem parecer uma simples crítica ironizando a produção literário-jornalística da cidade. Ou mesmo se forem lidas de maneira isolada, podem não demonstrar a complexidade dos significados que elas adquiriram. É necessário analisar aquelas crônicas costurando-as às disputas políticas em que foram produzidas. Uma crítica a um articulista católico ou protestante<sup>194</sup>, uma farpa de ironia usada contra um escritor que se alinhava a uma política de direita, ou um elogio aos artigos de Henrique de Figueiredo, advogado e jornalista considerado pela polícia do Dops um perigoso

---

<sup>192</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual número 12.997.

<sup>193</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 12 de março de 1961, p. 7.

<sup>194</sup> Na edição de 19 de março de 1961, ele explica que as suas críticas não apagavam as qualidades pessoais dos autores, mas que isso não significava que ele tinha que concordar com os pontos de vista expressos por eles. Dom Casmurro se referia a críticas que ele publicou sobre a coluna do pastor Rubem Prado “Divulgando o Evangelho”.

comunista, ia fazendo parte da trama político-literária em que seu autor era instituído como elemento perigoso. Nesse sentido, a cada crônica, Dom Casmurro estava construindo sua imagem política por meio da escrita. Suas crônicas representavam suas concepções, suas interpretações políticas. Assim, a escrita de Dom Casmurro imprimia sob seu autor a marca do perigo, os signos da ameaça comunista.

Em uma das crônicas, Dom Casmurro comentou que se ele fosse anticomunista escreveria um artigo combatendo as teses marxistas, em vez de combater o comunismo a pedradas como estavam fazendo alguns<sup>195</sup>. Talvez estimulado por essa provocação, o autor de “Poeira de Estrelas” tenha aceitado o desafio. Waldir Rocha publicou um artigo, no jornal *Vanguarda*, intitulado “Por que não sou comunista!”<sup>196</sup>, e mudou o tom do combate que mantinha em suas crônicas ao apresentar o comunismo como antinômico à pátria, à família e a deus. Ao apresentar as razões pelas quais ele não era comunista, enfatizou que não acreditava que o comunismo iria acabar com as desigualdades sociais existentes, como expressavam seus defensores. Para ele, o comunismo se ergueu sob o solo da ilusão quando defendia que, uma vez vitorioso, acabaria com a miséria e a exploração.

De acordo com Waldir Rocha, “as classes mais incultas continuariam na mesma condição de serva em que viviam outrora, com o agravante ainda de não poder reclamar contra os dirigentes de seus destinos, porquanto o Estado totalitário não lhes permite tal atrevimento”<sup>197</sup>. Se a justificativa saía da tríade de ameaça à pátria, à família e a deus, ainda continuava presa a um discurso de combate que colocava o comunismo em rota de colisão com um projeto de liberdade supostamente superior, na medida em que expressava que os trabalhadores, no governo comunista continuariam na mesma situação de miséria, com um agravante: seriam privados do direito de protestar, de se posicionar contra a exploração. O mesmo raciocínio foi usado para justificar o direito à propriedade privada que, segundo Waldir Rocha, estava sob ameaça diante do avanço do comunismo. Ao discutir parte das relações cotidianas da cidade, em abril de 1961, Dom Casmurro usou sua crônica para comentar as disputas que o estudante e amigo Romero de Figueiredo vivenciou no Colégio Diocesano de Caruaru. As posições políticas do jovem provocaram discussões amplamente comentadas nos jornais locais e

---

<sup>195</sup> Dom Casmurro se refere às ações de um grupo de católicos da cidade que se organizou para impedir a realização de um comício organizado pelos comunistas da cidade em defesa da soberania de Cuba. Esse comício e suas repercussões serão discutidos no quarto capítulo da tese.

<sup>196</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 19 de abril de 1961, p. 3.

<sup>197</sup> *Ibidem*.



não passaram despercebidas dos agentes do Dops. Encontramos no prontuário funcional do município de Caruru o nome de Romero de Figueiredo como um dos agitadores e divulgadores do comunismo na cidade.

Nos relatórios do Dops encontramos os registros sobre Romero de Figueiredo informando que ele era elemento perigosíssimo como agitador. Já tinha sido visto pregando livremente as ideias comunistas em frente à igreja matriz da cidade. Também havia sido expulso do Colégio Diocesano, por estar pregando a subversão às crianças desse educandário<sup>198</sup>. No entanto, para Dom Casmurro,

Nas condições que foi feita a cabala, não passa de uma grande injustiça. Mas como o diretor é um sujeito “inteligente” (estudou na Europa, sabe grego, latim, filosofia, astrologia, alquimia, quiromancia e outras artimanhas) descobriu razões suficientes para prejudicar o rapaz que não faz a Pascoa todo ano. Os professores não dizem nada, porque também são “inteligentes” e não querem se meter em confusão<sup>199</sup>.

A crônica constituía uma defesa para o estudante expulso. Após ironizar as qualidades do padre Sebastião Rodrigues – diretor da instituição –, apontou as razões pelas quais o jovem foi impedido de se matricular. Não comungava das práticas católicas daquela instituição e, como forma de puni-lo, o diretor havia se recusado a aceitar a matrícula. Dom Casmurro também se refere às relações de poder entre os professores e o diretor, quando menciona que os mestres também eram inteligentes – entre aspas – e não se posicionavam para não arrumar confusão. Talvez o professor que contrariasse a postura do diretor poderia estar se envolvendo em problemas.

O fato de as crônicas destinarem atenção às coisas miúdas – como defendia Machado de Assis – não significava que os assuntos nelas abordados fossem pequenos em relevância como se fossem de pouca importância. Se as coisas eram miúdas por serem específicas e locais, eram graúdas nos significados que adquiriam porque estavam diretamente relacionadas à vida cotidiana das pessoas, dos leitores. Portanto, as coisas miúdas não estavam desconectadas de um campo de discussão amplo e complexo. Nesse sentido, ao comentar as disputas locais entre o jovem Romero de Figueiredo e o padre diretor da escola, Dom Casmurro apontava os desdobramentos das práticas e discursos que instituíam o comunismo como perigo e ameaça, porque a matrícula foi negada ao estudante em virtude de ele ser identificado como representante e divulgador do comunismo na cidade.

---

<sup>198</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional de Caruaru, número 29.581.

<sup>199</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 9 de abril de 1961, p. 5.

Em sua coluna “Poeira de Estrelas”, Waldir Rocha se dispôs a comentar as disputas que envolveram Romero e o padre diretor do colégio. Intitulada “Apelo ao diretor do Colégio Diocesano”, ele iniciou a crônica com uma citação bíblica: “Porque o filho do homem veio salvar o que estava perdido. (Mateus, Cap. 18, v. 11)”<sup>200</sup>. Em seguida destacou que os cubanos de Caruaru – para usar suas palavras – estavam exultantes para se tornarem mártires no regime democrático diante da oportunidade que se apresentava com a possibilidade de Romero de Figueiredo não ser matriculado no mencionado colégio.

Nesse sentido afirmou Waldir Rocha que, diante das obrigações que o diretor do colégio assumiu perante as famílias que mantinham seus filhos naquele educandário, ele não poderia ignorar dentro do colégio as atitudes de pessoas que tramavam contra o regime democrático, repudiavam a Igreja e negavam a Cristo, pois isso “seria prejudicial aos jovens estudantes que se iniciavam na vida”<sup>201</sup>. No entanto, defendia que talvez mais prejudicial fosse negar aos jovens transgressores dos valores sagrados das profecias católicas a oportunidade da correção. “Não atiremos à vala comum – enfatizou ele – sem uma chance de recuperação, ‘porque o filho do Homem veio salvar o que estava perdido’, e eles o estão”<sup>202</sup>. Destacava Waldir Rocha que os comunistas existentes eram poucos e que a Igreja já havia lutado contra inimigos mais poderosos e não pereceu, portanto não seria meia dúzia de jovens inconsequentes que abalaria os pilares dessa instituição, por isso o padre diretor deveria tentar ajudá-los também, mostrando-lhes o caminho da correção<sup>203</sup>.

Henrique de Figueiredo – pai de Romero – publicou um artigo no qual comentou que as atitudes do padre se deram em razão de o estudante não concordar com a narrativa bíblica na qual o personagem Josué havia parado o Sol com a mão, como queriam fazer acreditar as autoridades religiosas. Também pelo fato de o estudante discordar que Lázaro – outro personagem bíblico –, na situação cadavérica em que se encontrava, teria voltado à vida para contemplar o Sol. Essas eram as razões, segundo Henrique de Figueiredo, pelas quais o padre se recusava a matricular seu filho no colégio. De acordo com seu artigo, havia um abaixo assinado em mãos do presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru, Epaminondas Bezerra, firmado por quase todos os professores do Colégio Diocesano, atestando o bom comportamento do

---

<sup>200</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 22 de janeiro de 1961, p. 5.

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> *Ibidem*.

<sup>203</sup> *Ibidem*.

estudante Romero de Figueiredo. No entanto, esse documento havia sido extraviado pela professora Maria Laura Monteiro Florência, conforme constava na declaração do presidente daquele órgão estudantil<sup>204</sup>. Para Henrique de Figueiredo, a postura do padre Sebastião Rodrigues era arbitrária e despótica porque privava o jovem do direito à expressão, conforme constava na Constituição.

O padre Sebastião Rodrigues havia ainda impetrado um mandado de segurança contra o estudante, além de convidá-lo a se transferir para outro estabelecimento de ensino. Na interpretação de Henrique de Figueiredo, tal postura não passava de um eufemismo para maquiar as ações do religioso ao tentar impedir que o estudante se matriculasse no Colégio Diocesano de Caruaru. O argumento apresentado no mandado de segurança não passava de um amontoado de informações inverídicas e sem sustentação jurídica. Para Henrique de Figueiredo, o “mandado de segurança fixava a intenção criminosa do padre Sebastião Rodrigues em querer criar em torno da personalidade do impetrado uma atmosfera de escândalo e de sensacionalismo”<sup>205</sup>.

A atitude do padre contra o estudante Romero foi assunto recorrente nos jornais da cidade em mais de uma edição. Nesse sentido, o jornal *A Voz do Agreste* publicou uma nota em defesa do estudante criticando a postura do religioso ao tentar impedir que o jovem se matriculasse no segundo ano do Científico de seu estabelecimento de ensino. De acordo com a nota, intitulada “Arbitrariedade estudantil”, a atitude do prelado era injusta e incidia nos artigos 16 e 121 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. A mencionada lei, de acordo com a nota, determinava que atitude semelhante só seria aplicada mediante situação em que o estudante cometesse atos graves infringindo o regimento interno do educandário, seguida de uma avaliação realizada por uma comissão de três membros e presidida por um inspetor federal. Nenhum desses procedimentos tinha ocorrido, e o estudante ainda contava com “um atestado de boa conduta firmado por diversos professores”<sup>206</sup>.

Waldir Rocha voltou a comentar a situação do estudante Romero de Figueiredo em mais uma de suas crônicas. Afirmou que as razões das críticas publicadas por Henrique de Figueiredo ao padre Sebastião Rodrigues residiam no sentimento paterno, que desejava proteger o filho, e por isso foram tão severas. Ele discordava da postura do sacerdote em negar a matrícula ao jovem estudante, mas apontava que, sendo o colégio

---

<sup>204</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 4 de junho de 1961, p. 8.

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 16 de abril de 1961, p. 8.

uma propriedade privada, não poderia deixar de reconhecer o direito do diretor de escolher os alunos para seu educandário. No entanto, acreditava que tudo ia se resolver e “o padre se recordará das palavras do Mestre quando dizia: ‘Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem’”<sup>207</sup> e por certo ia admitir que o estudante efetuasse sua matrícula.

Analisar a construção processual da ameaça comunista, às vezes, implica percorrer um caminho escorregadio, seguir por fendas pouco confiáveis e farejar indícios nos quais, a princípio, não há sinais de evidências, se é que podemos pensar nesses termos. O envolvimento do jovem Romero de Figueiredo com o Colégio Diocesano foi costurado à trama que o envolveu com as disputas políticas da época, que associavam sua imagem às ideias comunistas e, por conseguinte, o instituíam como um sujeito perigoso e agitador comunista, de acordo com os agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Ser contrário aos princípios católicos era sinal de desrespeito. Opor-se aos dogmas da bíblia era demonstração de afronta, significava colocar-se em posição antagônica aos valores da religião católica – mas não apenas. Em última instância, significava estar contrário a deus. Esses valores iam sendo mobilizados e passavam a significar os sujeitos que a eles eram associados. Eram indícios utilizados por inúmeras autoridades religiosas e políticas como verdades para imprimir o signo da discórdia, da rebeldia e do ateísmo aos comunistas<sup>208</sup>.

Os signos que instituíam Dom Casmurro como atuante elemento comunista em Caruaru eram atualizados em cada crônica que ele publicava. Foi com ironia que ele comentou os informativos acerca do planejamento econômico da Prefeitura. Para Dom Casmurro, o responsável por aquela pasta estava terminando o mandato sem ao menos conseguir definir o que entendia por economia, enquanto a população do município necessitava de medidas que viabilizassem o aumento, a circulação e o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, pois não era viável esperar pelas melhorias do

---

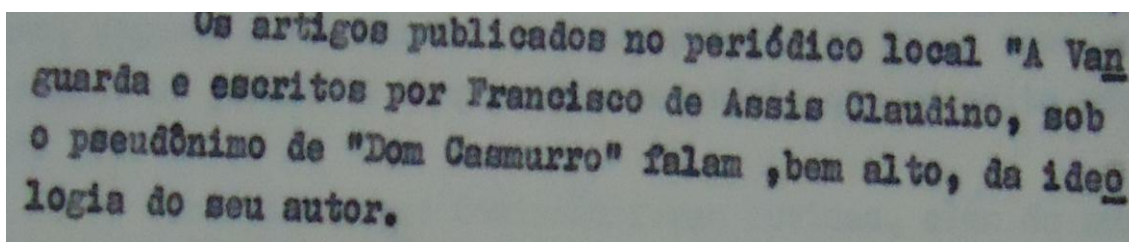
<sup>207</sup> “Poeira de Estrelas”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 23 de abril de 1961, p. 7.

<sup>208</sup> Essas representações que associavam o comunismo a uma imagem antinômica aos valores cristãos foram largamente utilizadas por parte da Igreja católica – mas não apenas por essa instituição – para construir o comunismo como uma força diabólica capaz de destruir os laços sociais edificantes da sociedade à época. Nessa perspectiva, nos aproximamos das discussões da historiadora Carla Simone Rodeghero na obra *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Para ela, o imaginário anticomunista católico pode ser entendido como “um conjunto de representações construídas e utilizadas por diversos setores da Igreja católica para interpretar a realidade e os problemas vividos pela sociedade como um todo, ou pelas instituições, no período de 1945 a 1964” (p. 28). Deve-se destacar que essas interpretações não ficaram restritas aos membros da Igreja. Encontramos, como venho demonstrando, em articulistas, que, mesmo não sendo membros dessa instituição, percebiam, analisavam e escreviam pelas lentes dessas concepções religiosas.

programa Aliança para o Progresso. No entanto, como esse programa “nos oferece a vantagem de atingirmos um nível de vida alto, daqui a 500 anos (se conseguirmos sobreviver a uma terceira guerra mundial)”, era possível que até atingir essa meta o secretário de planejamento econômico da prefeitura conseguisse “apontar o que fazer para produzir mais e comer melhor”<sup>209</sup>.

Ao criticar o secretário daquela pasta, Dom Casmurro oferecia simultaneamente sua interpretação sobre a alta inflacionária do momento e suas repercussões na vida cotidiana das pessoas. A inflação atravessou todo o governo João Goulart, como destacam os historiadores Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes<sup>210</sup>. Estava também questionando os interesses do programa norte-americano Aliança para o Progresso, quando ironizava o tempo que a população levaria para alcançar o nível de vida desejado.

Essas crônicas, como já mencionado, despertaram o interesse de muitas pessoas. A Secretaria de Segurança Pública, ao fazer o levantamento dos antecedentes de Dom Casmurro, assim se referiu nos autos do prontuário individual<sup>211</sup>:



Os artigos publicados no periódico local "A Vanguarda" e escritos por Francisco de Assis Claudino, sob o pseudônimo de "Dom Casmurro" falam, bem alto, da ideologia do seu autor.

Nesse sentido, acredito que as crônicas publicadas por Dom Casmurro, ou Francisco de Assis Claudino, podem servir de indícios para pensarmos as diferentes maneiras pelas quais a ameaça comunista foi construída em Caruaru. Suas publicações estimularam outros intelectuais a se posicionarem contra ele e contra o comunismo. Suas crônicas mobilizaram os agentes do Dops e foram usadas como prova do crescimento e disseminação da ameaça comunista em Caruaru. Ameaça não muito visível, quando olhada à distância, ou desconectada dos fios sociais aos quais seu autor costurava as relações políticas. Nos documentos do prontuário aparece, em diversas passagens, a preocupação dos agentes do Dops em imprimir sob Francisco de Assis o signo do perigo, da ameaça, da necessidade de ser combatido, por ele professar uma ideologia considerada perigosa e subversiva.

<sup>209</sup> “Poeira de Estrelas”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 23 de abril de 1961, p. 7.

<sup>210</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>211</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual de número 12.997.

Uma das testemunhas, em depoimento prestado à Comissão de Investigação Sumária no inquérito movido contra Francisco de Assis, enfatizou que ele era um dos mais atuantes comunistas de Caruaru. Em uma das entrevistas, ele relembrou os desdobramentos do depoimento dessa testemunha.

Teve uma professora que me denunciou aqui. Não sei por que cargas d'água ela resolveu me denunciar, me acusar. Foi testemunha de acusação; isso é o que me lascou. Porque essa professora era do IBAD, mas se fazia de amiga do pessoal de esquerda para colher alguma informação. Foi minha testemunha de acusação; foi quem me lascou, porque ela me considerou “o comunista mais perigoso”, me caracterizou como sendo “o líder”, “cabeça do movimento”, e que eu não aparecia como o mais perigoso para não me prejudicar, mas por baixo dos panos era eu quem manobrava, quem fazia toda a desgraça, o inferno...<sup>212</sup>

O depoimento da professora interferiu no inquérito e deixou marcas nas memórias de Francisco de Assis. Certamente sua reconstrução mnemônica sobre o envolvimento da referida professora foi marcada também pela leitura que ele teve das declarações feitas por essa testemunha no inquérito e por todo o processo de ressignificação da memória. De acordo com suas lembranças, reconstruídas no presente quando narrava aquelas experiências em entrevista, o depoimento da referida professora foi um dos fatores decisivos para seu enquadramento como elemento subversivo-comunista, juntamente com as crônicas que ele havia publicado.

A professora-testemunha afirmou ainda que Francisco de Assis a convidou para ingressar no Partido Comunista, o que recusou de imediato. Esse depoimento da testemunha constituía, assim, mais uma prova do envolvimento do investigado com o comunismo, atuando também como doutrinador e recrutador de pessoas para integrar os quadros do Partido Comunista. No entanto, todas as pessoas que foram investigadas pela Comissão de Investigação Sumária foram condenadas por subversão, independentemente das provas arroladas no processo<sup>213</sup>.

Nesse sentido, as ideias de Francisco de Assis podiam figurar como perigosas, portanto temíveis, diante da possibilidade de conquistar adeptos. Suas crônicas podiam se tornar ameaçadoras se conquistassem a simpatia e o interesse do público leitor. Possivelmente temia-se que suas palavras espalhassem a insatisfação ou instigassem a não aceitação das relações como construções cristalizadas e imortalizadas, à semelhança dos descontentamentos do jovem Romero de Figueiredo quando ousou ir de encontro

---

<sup>212</sup> Entrevista realizada em Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

<sup>213</sup> No capítulo V da tese analiso doze inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária em Caruaru.

aos ditames de algumas autoridades religiosas. Receava-se que seus escritos pudessem contaminar crianças e jovens em formação.

### ***A barraca Yuri Gagarin e as disputas político-literárias***

A barraca de jornais e revista Yuri Gagarin foi um espaço de luta para aqueles que defendiam as ideias de esquerda, por mais polifônicas que estas eram. Foi um espaço de produção e de circulação do saber, de encontros para uma parcela de jovens, estudantes e literatos caruaruenses na década de 1960. Localizava-se no centro da cidade, ao lado da igreja matriz e “marcou histórias”, como destaca Francisco de Assis em seus relatos de memória.

A barraca se localizava em dos espaços mais concorridos da cidade. Seus organizadores conseguiram instalar a barraca de jornais e revistas em um dos lugares mais disputados e movimentados de Caruaru: a praça da igreja matriz. Assim, por meio da barraca, os comunistas se faziam presentes no centro político-urbano-geográfico da cidade. Era, portanto, uma estratégia de luta a escolha daquele espaço. Sua presença constituía um símbolo da resistência dos comunistas e representava a demarcação de um território nas relações de forças ali praticadas. Era uma estratégia política para se fazer presente nas relações de poder.

No outro lado da praça encontrava-se a igreja matriz de Caruaru. A maioria de suas autoridades representava forte oposição às ideias comunistas. Nesse sentido, a barraca desafiava os católicos que se dirigiam ao templo daquela praça, pois ao entrar ou sair da igreja uma das imagens com que se deparavam era a da barraca comunista instalada em frente da principal igreja da cidade. De acordo com os relatos de memória de Romero de Figueiredo, a barraquinha resistiu até o início de abril de 1964, pois “veio o golpe e acabou-se tudo”<sup>214</sup>.

Romero de Figueiredo, hoje artista plástico aposentado, líder comunista em Caruaru na época, relembrou na entrevista as experiências marcantes em torno da barraca Yuri Gagarin.

Yuri Gagarin, a barraca! Era toda azul porque Gagarin falou que a terra era azul, né? A gente pintou a barraquinha de azul, o nome vermelho Yuri Gagarin. Começamos a vender jornais do sul país; era *Novos Rumos*, *O Semanário*, eram jornais da cidade

---

<sup>214</sup> Entrevista realizada em Pau Amarelo, PE, no dia 17 de janeiro de 2012.

também, revistas, livros... transformamos a barraquinha numa livrariazinha, num encontro da juventude<sup>215</sup>.

De acordo com seus relatos de memória, a barraca proporcionava a compra, a venda e a circulação de informações, mas principalmente possibilitava os encontros com a juventude ligada às esquerdas na cidade. Era também lugar de paquera, de namoros, de sociabilidades das relações políticas e afetivas. Nos fins de tarde ou finais de semana, era um dos espaços mais frequentados por uma parte significativa dos jovens caruaruenses. Mas o sucesso da barraca incomodou. A Igreja católica da cidade – ou parte dela – passou a atacar violenta e cotidianamente a barraca nas missas e homilias clericais em virtude do material por ela vendido, considerado perigoso.

Para Romero, a Igreja católica local foi a principal força que se opôs à barraca. “Aí começou a guerra – lembrou seu Romero – da Igreja contra a barraquinha... cidade burguesa, tá entendendo, com uma barraca dos comunistas? Por que só viviam os comunistas lá”<sup>216</sup>. A guerra resultava dos ataques verbais, proferidos com frequência contra a barraca, a literatura lá vendida e os frequentadores. Mas não apenas. O colégio das freiras, como é conhecido o Colégio Sagrado Coração, proibiu as alunas de frequentarem a barraca ou conversarem com os responsáveis por ela.

Encontramos também ataques à barraca Yuri Gagarin nas crônicas da coluna “Poeira de Estrelas”. No dia 9 de abril de 1961, o cronista narra um diálogo que teve com uma aluna do referido Colégio Sagrado Coração. Usou o pseudônimo de *Margarida* para identificar a estudante e a crônica recebeu o título de “Conversa com Margarida”.

No diálogo, o autor apresenta um conjunto de assuntos que considerava importante, mas que não preocuparia Margarida em virtude da idade da jovem. Assim, o aumento dos preços, a falta de pão nos lares, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, Cuba e Fidel, as disputas entre o catolicismo e o protestantismo se encontravam entre os assuntos sérios e até graves. Equiparar as Ligas Camponesas e a Revolução Cubana aos problemas relativos ao aumento de preços e a falta de pão é bastante significativo. Pode expressar indícios de uma percepção que compreendia as questões políticas como situações que faziam parte do dia a dia da população e que, portanto, necessitavam ser debatidas e enfrentadas com seriedade e urgência. Não se tratava de uma questão

---

<sup>215</sup> Ibidem.

<sup>216</sup> Ibidem.



longínqua, mas de um problema que podia ter desdobramentos na vida cotidiana, como a falta de pão.

Em certo momento da conversa, Waldir Rocha perguntara se Margarida já tinha lido alguma coisa sobre Cuba. Ela respondera: “Deus me livre! A madre disse que nós não devemos nem sequer falar no nome daquele homem. É um traidor de seu povo. O que devemos fazer é rezar para que triunfe a contrarrevolução”<sup>217</sup>. Não sabemos se o encontro entre a estudante e Waldir Rocha ocorreu ou, uma vez ocorrido, se o diálogo transcorreu conforme foi publicado. Questionada se ela conhecia alguma coisa relacionada ao átomo, ela teria retrucado pedindo-lhe que não fizesse novamente perguntas sobre comunismo. É importante perceber que se Margarida relacionava átomo a comunismo, é possível questionar o conceito de contrarrevolução que ela teria usado em uma de suas respostas, haja vista ela ter enfatizado que não tinha lido nada acerca da Revolução Cubana.

Se as instruções da madre foram expressas, como aparecem nas palavras de Margarida, por meio da crônica de Waldir Rocha, ou conforme lembrou Romero em seus relatos de memória, as estudantes não obedeceram completamente. Ao menos uma parte delas, pois “algumas começaram a aparecer e a gente ficou admirada por que as moças estavam aparecendo na barraquinha. Aquilo era uma vitória”<sup>218</sup>. Ou seja, mesmo diante das forças que pressionavam pelo fechamento, a barraca resistia. Mesmo diante dos avisos, conselhos ou ordens das madres e freiras, tentando impedir que as estudantes fossem contaminadas pelas ideias de esquerda que circulavam em torno da barraca, as alunas não apenas visitavam como ainda algumas namoravam os jovens comunistas, representantes de Fidel Castro na cidade, como se referiu certa vez em suas crônicas Waldir Rocha.

Em Caruaru não havia livrarias que vendessem literatura de esquerda, de acordo com as lembranças de Romero, por isso a barraca era o único lugar onde se poderiam adquirir jornais, revistas e livros e autores como Jorge Amado e Karl Marx, por exemplo. A barraca ganhava ainda mais visibilidade com a visita de personalidades reconhecidas no universo da literatura. Figuras como Jean-Paul Sartre, Jorge Amado e Célia Guevara, ao visitarem Caruaru, marcaram presença na barraquinha e ficaram gravadas na memória de seu Romero, quando destaca que “Sartre quando chegou lá viu o livro dele. Aí a barraquinha começou a fazer uma revolução pacífica dentro da cidade,

---

<sup>217</sup> “Conversa com Margarida”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 9 de abril de 1961, p. 3.

<sup>218</sup> Entrevista realizada em Pau Amarelo, PE, no dia 17 de janeiro de 2012.

e a reação terminou incendiando a barraquinha três vezes, e três vezes a gente reergueu a barraquinha”<sup>219</sup>.

Importante destacar que os discursos sobre a ameaça comunista não constituíam um movimento uniforme, linear e evolutivo. O próprio autor da coluna “Poeira de Estrelas” chegou a tecer comentários elogiosos à escolha do nome da barraca. Disse em crônica que algumas pessoas o tinham procurado e perguntado sobre a escolha do nome de batismo “da barraca dos amigos cubanos de Caruaru”<sup>220</sup>. Teria dito que achava justa e acertada a escolha do nome Gagarin. Justificou sua opinião comentando que Yuri Gagarin não era apenas cidadão soviético, mas cidadão do mundo.

### “Olha à Esquerda”...

“Olha à Esquerda” foi o nome dado à coluna do advogado Costa Pereira publicada no jornal *Vanguarda* entre 1960 e 1963. Suas crônicas abordaram inúmeros aspectos da vida política de Caruaru e de outras cidades circunvizinhas. Problemas ligados à administração pública<sup>221</sup>, ao abuso de poder por alguns governantes<sup>222</sup>, às disputas políticas envolvendo o comunismo, principalmente nos períodos eleitorais<sup>223</sup> foram temas de suas publicações.

Em uma de suas crônicas justificou que o nome de sua coluna era para se contrapor à coluna “Olha à Direita”, do amigo Sócrates de Carvalho. Na crônica enfatizou que seu amigo estava gastando muita tinta para defender as ideias políticas na campanha de Jânio Quadros. Nesse sentido, já se encontravam em lados opostos, pois ele estava à esquerda, com Marechal Lott e João Goulart. Sua explicação instituía, por conseguinte, um lugar de fala, demarcava uma posição nas relações de poder. Ele ainda ironizou ao afirmar que já nascera *esquerdo*, por ser canhoto. Nesse sentido não tiveram êxito as investidas de sua mãe nem os castigos do professor Gonzaga, pois ele continuava sendo esquerdista. Ainda com ironia, zombou quando buscou na bíblia outra

---

<sup>219</sup> Ibidem. De acordo com o relato de Romero, Jean-Paul Sartre estava de férias no Recife e foi a Caruaru conhecer a feira da cidade.

<sup>220</sup> “Poeira de Estrelas”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 3 de abril de 1961, p. 7.

<sup>221</sup> Costa Pereira publicou inúmeras críticas à política de Cid Sampaio devido ao não cumprimento das promessas feitas em campanha. Criticou ainda a demissão sem justa causa de uma professora concursada para ser substituída por outra que, segundo Costa Pereira, era alinhada às ideias políticas do governador. Também criticou a propaganda que o prefeito de São Bento do Una, cidade vizinha a Caruaru, estava fazendo ao colocar seu nome na ambulância comprada com dinheiro público.

<sup>222</sup> O autor das crônicas não economizou críticas à postura do prefeito de São Bento do Una, ao autorizar a retirada de um popular que estava preso na cadeia sem autorização judicial e mantê-lo por três dias sem comunicação.

<sup>223</sup> As campanhas políticas foram o assunto mais discutido em suas crônicas, desde as campanhas para as eleições presidenciais até as disputas nas campanhas municipais.

explicação para seu esquerdismo. Enfatizou: “Deus também é responsável por todas as obras desse mundo; conclusão: Deus é responsável pelo meu esquerdismo”<sup>224</sup>.

“Olha à Esquerda” constituiu-se em uma janela pela qual Costa Pereira levava suas interpretações ao público leitor, da política internacional aos casos miúdos do dia a dia da vida de Caruaru. Em suas crônicas não economizou críticas ao governo Cid Sampaio, principalmente nos dois últimos anos de seu governo. Enquanto fazia a campanha de Lott e Jango por diversas cidades do Agreste, publicava o sentimento de insatisfação dos cidadãos nos respectivos municípios sobre o governo estadual. Nesse sentido, afirmou que nas cidades de São Bento do Una, Cupira, Lajedo e Pesqueira a população – ou parte dela – não poupava críticas a Cid Sampaio pelo não cumprimento das promessas feitas em campanha.

Suas crônicas possibilitam acompanhar as disputas, no Agreste de Pernambuco, em torno da campanha política do Marechal Lott e de João Goulart para a Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente. Os comícios, os discursos e as alianças tecidas eram temas de suas crônicas. Sobre um dos comícios realizados em Caruaru, não economizou críticas a Cid e a Jânio nem elogios a Lott e a Goulart. Aqueles eram apresentados como representantes do atraso, das oligarquias, dos acordos comerciais com as empresas estrangeiras, das alianças com os usineiros de Pernambuco, filiados à UDN. Para Costa Pereira, Jânio era “o caixeiro viajante dos trustes”<sup>225</sup>.

Por outro lado, apresentava o Marechal Lott e João Goulart como os candidatos nacionalistas; homens patriotas e políticos que de fato iriam defender os interesses dos cidadãos brasileiros. Não iriam entregar as riquezas minerais do país de bandeja ao imperialismo estadunidense. Essa leitura era compartilhada também por outras lideranças políticas na cidade. Romero de Figueiredo, como um dos representantes da campanha de Lott e de Jango em Caruaru, discursara em praça pública repetindo uma frase de Lott ao destacar que “o povo tem cinco meses para pensar; cinco minutos para votar e cinco anos para sofrer se não souber escolher o candidato”<sup>226</sup>.

A imagem do Marechal Lott como nacionalista ia sendo construída como legítimo representante e defensor do povo. O próprio Costa Pereira, ao discursar no encerramento da passeata da Liga Camponesa de Pesqueira, endossou essa representação. Por ocasião das comemorações da Independência do Brasil, a Liga

---

<sup>224</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 28 de maio de 1961, p. 6.

<sup>225</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 4 de setembro de 1960, p. 6.

<sup>226</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 5 de junho de 1960, p. 5.

Camponesa de Pesqueira saiu às ruas em passeata para celebrar a data, comemorar o dia e cobrar ações políticas para os problemas ligados ao trabalhador rural. Costa Pereira publicou em sua coluna o texto que usou no discurso naquele momento. Em sua mensagem destacou que o movimento de libertação não tinha sido completo em virtude da situação em que se encontravam os trabalhadores rurais. No entanto, “à frente do novo movimento de libertação está o Marechal Lott, porque propõe defender os interesses do povo brasileiro, ora desprezados pelos governos”<sup>227</sup>.

Seus leitores passaram duas semanas sem suas crônicas porque Costa Pereira foi ao Paraná participar do 1º Congresso de Lavradores. Após retomar as crônicas, comentou que ficou estupefato com a decisão do prefeito de Caruaru, João Lyra Filho, de apoiar Jânio Quadros, por meio das alianças com Cid Sampaio. Para Costa Pereira, “o povo não gostou da decisão e a demonstração foi dada no comício da noite de 29”<sup>228</sup>. O grande número de pessoas presente na praça e a demonstração de repúdio à tomada de decisão do prefeito do município – quando mencionada pelos oradores – tornavam visível a reprovação da população local – ou parte dela – à aliança firmada por João Lyra Filho em apoio à candidatura de Jânio Quadros.

Lott e Jango incluíram Caruaru no roteiro de visitas da sua comitiva durante a campanha. O deputado federal Lamartine Távora foi um dos coordenadores dessa campanha em cidades do Agreste e do Sertão de Pernambuco. No entanto, mesmo depois de realizar os preparativos e anunciar a presença de Lott e de Jango na cidade, um incidente inviabilizou a vinda destes a Pernambuco. O Marechal Lott, porém, escreveu uma mensagem para os “brasileiros de Caruaru, do Agreste e do Sertão de Pernambuco”<sup>229</sup> e solicitou que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a levasse até a cidade e pedisse que “o líder pessedista José Pontes transmitisse as diretrizes patrióticas da campanha”<sup>230</sup>.

A mensagem de Lott foi publicada no *Vanguarda* com uma foto dele e outra de João Goulart. A mensagem lida por Brizola e publicada no jornal expressava as diretrizes da campanha respaldada na defesa dos interesses dos brasileiros. Lott enfatizava que não ia medir esforços para lutar pelo bem dos cidadãos por meio de sua plataforma política, cujas metas eram direcionadas para a educação, o desenvolvimento, incluindo o incentivo à industrialização, o amparo à lavoura e a valorização do trabalho

---

<sup>227</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 18 de setembro de 1960, p. 5.

<sup>228</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 4 de setembro de 1960, p. 6.

<sup>229</sup> “Lott fala a Caruaru”. *Vanguarda*, Caruaru, 2 de outubro, 1960, p. 3.

<sup>230</sup> Ibidem.

e do trabalhador da cidade e do campo. “Caruaru – disse ele – sendo a maior cidade do interior de Pernambuco e uma das mais progressistas do Nordeste tem problemas que merecerão meu estudo e assistência, de modo a proporcionar-lhe condições de desenvolvimento e de felicidade para seu povo”<sup>231</sup>. Na mensagem destacava-se que o grande problema que dificultava o pleno desenvolvimento de Caruaru era o abastecimento de água.

O abastecimento de água em Caruaru foi um dos temas mais debatidos no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Inúmeras reportagens foram publicadas. Diversos discursos de candidatos, de vereadores, de prefeitos, de deputados e de governadores apontavam para a necessidade de resolução desse problema. Candidatos de distintas filiações partidárias prometeram solucionar o problema do abastecimento de água. No Legislativo municipal diversos vereadores levaram à plenária os problemas do abastecimento de água para a vida da população. O prefeito João Lyra, o deputado estadual Drayton Nejaim e o governador Cid Sampaio também prometeram uma solução. De acordo com as notícias publicadas no *Vanguarda* e com as atas da Câmara de Vereadores, o problema começou a ser resolvido com a construção da barragem Calçado Grande, obra do deputado Lamartine Távora.

Nesse sentido, a mensagem do Marechal Lott demonstrava uma conexão direta com as vivências cotidianas da população da cidade. Sabia que o abastecimento de água era um assunto de interesse imediato dos cidadãos de Caruaru. Sendo Lamartine Távora um dos responsáveis pela campanha desse candidato no Agreste e no Sertão do Estado, é possível que o deputado tenha instruído o candidato à Presidência sobre as questões de maior interesse da população local.

Jânio Quadros venceu as eleições no município com 7.285 votos contra 5.136 obtidos pelo Marechal Lott. Para a Vice-Presidência João Goulart obteve 4.718 votos e seu primeiro concorrente, Milton Campos, 6.125<sup>232</sup>. Com a apuração das urnas em todo o Brasil, Jânio Quadros recebeu 5.636.623 votos, o que significou 48% do total, e o Marechal Lott, 3.846.825 votos. João Goulart, para vice-presidente, obteve a preferência de 4.547.010<sup>233</sup> eleitores.

---

<sup>231</sup> Ibidem.

<sup>232</sup> Números extraídos das Atas do Tribunal Regional Eleitoral. A escolha do vice-presidente ocorria de forma independente, de acordo com a legislação vigente na época.

<sup>233</sup> Dados extraídos de GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 115.

Na crônica após o pleito, Costa Pereira atribuía a vitória de Jânio Quadros ao elevado índice inflacionário, em virtude de o Marechal Lott ter sido o candidato apoiado por Juscelino Kubistchek. Para ele, a inflação alta no governo JK incidia diretamente na vida dos trabalhadores e operários, os quais associavam o candidato Lott a uma continuidade da política de JK. Para Costa Pereira, o discurso que associava o Marechal Lott ao perigo comunista, por ter recebido o apoio das esquerdas, não teve influência no resultado do pleito eleitoral.

Durante o governo de Jânio, encontramos no jornal *A Voz do Agreste* reportagens comentando a política naquele momento que também saíam da percepção binária entre comunismo e anticomunismo. O articulista Clovis Melo, ao discorrer sobre a política externa do presidente Jânio Quadros, afirmou que não votou em Jânio<sup>234</sup>, mas defendia sua política de estreitamento com os países do Leste Europeu<sup>235</sup>. Entendia que

as relações políticas com a União Soviética e a China Popular virão corrigir a tremenda estupidez do governo Dutra de retirar de Moscou a nossa embaixada “para não contaminar o Brasil com o comunismo”. Vê-se quanto nos custou a boçalidade de ignorar um bilhão de seres, por medo do comunismo<sup>236</sup>.

No mesmo artigo elogiou o Presidente pela decisão tomada em relação às disputas políticas entre Cuba e os Estados Unidos. Em sua interpretação, era louvável a posição da comitiva brasileira ao dizer “não à intervenção armada projetada contra o governo de Havana, não às sanções econômicas, não ao bloqueio continental”<sup>237</sup>. Para Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, naquele momento “o Itamaraty dedicou especial atenção às relações com os novos países africanos, às nações comunistas do Leste Europeu, à União Soviética, à China e a Cuba. Nesse contexto o Brasil havia recusado apoio aos Estados Unidos para a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA)”<sup>238</sup>. Foi também nesse cenário de disputas que Jânio Quadros condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul o líder revolucionário Che Guevara.

---

<sup>234</sup> Clovis Melo inicia seu artigo afirmando que não votou em Jânio por medo de que, com sua ascensão ao poder, o predomínio de São Paulo na federação se afirmasse de maneira coercitiva como outrora, e o Brasil voltasse a ser governado por um regionalismo estéril, como ocorreu na Primeira República.

<sup>235</sup> Neste cenário, como destacam Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, “o governo de Jânio Quadros destinou especial atenção às relações com os novos países africanos, às nações comunistas do Leste Europeu, à União Soviética, à China e a Cuba” (FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 22).

<sup>236</sup> “A política exterior do Presidente Quadros”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 28 de maio de 1961, p. 5.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

<sup>238</sup> FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 22.

Se o artigo do jornal *A Voz do Agreste* não pode ser lido como uma defesa do comunismo, advogava, entretanto, a favor do (re)estabelecimento das relações econômicas do Brasil com os países comunistas. Nesse sentido, o artigo relativizava os discursos que defendiam o completo afastamento do país em relação aos países do Leste Europeu. De acordo com o articulista, foi o medo da contaminação comunista e ou estratégia para garantir os interesses econômicos de certos grupos, que fez com que o Brasil fechasse as portas para um grupo de países que poderia ampliar e fortalecer sua economia. Demonstrava ainda como diferentes ações e projetos foram influenciados pelas disputas políticas em torno do perigo comunista.

Jânio Quadros voltou a ser comentado nas crônicas da coluna “Olha à Esquerda”, dessa vez para Costa Pereira discorrer sobre sua renúncia. Para ele, a “Constituição sofreu uma violação e um tremendo erro fizeram algumas patentes das Forças Armadas quando fizeram restrições ao Vice-Presidente da República dificultando-lhe a posse”<sup>239</sup>. Naquele momento João Goulart se encontrava na China chefiando uma missão diplomática, e o Brasil foi alvo de um golpe na tentativa de impedir sua posse<sup>240</sup>. Para Costa Pereira, o parlamentarismo teria sido a melhor estratégia para evitar um conflito armado. “E um plebiscito se faz necessário – em ambiente político calmo e adequado – para consultar a população e decidir qual o sistema político deve permanecer”<sup>241</sup>.

Na interpretação daquele articulista, a violação constitucional evitou um derramamento de sangue porque os ânimos estavam acirrados com a mobilização das forças anticomunistas. Jorge Ferreira, ao analisar o governo João Goulart, afirma que “a guerra civil naquele momento era uma possibilidade real [e] o parlamentarismo, portanto, seria a ‘saída honrosa’ para os ministros militares”<sup>242</sup>. Entretanto, como destacou Argelina Cheibub Figueiredo ao analisar o período em tela, a tentativa de impedir a posse de João Goulart, liderada pelos ministros militares, “encontrou forte oposição nas fileiras das Forças Armadas”<sup>243</sup>.

---

<sup>239</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 24 de setembro de 1961, p. 5.

<sup>240</sup> Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira narram em detalhes os embates do retorno de Jango e as negociações para sua posse. Ver FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. 1964: *o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>241</sup> “Olha à Esquerda”. *Vanguarda*, Caruaru, 24 de setembro de 1961, p. 5.

<sup>242</sup> Ferreira, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945–1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil), p. 521.

<sup>243</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 41.

Os discursos sobre o perigo comunista ganharam tons alarmantes naquele momento. A posse de Jango na Presidência era vista por seus opositores como garantia de crescimento e consolidação do comunismo no Brasil. Na avaliação do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a crise da renúncia de Jânio Quadros e a instauração do parlamentarismo, em agosto de 1961, “levou os anticomunistas ao desespero, pois o Vice-Presidente era um político conhecido por cultivar ligações com a esquerda”<sup>244</sup>, análise também compartilhada pela historiadora Marieta de Moraes Ferreira<sup>245</sup>.

Na leitura de Antônio Claudino Filho, articulista do jornal *A Voz do Agreste*, a renúncia de Jânio e a subsequente tensão instalada foram fruto de uma

crise forjada em conchavos feitos entre alguns militares e homens semelhantes a Carlos Lacerda. Crise que se não fosse o espírito democrático e legalista de um Brizola, o sentimento cívico e patriótico de um militar como o General Machado Lopes, ainda hoje estaria a ameaçar a tranquilidade e a paz, embora não ameaçasse a fome, que é contínua, do povo brasileiro<sup>246</sup>.

A Cadeia Radiofônica da Legalidade liderada por Brizola desempenhou papel importante nos desdobramentos políticos naqueles tensos momentos. Machado Lopes, por sua vez, não aderiu de imediato à luta liderada pelo então governador do Rio Grande Sul, mas tornou-se importante aliado a partir do momento em que ingressou no movimento encabeçado por Brizola, como explicaram Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira<sup>247</sup>.

De acordo com Antônio Claudino Filho, a crise instituída para impedir a posse de Jango serviu para impor ao povo brasileiro a maior inconstitucionalidade, “a maior aberração jurídica e política da história da pátria – a emenda parlamentarista”<sup>248</sup>. Para ele, a política externa de Jânio Quadros, ao abrir as portas da economia brasileira para todos os países do globo, feriu os interesses particulares de grupos conservadores. Estes, temendo perder privilégios, não mediram esforços para desencadear “uma campanha anticomunista contra o presidente, desencadeada, como sempre, pelo traidor, pelo vil

---

<sup>244</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 129.

<sup>245</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>246</sup> “Jânio, Jango, crise, parlamentarismo etc.”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 17 de setembro de 1961, p. 4.

<sup>247</sup> Ver especialmente o capítulo 2, “A posse: golpe militar e negociações políticas”. In: FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>248</sup> “Jânio, Jango, crise, parlamentarismo etc.”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 17 de setembro de 1961, p. 4.



brasileiro Carlos Lacerda (eleito por maldade ou por ignorância do povo guanabarinó)”<sup>249</sup>.

O proprietário do jornal, deputado Tabosa de Almeida, tinha uma posição diametralmente oposta a de Antônio Claudino Filho. Uma semana antes, o deputado foi convidado para realizar uma conferência na Câmara de Vereadores de Caruaru acerca do parlamentarismo. Mesmo tendo votado em Jânio Quadros, reconhecia alguns erros cometidos pelo ex-presidente, como a condecoração a Che Guevara. Defendia que o Congresso não devia ter aceitado a carta de renúncia – que não dispunha de caráter de irrevogabilidade – sem antes instituir uma comissão de inquérito para averiguar a veracidade dos motivos alegados para o abandono do cargo.

Para o deputado, a instituição do parlamentarismo era necessária e obrigatória. Justificou seu ponto de vista alegando que João Goulart não havia sido eleito pela mesma chapa de Jânio Quadros e que, portanto, representava interesses diferentes. Além do que, segundo ele, a emenda constitucional evitou uma guerra civil no Brasil<sup>250</sup>. *Interesses diferentes* foi o discurso usado por ele para justificar as razões do golpe desferido contra a Constituição. As forças que se opunham à posse de Jango, não apenas as dos ministros militares em Brasília, como podemos perceber, viam nele a possibilidade de uma rearticulação das esquerdas – diga-se, do comunismo – no Brasil<sup>251</sup>. Para os defensores da violação constitucional, esse era o temor que residia nos *interesses diferentes* entre Jânio e Jango.

O parlamentarismo voltou a ser comentado nas crônicas e nas matérias dos periódicos em Caruaru quando se aproximou o plebiscito para decidir o retorno ou não ao presidencialismo. O advogado e articulista Henrique de Figueiredo publicou uma série de artigos na primeira página do jornal *Vanguarda* em que analisa as disputas em torno do plebiscito. Ele atacou a postura do ministro João Mangabeira ao defender que caberia ao Parlamento e não à população decidir sobre o retorno ou não do presidencialismo, mas concordava com o ministro quando este apontava a falta de conhecimento da população sobre as implicações da escolha entre um ou outro sistema de governo. Para esse articulista,

---

<sup>249</sup> “Jânio, Jango, crise, parlamentarismo etc.”. *A Voz do Agreste*, Caruaru, 17 de setembro de 1961, p. 4.

<sup>250</sup> O discurso proferido na Câmara de Vereadores de Caruaru encontra-se publicado na edição de 10 de setembro de 1961 do jornal *A Voz do Agreste*.

<sup>251</sup> Sobre a participação dos militares na construção do discurso anticomunista, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

O que o povo deseja é a melhoria do seu trem de vida. A carestia dos gêneros de primeira necessidade, a roupa, o calçado, os medicamentos, o aluguel da casa. Isso sim é assunto constante. Não é o parlamentarismo ou a volta do presidencialismo que porão um crivo nessa roda acelerada. Mas um governo forte com mão de ferro, zelando pelos interesses do povo, livrando-os dos tributos escorchantes, da exploração dos capitalistas<sup>252</sup>.

Segundo esse articulista, enquanto os problemas que afligiam diretamente a vida das pessoas não eram resolvidos, homens como Brizola e Lamartine Távora – deputado federal pelo PTB, representante do município – tentavam ampliar as discussões sobre o plebiscito. Eles estavam conduzindo uma campanha em defesa do retorno do presidencialismo. Nesse sentido, era anunciada a presença de Leonel Brizola em Caruaru no dia 26 de novembro, informação publicada em destaque na primeira página daquela edição do jornal *Vanguarda*.



Na edição seguinte do *Vanguarda*, a estada de Brizola em Caruaru foi notícia de primeira página. Com o título em letras garrafais, em seu artigo Henrique de Figueiredo teceu inúmeros elogios ao governador do Rio Grande do Sul e à sua “campanha heroica pela legalidade”<sup>253</sup>.



Em seu artigo, Henrique de Figueiredo destacou os objetivos pelos quais Brizola tinha se deslocado até Caruaru. “Para que o eleitor não vote inconscientemente, atirou-

<sup>252</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 18 de novembro de 1962, p. 1.

<sup>253</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 2 de dezembro de 1962, p. 1.

se Brizola a essa peregrinação cívica, despertando e esclarecendo a opinião pública para o triunfo do presidencialismo.”<sup>254</sup> Brizola desejava que o presidencialismo retornasse porque tinha intenções de concorrer à Presidência da República em 1965, mesmo que para isso fosse necessário fazer uma emenda constitucional porque ele era cunhado do presidente, o que era proibido pela Carta de 1946<sup>255</sup>. O plebiscito foi assunto de primeira página do *Vanguarda* nas edições seguintes, até uma semana após a realização do plebiscito, com a divulgação dos resultados.

No dia 6 de janeiro de 1963, dia da consulta popular, Henrique de Figueiredo chamava a atenção do público leitor para a importância de votar “Não”. Já no título do artigo instruí o eleitor para aquela opção de voto.



Para ele, a importância de votar “Não” significava o retorno da esperança de conter a inflação que assolava a vida das pessoas, pois com Jango retomando a Presidência – no presidencialismo – teria mais forças para enfrentar os altos índices inflacionários. Ainda na mesma edição foi publicado o desenho da cédula que os eleitores iriam receber, com uma legenda explicando o que representava o “Sim” e o “Não”, até porque, como foi formulada a pergunta, poderia confundir o eleitor que, se fosse a favor do presidencialismo, poderia pensar que deveria votar “Sim”. “Portanto, votar ‘Não’ significava votar ‘Sim’ no presidencialismo”<sup>256</sup>.

Passado o dia 6 de janeiro, na edição seguinte, também em primeira página, era publicado o resultado do plebiscito em Caruaru. De um total de 14.050 eleitores, 12.150 responderam “Não” e 1.055 votaram a favor da permanência do parlamentarismo. Esse resultado se repetiu em todo Brasil. O presidencialismo recebeu 9.457.488 votos, e o parlamentarismo 2.073.582 votos<sup>257</sup>. Pelos registros do jornal *Vanguarda*, as eleições do plebiscito ocorreram de forma singular. Henrique de Figueiredo apontou que o resultado

---

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes destacam que nesse momento, não por acaso, surgiu, entre as esquerdas que apoiavam o nome de Brizola à candidatura em 1965, o lema “Cunhado não é parente, Brizola para presidente”. Ver FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 127.

<sup>257</sup> Atas do Superior Tribunal Eleitoral.

das eleições em Caruaru foi bastante significativo porque os eleitores não foram às urnas como muitos costumavam ir aos pleitos anteriores.

Para o plebiscito não houve transporte para conduzir os eleitores da zona rural até a sede do município nem almoços promovidos pelos candidatos em dias de eleição, como forma de pagamento pelo voto recebido. Nas palavras do articulista, os 12.150 votantes disseram “Não” ao parlamentarismo “sem transporte e sem currais para almoçar”<sup>258</sup>. Essa dimensão é bastante significativa, pois aponta indícios de práticas políticas muitas vezes despercebidas quando se analisam as relações de poder que atuam em torno das disputas eleitorais. O articulista aponta para uma estratégia usada por muitos candidatos, em dias de eleição, de oferecer transporte e almoço gratuitos para os eleitores em troca de votos. Essa situação que não teria ocorrido no plebiscito. Dessa forma, os votos obtidos seriam resultantes da escolha dos eleitores sem a interferência daquelas forças, o que não significa que outras formas de pressão não tivessem existido naquele pleito. Entretanto, como destacou o historiador Rodrigo Patto, “poucas vezes se levantaram para defender o parlamentarismo, mesmo porque os candidatos em potencial à Presidência gostariam de ver o Executivo restaurado em seu poder tradicional”<sup>259</sup>.

Para muitos que faziam oposição a Jango, o retorno ao presidencialismo significava um verdadeiro estímulo ao crescimento do comunismo no Brasil. A convocação de uma greve geral<sup>260</sup>, Brizola falando e mobilizando as forças populares, os comunistas se expressando livremente e Jango recuperando o poder como Presidente, tudo isso reforçava o discurso de crescimento da ameaça comunista no Brasil.

O discurso sobre o avanço do comunismo na sociedade na década de 1960 não desaparecia da cena pública passadas as eleições. Essa prática discursiva, fosse defendendo ou atacando, instituía o comunismo como força presente nos debates que circulavam nas páginas dos jornais. Nesse sentido, as crônicas, os artigos e as notas, ao discutirem as disputas políticas do momento, ofereciam leituras que direta ou indiretamente se relacionavam com os embates sobre o comunismo. Não

---

<sup>258</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 13 de janeiro de 1963, p. 1.

<sup>259</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 135.

<sup>260</sup> Conforme destacaram Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, o CGT (Comando Geral do Trabalhadores) vinha pressionando e ameaçando convocar uma greve geral caso o plebiscito não fosse aprovado. Ver FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

necessariamente o conceito de comunismo precisava aparecer escrito nos textos para se fazer presente nas discussões.

Nesse sentido parece-me possível interpretar as crônicas como espaço de disputas, como instrumento que concorreu para produzir um discurso de ameaça, insegurança e incerteza sobre as relações políticas do período em tela. As crônicas que combatiam o comunismo alertavam sobre o perigo de sua infiltração e crescimento na sociedade brasileira da época. Por isso era necessário todo empenho para combatê-lo. Chamavam a atenção para a ameaça que representaria a vitória de candidatos ligados ao comunismo, por isso a importância do combate como mecanismo de prevenção contra esse inimigo político.

Por outro lado, as crônicas em defesa das propostas políticas das esquerdas também corroboravam com a construção do comunismo como perigo e ameaça. Eram interpretadas como demonstração da presença comunista em Caruaru, que se infiltrava diretamente na vida cotidiana das pessoas. No discurso de seus oponentes, serviam de confirmação para legitimar a presença daquele inimigo político. Uma presença que era atualizada e alimentada frequentemente.

Nesse sentido, entendo que as crônicas em estudo concorreram para a produção da ameaça comunista no período em análise. Foram narrativas gestadas em um cenário de enfrentamentos e disputas que instituía a presença do comunismo na pauta dos debates públicos. Assim, as crônicas constituíram também instrumento de combate político ao comunismo.

## Capítulo III

### A legalização do anticomunismo: política de combate e produção do medo

*Faremos casas de medo,  
duros tijolos de medo,  
medrosos caules, repuxos,  
ruas só de medo e calma.*

(Carlos Drummond de Andrade. O medo)

*A delegacia de polícia de Caruaru estava  
transformada no QG dos comunistas.*

(Relatório do SNI)

Os relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Dops-PE e da Comissão de Investigação Sumária oferecem ricas informações sobre os mais variados temas e situações que envolviam os suspeitos de subversão em Caruaru. Há uma significativa quantidade de registros sobre as pessoas que foram vigiadas. São documentos que representam as atividades de vigilância, repressão e combate desenvolvidas pelo Estado e, acima de tudo, amparadas em uma legislação que lhes atribuía legalidade e legitimidade. Ao mesmo tempo, revelam também a inserção dos agentes daqueles órgãos nos mais variados segmentos sociais.

Esses documentos narram com detalhes aspectos da vida pessoal e profissional de muitos cidadãos que foram acusados e processados. Os agentes se infiltravam na vida cotidiana daqueles considerados subversivos e apresentavam o universo de suas escolhas e de suas ações; sabiam onde e com quem eles moravam. Conheciam detalhes da vida pessoal, como os apelidos pelos quais eram conhecidos entre os íntimos. Conheciam o círculo de pessoas com quem se relacionavam. Dessa forma, a vida de muitos suspeitos ia sendo despida e costurada à trama política e arquivística daqueles órgãos.

Nessa dinâmica passavam a ser registrados nomes de amigos, encontros em casas de pessoas consideradas suspeitas, os círculos de convivência entre os vigiados, horários de chegada e de saída de suas residências e de seus ambientes de trabalho. Os agentes conheciam também os jornais e livros que eram lidos por muitos e vendidos na

barraca Yuri Gagarin e as correspondências enviadas ou recebidas. Os registros localizados sugerem que dificilmente os agentes do Dops e do SNI conseguiriam tantas e tão precisas informações senão por meio do apoio de pessoas da sociedade civil que eram estimuladas à delação de qualquer ação que considerassem suspeitas. Há nos relatórios uma inserção contínua de informações numa prática de atualização permanente dos registros sobre os cidadãos investigados.

### ***A produção do documento***

Os documentos produzidos pelo SNI<sup>261</sup> fornecem importantes informações sobre a ação desse órgão em Pernambuco<sup>262</sup>. Pelas datas que aparecem nos documentos, o órgão abriu sua agência em Recife em 1965 e seus registros possibilitam muitas leituras. Mostram as atividades de rastreamento, vigilância, controle, perseguição e prisões, que também contribuíram para as mais brutais formas de torturas das pessoas que eram enquadradas como perigosas, por serem comunistas, pelas lentes dos agentes do SNI.

Uma dessas leituras diz respeito à dinâmica de produção das informações. Segundo Carlos Fico, o processo de produção das informações seguia um planejamento que passava “dos planos de busca, aos pedidos de busca”, seguindo “o planejamento da missão, reunião dos conhecimentos pertinentes, processamento dos dados e difusão das informações aos demais órgãos do sistema”<sup>263</sup>. Contribuições significativas também apresenta a historiadora Marcília Gama da Silva sobre a produção das informações no que ela denomina de *trâmite informacional*, mostrando as etapas e as ações desenvolvidas por cada setor do Dops-PE<sup>264</sup>.

---

<sup>261</sup> Golbery do Couto e Silva criou o SNI três meses depois da instauração da ditadura militar. Para maiores detalhes sobre a criação do SNI, ver FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; e do mesmo autor Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Ver também JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

<sup>262</sup> Ao iniciar a pesquisa no Arquivo Nacional em Brasília, percebi que havia uma significativa quantidade de documentos sobre Caruaru, mas com registros que se referiam ao final da década de 1970 e à década de 1980, período que extrapolava em muitos anos o recorte de tempo pesquisado na tese. No entanto, um dos funcionários me explicou que a data que constava nas minúsculas ementas sobre cada relatório dizia respeito à última atualização que o agente do SNI introduzia no prontuário. Dessa forma, a data registrada poderia, a princípio, implicar na não escolha do documento para formalizar o pedido de digitalização.

<sup>263</sup> FICO, Carlos, *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 97.

<sup>264</sup> A historiadora mostra a dinâmica de produção das informações no Dops, apresentando as áreas destinadas à investigação, censura e repressão e as etapas pelas quais as informações passavam, como a fase da coleta, análise dos dados e processamento das informações. SILVA, Marcília Gama da.

Os documentos do SNI seguiam uma padronização com espaço reservado à *origem, tipo, referência, assunto, avaliação, difusão, anexo e data*. Quando se tratava de uma pessoa, eram acrescentadas informações sobre *filiação, lugar de nascimento e profissão*. Por meio desses registros é possível perceber uma dada organicidade da produção e circulação das informações geradas pelo órgão. Há muitos informes cuja procedência é do Dops-PE, outras, do IV Exército, da Marinha, da Comissão de Investigação Sumária e dos IPM (Inquérito Policial Militar). Essa rede de conexão permitia ao SNI cartografar as ações de inúmeras pessoas e instituições. A dinâmica entre esses órgãos e seus desdobramentos durante a ditadura militar ainda está por ser estudada. Entender o processo de produção, troca e circulação entre esses órgãos pode contribuir para entendermos melhor a atuação do regime militar no que tange à repressão, à perseguição, à vigilância e até mesmo à tortura.

A primeira informação que aparece no topo da página dos relatórios do SNI diz respeito à classificação quanto ao grau de sigilo<sup>265</sup>. Os documentos sobre a cidade de Caruaru e as pessoas que desenvolviam atividades consideradas subversivas receberam a classificação de *confidencial*, tanto os documentos do próprio SNI como os do IV Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Dops-PE. Essa classificação demonstra a interpretação que os órgãos de segurança e informação atribuíram aos relatos sobre o comunismo e seus representantes em Caruaru. Ou seja, eram informações que, pelo conteúdo, podiam comprometer a segurança do país se fossem divulgadas ao grande público, por isso precisavam ficar restritas em caráter confidencial para uso das Forças Armadas.

Após essa primeira informação, que era indicativa da importância da manutenção em sigilo das informações contidas nos diversos registros, seguia-se a classificação codificada entre as letras A e F numa hierarquia, indicativa do grau de confiança da fonte produtora da informação. O mesmo procedia com os números de 1 a 6 quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios, conforme destacou o general Adyr Fiúza de Castro em entrevista realizada por D'Araujo, Soares e Castro<sup>266</sup>.

---

*Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

<sup>265</sup> Nos dias atuais, os documentos que dizem respeito à segurança nacional são classificados nas seguintes categorias ou graus de sigilo: ultrassecretos, secretos, confidenciais ou reservados. Para uma discussão sobre os critérios de classificação que permitem acesso público aos documentos, ver FICO, Carlos, *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>266</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.



Assim, “uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação ‘A1’”<sup>267</sup>.

No entanto, quais eram os critérios para classificar uma informação como verdadeira e a fonte como confiável? Essas questões não foram esclarecidas pelo general Fiúza de Castro. Entretanto, a leitura dos inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária pode sugerir algumas pistas. É possível afirmar que a referência que atribuía confiabilidade e veracidade aos documentos e às fontes residia no potencial que a informação e a fonte podiam oferecer para incriminar os acusados. Por exemplo, há processos que foram abertos e relatórios emitidos exclusivamente com base nas confissões de Manoel Messias<sup>268</sup>.

O promotor público não questionou a inexistência de outras provas para considerar subversivos aqueles que, segundo as confissões de Messias, estavam ligados às esquerdas na cidade. Os agentes do SNI também não duvidaram da procedência e da credibilidade das informações contidas nos relatórios. Todos os documentos da agência do SNI em Recife receberam a classificação A1. Nesse sentido, nos aproximamos das discussões do historiador Anthony W. Pereira, quando afirma que, no Brasil, muitos “réus eram condenados com base apenas em confissões extraídas sob torturas ou em suas próprias declarações sobre suas convicções políticas”<sup>269</sup>.

Para as pessoas que foram vigiadas e fichadas pelo SNI, após a profissão vinha outra classificação: *subversivo*. Passava a ser o crivo pelo qual as pessoas eram avaliadas. Tornara-se a referência pela qual muitos homens e mulheres eram classificados, julgados, avaliados, percebidos. Era a razão maior pela qual muitos cidadãos estavam sendo vigiados pelo SNI. Ser subversivo significava ser comunista. Na semântica da trama política em cena, esses conceitos foram usados como sinônimos. O adjetivo *subversivo* entrou em cena com poder de autoridade. Passou a qualificar pessoas, classificar lugares e posições que poderiam significar em certos momentos a manutenção da vida ou não, porque passou a instituir o signo do perigo, da ameaça, da incerteza, da insegurança e da ilegalidade.

---

<sup>267</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 95.

<sup>268</sup> Manoel Messias foi um dos principais líderes – senão o principal – comunistas de Caruaru. Suas ações foram registradas em diversos momentos por onde ele passou, inclusive nos países onde esteve exilado. Sua participação nas disputas políticas em Caruaru será analisada nos capítulos IV e V da tese.

<sup>269</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 54.

### ***Institucionalização do anticomunismo: o medo da subversão***

Para entendermos como o comunismo tornou-se a pedra angular das disputas políticas que o instituíram como o que de mais temível poderia existir nas relações políticas e sociais do período em estudo, é importante voltarmos um pouco no tempo.

As disputas políticas em torno da chamada *Intentona Comunista* em 1935 contribuíram sobremaneira para o processo de institucionalização do anticomunismo no Brasil. Anthony Pereira destaca que, após o movimento estrategicamente denominado *intentona*, um conjunto de medidas repressivas foi posto em ação incluindo uma nova Lei de Segurança Nacional que atribuía poderes ao Presidente para cassar e exonerar diversos servidores públicos, incluindo militares, quando suspeitos de serem comunistas<sup>270</sup>. Importante também destacar que os discursos e práticas anticomunistas antecederam 1935. Nesse sentido, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta destaca que foi a ditadura varguista que iniciou o processo de institucionalização do anticomunismo ao criar órgãos como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo<sup>271</sup>. Bethania Mariani<sup>272</sup>, por sua vez, demonstrou como os discursos anticomunistas passaram a circular em parte da imprensa desde a fundação do Partido Comunista em 1922, ampliando-se significativamente em 1935.

Outro momento relevante nas disputas políticas que concorreram para institucionalizar o anticomunismo foi em 1947<sup>273</sup>. O cancelamento do registro do Partido Comunista em 1947 e a perda de mandato de seus parlamentares permitiram criar um campo de ação amparado na legislação judiciária, portanto, legal, voltado para o combate ao comunismo como partido político. Dessa forma o comunismo no Brasil

---

<sup>270</sup> Com a finalidade principal de criar meios legais para processar os sujeitos envolvidos na revolta de 1935, o presidente Getúlio Vargas solicita ao Congresso a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Nas palavras de Anthony Pereira “embora o Tribunal de Segurança Nacional tenha morrido com o Estado Novo, sua existência foi importante por ter sido vivenciada pelos generais que subiram ao poder em 1964. O TSN foi extinto menos de vinte anos antes do golpe de 1964, fazia parte de um repertório repressivo bem conhecido dos militares e a eles disponível”. PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 86-87. Ainda de acordo com Anthony Pereira, o TSN julgou e sentenciou, de setembro de 1936 a dezembro do ano seguinte, 1.420 pessoas, das quais noventa e cinco eram de Pernambuco.

<sup>271</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>272</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

<sup>273</sup> As pesquisas do historiador Rodrigo Patto Sá Motta apontam que, mesmo antes de 1947, o discurso da ameaça comunista já fazia parte das disputas políticas, principalmente depois do levante ocorrido em 1935.

tornava-se ilegal, e, por conseguinte, as ações anticomunistas desenvolvidas pelo Estado ganhavam o *status* da legitimidade<sup>274</sup>.

O Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, numa batalha decidida em plenário por três votos contra dois, cassou o registro do PCB. Essa batalha judicial passou a ser de suma importância para as lutas políticas que se desenvolveriam nos anos seguintes no que tange as relações envolvendo o PCB, seus filiados e seus adversários. A partir de então, ser comunista se tornou ilegal. Nesse sentido, as ações de combate aos comunistas no Brasil ganharam um aliado de peso: o manto da legalidade.

Ao analisar os desdobramentos políticos da cassação do registro do PCB nas lutas que configuraram a Guerra Fria, Dulce Pandolfi destaca que, após o TSE negar a ação impetrada pelo partido contra a decisão de cassação de seu registro, o PCB lançara manifesto contrário ao governo defendendo sua derrubada imediata, por considerá-lo antidemocrático e que estava a serviço do governo norte americano<sup>275</sup>. Para Rodrigo Patto, as atitudes do TSE em relação aos comunistas naquele cenário faziam parte da política autoritária do governo Dutra. Para ele, “em 1946-1947, quando ocupava a presidência da República, [Dutra] desencadeou uma perseguição ao PCB que levou o partido à ilegalidade”<sup>276</sup>. Após a cassação do registro do partido, os comunistas tentaram se rearticular por meio de uma nova legenda, o PPP (Partido Popular Progressista) e, como assinalou Lavareda<sup>277</sup>, o Tribunal Superior Eleitoral também vetou o pedido do registro para seu funcionamento.

Aquele foi um momento singular para a construção do comunismo como perigo e ameaça. A batalha contra o comunismo tornou-se uma política de Estado e, portanto,

---

<sup>274</sup> Tribunal Superior Eleitoral. Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro, Disponível no site do TSE: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

<sup>275</sup> PANDOLFI, Dulce. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Artigo disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>>. Acesso em: 6 jan. 2013. A autora destaca ainda que, no mesmo dia da cassação, “o Ministério do Trabalho decretou a intervenção em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, criada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e não reconhecida oficialmente pelo governo”.

<sup>276</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002, p. 228.

<sup>277</sup> LAVAREDA, Antônio. A exclusão dos comunistas e o pleito de outubro de 1947. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: Fundaj; Massangana, 1986. No entanto, conforme destacou Dulce Pandolfi, os comunistas conseguiram driblar as prerrogativas legais e continuaram suas atividades, sejam na clandestinidade ou por meio de alianças com outras siglas partidárias.

cabia ao governo combater a ilegalidade. Nesse sentido, as ações movidas pelo Estado contra os comunistas eram orquestradas em nome do cumprimento e respeito à Justiça; eram justificadas em nome da legalidade. As ações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, por meio do Dops e da delegacia auxiliar, estavam acobertadas pela lei. Em outras palavras, combatia-se a ilegalidade e, portanto, suas ações estavam justificadas, como seus agentes registravam em seus relatórios.

Outra batalha significativa para a institucionalização do anticomunismo ocorreu em 1953. No dia 5 de janeiro de 1953, o Presidente da República Getúlio Vargas fazia saber que o Congresso Nacional decretava e ele sancionava a Lei n 1.802. Se em 1947 a Resolução nº 1.841 do TSE cassou os comunistas e passava a vigiá-los e persegui-los como membros de uma legenda partidária ilegal, agora suas ações passariam pelo crivo dos artigos da Lei 1.802 de 1953, independente da filiação partidária. Certamente que essa lei não se destinava apenas à vigilância dos comunistas, mas foi essencialmente usada nessa direção, como argumenta o historiador Anthony Pereira<sup>278</sup>.

Conhecida como Lei de Segurança Nacional (LSN), elaborada nas redes políticas da Escola Superior de Guerra (ESG), a Lei 1.802, de 1953 – que revogava a Lei 38, de 4 de abril de 1935, antiga Lei de Segurança Nacional –, instituiu um conjunto de normas às quais a vida de todos os cidadãos, e não apenas a de alguns, estava submetida. . Em 1953, a construção do ideário de segurança nacional – que justificava a necessidade e aplicabilidade da lei – foi em larga medida instituída por meio do discurso de ameaça e perigo que o comunismo representava, de acordo com as lentes políticas da ESG<sup>279</sup>.

Nesse sentido o combate ao comunismo ganhava estatuto de missão oficial do Estado e não apenas do governo. Essa dimensão é bastante significativa, pois ela institucionalizava o anticomunismo por meio das leis que instituía e direcionavam as práticas de combate ao comunismo. Nessa dinâmica se instrumentalizava a ameaça comunista como um dos elementos – senão o principal – usado na justificativa da criação e execução da política estatal de segurança nacional. Se aceitarmos que só se

---

<sup>278</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>279</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 - *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

combate o que se teme, não seria inverossímil pensar que os artigos da Lei 1.802 foram redigidos para atender aos objetivos políticos da batalha contra o comunismo.

Dessa forma, a Lei de Segurança Nacional tornava missão do Estado e obrigação do governo o combate aos inimigos da nação – denominação associada, em larga medida, àqueles ligados às esquerdas no Brasil – e para tanto deveria ser posto em prática o cumprimento da lei. Por certo que a jurisprudência da LSN sofreu mudanças entre 1953 e 1964. Suas condições de execução no início da década de 1960 contaram com o discurso da necessidade de combater não apenas o Partido Comunista, que estava na ilegalidade. Outros segmentos sociais também passaram a ser vigiados e percebidos como ameaça política, como o PC do B (criado em 1962, decorrente da cisão do PCB), as Ligas Camponesas e os diversos sindicatos ligados às esquerdas, todos denominados, politicamente, de *comunistas*, como demonstra a historiografia especializada.

Outra força importante que certamente contribuiu para justificar a aplicabilidade da LSN foi o discurso da necessidade de defender a Constituição. Com o comício na Central do Brasil, a mensagem ao Congresso e a posição de Jango em relação à rebelião dos marinheiros, as esquerdas que se alinharam ao Presidente passaram a ser vistas como potenciais forças que tramavam um golpe para fechar o Congresso e violar a Constituição. Os segmentos políticos – militares e civis – que se opunham a Jango e tramaram o golpe de 31 de março de 1964 ganharam um aliado de peso: a justificativa de combater a democracia por meio da garantia da inviolabilidade constitucional<sup>280</sup>.

As prisões e as condenações sumárias perpetradas após o golpe militar de 1964 foram justificadas pela ameaça à Constituição que os oponentes ao golpe representavam e foram legitimadas pelo desrespeito aos artigos da Lei 1.802 e dos atos institucionais. Em outras palavras, quando o ditador Castelo Branco passara a executar as prisões e as subsequentes condenações, por meio dos órgãos de segurança, informação e repressão, estava fazendo cumprir a lei, para a sobrevivência do que entendia como regime democrático, que julgava em perigo, como se percebe na redação dos Atos Institucionais<sup>281</sup>.

---

<sup>280</sup> Sobre os tensos embates políticos no mês de março de 1964, ver FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>281</sup> Ver *Atos da Revolução de 1964*. Volume I. Ministério da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea/Quartel General. São Paulo, julho de 1969. Esse dossiê encontra-se disponível no acervo do SNI no Arquivo Público em Brasília, sob número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

Nesse sentido, Castelo Branco passou a enxergar inimigos em todos – ou quase todos – aqueles que se posicionavam contra seu governo ou que não se posicionavam a seu favor, o que poderia ser percebido como violação à LSN. Nas palavras de Borges,

o inimigo interno, isto é, todo aquele que não se pronuncia a favor do regime e dos *ideais dos revolucionários*, seduzidos por *ideologias estranhas* e apoiados por forças externas (comunismo internacional), é um mal que deve ser extirpado, pois ele coloca em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social<sup>282</sup>.

Essas narrativas concorreram para instituir o discurso do perigo na medida em que colocavam os comunistas como grandes ameaças, violadores da Constituição. Em outras palavras, eram os comunistas oficialmente considerados *fora-da-lei* e, como tais, precisavam ser punidos, o que justificava as ações desenvolvidas. Era acionada, portanto, uma política oficial de Estado para combater os infratores e também para intimidar e dissuadir os indecisos, promovendo uma suposta ação de caráter preventivo.

Essas ações já vinham sendo executadas bem antes da decretação do golpe militar em 31 de março de 1964. Amparada na Lei 1.802, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco realizou uma série de prisões, executando uma política de controle, perseguição e torturas que, para alguns, não foram tão distintas daquelas perpetradas a partir de 1964, como se percebe pelos inúmeros prontuários funcionais dessa Secretaria.

Não estou defendendo que não houve mudanças políticas com a decretação do golpe em março/abril de 1964. Muito menos querendo dissolver as especificidades dos tempos, das ações, dos projetos executados a partir da tomada do poder pelos militares. Longe disso. Estou tão somente trazendo à discussão a importância de analisarmos de maneira flexível as ações políticas que vinham sendo desenvolvidas antes do golpe de 1964. Em outras palavras, o que os militares passaram a executar em termos de política de combate aos comunistas não era novidade. Certamente que existiam aspectos específicos, atendiam a outros interesses, que se juntaram a alguns já em ação, mas 1964 não significou o início da perseguição, o começo da vigilância, o prelúdio da tortura, o princípio das prisões, como defende o historiador Daniel Aarão Reis<sup>283</sup>. 1964

---

<sup>282</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 - *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 37.

<sup>283</sup> REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

significou a reestruturação de muitas práticas já em cena e a instalação de muitas outras que seriam executadas.

Antes da tomada do poder pelos militares, o Dops-PE já alertava sobre o perigo do crescimento comunista em Pernambuco e a necessidade de combatê-lo para evitar seu triunfo no Estado.

Na verdade, para defender o tradicional regime político abraçado pelo povo brasileiro, porque compatível com suas tradições de família, de cultura e religião, não se tornará preciso apenas instruí-los sobre o modo de ataque, as maneiras de ação e as artimanhas da propaganda do Partido Comunista, em Pernambuco, mas em todo Brasil, porque somente com u'a ação conjunta, em todo território nacional, poder-se-á alertar a sociedade do caos que se aproxima o país, se pender decisivamente para o plano inclinado esquerdista<sup>284</sup>.

A citação faz parte de um documento que foi produzido para a II Conferência Nacional de Polícia, no Rio de Janeiro, apresentando as ações da Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco. Pelo conteúdo exposto, poder-se-ia supor que esse documento foi produzido nas disputas políticas dos meses que antecederam ao golpe de abril de 1964 ou até mesmo alguns dias ou meses depois, como estratégia política de legitimação da intervenção militar. No entanto, a publicação data de 1958 e resulta das ações que aquela Secretaria já vinha desenvolvendo alguns anos antes<sup>285</sup>. Em Caruaru, de acordo com o relator do documento, a Secretaria de Segurança Pública prendeu, em 1956, dez pessoas filiadas ao Partido Comunista da cidade, por desenvolverem atividade ilegal, de acordo com a Lei de Segurança Nacional.

Em todos os relatórios e informes do SNI a que tive acesso, as informações contidas eram registradas e respaldadas na Lei 1.802, de 1953. Ao descrever as atividades consideradas subversivas, recorriam aos artigos da referida lei para legitimar suas atividades. Nesse sentido, essa lei passou a ser a referência jurídica que validava as ações perpetradas pelo SNI à medida que enquadrava as pessoas investigadas, perseguidas, presas e torturadas como desviantes, como infratoras e que, portanto, necessitavam de punições conforme previam os artigos da Lei de Segurança Nacional.

De caráter confidencial e classificado como A1, a agência do SNI em Recife encerrava o Informe de número 298 no dia 4 de abril de 1983 sobre Ernesto Correia. Ele fez parte do comitê distrital do Partido Comunista em Caruaru e, como muitos outros,

---

<sup>284</sup> *Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco*. Secretaria de Segurança Pública. Recife, 1958.

<sup>285</sup> *Ibidem*.

foi investigado pelo Dops, pelo IV Exército, pela Comissão de Investigação Sumária<sup>286</sup> e pelo SNI. De acordo com os registros do SNI, ele era um perigoso comunista por desenvolver intensa atividade subversiva em Caruaru antes e nos dias seguintes ao golpe militar de 1964, este descrito como movimento revolucionário. O perigo de suas ações residia no desrespeito aos artigos 11 e 12 da Lei 1.802<sup>287</sup>. E como infrator, representava um perigo à ordem social estabelecida, o que justificava a condenação decretada pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército no dia 13 de dezembro de 1966.

A denúncia apresentada pelo promotor militar – cujo nome não aparece no relatório – sentenciava que Ernesto Correia de Melo era

agitador comunista, sempre insuflou greves, notadamente a ocorrida na prefeitura local, tem participado de comícios onde a tônica predominante era o acirramento da luta de classes e a fomentação do ódio entre elas, bem como angariava assinatura para jornais e revistas editadas nos países comunistas e seus satélites, tudo isso realizando com o fito de ir preparando prosélitos e amaciando pessoas para ingressar nas hostes vermelhas, porque como declarava publicamente “tinha a honra de pertencer ao glorioso Partido Comunista”<sup>288</sup>.

A denúncia ainda apresentava como fato agravante as relações que o denunciado mantinha com Manoel Messias da Silva, o principal líder comunista na cidade de Caruaru. De acordo com as provas apresentadas nos autos, o Conselho Permanente de Justiça do Exército acolhia como procedente a denúncia e ratificava que o acusado era atuante elemento comunista que pregava a subversão constantemente na cidade de Caruaru. Assim, apresentava e justificava a sentença:

[...] considerando que, integrando como integrou a Comissão distrital do Partido Comunista naquela cidade, desenvolvia intensa atividade subversiva, participando de comícios subversivos, ocasião em que pregava o ódio de classe e incitava às greves; considerando que, através de sua folha de antecedentes, observa-se que desde 1950 vem o acusado palmilhando a senda criminoso da subversão, surpreendido frequentemente na prática de atos atentatórios ao regime democrático; considerando, pois, que está devidamente provado nos autos que o acusado fazia

---

<sup>286</sup> A Comissão de Investigação Sumária e sua política de atuação em Caruaru serão analisadas no capítulo V da tese.

<sup>287</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 298. Número de identificação no acervo ARE\_ACE\_4437\_83.

<sup>288</sup> Ibidem.



publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem pública e social, bem como de ódio entre as classes [...]”<sup>289</sup>.

Diante do exposto nos autos, o Conselho Permanente de Justiça do Exército decidia, por unanimidade, atribuir a pena de cinco anos e meio de prisão pelas infrações cometidas pelo acusado. O tempo de reclusão se justificava também na lei, mais especificamente no § 1º do artigo 11, que o agravava em um terço quando a propaganda fosse feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina. De acordo com o agente do SNI, outro fator que pesava na denúncia contra Ernesto Correia era sua participação nas greves ocorridas em Caruaru, que também era crime perante a Lei de Segurança Nacional.

### ***Caruaru em greve: sinal de alerta***

Caruaru, segunda feira, 6 de abril de 1959. As experiências vividas naquele dia deixaram traços marcantes na memória de muitas pessoas que militaram na esquerda em Caruaru e tiveram desdobramentos nas relações políticas do período em análise. No Informe 73/17/ARE/83 do SNI, sobre Manoel Messias, uma das primeiras informações diz respeito à existência das atividades subversivas na cidade, como a greve que ocorreu naquela segunda feira, 6 de abril, da qual ele foi um dos líderes organizadores.

Naquele dia ocorreu uma greve contra o aumento dos combustíveis, principalmente da gasolina. Para o agente do Dops – que enviou as informações sobre os antecedentes do investigado ao SNI –, Messias era suspeito de praticar atividades comunistas e, “durante a greve realizada no dia 6/04/1959, foi preso quando procurava desengatar um vagão de trem, tendo lançado pedras no mesmo”<sup>290</sup>. Sua participação no movimento grevista passou a ser usada em diversas situações como prova para incriminá-lo como atuante subversivo em Caruaru.

Em seus relatos de memória, ele relembra aquelas experiências e apresenta as razões da greve. “Eu participei de uma greve empresarial, em Caruaru, no final do governo Juscelino Kubitschek, contra o aumento do combustível, contra o aumento da gasolina, principalmente. Foi um movimento forte que praticamente paralisou a cidade.

---

<sup>289</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 298. Número de identificação no acervo ARE\_ACE\_4437\_83.

<sup>290</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 73/17/ARE/83. Número de identificação no acervo ARE\_ACE\_4105\_83.

Ficou apenas a rede ferroviária funcionando”<sup>291</sup>. Insatisfeitos com a elevação constante do preço dos combustíveis, proprietários de empresas de ônibus, estudantes e donos de automóveis se reuniram e decidiram paralisar todos os serviços na cidade que dependessem de combustíveis<sup>292</sup>.

Na segunda feira, 6 de abril, Caruaru acordou quase deserta. Nenhum veículo movido a gasolina trafegava na cidade; nenhum transporte coletivo transitava pelas ruas. O comércio cerrou as portas, houve incidente com a polícia, em que um menor foi atingido, o policiamento foi reforçado com as tropas do Exército, para garantir a ordem e pôr fim ao movimento paredista. Esse foi o discurso do *Diario de Pernambuco* na cobertura que fez sobre os incidentes no município<sup>293</sup>. O clima ficou tenso quando os grevistas decidiram parar o trem que saía da cidade de São Caetano<sup>294</sup> em direção a Recife, com parada na estação de Caruaru. As pessoas que aderiram à greve teriam colocado todo tipo de obstáculo na linha férrea para impedir que a locomotiva seguisse viagem.

De acordo com os relatos de memória de Manoel Messias, o trem ainda chegou a Caruaru. No entanto, quando da sua chegada,

houve um confronto entre policiais e estudantes e até alguns trabalhadores das empresas de transportes rodoviários. No confronto as pessoas se valeram de pedras para se defender da polícia. O confronto foi pesado e atingiu quem estava também dentro do trem. Eu fui preso nesse exato momento, porque consegui desengatar a máquina do comboio. Eu era muito audacioso, sabia como era, fui lá tirei os pinos e desengatei. Quando saltei, saltei do lado errado, do lado onde estava a polícia; fui preso<sup>295</sup>.

A partir daquele momento, Manoel Messias se projetava como liderança política e estudantil. Quando foi preso, um grande número de pessoas que haviam aderido à

---

<sup>291</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>292</sup> O Brasil experimentara anos antes os embates políticos em torno das disputas que ficaram conhecidas com o lema “O petróleo é nosso”. Se a greve de Caruaru teve ressonâncias daquelas disputas, precisa ser estudada, mas foge do objetivo desta pesquisa. No entanto, as implicações políticas e o debate sobre o petróleo não ficaram restritos à capital do país nem terminaram com a criação da Petrobras em 1953. Conforme destaca Angelissa Azevedo e Silva, “investidas para mudar a legislação da companhia estatal foram constantes até os anos 1960. SILVA, Angelissa Azevedo e. A campanha do petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil).

<sup>293</sup> *Diario de Pernambuco*, Recife, 7 de abril de 1959, p. 5.

<sup>294</sup> São Caetano é a cidade que faz fronteira a oeste com Caruaru.

<sup>295</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. O *Diario de Pernambuco* também faz menção à prisão de Manoel Messias como um dos envolvidos no apedrejamento do trem.

greve, liderado pelo vereador Celso Rodrigues e pelo presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru (UESC), se dirigiu à delegacia local no intuito de pressionar o delegado para libertá-lo. “Ao ser preso”, relembra Messias, “houve um movimento muito grande para me soltarem. Eu era conhecido. O tenente Ferraz, que já estava aposentado, botou a farda e foi lá me soltar. Ao chegar, a delegacia estava coalhada<sup>296</sup> de gente, de estudante. Eles foram obrigados a me soltar, eu e o trabalhador”<sup>297</sup>.

Os órgãos de segurança e informação interpretaram a greve como uma demonstração do poder de organização do comunismo no município. Para os que participaram do movimento paredista, suas ações foram registradas como crime perante a Lei de Segurança Nacional, pois foram enquadradas como perturbação da ordem e tentativa de paralisação dos serviços públicos. Os órgãos chamavam atenção também para a significativa quantidade de pessoas que teriam aderido ao movimento, bem como alertavam para o fato de que uma parcela da população, se não estava apoiando, ao menos demonstrou simpatia pelo movimento grevista.

Os agentes do Dops e do SNI destinaram atenção especial para narrar as ações desenvolvidas pelos líderes responsáveis pela greve, Celso Rodrigues e Manoel Messias. As atividades dos apontados como líderes significaram um impulso na escalada como infratores perante a Lei de Segurança Nacional. Messias é apontado como o responsável pela paralisação do trem, o que não significou simplesmente o impedimento de a locomotiva seguir seu percurso. Sua ação foi considerada subversiva, portanto, ilegal, de acordo com os agentes do Dops e do SNI. Representou, por extensão, a violação do artigo 13 da Lei 1.802, de 1953, que considerava crime, com reclusão de dois a cinco anos, qualquer ação que fosse praticada com o intuito de instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento. Ainda poderia ter um agravante porque, não bastasse a paralisação, houve atos de depredação praticados por Manoel Messias, o que igualmente era configurado como crime na Lei de Segurança Nacional, que punia com até oito anos de reclusão quem praticasse “devastação, saque, incêndio, depredação, desordem de modo

---

<sup>296</sup> Expressão vocabular de uso cotidiano usada como sinônimo de “cheio”, “completo”. A patente atribuída a Severino Ferraz, na verdade é “sargento” e não “tenente” como relembra Manoel Messias.

<sup>297</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. Nos relatórios do Dops enviados para a agência do SNI consta que Manoel Messias foi solto por interferência do vereador Celso Rodrigues.

a causar danos materiais ou a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado<sup>298</sup>”.

As greves voltaram a despertar a atenção das autoridades em Caruaru e, por conseguinte, gerar relatórios dos órgãos de informação e segurança. Quinta-feira, 3 de outubro de 1963. Outra vez a cidade acordou com parte de suas atividades paralisadas. Dessa vez não se tratava do preço da gasolina. Uma parte dos funcionários da prefeitura, descontentes com a administração do prefeito João Lyra Filho, decidiu parar suas atividades e exigir aumento salarial de 100%, além do pagamento do décimo terceiro salário em atraso<sup>299</sup>.

Para resolver o impasse, o vereador José Salvador Sobrinho, do Partido Social Progressista (PSP), apresentou projeto de lei propondo o pagamento de um abono no valor de 50% sobre os rendimentos dos funcionários. “O prefeito não sancionou nem vetou o projeto e, sem discutir sua legalidade ou ilegalidade, acatou devolvendo-o à Câmara para promulgação”<sup>300</sup>. Para o prefeito João Lyra, a greve era uma questão de polícia, pois ele informou imediatamente às autoridades estaduais, inclusive ao secretário de segurança pública do Estado, o movimento grevista que os comunistas estavam promovendo no município. Dois agentes da Delegacia Auxiliar foram enviados à cidade para averiguar a denúncia e efetuar as diligências no sentido de manter a ordem, mas não para intermediar as negociações trabalhistas, conforme informaram ao jornal Vanguarda<sup>301</sup>.

Nos depoimentos prestados pelas testemunhas, para os inquéritos abertos pela Comissão de Investigação Sumária em Caruaru, elas eram estimuladas a relatar que ações os acusados desenvolviam na cidade que demonstravam o caráter subversivo de suas atividades. Nesse sentido, José Jordão, funcionário da prefeitura municipal,

---

<sup>298</sup> Inciso II do artigo 4º da Lei nº 1.802 (Lei de Segurança Nacional), de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l1802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1802.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>299</sup> Greve: Funcionários da prefeitura queriam aumento: 100%. *Vanguarda*, Caruaru, 6 de outubro de 1963, p. 1.

<sup>300</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>301</sup> O prefeito João Lyra Filho – filiado à UDN local – se não mantinha aberta oposição ao comunismo, tampouco demonstrava simpatia pelas ideias esquerdistas. Fora eleito em 1959 numa coligação partidária com o PSP, vencendo seu concorrente, que recebeu o apoio de parte das esquerdas locais, com uma diferença de 1.096 votos. De acordo com a ata do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, João Lyra recebeu 8.626 votos e seu concorrente Severino Rodrigues Sobrinho, do Partido Social Trabalhista (PST), 6.351. Em 1963, Drayton Nejaim era deputado estadual, sendo Caruaru – e as cidades circunvizinhas – seu principal reduto político e eleitoral. Sua presença em Caruaru em 1963 foi bastante intensa porque ele disputou as eleições para prefeito como candidato apoiado por João Lyra. Pela mesma coligação UDN/PSP, João Lyra Filho venceu seu concorrente, Celso Rodrigues – que disputou o pleito pela coligação PST/PTB –, com uma diferença de 1.966 votos. Segundo as atas do Tribunal Regional Eleitoral, Celso Rodrigues obteve 7.626 e Drayton Nejaim, 9.392.

prestando depoimento para o inquérito contra Ernesto Correia de Melo, teria destacado que o “indiciado, trajando macacão de funcionário de limpeza pública, incentivou e participou da referida greve”<sup>302</sup>.

Ernesto Correia também era conhecido em Caruaru como *Ernesto do Colchão*, por trabalhar fabricando e vendendo esse produto. Em uma das entrevistas realizadas com Francisco de Assis Claudino, suas memórias nos levam ao encontro de Ernesto do Colchão. Membro do Partido Comunista local, ele foi um dos comunistas mais procurados em Caruaru, de acordo com relatos do entrevistado. Alguns encontros realizados às escondidas ocorreram no galpão onde ele fabricava seus colchões. Com um bigode que fazia lembrar Stalin, ele era um dos primeiros a ser interrogado e preso, em qualquer ação de combate aos comunistas.

Relembra Francisco de Assis que certo dia Ernesto Correia transportava uma carga de capim seco, para a fabricação dos colchões que vendia, quando o capim começou a pegar fogo. Imediatamente estacionou o caminhão à beira da estrada. Sem saber as razões, se intencionais ou acidentais, as pessoas iam parando e perguntavam o que tinha ocorrido. Um dos transeuntes se aproximou e perguntou o que tinha acontecido para o *caminhão pegar fogo*. Ernesto tinha respondido que não sabia o motivo, mas acreditava que alguém tinha ateado fogo em seu caminhão, quando foi interpelado pelo referido caminhante que teria afirmado:

“Isso só pode ter sido um comunista filho da puta; isso é negócio de comunista”, (recorda Francisco de Assis com risos). Não sabia ele que o caminhão era exatamente de um comunista. (risos) Para você ver a imagem que se fazia da coisa. Comunista era, como diziam, o cão do inferno; era um negócio terrível<sup>303</sup>.

Para além do tom descontraído com o qual ele narrou os acontecimentos, é importante destacar os relatos sobre a construção simbólica da ação de atear fogo, de promover um incêndio, mesmo em pequenas dimensões, às ações dos comunistas. Não devemos operar com uma percepção que naturalize aquelas ações às práticas de atuação política dos comunistas. Entretanto, nas disputas políticas vividas no período em estudo, encontramos uma prática discursiva por parte da imprensa e de algumas autoridades que associava incêndio – quando ilegal, deve-se ressaltar – à atividade comunista. Conforme destaca Montenegro,<sup>304</sup> alguns incêndios que ocorreram nos canaviais da zona

---

<sup>302</sup> Termos das declarações prestadas por José Jordão à Comissão de Investigação Sumária em 9 de junho de 1964 na cidade de Caruaru. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual número 1.117.

<sup>303</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011, em Caruaru.

<sup>304</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*. In: \_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010. Do mesmo autor, ver *Ligas Camponesas e*

açucareira de Pernambuco eram associados, por parte da imprensa escrita, a uma ação criminosa perpetrada pelos comunistas. Esse era um discurso que não fazia referência apenas à área canavieira do Estado. Como mencionado no primeiro capítulo, uma ação incendiária foi abortada pelo IV Exército ao descobrir os planos dos comunistas para atear fogo aos cafezais de Garanhuns, conforme documento secreto que estava de posse daquele órgão<sup>305</sup>.

Não temos como saber o que provocou o incêndio no caminhão de Ernesto. As informações de que dispomos sobre ele resultam das reconstruções mnemônicas de Francisco de Assis, dos relatórios da Comissão de Investigação Sumária e do SNI, que não fazem referências ao incêndio. Importa pouco saber o que provocou o fogo. Torna-se mais importante entender a construção simbólica da representação atribuída aos comunistas como os responsáveis por aquela ação. A leitura que o transeunte teria feito diante do caminhão em chamas não foi desprovida de sentido nem aleatória. Inúmeros discursos circulavam por diversos meios apresentando os incêndios como atividades desenvolvidas pelos comunistas.

Ernesto do Colchão foi indiciado pela Comissão de Investigação Sumária e em Inquérito Policial Militar (IPM) por desenvolver atividades subversivas em Caruaru, como membro do PCB e “perigoso agitador”, de acordo com os agentes do SNI. O resumo da denúncia expressa os motivos pelos quais o indiciado estava sob acusação. De acordo com o promotor responsável pelo IPM, além das atividades já mencionadas anteriormente, Ernesto desenvolvia atividades de doutrinação objetivando conquistar pessoas para ingressar nos quadros do Partido Comunista, ou ingressar nas hostes vermelhas, como preferiu expressar o promotor militar.

A sentença pelos crimes cometidos por Ernesto Correia se justificava levando em consideração que o indiciado, de acordo com as provas dos autos, já vinha desenvolvendo atividades subversivas desde a década de 1950, como era possível perceber em sua ficha de antecedentes, remetida pela Secretaria de Segurança do Estado. Mas não só. Ele também foi acusado de pregar o ódio entre as classes e incitar às greves, além de praticar atos atentatórios ao regime democrático e fazer, publicamente, propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política e

---

sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3 - *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>305</sup> Para outras informações sobre as práticas discursivas que instituíam o comunismo como ameaça e perigo, ver também CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns 1958-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

social. Levando em consideração esses fatos, o Conselho Permanente de Justiça, por unanimidade, julgou procedente a denúncia e por maioria de dois votos decidiu condenar Ernesto Correia de Melo aplicando-lhe a sentença de cinco anos e seis meses de reclusão<sup>306</sup>.

Na justificação da sentença, o Conselho entendia que o indiciado encontrava-se incurso nas penas do artigo 11, letras “a” e “b”, § 1º, e do artigo 12 da Lei 1.802, de 1953. As letras “a” e “b” do referido artigo 11 puniam com até três anos de reclusão os que publicamente fizessem propaganda “de processos violentos para a subversão da ordem política e social” e “de ódio de raça, de religião ou de classe”<sup>307</sup>. O § 1º, por sua vez, agravava em um terço a pena quando a propaganda fosse feita em quartel, repartição, fábrica ou oficina. Pelo artigo 12 a pena era de seis meses a dois anos para quem incitasse diretamente o ânimo das classes sociais instigando-as à luta pela violência.

A sentença era assim resultante das infrações que Ernesto Correia tinha cometido contra a Lei de Segurança Nacional. Entre as ações por ele praticadas que foram interpretadas como atividades subversivas, violando a Lei 1.802, de 1953, algumas ganharam destaques. Entre elas, o contato que mantinha com Manoel Messias da Silva, de quem recebia “instruções cumprindo-as com absoluta fidelidade”<sup>308</sup>, sua participação na greve da prefeitura e na reunião ocorrida na delegacia de polícia de Caruaru, na noite de 31 de março, cujo objetivo era traçar um plano de ação em defesa do governo deposto.

### ***Caruaru, terça-feira, 31 de março de 1964***

É comum encontrarmos na literatura especializada referências de que não houve resistência ao golpe decretado no dia 31 de março de 1964. Não é fácil definir o que se entende por resistência. As formas de resistência são múltiplas, apesar de a ênfase recair sobre aquelas desenvolvidas por meio da luta armada. Não há consenso quanto à força e ao poder de resistência das esquerdas contra o golpe e o regime militar, conforme destaca Reis<sup>309</sup>, Ridente<sup>310</sup>, Araújo<sup>311</sup> e Rollemberg<sup>312</sup>. No entanto, as pesquisas

---

<sup>306</sup> Ibidem.

<sup>307</sup> Artigo 11 da Lei nº 1.802 (Lei de Segurança Nacional), de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 21 jan. de 2013.

<sup>308</sup> SNI, Agência de Recife, Informe 298. Arquivo Nacional, Brasília Número de identificação no acervo ARE\_ ACE\_4437\_83.

<sup>309</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo;

apontam para as tentativas de articulações desenvolvidas pelos comunistas como estratégias de enfrentamentos e resistência ao golpe e à ditadura.

No início daquela noite, as principais lideranças políticas das esquerdas em Caruaru começaram a se contatar após a chegada da informação de que um golpe de Estado se encontrava em marcha no país<sup>313</sup>. Decidiram se encontrar na delegacia local, por contarem com um telefone em suas instalações e com o apoio do delegado Severino de Souza Ferraz. Assim, Manoel Messias, Arsênio Gomes, Jurandir Gonçalves, Abdias Bastos Lé, Ernesto Correia, Francisco de Assis Claudino e tanto outros seguiram para a delegacia<sup>314</sup>.

Manoel Messias, em seus relatos de memória nos oferece algumas lembranças acerca dos momentos vividos naquelas circunstâncias. De acordo com sua construção mnemônica,

Caruaru é uma das poucas cidades que reagiu militarmente. Em Caruaru nós tínhamos uma visão de que o golpe era possível, então começamos a nos organizar para haver uma reação ao golpe, mesmo porque em Caruaru se não nos organizássemos seríamos esmagados pela direita. A direita contava com Drayton Nejaim que era o prefeito que tinha armas e metralhadora na prefeitura<sup>315</sup>.

Sem querer entrar na celeuma da polissemia conceitual sobre *direita*, ou *direitas*, é oportuno destacar que estas faziam uma sistemática oposição ao comunismo na cidade, não necessariamente de forma organizada em um movimento ou ligadas a uma

---

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

<sup>310</sup> RIDENTE, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. Do mesmo autor, ver também As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>311</sup> Araújo, Maria Paula. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964-1985). In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

<sup>312</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Da mesma autora, ver também *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

<sup>313</sup> Essas informações aparecem com certa frequência nos relatos de memória das pessoas entrevistadas. Francisco de Assis, Socorro Ferraz e Romero de Figueiredo, por exemplo, mencionam a agitação daquelas horas e destacam que as informações sobre os desdobramentos do golpe em marcha iam circulando, às vezes, de maneira desencontrada e um cenário de incertezas começava a se desenhar.

<sup>314</sup> De acordo com relatório do SNI, mais de cinquenta comunistas se reuniram na delegacia de polícia na noite de 31 de março de 1964.

<sup>315</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.



sigla partidária. Como já mencionado, desfrutavam do apoio de parte da Diocese local, a segunda maior do Estado, da 22ª Circunscrição de Recrutamento do Exército, sediada na cidade, e da administração do prefeito Drayton Nejaim. Ainda para engrossar as fileiras das forças de oposição às ideias das esquerdas praticadas em Caruaru, tinha a atuação do partido integralista na cidade<sup>316</sup>.

Nos registros dos órgãos de informação e segurança, o comunismo era apresentado como força perigosa e organizada que desfrutava do apoio do governador Miguel Arraes até aquela terça-feira, 31 de março. Organização que o SNI estampou no Informe confidencial de número 1.117 sobre os acontecimentos daquele dia. Anexado a esse informe, classificado como A1, o SNI remetia também uma cópia do relatório e a solução do inquérito sobre o encontro ocorrido na delegacia naquela noite.

O relatório é constituído de três pontos, descritos pelas letras “A”, “B” e “C”. No ponto “A” são apresentados, em ordem numérica, dezessete tópicos sobre os acontecimentos transcorridos na delegacia. No ponto “B” encontra-se a conclusão a que os investigadores chegaram diante dos autos e, no ponto “C”, o veredito tomado diante da situação encontrada. Com um discurso alarmante, o capitão Jorge Cabral Gondim, responsável pelo Inquérito Policial Militar sobre a reunião ocorrida na delegacia de polícia na noite de 31 de março, pintou com palavras o clima de perigo e ameaça que viveu a cidade diante daquela situação. Na reunião, cerca de cinquenta comunistas da cidade estiveram presentes, “com total apoio e participação efetiva do Delegado de Polícia, o Ten. da Res. da PM de Pernambuco – Severino de Souza Ferraz”<sup>317</sup>.

A participação do sargento e delegado deixava a situação ainda mais perigosa. Ele dispunha de armas, munição e pessoas habilitadas a usá-las. De acordo com o relatório do inquérito, “todos os comunistas de Caruaru, todos sem exceção, agitadores, perturbadores da ordem, promotores de greves de agitação e outros atos subversivos,

---

<sup>316</sup> Quando Plínio Salgado esteve em Caruaru em 1958, foi ovacionado por uma significativa parcela da população local com um considerável apoio da Diocese, que deu ampla cobertura em seu jornal. Plínio Salgado saiu em cortejo pelas ruas da cidade. Fez comício e deu entrevistas na Rádio Difusora – filiada à empresa *Jornal do Commercio*. De acordo com o jornal *A Defesa*, Plínio e sua plataforma política representavam uma proposta de esperança e união entre família, Igreja e Estado. Este era um discurso largamente divulgado como estratégia de luta para se opor ao comunismo, na medida em que associava as propostas políticas defendidas pelas esquerdas – também heterogêneas e polifônicas – como uma dissolução inevitável dos laços sagrados que uniam a família, a Igreja e o Estado de acordo com as lentes de percepção católicas cristãs. *A Defesa*. Caruaru, 18 de janeiro de 1958.

<sup>317</sup> Relatório do IPM sobre a reunião ocorrida na delegacia de polícia de Caruaru. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Informe 1.117. Também disponível no Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ARE\_5591\_81.

vários simpatizantes de ideias extremistas”<sup>318</sup>, não mediriam esforços para levar às ruas as decisões tomadas no recinto da delegacia.

No relatório do capitão Jorge Cabral Gondim, a cidade de Caruaru parecia viver uma insurreição. Um estado de guerra sob uma situação de ameaça e insegurança. A cidade emergia como um barril de pólvora prestes a explodir. Destacou que, além de o delegado dispor de armas e munições para uso da subversão, havia solicitado seis caminhões ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER). Para ele, essas ações estavam “evidenciando o conhecimento e a finalidade da reunião”<sup>319</sup>.

Jorge Cabral destacou que os presentes na delegacia sabiam da finalidade daquele encontro, mesmo que alguns tenham negado, quando prestaram depoimento afirmando que tinham se deslocado até a delegacia por curiosidade apenas. Destacava ainda o capitão

que as finalidades dos elementos que se reuniram na Delegacia de Polícia eram altamente subversivas, e eram as seguintes: fechar todo o comércio, acabar com a feira, cortar as ligações telefônicas, paralisar todas as atividades da cidade e atacar a Circunscrição de Recrutamento [CR], que as intenções eram altamente criminosas e foram premeditadas porquanto obedeceram a um planejamento<sup>320</sup>.

A delegacia de polícia da cidade, durante o período da reunião, estivera à disposição dos interesses subversivos dos agitadores comunistas de Caruaru, de acordo com Jorge Cabral. Aquele espaço tinha se “transformado no QG dos comunistas”, para usar suas palavras de empréstimo, inclusive utilizando a linha telefônica a serviço das intenções criminosas dos comunistas de Caruaru.

As ações organizadas pelos comunistas na cidade de Caruaru podem servir para pensarmos nas estratégias de resistência desenvolvidas pelas esquerdas – ou parte delas – contra o golpe militar de 1964. Como destacou Manoel Messias, um dos organizadores daquela ação, “Caruaru foi uma das poucas cidades que reagiu militarmente”. Se o confronto armado entre os comunistas e as Forças Armadas não ocorreu, não significa necessariamente que não houve resistência. As principais lideranças políticas das esquerdas na cidade, como Manoel Messias, Francisco de Assis Claudino, Arsênio Gomes, Abdias Bastos Lé e Ernesto Correia, mobilizaram-se e reuniram-se na delegacia para elaborar um plano de ação e traçar as estratégias de enfrentamento ao golpe que se desencadeava.

---

<sup>318</sup> Ibidem.

<sup>319</sup> Ibidem.

<sup>320</sup> Ibidem.

Os comunistas contavam ainda com a presença e atuação do delegado de polícia do município, sargento Severino Ferraz. Homem de prestígio político entre as esquerdas locais, chegou a concorrer às eleições para o cargo de prefeito no município. De acordo com os relatórios do Dops, ele era uma das lideranças políticas de Caruaru que contava com o apoio do governador Miguel Arraes. Essa aliança com o governo do Estado por certo explica a presença de um sargento da polícia responsável pela delegacia do município politicamente ligado às esquerdas.

Se “houve várias tentativas de organizar uma oposição armada”<sup>321</sup> à ditadura, como defende Ridente, houve também tentativas de resistência ao golpe antes mesmo de a ditadura ser instaurada. Entre as ações arquitetadas para resistir à tomada do poder pelos militares, os comunistas teriam ocupado a delegacia de polícia, a estação ferroviária e colocado alguns soldados armados em certos pontos estratégicos da cidade, como nas imediações da prefeitura. Ou seja, dispunham do apoio de uma parcela da polícia militar lotada na cidade e controle do acesso de saída e chegada por meio da rede ferroviária, além do controle de um dos telégrafos da cidade.

Os comunistas teriam planejado também cortar os serviços de abastecimento da cidade e tomar a 22ª Circunscrição de Recrutamento do Exército. Nesse sentido, as ações dos comunistas em Caruaru na noite de 31 de março servem de indício para pensarmos no cenário político do Brasil naquele momento de maneira multifacetada, plural e polissêmica, evitando, por extensão, análises generalizadas. Por conseguinte, é importante evitarmos explicações que analisam o cenário político como bloco homogêneo no qual não teria ocorrido resistência das esquerdas contra o golpe militar.

As possibilidades de resistência começaram a perder forças quando os organizadores foram informados de que o governador Miguel Arraes tinha sido destituído do cargo na capital. Como esperavam uma reação também partindo de Recife, os comunistas de Caruaru teriam desistido de levar adiante os planos de enfrentamento e resistência ao golpe. Assim, recuaram e abandonaram as ações que estavam desenvolvendo naquele momento e desistiram de executar os planos que tinham traçado.

Eles ainda voltariam a se encontrar na tarde da quarta feira, 1º de abril de 1964, na fazenda de Amândio Siqueira, há poucos quilômetros da cidade. Essa segunda reunião objetivava avaliar se era possível alguma reação e, do contrário, como proceder

---

<sup>321</sup> RIDENTE, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 34.

a partir daquele momento. De acordo com o relatório, os comunistas tinham percebido que nada poderiam fazer diante da falta de reação em Recife e demais cidades do Brasil, e assim decidiram se desmobilizar, inclusive alguns já haviam saído da cidade temendo as ações repressivas do Exército.

Um dos idealizadores da reunião na delegacia, Manoel Messias, recorda-se daquele momento. Após o encontro na delegacia reuniram o efetivo policial de que dispunham.

Reunimos a polícia. Colocamos a polícia na rua embalada, toda preparada, ocupou as calçadas da prefeitura, ocupou a frente da delegacia no morro e ocupamos a estação ferroviária, onde estava o telégrafo... e eu fui junto com o tenente Ferraz, um homem corajoso, tinha participado da Revolução de trinta e trinta e cinco, ele vestiu a farda dele, foi comigo e nós fomos ao lado do pessoal, em vários lugares da cidade, inclusive acantonamos na frente da estação ferroviária, onde defronte estava o quartel do Exército<sup>322</sup>.

Manoel Messias se utiliza de uma prática vocabular específica para narrar suas memórias: “acantonamos na frente da estação ferroviária”. Ou seja, não é qualquer um que está falando. Suas palavras, nesse sentido, instituem um lugar de autoridade, um lugar de conhecimento e reconhecimento. Seguindo as trilhas abertas por seus relatos, eles teriam distribuído grupos – ou tropas – em lugares estratégicos da cidade, ou instalado uma espécie de subunidades, se desejarmos uma proximidade maior com os significados da expressão “acantonar”. Nessas ações, alguns pontos teriam sido estrategicamente ocupados, como a delegacia, a estação ferroviária e a estação de comunicação onde tinha um telégrafo. Além da calçada da prefeitura. Não sabemos se as ações do prefeito Drayton Nejaim, foram também motivadas como uma resposta às ações que os comunistas estavam desenvolvendo na cidade, de acordo com as memórias de Manoel Messias.

Quando se reuniram pela segunda vez, na fazenda do amigo de Manoel Messias, Amândio Siqueira, decidiram não levar adiante o plano de reação, em virtude da falta de resistência ao golpe em outras cidades.

Chegamos à conclusão que deveríamos nos desmobilizar. A polícia já estava dando instrução militar aos estudantes e aos sindicatos; era muita gente na rua já recebendo instrução militar da polícia. Então quando chegaram as notícias que a coluna já

---

<sup>322</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

estava chegando ao Rio, que não havia reação, que o Recife havia caído sem dar um tiro, que o Rio Grande do Sul havia caído sem dar um tiro, João Goulart já estava saindo do país. Com essas informações, nós nos reunimos com as pessoas que tinham experiência e resolvemos desmobilizar, pegamos as armas que tínhamos, eu mandei enterrar algumas armas...<sup>323</sup>

O recurso à primeira pessoa do singular em certos momentos na narrativa de Manoel Messias pode estar relacionado à sua posição de liderança no enredo político aqui analisado. Ele aparece em toda documentação a que teve acesso como o líder principal dos comunistas em Caruaru e no Agreste do Estado. É apontado pelos órgãos de informação e segurança e por alguns jornais como o mais perigoso dos comunistas. Em um dos informes do SNI, destacava-se que a rede de influência de Manoel Messias era tamanha que ele chegava a determinar, em alguns momentos, as ordens que a polícia em Caruaru devia cumprir.

Diante das ações desenvolvidas pelos comunistas, o capitão Jorge Cabral Gondim não titubeou ao sentenciar que aquelas atividades tinham sido planejadas antecipadamente e constituíam ações criminosas e, como tal, deveriam ser punidas. Em suas palavras,

O comparecimento de todos os comunistas à delegacia de polícia desta cidade, na noite de 31 de março para primeiro de abril do corrente ano, teve caráter altamente subversivo, tendo sido programada a perturbação da ordem e da tranquilidade, com preparação para o domínio completo da cidade. Está plenamente caracterizada a intenção criminosa<sup>324</sup>..

Após analisar os autos do IPM sobre o encontro na delegacia, Jorge Cabral Gondim procedia com o parecer, sentenciando que fossem mantidos sob custódia “todos os elementos que foram presos, solicitando-se prisão preventiva, nos termos do Ato Institucional”<sup>325</sup>. As diligências e averiguações também deveriam continuar para que fossem efetuadas a localização e a captura daqueles que ainda se encontravam foragidos.

Foi o coronel Justo Moss dos Reis, chefe da 22ª Circunscrição de Recrutamento do Exército, sediada na cidade, quem expediu o relatório final propondo a solução do caso. Ele ratificou o parecer final do capitão e enfatizou que os fatos apurados

---

<sup>323</sup> Ibidem.

<sup>324</sup> Relatório do IPM sobre a reunião ocorrida na delegacia de polícia de Caruaru. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Informe número 1.117. Também disponível no Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ARE\_ACE\_5591\_81.

<sup>325</sup> Ibidem.

“constituem crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e no Ato Institucional. Determino, pois, que sejam estes autos remetidos, com a possível urgência, ao Exmo. Sr. Presidente da Comissão Geral de Investigação”<sup>326</sup>.

### ***Uma noite que durou muitos anos***

Os acontecimentos vividos na noite de 31 de março em Caruaru foram apropriados e representados de diferentes maneiras. Para as pessoas que militavam nas esquerdas na cidade, a participação na reunião ocorrida na delegacia na noite de 31 de março passou a ser o principal fator de acusação e demonstração de atividade subversiva nos inquéritos movidos contras elas.

Aquela reunião passou a se configurar como prova da subversão perante a lei. Na denúncia contra Ernesto Correia asseverou o promotor militar que ele na

noite de 31 de março estava a postos, preparado, pronto, para tão logo lhe fosse ordenado, partir da Delegacia de Polícia do Município, onde se achava em reunião com outros comunistas, com destino ao Recife, com a finalidade de defender o governo que caía<sup>327</sup>.

A participação no encontro na delegacia ganhava peso considerável nas denúncias e, por conseguinte, nas sentenças. Era o principal recurso usado como demonstração do envolvimento do acusado nas atividades subversivas na cidade. Ernesto Correia, como já assinalado, foi processado e condenado a cinco anos e meio de reclusão por desenvolver publicamente propaganda subversiva, conforme versava o artigo 11º da LSN e por incitar as classes sociais à luta armada pela violência, infringindo assim o 12º artigo.

O parecer do capitão Jorge Cabral Gondim sobre a reunião na delegacia foi acatado. Dessa forma, foram mantidos presos sob custódia todos os envolvidos na ação subversiva e criminosa, de acordo com aquela autoridade, que ainda inferia a prisão preventiva nos termos do Ato Institucional, para que fossem devidamente apuradas as diligências cometidas.

A reunião foi um dos primeiros pontos a ser inquirido pelo promotor no auto de interrogatório de Manoel Messias. Seus depoimentos, como já mencionado, foram transcritos em forma de *certidão* em vários inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária e também nos IPM.

---

<sup>326</sup> Ibidem.

<sup>327</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 298. Número de identificação no acervo ARE\_ACE\_4437\_83.

Nos autos de interrogatório dos indiciados, bem como nas declarações prestadas pelas testemunhas, a pergunta sobre o que se passou e quem estava na delegacia naquela noite, certamente, foi uma das preocupações dos interrogadores. Interrogado sobre essa questão, Manoel Messias não teria titubeado nos relatos. Consta que

Ele, indiciado, no dia 31 de março do corrente ano, chegou à delegacia de polícia desta cidade, por volta das 23 horas em uma [caminhonete] rural da administração do Porto de Recife, posta à sua disposição pelo secretário assistente do governo, Fausto do Nascimento, condução esta que o trouxera da capital do Estado para este município, que em seguida entrou em contato com o delegado, tenente Ferraz, o qual momentos depois lhe ofereceu um rifle<sup>328</sup>.

De acordo com as informações que constam no interrogatório, quando Manoel Messias chegou a Caruaru, a reunião na delegacia, provavelmente, já se encontrava em andamento. Segundo o relatório do capitão Jorge Cabral, aquela reunião já vinha sendo planejada com antecedência. Com aquela informação, o encontro na delegacia se configurava também como crime pelo seu caráter de organização e mobilização que antecederam o ato da reunião, conforme versava a Lei de Segurança Nacional.

Questionado para explicar os objetivos do encontro, Manoel Messias teria respondido “que a finalidade daquela reunião era impedir a realização da tradicional feira desta cidade, decretar greve neste município, assim que houvesse autorização da Consintra e esperar ordens do então Secretário de Segurança Pública, coronel Humberto Freire, para um possível movimento de resistência”<sup>329</sup>. É importante destacar que dos autos de interrogatório dos acusados, Manoel Messias teria sido o único a ser questionado sobre os objetivos daquela reunião. Quanto aos demais, os interrogadores questionavam sobre os presentes na delegacia. Essa informação sugere que, na interpretação dos responsáveis pelos inquéritos, Messias teria sido o mentor daquele encontro e, assim, só ele poderia explicar – talvez com maior riqueza de detalhes – as finalidades da reunião. No entanto, por essa linha de raciocínio, pesava sobre o indiciado o ônus de ser enquadrado como líder do “movimento de resistência”, como é descrito nos relatórios, o que agravava a pena pelos atos cometidos.

Quando o golpe foi decretado e a ditadura instaurada, a partir de abril de 1964, um conjunto de medidas repressivas foi posto em ação contra os comunistas.

---

<sup>328</sup> Auto de interrogatório prestado por Manoel Messias da Silva. Caruaru, 12 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Secretaria de Segurança de Pernambuco. Acervo do Dops-PE, disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no prontuário de número 1.208.

<sup>329</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 298. Número de identificação no acervo ARE\_ACE\_4437\_83.

Impulsionadas, principalmente por um anticomunismo militar<sup>330</sup>, Comissões de Investigação Sumária e inúmeros IPM foram abertos para investigar, processar e punir os considerados responsáveis pela comunização do Brasil. Para combater a ameaça comunista, diversos órgãos de informação e segurança entraram em cena atuando concomitantemente como poder legislativo e o judiciário. A Lei de Segurança Nacional, de 1953, e os atos institucionais definiam as ações instituídas como crimes e as sanções punitivas para cada infração cometida. A vigilância, a perseguição, as prisões, as torturas e até as mortes tornaram-se políticas de Estado no combate ao comunismo, na medida em que essas práticas eram sancionadas por leis/decretos e, portanto, legitimadas. Entretanto, o Estado não reconhecia a existência de torturas e mortes no período em estudo, mas essas práticas fizeram parte de suas ações políticas como posteriormente a literatura especializada e os relatos de memória viriam a confirmar.

Como já mencionado, para fazer o levantamento dos comunistas da cidade e proceder à limpeza política, os inquéritos eram conduzidos no sentido de fazer com que os acusados delatassem os companheiros. As perguntas do promotor de justiça seguiam nessa direção e iam conduzindo o interrogatório, como se percebe nas informações que Manoel Messias oferecia sobre os demais comunistas de Caruaru.

Entre aqueles que militaram na esquerda, ele destacou a atuação de Celso Rodrigues<sup>331</sup>. Entre as ações que comprovavam o envolvimento de Celso Rodrigues com o que era considerado subversão estavam sua participação no comício de apoio a Cuba realizado em 1961 e seu envolvimento com Leonel Brizola. “O indiciado”, consta no depoimento, “não admite que o senhor Celso Rodrigues tenha ido, por engano, a um comício pela autonomia de Cuba, visto que o referido comício, organizado pelo senhor Francisco Julião e outros parlamentares, cujo nome não recorda, ter sido amplamente divulgado, inclusive mencionando o nome de seus oradores”<sup>332</sup>.

Pelas declarações do depoente, o jornalista não teria ido ao comício por engano. Essa informação aparece mais de uma vez nos depoimentos de Manoel Messias. Nesse sentido, não seria inverossímil pensarmos que Celso Rodrigues tenha usado a

---

<sup>330</sup> Sobre ao anticomunismo militar, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.

<sup>331</sup> Celso Rodrigues era jornalista e concorreu às eleições para prefeito de Caruaru em 1963 pela coligação PTB/PST recebendo o apoio dos comunistas locais.

<sup>332</sup> Depoimento prestado no dia 12 de abril de 1964, em Caruaru, para o Inquérito de Investigação Sumária. Encontra-se disponível no acervo do Dops-PE, no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, no prontuário de número 1.208



justificativa do engano para explicar sua presença naquele encontro organizado pelos comunistas de Caruaru em defesa do governo de Fidel Castro.

Independentemente das razões que levaram Celso Rodrigues àquele comício, suas ações estavam sendo vigiadas pelos agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Sua presença naquele comício passou a constar em seu prontuário como uma demonstração de apoio ao governo de Cuba e, por extensão, como defesa das ideias comunistas.

Pelo que consta nos relatórios do SNI, Celso Rodrigues foi investigado pela Comissão de Investigação Sumária aberta em Caruaru e indiciado em IPM por exercer atividade subversiva, sendo um dos braços-direitos do governador Miguel Arraes no município. De acordo com os antecedentes enviados pela Secretaria de Segurança Pública, era elemento perigoso e bem articulado. Ele esteve envolvido nos principais embates políticos ligados às esquerdas na cidade, militando desde a década de 1950 pelos ideais comunistas, de acordo com os registros do Dops-PE e do SNI.

Seu envolvimento com Leonel Brizola foi registrado em diversos relatórios e ofícios como prova de seu envolvimento com a subversão comunista. Quando o ex-governador do Rio Grande do Sul esteve em Caruaru, encontraram-se pessoalmente para discutir as possibilidades de Celso Rodrigues liderar a composição do Grupo dos Onze na cidade. O contato entre essas lideranças vinha ocorrendo também por meio de correspondência. De acordo com o agente do SNI de Recife, ele “recebeu cerca de quatro telegramas de Brizola na qualidade de correligionário, pedindo que organizasse o Grupo dos Onze em Caruaru”<sup>333</sup>. Teria ainda recebido todas as instruções de como proceder para compor o referido grupo, as ações necessárias, as etapas e os procedimentos a serem executados, além das normativas que regeriam a organização<sup>334</sup>.

De acordo com o relator do SNI, Celso Rodrigues teria confirmado que recebeu as mencionadas correspondências, mas que nada teria feito no sentido de formar em Caruaru uma das unidades do Grupo dos Onze, como desejava Brizola. Entretanto, não ter atendido aos pedidos de Brizola não significava sua inoperância no exercício de suas atividades como pregador e doutrinador da subversão comunista, aos olhos do Dops-PE.

Sua pregação não fora interrompida com o golpe e a ditadura – denominada de *revolução* no relatório. Continuava afrontando as autoridades com suas pregações. O

---

<sup>333</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 43. Número de identificação ARE\_ACE\_4062\_83.

<sup>334</sup> Relatório do IPM – Grupo dos 11 (Pernambuco). Fundo SSP/DOPS/APEJE.

agente do SNI reproduziu parte do discurso que Celso Rodrigues fez em uma manifestação ocorrida em Caruaru.

Quero deste palanque dizer aos estudantes das diversas Faculdades, Escolas e Universidades que na Câmara Estadual lutarei para que possam se reunir livremente em suas sedes sindicais a fim de lutarem pelas suas reivindicações, livres das torturas policiais, como está ocorrendo no momento<sup>335</sup>.

Esse discurso foi proferido no primeiro comício realizado em Caruaru pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), depois que Castelo Branco institucionalizou o bipartidarismo. O discurso dá indícios da política de vigilância e controle executada pelo regime militar, na medida em que sugere a existência de agentes trabalhando na coleta de informações sobre ações de pessoas consideradas perigosas, suspeitas de praticarem a subversão. Não há menção se o discurso de Celso Rodrigues chegou ao Dops – que o enviou ao SNI – por meio das diligências realizadas pelos funcionários da Secretaria de Segurança Pública ou por meio de delação, como os cidadãos eram estimulados a fazer.

Pela classificação atribuída ao conteúdo constante no informe do SNI, as informações não foram procedentes de civis, pois foram classificadas como A1<sup>336</sup>. Nesse sentido, é provável que os agentes do Dops estivessem disfarçados entre os que assistiram ao comício, tomando nota dos discursos proferidos pelos oradores. O discurso de Celso Rodrigues denunciava as práticas de cerceamento das liberdades civis e políticas instituídas pelo regime militar em 1964. Ele enfatizou ainda a ausência de alguns amigos que não podiam se encontrar naquele momento, em virtude das perseguições sofridas.

Celso Rodrigues, em 1966, esteve em campanha política concorrendo ao cargo de deputado estadual pelo MDB. Em virtude disso discursou muitas vezes em comícios durante sua campanha. Os registros do agente do SNI sobre a atuação durante sua campanha fornecem importantes informações sobre as disputas políticas vividas naquele momento. Pelas datas em que as informações foram registradas em seu prontuário no SNI, percebe-se que os dados sobre suas ações foram atualizados ao menos duas vezes ao ano entre 1964 e 1968. Em abril de 1966 foram acrescentadas as informações de que,

---

<sup>335</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Informe 43. Número de identificação ARE\_ACE\_4062\_83.

<sup>336</sup> Nos documentos analisados, todos os informes procedentes dos órgãos militares foram classificados como A1.

nas correspondências recebidas de Brizola, constavam os procedimentos para formação do Grupo dos Onze que seria liderado por Celso Rodrigues.

Três meses depois foram feitos os registros sobre sua atuação na campanha política com discursos agressivos – na avaliação dos agentes – sobre as autoridades militares e o Presidente da República. Celso Rodrigues responsabilizava Castelo Branco pela alta inflacionária que passavam no momento, situação que atingia a todos indistintamente. De acordo com o agente do SNI, ele teria atacado a falta de competência do governo federal no que tange à política econômica, como todos podiam sentir pelo descontrole inflacionário; “o povo está a morrer de fome, sem que providências sejam tomadas pelos que manobram o país depois de abril de 1964”<sup>337</sup>.

Pelas informações registradas sobre sua campanha, é possível perceber que ele, na posição de candidato, construiu seu discurso também como mecanismo político na luta contra o regime ditatorial. Fez uso da palavra para pedir votos como um candidato que iria lutar pela restituição daquilo que para ele era fundamental e que o regime militar havia extinto: o usufruto da liberdade de pensar, de se reunir livremente e de escolher. Um discurso que se instituía como arma de combate e fora interpretado como demonstração de seu comprometimento com a subversão comunista.

Concluídas as eleições, o SNI voltava a incluir informações em seu prontuário registrando que ele havia sido eleito para a suplência de deputado estadual no dia 15 de novembro de 1966, com 2.035 votos. No entanto, a vigilância não ocorria apenas em épocas de campanhas eleitorais. Em abril de 1967, seu prontuário foi mais uma vez atualizado. Após o agente fazer uma síntese de seu envolvimento com o comunismo até aquele momento, ressaltava que seu histórico era comprometedor, pois era do conhecimento de todos a pregação aberta que ele fazia em defesa do comunismo, como na organização do comício pró Cuba, no qual teria se empenhado sobremaneira na organização e realização daquele ato<sup>338</sup>.

---

<sup>337</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ARE\_ACE\_4062\_83.

<sup>338</sup> O prontuário de Celso Rodrigues – assim como dos demais – era alimentado por uma espécie de *boletim* que seguia certa padronização. Começava com a data em que ocorria a inserção dos dados em sua ficha e a fonte de onde procediam as informações. Em certos registros, também se repetia a data de nascimento, a profissão, o estado civil e a residência, pois essas informações já se encontravam no cabeçalho de cada página da ficha. Algumas das informações relacionadas a fatos que ocorreram em 1964, por exemplo, só foram inseridas dois anos depois; outras apenas em 1968. Por exemplo, apenas em 1969 registrou-se, como mais uma prova do envolvimento do investigado com as ideias comunistas, a informação segundo a qual ele havia assinado uma petição solicitando o reconhecimento do Partido Comunista junto ao Tribunal Superior Eleitoral, fato que tinha ocorrido em janeiro de 1964.

Nos registros inseridos em abril de 1967, o agente responsável destacava que o investigado estava envolvido com o comunismo internacional e foi um dos “braços-direitos de Miguel Arraes em Caruaru”. Destacava ainda que Celso Rodrigues

foi candidato a deputado estadual – elemento que escapou da Revolução, pois foi um dos maiores agitadores de Caruaru – e utilizou sempre uma linguagem virulenta contra as autoridades militares; na imprensa sempre deixou transparecer o seu ódio contra os que se opunham a comunização do Brasil<sup>339</sup>.

Nesse sentido, o informe oferece alguns indícios sobre os propósitos políticos para os quais a ditadura militar foi implantada. Como é recorrente nos discursos dos órgãos de informação e segurança, o regime militar – denominado de revolução – foi instituído para impedir o avanço do que consideravam subversão comunista, que acreditavam assolar o país. No entanto, o informe demonstra também que a ditadura estava deixando escapar alguns elementos notadamente comprometidos com a subversão comunista. Em outras palavras, a *revolução* teria sido implantada para não deixar escapar. Fora principalmente para atender a esse objetivo que os militares deram o golpe.

Pela narrativa daquele agente, as pessoas envolvidas com o comunismo não poderiam ter escapado da *revolução*. Para ele, Celso Rodrigues era um elemento perigoso, declaradamente comprometido com a subversão, que vivia fazendo campanha nas ruas atacando violentamente as autoridades militares e, mesmo assim, ainda não estava detido. Ele chegou a ser preso, prestou depoimento e foi processado pela Comissão de Investigação Sumária. No entanto, recorreu ao Ministério da Justiça e conseguiu ganho de causa. Situação que, como veremos, não foi exceção em Caruaru e que gerava certo mal estar entre as autoridades militares, na medida em que algumas decisões eram anuladas quando chegavam ao Ministério da Justiça<sup>340</sup>.

### ***Drayton, a política e os militares***

É importante não analisar as ações do regime ditatorial no Brasil como bloco hegemônico, como práticas políticas movidas por uma relação de causa e efeito. Ter apoiado as Forças Armadas na decretação do golpe e instauração da ditadura não era por

---

<sup>339</sup> Fundo SNI/ARE/ACE/ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ARE\_ACE\_4062\_83.

<sup>340</sup> No capítulo V analisarei alguns processos da Comissão de Investigação Sumária, onde alguns investigados recorreram da decisão e tiveram ganho de causa. Situação que também ocorreu em outros Estados da federação, como demonstram as pesquisas da historiadora Mariana Joffily.

si garantia de desfrutar do apoio dos militares. O prefeito de Caruaru vivenciou essa experiência.

De acordo com os relatos de memória de Francisco de Assis, Drayton Nejaim, desejava construir sua imagem como verdadeiro líder defensor da democracia, um lutador incansável contra o comunismo e, para tanto, contou com o apoio “da direita e das forças integralistas de Caruaru”. Para ele,

Drayton era um aventureiro. No golpe de 64 ele se apresentou como o líder da resistência ao movimento subversivo; em defesa da democracia. Aí fez um carnaval. Juntou uns correligionários e trancou-se na prefeitura. O pessoal do comércio distribuiu armas, caixas de revólver, para defender a democracia. Nisso ele se trancou na prefeitura. Colocou gente armada no telhado; gente armada de fuzil. Ele pediu armas ao Exército. Depois disso ele se denominou líder da resistência. Ficou lá em cima da prefeitura, um ou dois dias, esperando que a revolução surgisse<sup>341</sup>.

Essas narrativas nos fazem lembrar cenas cinematográficas. O prefeito com alguns amigos e ou correligionários trancados no andar de cima do prédio da prefeitura, postados em pontos estratégicos de visualização – como janelas e parapeitos – à espera dos possíveis inimigos comunistas que se aproximassem. Não saberemos se as posturas adotadas pelo prefeito foram exatamente as narradas por Francisco de Assis. Interessa destacar, entretanto, como os registros documentais apresentam a imagem dessa liderança política em suas ações de combate ao comunismo.

Drayton Nejaim em seus comícios, no período de campanha, usou frequentemente o discurso do perigo comunista para combater seu concorrente Celso Rodrigues, contribuindo assim para imprimir o símbolo da ameaça e da incerteza ao seu adversário<sup>342</sup>. Quando ocorreu a intervenção militar, ele não perdeu tempo nem mediu esforços para apoiar as forças promotoras do golpe. Na quinta feira, dia 2 de abril de 1964, o chefe do Executivo da cidade foi até o Palácio das Princesas cumprimentar o novo governador do Estado, Paulo Guerra, alçado ao poder um dia antes com o golpe que destituiu Miguel Arraes. O encontro teve como principal objetivo estreitar os laços e as alianças entre aquelas autoridades políticas<sup>343</sup>.

Daryton Nejaim esteve à frente da prefeitura de 16 de novembro de 1963 a 31 de janeiro de 1969, quando foi substituído por Anastácio Rodrigues. As informações que dispomos sobre seu governo resultam do processo movido pela CGI e pelo Ministério

---

<sup>341</sup> . Entrevista com Francisco de Assis Claudino, realizada em 14 de dezembro de 2011, em Caruaru.

<sup>342</sup> Ver *A Voz do Agreste*, edições de julho e agosto de 1963.

<sup>343</sup> Em nota na primeira página o jornal *A Defesa*, destaca-se a visita que Drayton Nejaim fez ao governador Paulo Guerra no dia 2 de abril. *A Defesa*, Caruaru, 4 de abril, de 1964, p. 1.

da Justiça em 1969 para apurar denúncias de crimes penais e administrativos de sua gestão<sup>344</sup>. De acordo com o processo movido pelo Ministério da Justiça, pesava sobre o indiciado sua participação “no bárbaro crime de estupro sob ameaça de faca peixeira e revólveres, obrigando quatro mulheres a se submeterem a toda sorte de aberrações sexuais. Tiveram seus cabelos cortados à faca e, depois de brutalmente espancadas, foram deixadas entregues a própria sorte, em lugar ermo<sup>345</sup>”.

Além do referido crime, cometeu diversos delitos administrativos quando esteve à frente do Executivo caruaruense<sup>346</sup>. Ele foi acusado de desvio do financiamento de obras públicas, contratações, nomeações e aposentadorias ilegais, emprego do dinheiro público em seu benefício, criação de cargos públicos de forma indevida para beneficiar parentes e amigos, pagamento de juros ilegais, “criminosamente dissimulados mediante a assinatura de funcionário da prefeitura e apropriação indébita de recursos da municipalidade<sup>347</sup>”. Foi também acusado de espancar barbaramente sua esposa, a deputada Aracy de Souza Nejaim.

Em depoimento perante a Comissão de Inquérito da Polícia Federal de Pernambuco, recorreu às suas ações desenvolvidas quatro anos antes em defesa do golpe militar e da ditadura, autointitulando-se “revolucionário autêntico”. Enfatizou que não mediu esforços, após abril de 1964, para “esclarecer a opinião pública sobre a oportuna intervenção das FFAA<sup>348</sup>”. Disse ainda que, mesmo diante de poucos recursos de que dispunha, mobilizou forças, em pessoas e materiais, e conseguiu armar um sistema de defesa na cidade para eventual resistência dos comunistas.

A imagem de Drayton como liderança política envolvida na luta contra o comunismo também foi representada nos discursos emitidos pelo Legislativo municipal. Em janeiro de 1969 esse poder se reuniu para analisar a prestação de contas do Executivo referente ao ano de 1968. Segundo o vereador Elias Soares da Silva, do PSP, o Legislativo deveria aprovar a prestação de contas “considerando a posição afirmativa do senhor prefeito desde o ano de 1963, contra forças políticas que tentaram perturbar a

---

<sup>344</sup> O processo movido contra Drayton Nejaim ocorreu entre 1969 e 1972, período que excede o recorte temporal em análise da tese. No entanto, desse processo, me aproprio da documentação arrolada nos autos sobre sua gestão à frente da prefeitura, mais especificamente de seus depoimentos quando relatou, como estratégia de defesa, suas ações de combate ao comunismo no município.

<sup>345</sup> Processo movido pela Comissão Geral de Investigação (CGI) e Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Ministério da Justiça. O processo encontra-se disponível no Arquivo Nacional, Brasília. Usarei a menção “CGI/DSI – Ministério da Justiça” para as demais citações desse processo.

<sup>346</sup> Não irei me deter na análise do governo de Drayton Nejaim, mas demonstrar algumas de suas ações na luta de combate ao comunismo.

<sup>347</sup> CGI/DSI – Ministério da Justiça.

<sup>348</sup> Ibidem.

coletividade, não só em Caruaru, mas em todo Brasil”<sup>349</sup>. Ou seja, as ações de combate contra o comunismo outrora desenvolvidas pelo prefeito justificavam a aprovação das contas públicas do chefe do Executivo. O mesmo vereador ainda teceu vários elogios à pessoa de Drayton, que teria servido à cidade “com espírito público e honestidade”. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado chegou a outra conclusão. A partir das sindicâncias realizadas diante das denúncias apresentadas reprovou a prestação de contas outrora aprovada pelo Legislativo caruaruense, responsabilizando o prefeito e seus secretários por inúmeros crimes administrativos<sup>350</sup>.

No processo que tramitou na Justiça Cível, “Drayton Nejaim foi condenado pelo juiz da 2ª Vara da Comarca de Caruaru-PE à pena de três meses de reclusão, com a pena acessória da privação do exercício de cargo público por cinco anos”<sup>351</sup>. O réu recorreu da sentença, mas por unanimidade foi negado o recurso de apelação. Quando a CGI encaminhou o processo para o Ministério da Justiça, a DSI desse ministério propôs que fosse aplicada a pena de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos. O Ministro da Justiça Alfredo Buzaid relatou que, após análise dos autos, não restava dúvida quanto à veracidade das investigações e, portanto, propunha “que após audiência do Conselho de Segurança Nacional sejam suspensos por dez anos os direitos políticos do indiciado”<sup>352</sup>. O réu mobilizou algumas lideranças políticas para depor a seu favor. Entre as testemunhas de defesa, o senador João Cleofas e o prefeito do Recife Augusto Lucena declararam ser “Drayton Nejaim um autêntico líder da revolução de março de 64”<sup>353</sup>. Cleofas enfatizou que era “de seu conhecimento que o senhor Drayton Nejaim participou ativamente da Revolução de 64, ao lado dos militares, prestando valiosa colaboração às tropas do Exército que se sediavam na cidade de Caruaru”<sup>354</sup>.

As ações de Drayton Nejaim como líder da “revolução e autêntico combatente da ameaça comunista” concorriam para disseminar na cidade um discurso sob o qual o comunismo ia sendo instituído como um perigo à sociedade caruaruense, pernambucana e brasileira, à época. No entanto, esses discursos não seguiam uma dinâmica linear,

---

<sup>349</sup> Ata da Câmara de Vereadores de Caruaru. Cópia disponível no Arquivo Nacional em Brasília, no processo movido pela CGI/DSI – Ministério da Justiça.

<sup>350</sup> Parecer do Ministério da Justiça sobre a decisão do Tribunal de Contas do Estado acerca das denúncias de irregularidades da gestão do prefeito Drayton Nejaim. Documento disponível no Arquivo Nacional em Brasília, no processo movido pela CGI/DSI – Ministério da Justiça.

<sup>351</sup> CGI/DSI – Ministério da Justiça.

<sup>352</sup> Ibidem.

<sup>353</sup> Ibidem.

<sup>354</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 24 de agosto de 1971. Não há o número da página porque a citação é um recorte da reportagem anexada nos autos do processo. Documento disponível no Arquivo Nacional em Brasília.

sequencial, lógica; nem necessariamente se apresentavam articulados num movimento organizado entre si. Mas estavam do mesmo lado na luta para combater o mesmo inimigo, ou seja, o comunismo.

A análise dos documentos possibilita pensar o discurso da representação da ameaça comunista como um dispositivo de poder. Um dispositivo constituído de forma heterogênea, por práticas discursivas e não discursivas e instituições políticas. Um dispositivo constituído por meio de um conjunto de interesses conflitantes, sustentado em decisões regulamentares, leis, projetos administrativos, enunciados científicos, proposições religiosas, morais e políticas, conforme defendia Michel Foucault. Ou seja, são estratégias que agenciam certos tipos de percepção e condicionam maneiras de ver e formas de interpretar.

Pensar a ameaça comunista por essa chave interpretativa é compreendê-la, principalmente, como mecanismo de poder. Como instrumento de controle, cujos desdobramentos eram imprevisíveis, pois eram enredados nas formas de agenciamento das relações de poder tecidas nas circunstâncias do acaso. Os desdobramentos iam se instituindo nas alianças políticas, nas negociações, nos acordos alinhavados pelos interesses e possibilidades das lutas encenadas em cada momento.

Nesse sentido, a ameaça comunista se constitui nas disputas das relações de poder e, como tal, concorreu para orientar, em diferentes direções, projetos, ações, formas de ver e maneiras de crer. Foi por meio da ameaça politicamente atribuída ao comunismo que inúmeras decisões foram justificadas como necessárias em virtude daquela ameaça. Foi temendo a contaminação política que as freiras do Colégio Sagrado Coração tentaram, por exemplo, orientar suas alunas para que elas não mantivessem contato com os jovens comunistas da cidade. Compreendida como dispositivo político, a ameaça comunista se apresentava como força que concorria para manter certas posições, justificar determinadas atitudes e opiniões vigentes nas relações de poder à época.

As ações executadas em nome da segurança nacional – no período em análise – foram justificadas pelo discurso de combate ao perigo comunista. As ações do Dops demonstravam que a ameaça comunista não estava extinta, como era possível perceber nos relatórios dos agentes da Secretaria de Segurança Pública e do Exército. Diversos cidadãos que militaram nas esquerdas *escaparam da revolução* e por isso estavam à solta e representavam, no discurso dos órgãos de segurança, um perigo e, como tal, deviam ser combatidos. O discurso de que o perigo continuava existindo justificava as



ações de vigilância do momento e, por extensão, acionava o sinal de alerta, deixando de sobreaviso que o comunismo não tinha sido derrotado e, portanto, poderia se rearticular a qualquer momento.

Nesse sentido, a ameaça comunista estaria, portanto, na justificativa racional do poder. Era uma das forças que concorriam para tornar possível a exequibilidade do projeto de segurança instituído pela ditadura militar. Projeto de segurança que reestruturou as secretarias de segurança, reaparelhou os Dops, possibilitou criar órgãos, funções e toda maquinaria necessária para combater o inimigo escolhido como maior ameaça política do período<sup>355</sup>. Foi sustentado no discurso de combater a ameaça comunista que o governo do ditador Castelo Branco possibilitou a criação do Serviço Nacional de Informações<sup>356</sup>. A ameaça comunista foi, portanto, uma das forças que concorreu para a construção e a manutenção de hierarquias políticas, que por sua vez legitimavam e justificavam as relações de poder, de mando e obediência na sociedade à época.

---

<sup>355</sup> A historiadora Mariana Joffily destaca algumas mudanças ocorridas nas secretarias de segurança e nos Dops para atender as necessidades impostas pelo regime militar. Ver: JOFFILY, Mariana *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013; e *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>356</sup> Sobre a criação e atuação do SNI, ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; e Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

## Capítulo IV

### “A polícia com a gota serena”: apoio, repressão e política aos olhos do Dops em Caruaru

*Em verdade temos medo.  
Nascemos escuro.  
As existências são poucas:  
Carteiro, ditador, soldado.  
Nosso destino, incompleto.*

(Carlos Drummond de Andrade. O medo)

*Os comunistas de Caruaru estão em fase de franca rearticulação.*  
(Ministério da Guerra – IV Exército, agosto de 1965)

A atuação do Dops-PE – órgão subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado – deixou inúmeros registros sobre suas atividades em Caruaru no que tange à política de controle, vigilância e combate aos comunistas locais. O prontuário funcional do município de Caruaru, localizado no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, contém inúmeros documentos, com fotografia, relatórios, informes, ofícios, notificações, pedidos de busca, diligências e recortes de jornais. São registros da política repressiva daquele órgão sobre as pessoas consideradas ameaça à segurança do país, por manterem politicamente proximidade com as esquerdas, e, portanto, eram consideradas comunistas.

O Dops-PE – e a própria Secretaria de Segurança – esteve em estreita relação com os militares, sendo uma das instituições de apoio às ações perpetradas pelo regime militar. A parceria Dops-ditadura militar não ficou restrita, por certo, ao Estado de Pernambuco. Como aponta a historiadora Mariana Joffily, quando os militares deram o golpe, contaram com algumas instituições repressivas para auxiliarem na tarefa de combater o perigo comunista, sendo os Dops uma delas<sup>357</sup>.

---

<sup>357</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Como destaca a historiadora, os Dops surgiram nas décadas de 1920 e 1930 para manter a ordem que estaria ameaçada pelas ações movidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foram se transformando para atender às demandas políticas nas décadas subsequentes. Em suas

Os agentes do Dops foram enviados inúmeras vezes a Caruaru para realizar diligências. Em uma delas foram encarregados de investigar as ações que alguns comunistas estavam realizando para celebrar o aniversário de Luiz Carlos Prestes. Para alguns militantes da esquerda, essas comemorações significaram prisão, porque foram interpretadas como subversão pela polícia. Em janeiro de 1951, por exemplo, onze pessoas foram presas porque celebraram o aniversário de Prestes<sup>358</sup>. No entanto, comemorar esse aniversário era também uma demonstração de força e representação de patriotismo para os membros do Partido Comunista local e, por isso, continuaram a celebrar a data.

Francisco de Assis Claudino reconstrói algumas lembranças em torno daquelas disputas que envolveram as festividades em comemoração ao aniversário de Prestes.

Era uma questão de honra do partido. Todo ano tinha que se comemorar o aniversário de Prestes. Isso era um fato pitoresco. Porque nesse tempo o partido estava na ilegalidade. Era tudo escondido... tudo escondido. Mas aí todo ano no aniversário de Prestes era uma questão de honra para o partido. Porque a polícia, sabendo que no dia do aniversário de Prestes ia surgir uma girândola, um foguetório, então toda polícia ficava de guarnição; não dormia de noite, fiscalizando os arrabaldes para ver se pegava. A polícia ficava com a gota serena, porque não conseguia localizar. Em função dessa perseguição é que os comuna – como a gente chamava na gíria – levavam, como uma questão de honra, ter que comemorar o aniversário de Prestes. Todo ano era essa peitica; todo ano era esse duelo<sup>359</sup>.

Celebrar o aniversário de Prestes passou a significar muito mais que festejar sua data de nascimento. Para a Secretaria de Segurança, esses festejos se tornaram problemas de polícia, questão de ordem pública, respeito e cumprimento da lei. Para os que comemoravam *era uma questão de honra para o partido* realizar essas celebrações. Essa expressão, na reconstrução mnemônica de Francisco de Assis, foi repetida muitas vezes durante a entrevista e em tom que ajuda imprimir significados a essa construção semântica. As comemorações ganharam estatuto político de estratégia de resistência. Era uma maneira de lutar contra a repressão política, de enfrentar a polícia, no sentido

---

palavras, “nos 1940-1950 no âmbito da ditadura do Estado Novo e, posteriormente, no quadro da Guerra Fria, os Dops tiveram seus efetivos aumentados, tornando-se referência no combate à dissensão política, ao movimento dos trabalhadores e ao comunismo” (p. 159).

<sup>358</sup> Foram eles: Alcides Simeão de Azevedo, José Florêncio de Carvalho, José Herminio da Silva, José Veloso da Silva, Lourenço Jorge da Costa, Manoel Ferreira de Melo, Manoel Florêncio da Cruz, Osvaldo Vieira Pacheco, Pedro José da Silva, Quintino Antônio do Nascimento, Roque Alexandrino Teixeira. Para cada um deles, o Dops abriu um prontuário individual.

<sup>359</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011, em Caruaru.

de se fazer presente quando a ordem era mantê-los ou torná-los ausentes. *Todo ano era essa peitica*, ou seja, todo ano ocorria aquele embate; voltava a se repetir aquela disputa.

Se a polícia obteve sucesso com as prisões efetuadas nos anos subsequentes, como aquelas ocorridas em janeiro de 1951, o êxito foi dos comunistas, porque continuaram a realizar atos de demonstração de força, como as comemorações que realizavam. Por isso que, de acordo com as memórias de Francisco de Assis, a polícia de Caruaru *ficava com a gota serena*, porque não conseguia prever onde os comunistas iriam comemorar aquela data.

### ***A polícia em alerta: os comícios comunistas em Caruaru***

Algumas das sindicâncias realizadas pela Secretaria de Segurança Pública na cidade de Caruaru dizem respeito às investigações sobre as ações dos comunistas, principalmente nos períodos de campanhas eleitorais. Uma dessas sindicâncias ocorreu para apurar as atividades das esquerdas no comício realizado na cidade para o lançamento da candidatura a prefeito do sargento Severino Ferraz, que dispunha do apoio de parte das esquerdas locais, pela coligação PST/PTB.

Para realizar essa sindicância foram designados os agentes Valdemar de Souza e João Ferreira Filho. Quando chegaram a Caruaru, eles procuraram o delegado de polícia, que os recebeu e lhes passou as primeiras informações. Em seguida os agentes foram até o Centro de Estudos Nacionalistas, que, segundo informações recebidas, era um dos espaços de encontros entre os comunistas da cidade. Ficaram nas imediações, por mais de três horas, para observar o movimento em torno do lugar. Desejavam saber quem entrava no Centro, em que horário, se sozinho ou acompanhado, se portava algum material ou não. Os agentes voltaram outras vezes a vigiar o Centro de Estudos durante essa estada em Caruaru – o que sugere um tempo não muito curto de trabalhos por eles realizados – e concluíram que a informação sobre os encontros naquele espaço não procediam.

Em seguida descreveram o ambiente político em que ocorreu o comício. Registraram os nomes das autoridades que compunham a comitiva naquele ato político, como o senador Barros de Carvalho, Fernando Ferrari, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, o jornalista Clodomir Moraes, Aluizio Falcão, liderança política local e considerado grande agitador, além do sargento Severino Ferraz. A tônica da oratória do comício, pelo que consta no relatório, foi a greve recentemente ocorrida na cidade. O “elemento vermelho – escreveu o agente policial – Clodomir Moraes falou da greve

existente dias antes e disse que a greve não era um movimento esquerdista e sim uma greve contra a fome”<sup>360</sup>. Em seguida teria tecido diversos elogios à pessoa do sargento Severino Ferraz, que era um homem do povo, para o povo, para tudo o que fosse preciso.

Sobre os demais oradores, incluindo o que foi lançado candidato a prefeito local, os agentes registraram que seus discursos não foram agitadores, como teriam sido os de Clodomir Moraes e de Aluizio Falcão. Este teria insultado as autoridades e afrontado a polícia. De acordo com os registros dos agentes, em tom exaltado Falcão teria bradado que tinha sido informado de que estavam preparando sua prisão. No entanto, se ele fosse preso, o governador teria que tomar as medidas cabíveis em relação ao delegado local, porque, do contrário, perderia o apoio das massas populares. Ele, Aluizio Falcão, já tinha sido “preso pela polícia fascista e não tinha medo de cadeia. Venha seu delegado. Vamos, venha me prender, venha me espancar”, teria bradado, “jogando o povo contra o governo e contra a polícia”<sup>361</sup>, acrescentaram os agentes da Secretaria de Segurança.

Os discursos registrados no relatório são aqueles que foram considerados como afronta política às autoridades. Os demais mereceram pouca atenção dos agentes, que fizeram menções rápidas e superficiais sobre o que teriam falado os outros oradores. Esses registros demonstram, assim, os objetivos pelos quais os agentes foram enviados a Caruaru. Fazer uma investigação sobre o posicionamento político daqueles que podiam ser considerados ameaça; daqueles que podiam estimular a população, ou parte dela, a seguir caminhos contrários àqueles considerados politicamente adequados. Em outras palavras, os agentes registraram os discursos que eram considerados de esquerda, que representavam as propostas políticas comunistas na cidade. Esses eram perigosos e mereciam toda a atenção.

Mas os comícios não preocupavam apenas as autoridades policiais. Em 1961 as lideranças comunistas da cidade organizaram uma grande manifestação de apoio a Fidel Castro. O deputado Drayton Nejaim, representante caruaruense na Assembleia Legislativa do Estado, procurou a Secretaria de Segurança Pública e externou seu temor diante da possibilidade da realização de outro comício comunista na cidade. O *Jornal do Commercio* publicou uma nota explicando as razões pelas quais o parlamentar teria ido

---

<sup>360</sup> Relatório sobre a sindicância realizada em Caruaru acerca da greve e das atividades comunistas no município. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581.

<sup>361</sup> Ibidem.

procurar aquela secretaria. De acordo com o jornal, Drayton informou que os partidários de Fidel Castro estavam anunciando outro comício em Caruaru e que se prenunciava grande agitação e que, portanto, a Secretaria de Segurança Pública devia “adotar medidas acauteladoras, o quanto antes, a fim de evitar consequências lamentáveis”<sup>362</sup>. O deputado teria ainda declarado ao jornal a carência do município em relação ao quantitativo de policiais.

As mobilizações dos partidários de Fidel Castro – como descreveu o jornal – eram problemas de segurança pública e, como tal, deviam ser tratadas pela polícia, como ressaltou Drayton Nejaim ao solicitar uma ação repressiva da força policial, a começar pelo aumento do efetivo de soldados na cidade que, segundo o parlamentar, era insuficiente para as demandas existentes. Nesse sentido, seu discurso projeta um horizonte de dúvida, lança uma perspectiva de incerteza diante da mobilização dos comunistas locais, em virtude de o policiamento na cidade ser insuficiente para conter a mobilização que estava em desenvolvimento em Caruaru.

As mobilizações de apoio em Caruaru à Revolução Cubana tiveram repercussões que extrapolaram os limites geográficos do município. Sábado, 22 de abril de 1961, mais de cinco mil pessoas lotaram a praça da igreja matriz em Caruaru. O jornal *Vanguarda* noticiou em primeira página o evento na edição seguinte àquele sábado e destacou que o governador Cid Sampaio foi avisado com antecedência quando houve o pedido de autorização para realizar o comício. Da capital, o *Diario de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* enviaram seus correspondentes para cobrir o evento. Dos Estados Unidos, a equipe da revista *Time Life*<sup>363</sup> fez cobertura e tentou filmar todos os detalhes. Tentou.

O destacamento policial da cidade foi posto em alerta desde o momento em que o comício foi permitido. Organizado pelas lideranças de esquerda de Caruaru, o comício teve grande repercussão, mobilizando não apenas os principais órgãos da imprensa escrita do Estado, que deram cobertura especial, como também a Secretaria de Segurança do Estado, que deixou de prontidão as forças policiais necessárias para a realização do feito. Entre as lideranças políticas convidadas para aquele comício,

---

<sup>362</sup> Novo comício comunista em Caruaru acarretaria graves consequências. *Jornal do Commercio*, Recife, 26 de abril de 1961. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581.

<sup>363</sup> Algumas das imagens registradas pela equipe da revista *Time Life* foram usadas posteriormente, em 1984, pelo cineasta Silvio Tendler para produzir o filme *Jango*. Essas informações me foram confirmadas pelo próprio cineasta durante a Conferência Internacional: Memória: América Latina: em Perspectiva Internacional e Comparada, realizada entre os dias 14 e 17 de agosto de 2012, no Rio de Janeiro, no auditório da PUC-Rio.

figuraram Davi Capistrano, líder comunista, conhecido nacionalmente, Gregório Bezerra, destacado líder comunista em Pernambuco, Francisco Julião, também conhecido nacionalmente pela liderança das Ligas Camponesas, Manoel Messias e Arsênio Gomes, jovens estudantes, militantes da esquerda local, já apontados como atuantes comunistas em Caruaru.

Tudo pronto para iniciar o comício. Antes, de acordo com os relatos de memória de Manoel Messias<sup>364</sup>, certo clima de tensão se estabeleceu quando Francisco Julião percebeu a presença da equipe da revista *Time Life*, que fazia a cobertura audiovisual. Segundo Messias, Julião havia impedido que essa revista filmasse a concentração que havia ocorrido em Recife dias antes. Em Caruaru, no entanto, Messias – como um dos líderes locais – havia garantido que a *Time Life* poderia fazer a cobertura sem problemas, uma vez que eles não estavam fazendo nada ilegal, pois o comício fora autorizado pelas autoridades competentes. Contrariado, Francisco Julião decidira não subir ao palanque. Francisco de Assis Claudino também compartilha da reconstrução mnemônica de Manoel Messias e relembra que Julião não concordou com a decisão de permitir as filmagens da *Time Life* alegando que a presença da imprensa norte americana tratava-se, na verdade, de articulações políticas do governo dos EUA para combater o comunismo e que, por isso, decidira não subir ao palanque.

Em clima de disputa, portanto, começaram os discursos. Arsênio Gomes foi o primeiro a falar. Com um discurso inflamado, enfatizou a importância da luta política de Fidel Castro em defesa dos trabalhadores e tantos outros que estavam, antes, sendo explorados pelos interesses capitalistas e que, portanto, “a luta dos cubanos era dos brasileiros”<sup>365</sup>.

O que os organizadores do evento não contavam era que um grupo de mulheres católicas da cidade havia se organizado para sabotar o comício e para tanto tinha convocado um grupo de jovens contrários ao comunismo para tumultuar a concentração. Assim, enquanto Arsênio Gomes discursava, começaram entre os que assistiam gritos de “viva o Brasil”. Logo os gritos cederam lugar aos arremessos de ovos, tomates, pedras e umbus naqueles que se encontravam no palanque, e a confusão se generalizou. Empurra-empurras, gritos, murros e pontapés ocuparam a cena principal. Na confusão o

---

<sup>364</sup> Relatos de Manoel Messias para o Projeto Marcos da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>365</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 1º de maio de 1961, p. 10.

repórter da *Time Life* tentou agredir um jovem por este ter quebrado sua câmera com uma pedrada, ao menos foi assim que o jornal *Diário de Pernambuco* registrou o fato.

O *Vanguarda* deu destaque na cobertura sobre a manifestação de apoio a Fidel Castro. Publicou em primeira página as disputas que marcaram o comício.

Durante a semana passada as atividades dos líderes nacionalistas de Caruaru se voltaram exclusivamente para a grande concentração popular de apoio à política de Fidel Castro. Todas as medidas foram tomadas para o completo êxito do comício. Anunciaram aos quatro cantos de Caruaru a presença das “vedetes” que formam em Pernambuco e no Brasil a linha de frente da defesa do regime de Fidel, valendo salientar, entre outras presenças, as de Davi Capistrano, líder comunista brasileiro, e Francisco Julião, deputado e presidente de honra de todas as Ligas Camponesas do Nordeste, ou quiçá do Brasil<sup>366</sup>.

O jornal apresentava o ambiente político no qual ocorreu o comício, destacando a estratégia dos organizadores de convidar reconhecidas lideranças comunistas para dar maior visibilidade à manifestação. O *Vanguarda* também chamava a atenção, em sua matéria, para a postura da Polícia Militar de Caruaru diante da confusão em que se transformou o comício. De acordo com o jornal, “o destacamento de polícia de Caruaru não funcionou de maneira alguma, e por isso hoje, independente de qualquer facciosismo, censuramos o citado destacamento”<sup>367</sup>.

A crítica se dava em virtude de os policiais terem permanecido de braços cruzados assistindo à situação sem tomar nenhuma medida. O articulista do jornal ainda questionava as razões pelas quais os policiais estavam de armas em punho, com revólveres e metralhadoras, em uma postura de puro exibicionismo, ou como se estivessem em uma situação de revolução, para usarmos suas palavras de empréstimo. Não sabia, porém, dizer ao certo a quem deveria ser direcionada a crítica, porque tomou conhecimento de que aquela postura resultava de uma ordem expressa do governador do Estado. No entanto, até o momento da publicação, não tinha tido tempo suficiente para investigar se a informação procedia ou não.

Entretanto, o articulista ainda chamava atenção para a falta de garantias legais em Caruaru, independentemente de o governador ter emitido ordem para os policiais não intervirem nas manifestações de hostilidade demonstradas no comício,. Uma vez que a manifestação tinha sido permitida pelas autoridades competentes, era obrigação e dever da polícia manter a ordem e dar garantias para sua realização. Como isso não

---

<sup>366</sup> Eu vi em Caruaru: queda de Fidel Castro. *Vanguarda*, Caruaru, 1º de maio de 1961, p. 1.

<sup>367</sup> Ibidem.



ocorreu, de acordo com o articulista do jornal *Vanguarda*, “triunfou em Caruaru a contrarrevolução sob os aplausos da população católica da cidade e dos anticastistas de Caruaru”<sup>368</sup>.

Se o desfecho do comício foi aplaudido por parte dos católicos da cidade, foi argutamente criticado por outros. A manifestação não passou despercebida aos olhos de Dom Casmurro, pseudônimo de Francisco de Assis. Na crônica publicada na semana seguinte, não economizou críticas pondo em evidência que apenas as pessoas desprovidas de inteligência enfrentavam seus adversários com agressões físicas. “Quem tem ideias, discute ideias. Quem não tem, atira pedras. Quem lê, estuda e procura compreender os fatos, pensa e argumenta. Quem não lê, não estuda e não sabe argumentar, atira pedras”<sup>369</sup>.

Se fosse ele um anticomunista convicto, enfatizou Dom Casmurro, escreveria um artigo expondo as fraquezas das teorias marxistas. Se não tivesse capacidade intelectual para tanto, se contentaria em combater o materialismo dialético atirando pedras. “No meu tempo de moço”, escreveu ele, “atirar pedras era negócio de doido. Hoje, atirar pedras, sobretudo em comícios políticos, é profissão de fé cristã. No começo os cristãos eram apedrejados (Actos 6: 8-60). Hoje os cristãos apedrejam”<sup>370</sup>.

É importante perceber como Dom Casmurro se apropriou das narrativas bíblicas para discutir as singularidades do comício em Caruaru, em um movimento de inversão de significados. Ele coloca os católicos da cidade que participaram do apedrejamento, em nome da Pátria, da Igreja e de Deus, na situação daqueles que estavam em posição contrária à defendida por Cristo, quando destaca que Jesus impediu o apedrejamento de Maria Madalena ao intervir e sentenciar que atirasse a primeira pedra aquele que não tivesse pecado. Talvez, segundo Dom Casmurro, como não conseguiu resolver os problemas sociais, o cristianismo tenha purificado os pecados do mundo. “Daí porque todos se sintam santificados o suficiente para atirar não só uma pedra, mas dezenas de pedras e bandas de tijolos... e talvez para muitos ser cristão se reduza, em última instância, ao simples ato de se apedrejar o adversário”<sup>371</sup>.

Nesse sentido, ele ironizou que, diante dos estímulos ao apedrejamento, haveria missas em ação de graças para aqueles que mais pedradas acertassem no inimigo. “Como na Noite de São Bartolomeu”, destacou, “de triste memória o papa mandou

---

<sup>368</sup> Ibidem.

<sup>369</sup> *Vanguarda*, Caruaru, 1º de maio de 1961, p. 11.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> Ibidem.

celebrar missa pela carnificina em que pereceram milhares de protestantes traiçoeiramente”<sup>372</sup>. Dom Casmurro não arrefeceu o tom da crítica à Igreja católica quando satirizou essa instituição mencionando que ela iria celebrar missas para agradecer a violência praticada pelos fiéis, principalmente para aqueles que conseguissem apedrejar o maior número de adversários comunistas. Se a narrativa podia ganhar ares de indignação, surpreendia-se o leitor que pensasse que autor estaria estupefato. Ele não considerava nenhum absurdo, nem estava surpreso diante das ações dos católicos de Caruaru.

Acho tudo natural e comum. Ninguém dá o que não tem. Não se espere que uma árvore má dê bons frutos – também são palavras de Jesus. [E assim] quem não estuda e não é capaz de argumentar, contenta-se com atirar pedras... em nome de Deus e da pátria. Depois o poeta Carlos Drummond de Andrade não encontrará mais nem “uma pedra no meio do caminho”, porque as pedras que existem no mundo estão sendo jogadas pela juventude dita “católica” para rebater ideias<sup>373</sup>.

Pelo tom das críticas, não precisamos fazer muito esforço para compreender como Dom Casmurro passou a ser criticado, repudiado e apresentado como um sujeito perigoso, principalmente pelo que escrevia, como já mencionado. E se a escrita destinasse à leitura, muito arriscado seria o contato dos leitores com as palavras perigosas que saíam das mãos daquele anônimo que, por um tempo, tornou-se famoso na cidade. Temiam que suas palavras infectassem o público leitor com suas ideias subversivas.

As discussões sobre a experiência comunista em Cuba fizeram parte da agenda política de inúmeros debates na década de 1960. De acordo com o historiador Carlos Alberto Barão, a Revolução Cubana representou um marco diferencial nas disputas políticas ligadas às esquerdas não só na América Latina, mas na esquerda mundial. Para ele, a Revolução Cubana demonstrava que a vitória poderia ser alcançada por meio de uma mobilização político-militar de guerrilha. “O impacto no Brasil da Revolução Cubana foi muito significativo, vindo a se somar ao espírito de um tempo histórico caracterizado pela ascensão dos movimentos de libertação nacional e, localmente, às discussões sobre industrialização, nacionalismo e ascensão de movimentos populares”<sup>374</sup>. Demonstrava ainda que o campo era o espaço fértil, apropriado, para todo

---

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> Ibidem.

<sup>374</sup> BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Vol I. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 233. Para esse historiador, a experiência liderada por Fidel Castro, demonstrou outras possibilidades de luta para vencer o imperialismo e implantar o socialismo. Demonstrou que o poder poderia ser alcançado sem a existência de um partido de vanguarda – como o foi

processo revolucionário, que a classe operária e o camponês eram os principais agentes de mobilização e execução da revolução.

A Revolução Cubana foi pauta em inúmeras matérias publicadas nos jornais de Caruaru. Na edição de 21 de janeiro de 1962, o articulista do jornal *Vanguarda* Azael Leitão destaca a importância de não se perceber o comunismo em uma relação simplista entre o bem e o mal. Para ele, a situação de exploração e miséria pela qual passava uma parcela da população era a responsável pela “inquietação social”<sup>375</sup> que muitos denominavam de revolução.

As reportagens no jornal *Vanguarda* se inserem em um campo maior de discussões naquele momento. Na mesma semana em que a referida matéria foi publicada, ocorria a chamada *Conferência de Punta del Este*, no Uruguai. O encontro foi promovido para discutir os desdobramentos da Revolução Cubana na política do continente. Nessa reunião, a posição do Brasil diferiu da postura dos EUA através do seu secretário de Estado Dean Rusk, que defendia imediatas medidas de isolamento dos países americanos à ilha caribenha. Essa posição foi condenada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, San Tiago Dantas, que externou sua defesa dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos<sup>376</sup>. Para Azael Leitão, a postura de San Tiago Dantas defendia “uma tese justa, embora desgoste grupos econômicos”<sup>377</sup>.

A linha editorial do jornal *Vanguarda* não mantinha uma postura de apoio declarado nem de repúdio explícito ao comunismo. Há artigos e matérias que defendiam projetos políticos encabeçados por lideranças que na cidade faziam oposição ao comunismo. Por outro lado, encontramos artigos com críticas ao anticomunismo de algumas pessoas e ou instituições. São discursos que não devem ser entendidos numa concepção dicotômica de apoio ou repúdio ao comunismo, mas como narrativas distintas sobre as disputas políticas que envolviam a cada momento o comunismo. Uma crítica ao anticomunismo não necessariamente significava uma postura de defesa do comunismo, mesmo que assim fosse interpretada por alguns. Se havia uma diversidade de significados nos discursos publicados na imprensa sobre o comunismo, o mesmo não ocorria nos registros dos órgãos de segurança.

---

na experiência soviética – nem necessariamente como resultado de uma vitória de um exército militar, como no caso chinês.

<sup>375</sup> A inquietação e o exemplo de Cuba. *Vanguarda*, Caruaru, 21 de janeiro de 1962, p. 1.

<sup>376</sup> KRAMER, Paulo. *Conferência de Punta del Este*. Disponível em: <[www.fgv.br](http://www.fgv.br)>. Acesso em: 13 set. 2013.

<sup>377</sup> A inquietação e o exemplo de Cuba. *Vanguarda*, Caruaru, 21 de janeiro de 1962, p. 1.

## ***A vigilância do Dops em Caruaru***

O prontuário funcional de Caruaru contém 160 páginas. Pelas informações sobre o intervalo de tempo do em que as atividades da Secretaria de Segurança Pública foram registradas sobre o município de Caruaru, houve um período de intensa atividade do Dops – principalmente através da Delegacia Auxiliar – que corresponde ao governo Cid Sampaio. Há uma significativa quantidade de documentos produzidos entre os anos de 1956 e 1962, sendo mais intensas suas atividades entre 1959 e 1962.

Sobre o ano de 1963 e os meses iniciais de 1964, período em que Pernambuco estava sendo administrado pelo governador Miguel Arraes, não consta nenhum documento resultante das atividades da Secretaria de Segurança. Não há registros de suas ações no que tange à política de vigilância e controle que vinha desenvolvendo essa instituição em relação às atividades dos comunistas na cidade de Caruaru<sup>378</sup>.

A ausência de registros documentais acerca da vigilância sobre os comunistas pode ser interpretada como uma mudança de orientação da Secretaria de Segurança Pública em relação às medidas adotadas quanto às organizações e partidos de esquerdas no Estado, com os quais Miguel Arraes manteve proximidade, tecendo alianças e acordos políticos<sup>379</sup>. Como demonstra a historiografia especializada<sup>380</sup>, em sua plataforma de governo, as liberdades políticas, a extensão dos direitos trabalhistas ao homem do campo, por meio do cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural, a redução do analfabetismo e a reforma agrária fizeram parte das suas ações e deixaram de ser tratadas pela polícia.

---

<sup>378</sup> Há informações de que os agentes da Secretaria de Segurança estiveram em Caruaru a pedido do prefeito João Lyra quando da greve dos funcionários municipais. Entretanto, essa informação consta na imprensa local, como já mencionado, e não nos registros do prontuário do município.

<sup>379</sup> Também não podemos descartar a possibilidade de que os documentos relativos a esse período tenham sido destruídos.

<sup>380</sup> Sobre as políticas sociais executadas no governo de Miguel Arraes, ver: DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”. *Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classe na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana*. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. ABREU e LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora da UFPE, 2008. Ainda da mesma autora, *Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão*. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil). MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010; deste mesmo autor, ver ainda: *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3 - *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O período em que Miguel Arraes governou o Estado entre 1963 e início de 1964 é lembrado por alguns comunistas – ou por simpatizantes das ideias de esquerda – como um período de *legalidade relativa*. Ou seja, o PCB se encontrava na ilegalidade, mas os que preconizavam suas ideias, estando ou não filiados ao partido, continuavam a defender suas propostas, a se reunir, a fazer campanhas políticas e alianças em seus municípios, sem o olhar da vigilância policial. Era um período em que lutavam por suas concepções políticas e não eram perseguidos nem presos pela polícia, por isso alguns consideram o período como de liberdade ou de *certa legalidade*<sup>381</sup>.

Tão logo Miguel Arraes foi deposto pelo golpe militar, voltamos a encontrar documentos acerca da vigilância sobre as atividades dos comunistas na cidade de Caruaru. Nesse sentido, são significativos os registros das datas nos documentos porque eles indicam as ações dos homens nos embates tecidos no tempo, nas tensões vividas em torno da Secretaria de Segurança Pública e suas atividades de combate, perseguição e vigilância aos comunistas. Esse órgão, após março de 1964, voltava a desempenhar as funções que outrora fazia com maestria.

Os registros documentais produzidos pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco nos dias iniciais após o golpe de 31 de março demonstram que aqueles momentos foram de intensa atividade para os agentes desse órgão. Foram também dias marcados pela insegurança e incerteza para quem militavam nas esquerdas em Caruaru. Os dias iniciais de abril de 1964 foram dos mais marcantes na reconstrução mnemônica de muitos que estiveram envolvidos com a trama política em estudo. A professora do departamento de História da UFPE, Socorro Ferraz, em entrevista para o Projeto Marcas da Memória, recupera a atmosfera dos embates vividos nos dias finais do mês de março e nos primeiros dias do mês de abril de 1964. Por meio de seus relatos de memória é possível perceber a tensão constante que marcaram aquelas experiências para uma significativa parcela da sociedade à época.

Socorro Ferraz, em março de 1964, era chefe de gabinete do Secretário de Agricultura de Miguel Arraes, Jader de Andrade. Em 27 de março viajaram para o Sertão do Estado para resolver problemas relativos àquela pasta. No dia 31 de março estavam em uma reunião em Arcoverde, quando Jader recebeu ao pé do ouvido uma informação e em seguida, não de forma abrupta, tratou de finalizar o quanto antes o

---

<sup>381</sup> Refiro-me aos relatos de memória de Francisco de Assis Claudino, Romero de Figueiredo e Luiz Teófilo que, de diferentes maneiras, relembrou esse período como de “certa legalidade” mas, acima de tudo, de liberdade, porque não havia prisões pelas ideias políticas que expressavam.

encontro. Uma vez encerrada a reunião, Socorro Ferraz perguntara o que tinha acontecido. “Ele disse: tem um golpe no país e parece que é um golpe verdadeiro. Vamos voltar agora mesmo para Caruaru”<sup>382</sup>.

Quando chegaram a Caruaru, encontraram-se com Severino Ferraz – pai de Socorro e delegado de polícia na cidade – e, naquele momento, as suspeitas cederam lugar às confirmações. Encontrava-se em marcha um golpe militar no país. Socorro Ferraz, seu pai e Jader de Andrade encontraram-se naquele momento com outras pessoas que militavam nas esquerdas, como o arquiteto Fernando Queiroga. Nas lembranças da professora, o arquiteto foi um dos defensores da resistência que deveria ser organizada em Caruaru.

Ele disse: “vou com Ferraz organizar a resistência aqui”. Porque pensávamos na resistência, ninguém pensou em entregar isso assim, era na resistência, todos os grupos, os grupos todos pensaram na resistência que iria demorar, que iria ser sei lá quanto tempo, mas pensávamos na resistência<sup>383</sup>.

De acordo com suas memórias, o grupo que estava com ela percorreu alguns municípios onde havia Ligas Camponesas, para averiguar as possibilidades de uma possível ação de resistência. Chegaram a Palmares e encontraram a cidade completamente deserta, sem nenhuma pessoa.

“Quando nós chegamos lá, todas as casas estavam fechadas, não havia ninguém nas casas, os camponeses já haviam sido presos, a família já tinha toda se debandado para dentro dos matos”<sup>384</sup>.

De acordo com seu relato,, o Exército já tinha entrado na cidade, vindo do Estado de Alagoas, e efetuado diversas prisões de muitos camponeses, por isso a cidade se encontrava vazia, desabitada. Ou seja, as prisões de camponeses no dia 1º de abril sugere pensar que, para esse segmento das Forças Armadas, o golpe ainda em desenvolvimento surgia com força e dispunha de determinação por parte de seus idealizadores. Se não era possível prever as implicações resultantes da intervenção militar um dia antes, suas ações podiam ser lidas como uma demonstração de força no sentido de executar as tarefas que julgavam necessárias para a consolidação do golpe.

A insegurança e o perigo não foram experimentados apenas pela professora Socorro Ferraz e pelas pessoas que com ela se encontravam naquele momento. Para

---

<sup>382</sup> Entrevista realizada em 29 de abril de 2011 com a professora Socorro Ferraz para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>383</sup> Ibidem.

<sup>384</sup> Ibidem.

muitos que viviam em Caruaru e militavam na esquerda, os dias seguintes ao golpe foram vividos sob o signo da incerteza. Para os que não foram capturados nos dias iniciais de abril, o medo da prisão se tornou a companhia mais próxima, constante e indesejável. Para os que foram presos, a tortura – e a morte até – passou a representar seus maiores temores.

As ações de vigilância e perseguição não desapareceram decorridos os meses iniciais do golpe. No dia 18 de dezembro de 1964, era protocolado um informe resultante de uma denúncia na base aérea da Aeronáutica em Recife, contendo três informações sobre atividades subversivas em Caruaru. Ao tomar ciência desses acontecimentos, a Segunda Base Aérea, sediada em Recife, gerou o Informe 0100/ZONAER 2. Este recebeu a classificação de *secreto* e sobre a origem das informações constava apenas a expressão *informante*. A credibilidade das informações oferecidas à Aeronáutica foi classificada como B2<sup>385</sup>.

Por esses critérios, a fonte e as informações oferecidas pelo informante sobre as atividades subversivas em Caruaru eram merecedoras de atenção. E assim foram procedidas as ações a partir desse informe. A Aeronáutica de imediato determinou a difusão do informe para o IV Exército e para a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Não sabemos quais as procedências tomadas na Aeronáutica e no IV Exército quanto à delação, porque o acesso à documentação desses órgãos é quase inexistente. Temos acesso apenas ao informe enviado para a Secretaria de Segurança.

No entanto, podemos acompanhar algumas ações resultantes da denúncia que gerou o referido informe, por meio dos registros da Delegacia Auxiliar. O informe chegou à Delegacia Auxiliar dez dias após ser lavrado na Aeronáutica, ou seja, em 28 de dezembro de 1964. Constava que esse órgão tinha tomado conhecimento dos fatos abaixo narrados:

Um locutor da Rádio Cultura do Nordeste em Caruaru, em programa das 13:20 às 14:30, tece severas críticas à revolução, proferindo as seguintes frases: “Que revolução foi esta de 1º de abril? Onde está a democracia que fecha a UNE, órgãos

---

<sup>385</sup> Como já mencionado anteriormente, isso supunha que a fonte emissora e o conteúdo emitido não eram totalmente confiáveis, tampouco eram desprovidos de confiança. Os níveis de classificação dos documentos dos órgãos de segurança, como já mencionamos, iam de A à F e de 1 a 5, conforme destaca Carlos Fico (*Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001), sendo A1 fontes e informações altamente confiáveis e F5 merecedoras de pouca credibilidade.

estudantis... precisamos de revolução popular. Vamos tomar as rédeas ou, do contrário, aonde vamos parar? Revolução é feita para aumentar o custo de vida?”<sup>386</sup>

As informações chegaram à Aeronáutica provavelmente por meio de denúncia, que poderia ser feita de forma anônima ou não. A delação era estimulada pelos órgãos de informação e segurança, chegando a ser respaldada na Lei de Segurança Nacional de 1953, como discutido no terceiro capítulo da tese. Pelo conteúdo da primeira informação, a fonte emissora poderia ser qualquer um dos ouvintes do programa que não concordava com as críticas tecidas pelo locutor. No entanto, a postura do locutor não se resumia a uma crítica à ditadura – chamada de *revolução*. Ele estava convocando seus ouvintes a tomarem iniciativas. Instigava seus espectadores a tomarem o controle da situação. Talvez esse fosse o temor dos órgãos de segurança no que tange àquele informe; o medo de que as ideias comunistas ganhassem adeptos, mobilizassem forças e ameaçassem as relações de poder por eles defendidas.

A outra informação contida no mesmo documento chamava a atenção para a agência do Banco do Brasil de Caruaru. Naquele recinto teria circulado no mês de novembro um boletim datilografado procurando incitar os funcionários a se rebelar contra a ditadura. Constava no conteúdo do boletim que os funcionários do referido banco deveriam se posicionar contra “a ditadura e as vacas fardadas que estão governando o país”<sup>387</sup>. Solicitava ainda que cada servidor deveria fazer cópia do material e enviar para as demais agências. E, por último, ainda informava que, na casa de um enfermeiro de nome Alceu, estavam acontecendo reuniões altas horas da noite com a presença de diversas pessoas consideradas suspeitas de praticarem subversão.

Diferente da primeira informação gerada na Aeronáutica, sobre o locutor da Rádio Cultura, essas últimas sugerem que a fonte emissora era uma pessoa que estava atenta às atividades desenvolvidas pelos comunistas na cidade. Partia de alguém que conhecia os ambientes relatados ou pessoas ligadas àqueles espaços, como o Banco do Brasil e a residência do enfermeiro suspeito. Sugere ainda a vigilância por parte da sociedade civil, porque as informações partiram de um informante civil, porque quando eram informações fornecidas por militares a classificação era A1, ao menos nos documentos a que tive acesso na pesquisa para a tese.

Tão logo o documento chegou à Delegacia Auxiliar, foi protocolado com o número 194 e, de imediato, esse órgão entrou em ação para tomar as medidas que

---

<sup>386</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Aeronáutica. Informe nº 0100/ZONAER 2.

<sup>387</sup> Ibidem.



julgava necessárias a partir daquele informe. No dia 29 de dezembro foi gerado o ofício 2.162, com base no documento recebido da Aeronáutica. Também de caráter *secreto*, o ofício foi encaminhado ao delegado de polícia do município de Caruaru, nos seguintes termos:

Ilmo. Sr. Delegado de Polícia do município de Caruaru

Chegando ao conhecimento desta delegacia que os fatos abaixo enumerados vêm se verificando nesse município, solicito de V. S. observar e proceder sindicâncias rigorosas a fim de apurar a veracidade das informações, comunicando imediatamente a esta especializada<sup>388</sup>.

Em seguida a delegacia transcrevia as três informações recebidas fazendo pequenas, mas significativas, modificações na redação do texto. No informe emitido pela Aeronáutica, sobre a postura do locutor da rádio, há a descrição de algumas críticas que ele estaria fazendo em seu programa. No ofício encaminhado pela Delegacia Auxiliar, após a menção das críticas do locutor, foi acrescentada a informação de que este estava incitando o povo a uma contrarrevolução. Nas informações sobre o boletim distribuído na agência do Banco do Brasil, o delegado Alvares Gonçalves da Costa Lima – responsável pela Delegacia Auxiliar – acrescentou que aquele boletim estava “ofendendo moralmente as autoridades revolucionárias e os governantes da nação”<sup>389</sup>.

As informações acrescentadas são importantes e ajudam a entender a dinâmica constitutiva dos ofícios e relatórios produzidos acerca de inúmeras pessoas acusadas de praticarem a subversão. O relator do ofício recebeu o documento e, ao tomar as medidas subsequentes, deixava suas marcas sobre os assuntos contidos no informe oriundo da Aeronáutica. Nessa perspectiva, qualquer informação inserida ou retirada demonstrava a lógica dos procedimentos pela qual agia a Secretaria de Segurança por meio da Delegacia Auxiliar. Nesse sentido, as informações acrescentadas, não eram feitas à revelia, mas eram inserções que demonstravam o lugar de produção e a intencionalidade política para a qual eram produzidas.

Os acréscimos, portanto – independentemente do tipo de informação inserida – podem ser pensados como indícios das ações políticas da Secretaria de Segurança Pública. Não significava, entretanto, que sobre as informações inseridas os demais órgãos de segurança não compartilhassem a mesma interpretação. A Delegacia Auxiliar era um dos principais órgãos da Secretaria de Segurança Pública destinado à política de controle e vigilância dos comunistas no Estado. De seus documentos emerge uma

---

<sup>388</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ofício secreto nº 2.162.

<sup>389</sup> Ibidem.

necessidade de controle rígido sobre as ações desenvolvidas pelos comunistas. Em seus relatórios, informes e ofícios, qualquer ação dos comunistas deveria ser vistoriada e vigiada de perto. Não que os outros órgãos de segurança não demonstrassem essas necessidades.

Os registros resultantes das atividades da Delegacia Auxiliar apresentam Pernambuco em estado de ebulição, convulsionado pelo comunismo. A situação exigia uma ostensiva e sistemática política de combate diante da ameaça comunista que se instituía no Estado de forma assustadora. Não podemos perder de vista, contudo, que as cores com as quais os órgãos de segurança após o golpe militar pintaram o ambiente político de Pernambuco – e do Brasil, certamente – desejavam imprimir o símbolo da insegurança e ameaça comunistas como estratégias de justificação do golpe e, por extensão, como discurso de legitimidade da intervenção militar diante da recém-instaurada ditadura.

### ***Caruaru: cidade tranquila e praça de guerra***

O golpe militar em 31 de março de 1964 alterou sensivelmente a situação política em Caruaru. A leitura e a interpretação dessa experiência de tempo dependiam do campo perceptivo de emissor. Para alguns, os dias iniciais de abril de 1964 foram de tranquilidade. Atentemos para as cores com as quais o jornal *A Defesa* – órgão da Diocese local – pintou o clima dos primeiros dias daquele mês.

#### **TROPAS DO EXÉRCITO GARANTEM A ORDEM EM CARUARU**

Com o desenrolar dos últimos acontecimentos no Brasil e em nosso Estado, o comandante do IV Exército sediado em Recife, o general Justino Alves Bastos, enviou um contingente de soldados para a manutenção da ordem e disciplina em Caruaru. A cidade permaneceu calma nesses dias de agitação, apenas como é natural, os comentários por toda parte, se faziam ouvir. Aqui e ali soldados armados cercavam as residências de elementos suspeitos, comunistas uns e declarados outros, efetuando diversas prisões e levando material de propaganda vermelha. A calma reina em toda cidade e nota-se o contentamento geral do povo com a medida acertada das Forças Armadas do Brasil expulsando para sempre os entreguistas e os subversivos vermelhos do exército da Rússia<sup>390</sup>.

O lugar social de onde a linha editorial do jornal emitia sua posição política revelava um conjunto de valores que colocavam o periódico na dianteira, quando o desejo era combater o que considerava seu maior inimigo, à época, ou seja, o

---

<sup>390</sup> *A Defesa*. Caruaru, 4 de abril de 1964, p. 1.

comunismo. A “revolução”, como defendiam os promotores do golpe, teria ocorrido na mais perfeita normalidade. O cotidiano das pessoas em Caruaru em nada fora alterado e tudo se encontrava na mais completa harmonia.

No entanto, se a cidade de Caruaru estava tranquila, como desejava fazer acreditar o jornal, qual a necessidade de deslocar um contingente de soldados da capital para garantir a ordem e a disciplina? Esses princípios estariam ameaçados sem a presença na cidade daqueles soldados? Seria em virtude da possibilidade de resistência dos tão temidos subversivos? Do medo de uma reação comunista? O que se poderia encontrar pelas ruas, de acordo com o jornal, seriam apenas comentários, o que seria “normal” naquelas circunstâncias.

Entretanto, ao mesmo tempo o periódico afirmava que havia a presença de alguns soldados vigiando as residências dos comunistas declarados e dos suspeitos de subversão. Simultaneamente, “soldados armados aqui e ali” cercavam as residências dos suspeitos efetuando diversas prisões e apreensão de material de propaganda política do comunismo russo. As expressões “aqui e ali” sugerem ações aleatórias, descoordenadas e escassas, até. No entanto, pela leitura daquele semanário, as palavras empregadas podem ser interpretadas como eufemismo para amenizar a arbitrariedade e a violência com as quais os soldados faziam as inspeções quando invadiam – literalmente – as residências dos considerados suspeitos de subversão. Sem mandado judicial para proceder a essas ações, os soldados violavam os direitos civis de muitos cidadãos, o espaço privado e a intimidade de diversas pessoas em Caruaru ao prendê-las por considerá-las ameaça à segurança do país.

Entretanto, para o jornal diocesano, os soldados e a população caruaruense – ou parte dela – estavam em equilibrada sintonia, pois o “povo” compreendia e apoiava as ações daquelas autoridades, por estarem em luta defendendo a liberdade e a democracia, seriamente ameaçadas pelos insurgentes comunistas. Os efeitos de sentido do discurso que brotavam nas páginas daquele jornal desejavam alertar a população caruaruense sobre os últimos acontecimentos pelos quais estava passando o país. Mas não só. Emerge também um discurso que deseja imprimir um efeito tranquilizador, na medida em que apresenta a situação sob controle, em virtude da presença das Forças Armadas na cidade. E o resultado era rápido, eficiente e visível: a tranquilidade prevalecia e tinha sido estabelecida pela reclusão dos comunistas por meio das prisões efetuadas. Assim, permanecia a cidade salva, livre da ameaça comunista e socialmente tranquila.

No entanto, quando mudamos o ângulo de percepção, outra Caruaru se apresenta para além daquela descrita nas páginas do jornal *A Defesa*. Talvez a tranquilidade estampada no jornal diocesano decorresse de ações repressivas como as expostas pelo coronel Justo Moss, responsável pela guarnição do Exército na cidade. Essa autoridade militar publicou, em nota oficial, no jornal *A Voz do Agreste*, as normativas que deveriam imperar naqueles dias. Estavam “proibidas quaisquer reuniões, passeatas, assembleias, agrupamentos em via pública ou outras manifestações nessa cidade. Este comando recomenda que agirá com o máximo de rigor na falta de cumprimento do exposto acima”<sup>391</sup>. Nesse sentido, qualquer conduta contrária às expostas estaria sujeita à repressão, sofrendo as sanções que o coronel julgasse adequadas.

Na entrevista realizada com Francisco de Assis, este reconstrói a atmosfera política na cidade de Caruaru nos dias seguintes ao golpe de Estado de 1964. Seus relatos revelam indícios da configuração multifacetada em que se encontrava a cidade naquele momento e apontam vestígios da vigilância instituída pelos órgãos de segurança sobre as pessoas ligadas ao comunismo em Caruaru. A perseguição aumentou de maneira significativa quando da instauração do golpe militar. Francisco de Assis expressa como esses momentos imprimiram significados em sua vida.

Eu passei vinte anos em Caruaru sendo fiscalizado, vigiado, sem condições de aparecer. Deixei de escrever para jornal, deixei de estudar, tudo, atrapalhou minha vida né. [...] Fui absolvido, mas você fica durante toda a ditadura vigiado, fiscalizado e tal, você não pode se envolver, não pode aparecer muito, não pode se expor, não pode escrever, não pode nada né? Quando o golpe se consolidou, Caruaru se tornou uma praça de guerra<sup>392</sup>.

Ou seja, o controle, a perseguição, a vigilância não ocorriam apenas nas dependências do quartel do Exército ou atrás das grades do Dops-PE. Essa política se estendia para a vida cotidiana das pessoas suspeitas de praticarem a subversão. Uma das estratégias desenvolvidas pelos órgãos de segurança para ampliar seu raio de ação, no que tange à fiscalização dos suspeitos, era apelar para a sociedade civil, convocar os cidadãos a contribuir com os órgãos de segurança por meio da delação. Assim, cada pessoa poderia ser um fiscal, um informante, um vigilante da moral e dos considerados bons costumes. Nesse sentido, a historiadora Marcília Gama da Silva destaca:

Nos registros policiais do Dops encontramos documentos conclamando o povo a colaborar com a nova ordem estabelecida. “Informar passa a ser tarefa de todos” e,

---

<sup>391</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 5 de abril de 1964, p. 1.

<sup>392</sup> Entrevista realizada com Francisco de Assis Claudino, em Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

nesse contexto, entra em cena o estímulo à delação como elemento não só necessário, mas indispensável, à manutenção desse plano nacional que terá como representação maior o Serviço Nacional de Informação<sup>393</sup>.

Das memórias de Francisco de Assis, emerge uma Caruaru que teve suas ruas tomadas por viaturas e policiais que vasculhavam cada espaço da cidade numa busca desenfreada para encontrar os responsáveis pela revolução subversiva comunista que estava em marcha pelo Brasil. No segundo dia após o golpe, Francisco de Assis encontrou um amigo na rua e este o informou de que o sargento responsável pela manutenção da ordem na cidade tinha expressado que estava a sua procura e se o encontrasse quebraria suas duas pernas.

Além dos motivos políticos que colocavam em campos distintos o sargento e Francisco de Assis, este relembra que havia uma inimizade literária entre eles, em virtude das críticas publicadas em suas crônicas no jornal *Vanguarda* sobre a produção literária do sargento, conforme analisado no segundo capítulo da tese. É possível que as disputas literárias e políticas estivessem juntas na busca que o sargento moveu para localizar seu inimigo político-literário. Depois de ter invadido sua residência e não tê-lo encontrado, o sargento teria recebido uma informação de que Francisco de Assis encontrava-se ainda na rua. De acordo com suas memórias, a autoridade policial cercou todo o quarteirão, deixando homens prontamente armados com metralhadoras no intuito de prendê-lo.

Para escapar da perseguição, Francisco de Assis decidiu fugir. No entanto, como passar pela barreira de policiais que estavam à sua procura? Como driblar a vigilância com as entradas e saídas do seu bairro tomadas pelos policiais? Ele lembrou como procedeu.

Quando o golpe se consolidou, aí começou o terrorismo; a caça às bruxas, a prender comunista rua acima rua abaixo. Pessoas que às vezes não tinham nada a ver, como alguns eleitores desse deputado<sup>394</sup> que a gente estava falando. A princípio eu fugi de Caruaru, disfarçado de mulher. Com roupa de mulher. Porque eu saí de casa, mas fiquei na mesma rua. Escondi-me na casa de meu cunhado, por causa da ameaça, no segundo dia ao golpe. O quarteirão todo cercado. Aí eu..., me vestiram de mulher, botaram um véu, um negócio na cabeça e tal, pegaram uma criancinha nova que

---

<sup>393</sup> SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 164. A afirmação que se encontra entre aspas é um trecho da carta do Ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello.

<sup>394</sup> Refere-se a Lamartine Távora, que foi deputado federal por duas vezes pelo PTB, de 1959 a 1964. Foi acusado de atividade subversiva, perdeu seus direitos políticos e cassado em 1964.

tinha nascido há poucos dias. Eu botei no braço, com uns óculos escuros, meu cunhado encostou o jipe. Desci, entrei no jipe. Saí... fui embora<sup>395</sup>.

Francisco de Assis apresenta outra leitura, que vai de encontro a um conjunto de discursos de diversas autoridades que defenderam o golpe – como aqueles publicados pela Diocese de Caruaru –, em que destacam que não houve resistência quando da ruptura constitucional e que a “revolução de 1964” teria ocorrido na mais perfeita harmonia. Temos que relativizar o conceito de *resistência* e compreender que ela não ocorre, necessariamente, por meio de luta armada. Pequenas estratégias, como uma fuga, esconder alguém ou não delatar, podem se configurar como resistência, bem como as maneiras sutis de disfarces, como a utilizada por Francisco de Assis. Nesse sentido, se houve necessidade de um maior reforço no policiamento e na perseguição – que resultou em inúmeras prisões – estas não teriam ocorrido se aqueles que faziam oposição aos golpistas não representassem alguma forma de resistência.

Após conseguir romper o cerco policial disfarçado de mulher, Francisco de Assis se escondeu em Carapotós, distrito de Caruaru, em propriedade rural pertencente a um de seus tios, localizada a cerca de vinte quilômetros da sede do município. No entanto, ter conseguido a liberdade momentânea não foi suficiente. Ele poderia ser preso a qualquer momento mediante uma delação. Além da insegurança, Francisco lembrou que se sentia profundamente incomodado por estar sendo perseguido sem ter cometido nenhum delito, nenhum crime. Dois dias após deixar Caruaru, se arrependeu da fuga.

Resolvi me entregar. Mandeí chamar meu cunhado, na segunda-feira, e disse: “olhe, eu não matei, não roubei, não furtei, eu não tenho cara de andar fugindo pelo meio do mundo, eu não tenho espírito para isso. Então, ou por bem ou por mal, eu vou me entregar e seja o que deus quiser”. Aí meu cunhado foi me apanhar, quando foi na segunda-feira, quatro horas, cinco horas, eu me entreguei no quartel. “Estão me procurando? Eu tô aqui”<sup>396</sup>.

A perseguição que Francisco de Assis e outros comunistas da cidade de Caruaru sofreram atravessou a década de 1960 de distintas maneiras. Pelos documentos da Secretaria de Segurança Pública, podemos pensar o ano de 1964 como um *entretempo*<sup>397</sup>. Aquele tempo não foi início nem fim da perseguição, da vigilância nem

---

<sup>395</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em Caruaru, em 14 de dezembro de 2011.

<sup>396</sup> Ibidem.

<sup>397</sup> Aqui estou me aproximando das discussões promovidas pelo filósofo Gilles Deleuze (*Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013). quando destaca a importância de compreendermos as experiências não em termos de origem ou fim, mas analisar o que se passa *entre*, ou seja, compreender as experiências como um movimento que se constitui no e pelo processo. É por esse o ângulo de percepção que me refiro a 1964 como um tempo do *entre* – ou um *entretempo*. Para compreendê-lo é

das torturas perpetradas aos que foram enquadrados como uma ameaça à segurança do país. Em 1956, por exemplo, não tínhamos uma ditadura instalada, entretanto Francisco de Assis foi preso acusado de desenvolver atividade ilegal, porque o Partido Comunista tivera seu registro cassado em 1947. Da mesma forma, em 1962 não vivíamos sob a égide de um Estado ditatorial, mas a Secretaria de Segurança Pública continuava a fichar inúmeras pessoas em Caruaru<sup>398</sup> como subversivas por militarem nas esquerdas. Nesse sentido, os primeiros anos da ditadura no Brasil foram atravessados por diversas temporalidades. Os processos movidos pela Comissão de Investigação Sumária, por exemplo, nos meses iniciais da ditadura foram respaldados e justificados nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, forjada nas disputas políticas da década de 1950. Em 1964 a LSN foi também usada para imprimir legitimidade ao golpe e à ditadura militar.

Os trabalhos da Secretaria de Segurança Pública entre os meses de abril e julho de 1964 foram direcionados para a execução das atividades da Comissão de Investigação Sumária<sup>399</sup>. Após esse período, os agentes dessa secretaria voltaram a destinar atenção às atividades dos comunistas que não foram presos no Estado. De acordo com seus relatórios, os comunistas que não foram processados e cassados pelos inquéritos da Comissão de Investigação Sumária continuavam a desenvolver suas atividades, o que requeria um trabalho contínuo, rigoroso e constante para manter a sociedade livre da ameaça comunista. Não podemos perder de vista que esse discurso almejava também justificar a tomada do poder pelos militares, bem como a política de vigilância daqueles que se opunham ao regime em vigência.

### ***A ditadura completa um ano: celebrar, vigiar e prevenir***

A ditadura militar no Brasil desenvolveu um conjunto de estratégias para conseguir apoio e legitimidade social. As diversas ações foram representadas nas práticas e discursos em defesa da segurança do país, ou seja, no combate ao que considerava ameaça comunista. Os militares promoveram palestras, cerimônias comemorativas, campanhas na imprensa, além da perseguição e prisão dos filiados às esquerdas. Contaram também com as ações desenvolvidas pela sociedade civil por meio

---

fundamental recorrer às diversas temporalidades que entrecruzam 1964, em direções e significados diversos.

<sup>398</sup> Em 1962 a Secretaria de Segurança elabora um documento intitulado “Relação dos elementos comunistas da cidade Caruaru” contendo mais de cinquenta nomes de pessoas que estavam sendo vigiadas por esse órgão.

<sup>399</sup> Os trabalhos da Comissão de Investigação Sumária serão analisados no quinto capítulo da tese.

de parte da imprensa escrita, dos discursos de parlamentares e autoridades religiosas que louvaram no, início da ditadura, a intervenção militar.

Não é fácil definir as ações políticas que se configurariam como apoio à ditadura militar<sup>400</sup>. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “o apoio social à ditadura é assunto candente na historiografia atual que, em parte, tem se inspirado em estudos sobre os estados fascistas europeus e o contexto da ocupação nazista”<sup>401</sup>. Nesse sentido, o conceito de consenso, nas discussões sobre o apoio social à ditadura, tem sido questionado por alguns historiadores, pois não raro apresenta as disputas políticas numa concepção dicotômica entre resistência e colaboração, para representar as ações dos atores sociais da época. Como demonstrou Rodrigo Patto, as pesquisas do Ibope realizadas em São Paulo mostravam um significativo apoio a João Goulart no início de 1964 e, paradoxalmente, uma expressiva aceitação da intervenção golpista e até dos expurgos políticos.

A exequibilidade das ações promovidas pelos militares não significava necessariamente a obtenção do apoio esperado. Os expurgos e as cassações de inúmeros prefeitos, vereadores e funcionários municipais parecem se encontrar dentro das ações políticas do regime, destinadas aos municípios, para a obtenção do apoio almejado, haja vista os referidos cargos passarem a ser ocupados por pessoas que, politicamente, se aproximavam das propostas defendidas pelos militares. Após a instauração da ditadura, os municípios passaram por um processo de reordenamento político, com a substituição de inúmeros funcionários e autoridades políticas ligados aos poderes Legislativo e Executivo acusados de participarem da subversão comunista que se encontrava em marcha no país.

A substituição nos cargos políticos e administrativos possibilitava agregar forças em defesa do regime recém-instaurado. No entanto, não significava que os cidadãos que assumiam as funções outrora exercidas por pessoas ligadas às esquerdas, apoiariam os militares. Importante não perder de vista que as mudanças nessas relações de poder em nível local – ou não – também constituíam possibilidades de ascensão social, estratégia

---

<sup>400</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Ver também: DENISE, Rollemberg; QUADRAT, Samantha Viz, Introdução, In: *A construção social dos regimes autoritário: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. E ainda: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005; e *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>401</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. *Tempo*. Revista digital de História do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2015, v. 20.



de crescimento profissional, bem como de melhoria nos rendimentos salariais. Nesse sentido, as ambições pessoais não podem ser ignoradas quando se analisam as ações de apoio à ditadura militar. Por extensão, o que se denomina de *apoio*, *colaboração* ou *consenso* pode significar estratégias individuais para alcançar objetivos pessoais, utilizadas por cidadãos que viam no regime militar uma possibilidade de mudança de vida. Por isso certas posições podem não representar os anseios dos grupos sociais aos quais pertenciam seus atores, e dificilmente saberemos se suas ações eram de apoio e colaboração ou estratégias para alcançar objetivos pessoais ou as duas coisas simultaneamente<sup>402</sup>.

As formas de apoio dispensadas à ditadura foram diversas: intensa campanha por parte da imprensa escrita, manifestações representadas nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade<sup>403</sup>, concessão de títulos de cidadania aos chefes militares pelos poderes legislativos municipais, homilias clericais pregando e agradecendo a intervenção das Forças Armadas, inúmeras delações efetuadas por civis, além de palestras realizadas em defesa do regime ditatorial. Essas formas de apoio e colaboração eram estimuladas por parte da imprensa. O jornal *A Voz do Agreste* destacou que “era um dever e obrigação de todos colaborar com os homens que instalaram um regime de vergonha e respeito”<sup>404</sup>.

---

<sup>402</sup> O historiador argentino Daniel Lvovich faz uma interessante discussão sobre as diferentes atitudes sociais que colaboraram para a legitimação da ditadura militar na Argentina. Ações que para ele transitavam em distintas atitudes de apoio, colaboração e consenso, demonstrando, por conseguinte, as dificuldades de se definir o que se entende por apoio social. Para ele é improvável que o historiador consiga estabelecer as diferenças entre o que denomina de “consenso tácito” – que supõe a aprovação da política ditatorial – e “aceitação passiva”, quando o terrorismo de Estado se torna política de governo. No mesmo sentido defende ainda que a falta de manifestações de oposição ou resistência não pode ser entendida como demonstração de apoio, colaboração ou consenso e que é importante estudar as diferentes formas de apoio nas relações de poder nos níveis estadual e municipal para compreender as distintas estratégias de legitimidade social criadas pelo regime militar. Ver LVOVICH, Daniel, *Dictadura y consenso ¿Qué podemos saber? Los Puentes de la Memoria*, nº 17, abr. 2006, La Plata. Do mesmo autor, ver também: *Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina (1976-1983)*, Ayer, nº 75, 2009, Madri. *Burócratas, amigos, ideólogos y vecinalistas: el reclutamiento de funcionarios municipales de Morón durante la Dictadura Militar (1976-1983)*. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; SOPRANO, Germán (Editores). *Un Estado con rostro humano: funcionarios e instituciones estatales en Argentina, de 1880 a la actualidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

<sup>403</sup> Sobre o movimento das marchas da família com deus pela liberdade, ver PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as marchas da família com deus pela liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>404</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 30 de abril de 1964, p. 6.

Essas distintas manifestações de apoio são usadas para explicar a denominação de “golpe civil-militar” e ou “ditadura civil-militar” por alguns autores<sup>405</sup>. É inegável que segmentos sociais como parte da imprensa, da Igreja católica e de inúmeros legislativos conclamaram as Forças Armadas para que tomassem o poder e evitasse que o Brasil fosse dominado pelo comunismo. Importante destacar que as instituições e ou atores sociais que apoiaram o golpe militar não desejavam necessariamente a instauração de um regime ditatorial. Também é importante ressaltar que esse apoio civil não se manteve inalterado ao longo da ditadura militar e é também reivindicado pelos atores militares para justificar sua intervenção em março/abril de 1964.

Quando o golpe de Estado e a subsequente ditadura instalada completaram um ano de vida, seus defensores e idealizadores da cidade de Caruaru decidiram comemorar o aniversário do que denominavam de *revolução vitoriosa*. Uma programação festiva foi preparada na cidade com a participação de autoridades civis e militares. Entre os civis, o advogado Luiz Pessoa da Silva, descrito pelos órgãos de segurança como cidadão democrata e homem das letras, foi convidado para proferir palestra no auditório da Radio Difusora de Caruaru. O discurso em defesa dos acontecimentos celebrados foi aplaudido longamente pelos presentes e classificado como brilhante pelas autoridades militares.

Autoridades políticas ligadas ao prefeito da cidade, que apoiou as forças de coalizão em defesa da intervenção militar, estavam presentes na cerimônia demonstrando a importância do ato comemorativo naquele momento e das feitura comemoradas. A presença de parte do secretariado da prefeitura e dos vereadores municipais, que foram convidados para aquele ritual, conferia um caráter de anuência aos feitos que ali celebravam um ano de vida. A participação das pessoas podia não significar necessariamente conivência com as ações desenvolvidas pela ditadura durante seu primeiro ano de vida. No entanto, ser convidado e comparecer a um evento

---

<sup>405</sup> Autores como Carlos Fico e Marcos Napolitano (respectivamente, *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001 e *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014) defendem que o golpe foi civil-militar e a ditadura militar. Já autores como Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes defendem que o golpe e a ditadura foram civil-militar. Acredito que o apoio dos setores da sociedade civil não é suficiente para conceituar o golpe e a ditadura como civil-militar. A decisão de levar as tropas do Exército às ruas em Minas Gerais coube em última instância a Mourão Filho, mesmo sendo autorizada por Magalhães Pinto. Sem a anuência do comandante geral das tropas, os soldados não sairiam às ruas. E como demonstrou a historiadora francesa Maud Chirio (*A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012), o Exército brasileiro desfrutava de uma significativa autonomia em suas ações políticas. Quanto à postura do Legislativo federal, apenas dois dias depois, em 2 de abril, é que Auro de Moura Andrade, vice-presidente do Senado, decretou oficialmente a vacância da Presidência, quando o golpe já tinha sido deflagrado e encontrava-se em execução.

destinado a celebrar um ano da ditadura militar no país eram representativos da concordância da intervenção militar um ano antes.

No dia seguinte à palestra realizada na Radio Difusora de Caruaru, alguns comunistas da cidade, em resposta àquele ritual, colocaram dois boletins na porta da casa do palestrante. Os autores<sup>406</sup> desse material explicavam suas interpretações políticas sobre os acontecimentos que no dia anterior o advogado tinha defendido na palestra. Para os autores dos boletins havia um ano que o Brasil vivia sob a opressão em virtude da “desmoralizada revolução de abril. Subverteram a ordem e anularam nossas liberdades e conquistas”<sup>407</sup>.

As primeiras demonstrações de apoio ao regime militar, após as celebrações de abril de 1965 em Caruaru, chegaram aos órgãos de segurança no dia 7 de abril por meio da delação. Para que as Forças Armadas tomassem conhecimento e efetuassem as medidas cabíveis, um informante denunciou à Aeronáutica ações desenvolvidas na cidade pelos comunistas contrárias às atividades comemorativas do golpe militar de 1964. De acordo com as informações fornecidas pelo informante, o quartel-general daquele ministério lavrara o Informe 052, no qual apresentava uma síntese dos acontecimentos ocorridos em Caruaru. Registrou que, entre as comemorações realizadas em Caruaru para celebrar um ano da revolução, tinha ocorrido a mencionada palestra ministrada por Luiz Pessoa da Silva e, no “dia seguinte, o referido cidadão encontrou em sua residência dois boletins como respostas dos comunistas ao brilhante discurso proferido em defesa da Revolução”<sup>408</sup>. O informante deixou uma cópia dos boletins na 2ª Zona Aérea.

Pelos registros que constam no prontuário do município, esse foi o primeiro informe sobre os fatos ocorridos na cidade. O Ministério da Aeronáutica o classificou como *secreto*, atribuindo-lhe B2 em relação à confiabilidade da fonte emissora e das informações. Em seguida, determinou o encaminhamento do informe para o IV Exército, a Secretaria de Segurança Pública do Estado e a agência do SNI em Recife.

No dia 14 de abril, a Secretaria de Segurança Pública recebeu o informe da Zona Aérea, protocolando-o com o número 205 e o encaminhou em seguida para a Delegacia Auxiliar. No dia 26 do mesmo mês, o IV Exército recebia da Aeronáutica o documento

---

<sup>406</sup> Nos documentos dos órgãos de segurança não há menção aos nomes dos autores dos boletins, apenas que foram escritos e colocados na residência de Luiz Pessoa da Silva pelos comunistas da cidade.

<sup>407</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Guerra. IV Exército – 2ª Seção. Informe 141-BE/2.

<sup>408</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Aeronáutica – 2ª Zona Aérea. Ofício 052/ZONAER – 2.

sobre as ações ocorridas em Caruaru. Com base nas informações recebidas da Zona Aérea, o IV Exército produziu outro informe e o encaminhou para a Secretaria de Segurança, aonde chegou no dia 30 de abril. Nesse novo documento repetiam-se as mesmas informações recebidas da 2ª Zona Aérea, no primeiro parágrafo que compunha o ofício. Em seguida o IV Exército atribuiu a autoria dos boletins aos comunistas de Caruaru e acrescentava a informação de que o Partido Comunista continuava atuando na cidade juntamente com suas doze organizações de base. O informe foi classificado como *secreto* e encaminhado diretamente para o secretário de Segurança Pública do Estado e remetido ao Estado Maior do Exército, ao SNI em Recife e à própria Secretaria de Segurança Pública.

Quatro dias depois chegava à sede da Secretaria de Segurança o informe outrora emitido no IV Exército. Esse informe se diferenciava sensivelmente daquele produzido na Aeronáutica e consistia em um parágrafo apenas, mencionando rapidamente que os comunistas da cidade tinham colocado alguns boletins na residência do orador da palestra. Chamava a atenção para as atividades que os comunistas estavam desenvolvendo na cidade por meio do comitê municipal e das organizações de base que, de acordo com o IV Exército, não tinham interrompido suas ações.

O argumento exposto no documento produzido pelo IV Exército se sustentava na apreensão dos boletins que tinham sido colocados na porta do orador no dia seguinte à palestra por ele proferida. No entanto, três dias depois que o IV Exército emitiu aquele informe algumas semanas, portanto, após as comemorações realizadas em Caruaru, a Aeronáutica recebia outra delação sobre os comunistas da cidade. No informe protocolado com o número 070, no dia 29 de abril de 1965, a 2ª Zona Aérea registrava que diversos boletins subversivos continuavam sendo colocados na residência de Luiz Pessoa, por elementos desconhecidos. No entanto, havia a suspeita de que o responsável por aquelas ações era o “elemento Alceu, de profissão enfermeiro e notoriamente comunista”<sup>409</sup>.

O informante também levava ao conhecimento daquela instituição que os comunistas em Caruaru continuavam com suas atividades por meio da divulgação de suas propostas políticas. Essas ações estavam ocorrendo por meio da impressão e circulação do jornal *Combater* e da distribuição do jornal *Voz Operária*. O primeiro, uma produção local, já se encontrava na oitava edição. Os exemplares de *Voz Operária*

---

<sup>409</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Aeronáutica – 2ª Zona Aérea. Informe 070/ZONAER-2.

que estavam sendo distribuídos em Caruaru eram enviados do Rio de Janeiro. Isso demonstrava não apenas a circulação e divulgação das propostas comunistas na cidade, como a rearticulação dos comunistas locais com outros localizados em cidades como o Rio de Janeiro.

Como mencionado anteriormente, quando um informe era gerado por meio de uma informação cuja origem era de um militar, recebia a classificação A1, o que sugere que o informe gerado na Aeronáutica procedia de um civil, porque foi classificado como B2. Também era uma prática constante dos órgãos de segurança, diante de um informe classificado como B2, inserir informações extras, geralmente escritas a mão, solicitando que os órgãos receptores – aos quais eram enviados pela difusão – investigassem a veracidade das informações. No entanto, esse procedimento não aparece nesse documento emitido pela Aeronáutica, nem quando foi recebido e protocolado na Secretaria de Segurança. A ausência dessas informações teria sido por esquecimento das autoridades? É possível. No entanto, como os conteúdos desse documento já haviam sido anteriormente registrados por meio do Informe 052/ZONAER-2 sobre a distribuição dos boletins subversivos na residência de Luiz Pessoa, é possível que as autoridades, ao emitirem esse outro informe, desconsiderassem a necessidade de solicitar investigação quanto à veracidade dos fatos, por acreditarem que aquelas ações estavam realmente acontecendo.

A possibilidade de rearticulação dos comunistas colocava em discussão o ponto fulcral do discurso das Forças Armadas, utilizado para justificar e legitimar o golpe de abril de 1964 e a ditadura militar. Os documentos dos órgãos de informação e segurança, bem como a historiografia especializada, demonstram que o principal discurso usado para justificar a intervenção militar foi a necessidade de fazer uma limpeza política no sentido de conter o avanço comunista no país.

Nesse sentido, as ações dos comunistas de Caruaru – mas não apenas de lá – podiam levantar uma série de questões. Se a intervenção militar foi justificada em larga medida pelo discurso do combate à subversão comunista, suas investidas não estavam logrando êxito. A fiscalização, a vigilância, a perseguição e as prisões ocorridas até aquele momento não foram suficientemente capazes de vencer o inimigo político, o comunismo.

Pelas delações que estavam gerando os informes, as Forças Armadas tinham que admitir que os comunistas não estavam derrotados. Suas atividades não tinham sido eliminadas. Isso implicava que, mesmo após um ano de regime ditatorial, com inúmeros

processos, prisões e torturas perpetradas em nome da ordem para combater a ameaça comunista, esta não tinha sido derrotada. Ao mesmo tempo, isso mostrava o poder de articulação dos comunistas por meio da impressão e divulgação dos jornais de esquerda em circulação naquele momento. Ou seja, apesar dos esforços daquelas instituições para combater o que consideravam uma ameaça comunista, elas tinham que admitir que o inimigo não fora vencido, que o perigo de rearticulação existia. Admitir essa situação significava também admitir sua ineficácia para impedir que os comunistas desenvolvessem suas atividades de oposição à ditadura.

A imprensa local, por sua vez, chamava a atenção e reconhecia que os comunistas estavam se rearticulando. No dia 14 de março de 1965, o jornal *A Voz do Agreste* informava que os comunistas continuavam em ação em todo o Brasil.

Os democratas brasileiros não podem desfalecer na luta aberta contra a ameaça comunista que continua a existir por todos os recantos do território nacional. A revolução, é verdade, extinguiu o foco visível, afastou dos postos de mando os elementos mais representativos. Mas a ameaça não cessou. O inimigo não desapareceu; apenas recuou. Agora a cada decisão do governo revolucionário surgem dos bastidores as vozes comunistas para criticar, para semear a confusão, especialmente entre as camadas menos esclarecidas da população<sup>410</sup>.

O articulista foi enfático em sua sentença: a ameaça comunista não tinha sido extinta. Exigia, portanto, do governo ditatorial medidas mais enérgicas no sentido de abolir de vez as forças comunistas e assim extinguir em definitivo o perigo que representava o comunismo. De acordo com o artigo, as ações dos comunistas naquele momento consistiam em disseminar falsas informações contra o governo para confundir a população ou parte desta.

O articulista não media palavras para destacar a afronta que estava acontecendo e o perigo que representava, pois, do contrário, estariam todos os brasileiros ameaçados de perder as conquistas alcançadas até o momento. No entanto, não era tarefa apenas do governo aquela batalha. Nesse sentido o articulista asseverou:

O governo não pode lutar sozinho e sua luta só alcançará êxito se cada um de nós, desejando a verdadeira democracia e a sobrevivência dos ideais do mundo ocidental cristão, oferecer a sua parcela de colaboração, demonstrando claramente aos menos avisados que estamos no caminho certo, do qual não podemos fugir<sup>411</sup>.

Fica visível o chamamento que a matéria fazia aos leitores. Cada cidadão deveria se tornar um agente de divulgação dos projetos do governo ditatorial. Esclarecer,

---

<sup>410</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 14 de março de 1965, p. 5.

<sup>411</sup> *Ibidem*.

informar e discutir seriam obrigações de todos os verdadeiros patriotas e democratas que se encarregariam de explicar as propostas do governo às pessoas menos esclarecidas. O articulista finalizou advertindo sobre o perigo existente e a necessidade do alerta permanente. “Na luta contra o comunismo”, enfatizou, “cada um de nós precisa estar sempre de olhos bem abertos, pois em cada sombra, em cada esquina, pode estar uma ameaça”<sup>412</sup>.

Nesse sentido, a ameaça comunista não estava longínqua, era possível perceber nos boletins que estavam circulando em Caruaru. De acordo com as informações registradas no IV Exército, esses boletins faziam duras e agressivas críticas ao governo. No informe produzido nessa instituição há a transcrição dos principais aspectos da revolução e do governo de Castelo Branco que os comunistas atacavam. Para começar, os boletins interpretavam a chamada *revolução de abril* como desmoralizada e opressora, porque tinha eliminado as liberdades políticas de quem a ela se opunha. Em seguida asseverava que

cada caruaruense pode ver os preços dos gêneros alimentícios, das utilidades de consumo e das passagens como subiram nesses doze meses. Enquanto isso, esse governo de cinismo vive anunciando para breve o fim da inflação e apelando aos brasileiros que apertem o cinturão, isto é, que se submeta ainda mais à fome que ele nos impõe<sup>413</sup>.

A circulação dos boletins continuava a acontecer para além daquela data referente ao dia seguinte à palestra, como destacava o Informe 070/ZONAER-2 da Aeronáutica<sup>414</sup>. De acordo com a transcrição do Exército, uma das críticas presente no material se referia a questões que afetavam diretamente a vida cotidiana de muitos cidadãos em Caruaru e por certo no Brasil: o aumento dos preços dos alimentos e das passagens, com a crescente alta da inflação, chegando a uma taxa de 40%.

As críticas à inflação que circularam nos boletins não ficaram restritas aos discursos dos comunistas. Encontramos no jornal *A Voz do Agreste* diversos artigos discutindo o aumento do custo dos bens de primeira necessidade. No dia 24 de janeiro de 1965, *A Voz do Agreste* destacava:

O grande inimigo da Revolução está ao nosso lado, vive conosco, rouba nossa economia, solapa a Revolução, desgraga toda uma obra redentora. De nada adiantou

---

<sup>412</sup> Ibidem.

<sup>413</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Guerra. IV Exército – 2ª Seção. Informe 141-BE/2.

<sup>414</sup> Importante ressaltar que não localizei os boletins e disponho apenas das transcrições que as autoridades policiais do IV Exército emitiram no informe que encaminharam para a Secretaria de Segurança Pública.

o governo democrata moralizar, banir os comunistas. Será que o povo uma vez livre do perigo vermelho vai ter fartura à mesa? Será que o minguido dinheiro do povo conseguirá o milagre da abundância?<sup>415</sup>.

Esse jornal fez de suas páginas, no período em análise, espaço de divulgação cotidiana dos feitos da chamada *revolução*. Inúmeros artigos, notas e reportagens versavam sobre os benefícios morais, políticos e éticos que a intervenção militar um ano antes representara. No entanto, sua linha editorial não pode ser lida como um apoio irrestrito à ditadura que se instalou no país.

De acordo com o articulista do texto acima transcrito, o maior inimigo naquele momento deixava de ser o comunismo; era a inflação, a alta desgovernada dos preços. Assim, não adiantou banir os comunistas, se não resolviam os problemas imediatos das pessoas, ou seja, as questões ligadas ao custo de vida dos cidadãos. Para ele, a inflação estava ameaçando os ideais redentores da revolução. Nesse sentido, o articulista acreditava que já estava na hora de Castelo Branco resolver em definitivo o problema da fome, “porque ninguém pode ficar com o estômago vazio desde março até agora na esperança de enchê-lo a partir dos primeiros dias de 1965”<sup>416</sup>.

Uma das providências seria controlar o aumento abusivo dos preços. Segundo o jornal, as pessoas estavam sentindo diretamente nas transações diárias, nos mercados, nas lojas, nos açougues, nas farmácias, nos botequins, nas padarias, nos restaurantes e em todos os lugares as consequências do descontrole inflacionário, somado à ganância de muitos comerciantes. Para o articulista, aquela situação era “tão corrosiva para o povo como a própria subversão”<sup>417</sup>.

O tom desse discurso projetava uma desconfiança quanto à eficácia das políticas postas em ação pelos militares no campo econômico. Nesse sentido, a chamada *revolução* não dispunha das competências necessárias – até aquele momento – para resolver os problemas sociais da vida cotidiana das pessoas. O governo ditatorial estava perdendo credibilidade porque de nada adiantava um discurso de promessas se o pão, a carne, o feijão, a farinha, o remédio, o valor das passagens do transporte público ficavam mais caros a cada dia.

Para os comunistas da cidade – ou parte deles – o descontrole inflacionário era decorrência da política econômica encabeçada pelos militares, em estreitas relações com os interesses econômicos de empresas estadunidenses. Eles arguíam que, “para Castelo

---

<sup>415</sup> *A Voz do Agreste*, Caruaru, 24 de janeiro de 1965, p. 3.

<sup>416</sup> *Ibidem*.

<sup>417</sup> *Ibidem*.



Branco, Costa e Silva, Cordeiro de Farias e outros gorilas, pouco importava a nação brasileira, sua felicidade e sua independência. Deram o golpe e se mantêm no poder para servir aos interesses dos poderosos grupos econômicos dos Estados Unidos”<sup>418</sup>. O Ministério da Fazenda não conseguia acertar o passo no controle da inflação, resultando em aumento galopante dos preços. A substituição dos ministros dessa pasta por certo esteve ligada às tentativas frustradas de ajustes da política econômica. Em três anos esse ministério esteve ocupado por três pessoas distintas<sup>419</sup>.

Nesse sentido, os boletins que circulavam em Caruaru questionavam as razões para as celebrações realizadas na cidade em festejos do golpe de abril. Chamavam a atenção para outros problemas, além do descontrole inflacionário. Desejavam não apenas ajustes econômicos, mas “liberdade irrestrita de opinião, associação e propaganda. Pedimos a reintegração de todos os brasileiros no gozo de seus direitos políticos, a cassação dos IPM políticos, liberdade para todos os presos políticos, liberdade sindical e estudantil”<sup>420</sup>.

A crítica à repressão que ceifou as liberdades políticas de muitos caruaruenses – e inúmeros brasileiros – expressa naquelas palavras significava um tema caro e delicado a muitas pessoas que militaram na esquerda no município. Havia um ano que inúmeros processos estavam sendo abertos por meio da Comissão de Investigação Sumária, instalada na cidade, e dos IPM. Processos que resultaram em cassações sumárias, prisões e torturas. Dentro das possibilidades existentes, aqueles que não foram capturados pela polícia faziam suas críticas e questionavam as disputas políticas vividas no calor das experiências. Liam e interpretavam as tensões de seu tempo numa dinâmica conflituosa regida pela incerteza dos desdobramentos das lutas. Nesse sentido lutavam e exigiam, sobretudo, que os cidadãos exercessem o direito de escolher seus dirigentes por meio de eleições livres e diretas. E asseveravam que “subversivos não somos nós e sim eles que subverteram a dignidade e os princípios da democracia”<sup>421</sup>.

---

<sup>418</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Guerra. IV Exército – 2ª Seção. Informe 141-BE/2.

<sup>419</sup> Os ministros que ocuparam a Fazenda entre 15 de abril de 1964 e 16 de março de 1967 foram respectivamente Octavio Gouvêa de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos e Eduardo Lopes Rodrigues, estes últimos sendo ministros interinos. Informações disponíveis no *site* do Ministério da Fazenda: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2013.

<sup>420</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Guerra. IV Exército – 2ª Seção. Informe 141-BE/2.

<sup>421</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Guerra. IV Exército – 2ª Seção. Informe 141-BE/2.

Os autores dos boletins se apropriaram de uma prática discursiva que foi gestada em larga medida para desqualificar os comunistas. Em diversos momentos e de muitos lugares de enunciação, o conceito de *subversivo* foi utilizado como sinônimo de *comunista*. Usado com uma carga negativizada de sentidos e significados, esse conceito passou a representar todos – ou quase todos – aqueles que foram identificados com as esquerdas no Brasil da década de 1960, para nos referirmos apenas às experiências de tempo aqui pesquisadas.

No entanto, nos boletins os comunistas se apropriaram daquele conceito e inverteram a dinâmica de atribuição de sentidos. Deslocavam o discurso e alteravam a rota interpretativa ao atribuir os sentidos de *subversivo* àqueles que estavam no poder castrando as liberdades civis e políticas. Ou seja, subversivos eram aqueles que deram o golpe de Estado e derrubaram João Goulart, presidente legalmente eleito; subversivos eram aqueles que desrespeitaram a Constituição e proibiam os cidadãos de exercer seu direito de escolher seus representantes.

Nesse sentido, a subversão não se encontrava nas propostas políticas daqueles que estavam presos acusados de praticarem a subversão. Residia, pelo contrário, nas ações daqueles que perseguiam e prendiam arbitrariamente; residia nas ações daqueles que tinham destituído Miguel Arraes do palácio do Campo das Princesas.

Há um ano, o bravo e querido governador Miguel Arraes não dirige a sua palavra aos homens do campo, nem a um operário, nem a ninguém. Contudo, o seu silêncio, imposto pelos seus algozes, é mais eloquente que os discursos e declarações mentirosos dos seus carcereiros<sup>422</sup>.

Os autores dos boletins questionavam os discursos que atribuíam ao ex-governador de Pernambuco a responsabilidade pelas tensões políticas vividas nos dois anos de seu governo no que tange às lutas de reivindicações dos trabalhadores rurais. Como mencionado anteriormente, Miguel Arraes foi acusado de subversivo justamente por defender a aplicação dos direitos trabalhistas que se encontravam no Estatuto do Trabalhador Rural. De acordo com os boletins, enquanto diversos trabalhadores passavam fome, os usineiros clamavam que a política do governador estava impedindo a produção do açúcar. No entanto, “passado um ano de ditadura foram fechadas as usinas Caxangá, Estreliana e Mercês com dezenas de engenhos. Somente na usina Bulhões foram demitidos mais de seiscentos trabalhadores. De quem é a culpa?”<sup>423</sup>.

---

<sup>422</sup> Ibidem, p. 2.

<sup>423</sup> Ibidem, p. 2.

Nesse sentido, os boletins questionavam os discursos que atribuíam a responsabilidade dos conflitos à política do governador Miguel Arraes.

As delações sobre as atividades dos comunistas em Caruaru não pararam. No dia 15 de junho de 1965 era emitido na 2ª Zona Aérea mais um informe sobre encontros realizados pelos comunistas na cidade. Desta vez o documento versava sobre reuniões secretas que os comunistas estavam realizando numa garagem que se localizava atrás da sede da prefeitura. Os encontros estavam sendo coordenados por uma das lideranças comunistas em Caruaru, Abdias Bastos Lé, cuja garagem dava acesso a sua casa<sup>424</sup>. O mencionado informe tinha como origem um informante e também recebeu a classificação B2, sendo encaminhado à difusão com destino ao IV Exército e à Secretaria de Segurança Pública. Essa secretaria recebeu o documento sete dias depois e o encaminhou à Delegacia Auxiliar para que se realizassem averiguações sobre as informações apresentadas.

Os órgãos de segurança não baixaram a guarda no que tange à vigilância e perseguição destinadas aos comunistas locais. No dia 29 de julho, a Aeronáutica era acionada mais uma vez sobre as “atividades subversivas em Caruaru”<sup>425</sup>. Nesse documento destaca-se a rearticulação dos comunistas no município como se percebe na primeira frase da descrição dos conteúdos: “os comunistas de Caruaru estão em fase de franca rearticulação”<sup>426</sup>. As lideranças políticas ligadas às esquerdas se encontravam em processo de rearticulação, por meio de constantes reuniões, realizadas em diversos locais na cidade, chegando a promover uma homenagem ao deputado Lamartine Távora<sup>427</sup>.

Os comunistas, pelo que sugeriu o delator, estavam se encontrando não mais em lugares escondidos. Por isso “grupinhos de comunistas são vistos em esquinas, principalmente no Café Rio Branco e na Farmácia N. S. das Graças”<sup>428</sup>. Por certo que não se tratava apenas de uma mudança de lugar de encontros. Tratava-se de uma

---

<sup>424</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Aeronáutica – 2ª Zona Aérea. Informe 091/ZONAER. Abdias Bastos Lé esteve diretamente ligado ao Partido Comunista local antes do golpe de 1964. Foi investigado e processado pela Comissão de Investigação Sumária, como discutiremos no capítulo V da tese.

<sup>425</sup> Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional Número 29.581. Ministério da Aeronáutica – 2ª Zona Aérea. Informe 135/ZONAER.

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> Esse parlamentar fora duas vezes eleito pela legenda do PTB e era o principal representante do município ligado às esquerdas. Tinha sido cassado e perdido seus direitos políticos. A Aeronáutica também relatava que o retorno de Manoel Messias a Caruaru teve grande repercussão e, ao que sugere, tinha contribuído para mobilizar forças no processo de rearticulação que se encontrava em execução em Caruaru.

<sup>428</sup> Ibidem.

mudança que significava uma escolha, uma interpretação sobre as vivências políticas na cidade e o raio de atuação possível para desenvolver, discutir e circular as propostas e possibilidades de ação defendidas por aqueles que militavam na esquerda. Portanto, a mudança do espaço para os encontros é, antes, uma avaliação das possibilidades existentes, das estratégias experimentadas. Ou seja, oferece indícios do universo das escolhas. Ao mesmo tempo, também demonstra os rastros das ações de vigilância em exercício naquele momento, perpetradas pelos órgãos de repressão. Nesse sentido, as ruas, as esquinas, os cafés, as farmácias – e possíveis outros espaços – também estavam sob a possibilidade do olhar vigilante daquelas instituições por meio da delação.

Destinado ao IV Exército, à Secretaria de Segurança e ao SNI/Recife, esse informe, como os demais, recebeu a classificação B2 em relação à confiabilidade da fonte e dos fatos narrados. No dia 6 de agosto chegou à Secretaria de Segurança e no dia seguinte foi encaminhado à Delegacia Auxiliar. No dia 13 de agosto, o IV Exército já se encontrava de posse das informações e tomando as medidas que julgava necessárias diante do que constava no documento. Nessa dinâmica o Ministério da Guerra gerou um pedido de busca para realizar as diligências cabíveis e apurar os fatos que recebera da Aeronáutica. O texto do pedido de busca 484-B-E/2 consistia na repetição dos acontecimentos narrados pelo informe da Aeronáutica e em seguida a solicitação para averiguar a veracidade dos fatos.

Mais que desenvolver os procedimentos burocráticos e operacionais, essas instituições estavam a serviço de uma política ditatorial, cujo eixo central de suas ações era o controle político e o combate sistemático às propostas e projetos das esquerdas no Brasil. Nesse sentido, os documentos arrolados pela Secretaria de Segurança Pública nos diálogos com os demais órgãos não demonstram apenas os procedimentos técnicos e burocráticos. Por certo fazia parte do *métier* dessas instituições proceder com as devidas medidas no que tange ao exercício de suas funções, como tomar nota das delações que chegavam, produzir informes, emitir ofícios, fazer o encaminhamento à difusão e solicitar os pedidos de busca.

Entretanto, é importante não perder de vista as forças agenciadoras que concorriam para promover as ações de vigilância, perseguição, prisões e torturas. Ou seja, não se tratava de um fichamento qualquer, ou de um simples informe que o funcionário de umas daquelas instituições fazia. Cada função executada, cada documento expedido, cada registro emitido, seja pelo IV Exército, pela Marinha, pela Secretaria de Segurança Pública ou pelo SNI – com todas suas distinções e objetivos –

corroborava com a política ditatorial imposta pelos militares. Cada documento gerado nessas instituições fazia parte de uma maquinaria repressiva a serviço do regime militar.

Nessa dinâmica esses documentos constituem registros das práticas de uma política de combate que não media esforços para fazer valer suas prerrogativas. Representavam, portanto, os alicerces mantenedores de um projeto de sociedade que desejava fazer uma limpeza ética, moral e política onde os desvios, as diferenças, as alteridades eram considerados nocivos e, portanto deviam ser eliminados. São políticas que demonstram indícios do temor que os projetos e as propostas comunistas triunfassem no Brasil. Acredito que esse temor foi uma das forças agenciadoras que concorreram para legitimar e justificar as operações realizadas em nome da segurança, da manutenção da ordem, da tranquilidade e permanência dos valores sociais que aqueles órgãos bradavam se encontrar ameaçados enquanto os comunistas não fossem eliminados social e politicamente.

## Capítulo V

### Investigar, processar e punir: a Comissão de Investigação Sumária em Caruaru

*Tenhamos o maior pavor.  
Os mais velhos compreendem.  
O medo cristalizou-os.*

(Carlos Drummond de Andrade, O medo)

*Os comunistas em Caruaru tinham a intenção de cortar as  
ligações telefônicas, paralisar todas as atividades da  
cidade e atacar a Circunscrição de Recrutamento.*

(Relatório do SNI)

Este capítulo dedica-se a analisar as ações da Comissão de Investigação Sumária aberta em Caruaru em abril de 1964 para investigar, processar e punir as pessoas envolvidas com o que foi considerado subversão comunista na cidade. As formas de investigar, processar e punir são tecidas nas disputas políticas das relações de poder onde são forçadas. Nesse sentido, os procedimentos de atuação dessa comissão adquiriram maneiras específicas de ser, de agir e de produzir efeitos para os inquiridos por ela movidos.

Em julho de 1969, o Ministério da Aeronáutica publicou um dossiê intitulado *Atos da Revolução de 1964*. Segundo o dossiê, foi com o objetivo de possibilitar a aplicação do que versava o Ato Institucional de 9 de abril de 1964 – denominado posteriormente de AI-1 – que foram criadas as Comissões de Investigação e posteriormente instaurados os IPM em todos os Estados. Para tanto, era fundamental a cooperação entre os ministérios civis e militares para possibilitar o conhecimento acerca dos cidadãos punidos e afastados das funções nos setores da administração pública<sup>429</sup>.

Por meio do Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964, Castelo Branco criou a Comissão Geral de Investigação (CGI) para promover a investigação sumária a que se referia o artigo 7º do AI-1. O referido decreto instituía a Comissão Geral de Investigação (CGI) e dela as Comissões de Investigação Sumária nos Estados. O artigo do AI-1 discorria sobre a cassação e a suspensão das garantias constitucionais ou legais

---

<sup>429</sup> Para uma análise mais detalhada, ver *Atos da Revolução de 1964*. Volume I. Ministério da Aeronáutica. Quarta Zona Aérea/Quartel General, p. 4. São Paulo, julho de 1969. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

de vitaliciedade e estabilidade daqueles que tivessem atentado contra “a segurança do País, o regime democrático e a probidade da Administração Pública”<sup>430</sup>. Portanto, no primeiro mês do governo ditatorial, foi criada a CGI e com elas as Comissões de Investigação Sumária para investigar, processar e punir os servidores públicos – e demais cidadãos – que fossem considerados ameaça à segurança do país.

Sob o comando de Castelo Branco, os inquéritos da Comissão de Investigação Sumária<sup>431</sup> iniciam oficialmente as cassações no regime ditatorial sustentadas em um conjunto de leis que lhes atribuíam legitimidade. Na análise do historiador Carlos Fico, coube a Castelo Branco

tornar legal a noção de “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de subversivos – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança” com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política<sup>432</sup>.

Se coube a Castelo Branco intensificar as ações que indiscriminadamente acusavam brasileiros de subversivos, elas já estavam em execução por meio da Lei de Segurança Nacional, principalmente com a reformulação do texto em 1953<sup>433</sup>. A LSN de 1953 foi o dispositivo legal usado para justificar e legitimar as mais diversas práticas repressivas durante os três primeiros anos do regime militar<sup>434</sup>. As sanções decretadas pela Comissão de Investigação Sumária, nos meses subsequentes à implantação da ditadura, por exemplo, foram legitimadas por meio dos artigos dessa lei.

As Comissões de Investigação Sumária ficavam subordinadas diretamente à Comissão Geral de Investigação, mas eram executadas pela Secretaria de Segurança do Estado em estreita parceria com o Exército e a Aeronáutica, como podemos observar nos inúmeros ofícios enviados por esses órgãos. Ao menos no Estado de Pernambuco os trabalhos da Comissão seguiram esses procedimentos. As Comissões eram compostas de três membros, entre servidores civis e militares. Mas também poderiam fazer parte

---

<sup>430</sup> Artigo 7º do Ato Institucional nº 1. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1964. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

<sup>431</sup> Em alguns momentos usarei a sigla CIS para me referir à Comissão de Investigação Sumária. No entanto, essa sigla não aparece em nenhum dos documentos pesquisados; a menção é sempre por extenso.

<sup>432</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 56.

<sup>433</sup> Em março de 1967 Castelo Branco reformulou a LSN ampliando de maneira significativa o número de brasileiros que foram acusados de subversivos.

<sup>434</sup> A Lei de Segurança Nacional continuou sendo usada como dispositivo político de legitimação das ações repressivas movidas durante todo o regime ditatorial. As mudanças no texto da lei eram, em larga medida, para adequar as necessidades do regime, principalmente, àquelas ligadas às ações de combate ao inimigo político.

profissionais liberais, desde que tivessem reconhecida idoneidade e assim fossem considerados pelo Presidente da República, que também escolhia o presidente de cada Comissão<sup>435</sup>.

As Comissões eram responsáveis por todo o processo constitutivo dos inquéritos. Da abertura, instituída por *Portaria*<sup>436</sup>, passando pela *Atuação*<sup>437</sup>, pelos *Termos de Compromissos*<sup>438</sup>, *Termos de Declaração*<sup>439</sup>, emissão das *Declarações*<sup>440</sup>, *Auto de Interrogatório*<sup>441</sup>, *Conclusão*<sup>442</sup>, *Despacho*<sup>443</sup>, até a sentença emitida nos dois *Relatórios Finais*<sup>444</sup>. Um relatório era emitido quando se concluíam os trabalhos da Comissão em Caruaru. Em Recife eram lavrados o *Recebimento*<sup>445</sup>, a *Juntada*<sup>446</sup> e a *Remessa*<sup>447</sup>, quando os autos dos inquéritos chegavam à sede da Comissão. Dias depois era lavrado outro relatório, este de caráter final e conclusivo do inquérito.

A Comissão de Investigação Sumária em Caruaru foi oficialmente aberta no dia 24 de abril de 1964, por meio da Portaria 277, na sede da Secretaria de Segurança Pública, em Recife, conforme consta nos doze inquéritos que localizei. Por essa informação percebe-se que os trabalhos de investigação dos inquéritos após o golpe de 31 de março de 1964 estavam sendo desenvolvidos antes da criação oficial da CGI, que regulamentaria os inquéritos de investigação contra aqueles considerados subversivos. Ou seja, três dias antes de o Decreto 53.897 ser sancionado por Castelo Branco em 27 de abril de 1964, a Secretaria de Segurança de Pernambuco já estava efetuando as diligências sobre os processos abertos em Caruaru.

---

<sup>435</sup> Para maior detalhamento, ver o artigo 2º do Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964. In: *Atos da Revolução de 1964*. Ministério da Aeronáutica. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

<sup>436</sup> Momento em que é lavrada a portaria que atuará sob um número de identificação para o processo.

<sup>437</sup> Ação datada do registro oficial por meio da portaria lavrada anteriormente.

<sup>438</sup> Nomeação do presidente e do escrivão que atuarão no respectivo inquérito seguindo a assinatura do termo de compromisso para o desempenho das funções a serem executadas.

<sup>439</sup> Documento que consistia nas declarações prestadas pelas testemunhas convocadas pela Comissão.

<sup>440</sup> Documento lavrado pelo escrivão usando a citação de algum depoimento, quando este fazia referência ao acusado no inquérito em procedimento. Essa produção documental será discutida mais adiante na tese.

<sup>441</sup> Documento lavrado com os depoimentos dos acusados em cada inquérito.

<sup>442</sup> Como o próprio nome sugere, trata-se do momento de conclusão da emissão das provas, antes de os relatórios serem lavrados.

<sup>443</sup> Trata-se do procedimento da junção de outros documentos ao referido inquérito, também executado na mesma data em que é lavrada a conclusão.

<sup>444</sup> Os relatórios consistem na síntese do inquérito e na sentença interpretativa do promotor presidente da Comissão.

<sup>445</sup> Trata-se do registro oficial do recebimento do material na sede da Secretaria em Recife.

<sup>446</sup> Registro da confirmação de que os autos constantes no inquérito foram devidamente juntados pelo escrivão.

<sup>447</sup> Registro oficializando o envio dos autos ao secretário de Segurança Pública.



Nesse sentido, a Secretaria de Segurança Pública não esperou que o ditador Castelo Branco institucionalizasse a abertura dos inquéritos contra aqueles considerados uma ameaça à segurança do país. Por conseguinte, a abertura e a execução dos processos demonstram ainda que a Comissão de Investigação Sumária deu início oficialmente aos inquéritos de investigação contra os militantes das esquerdas na ditadura militar no Brasil. A Secretaria de Segurança Pública, portanto, inaugura a política repressiva de investigação no regime ditatorial instaurado em 1964 e, como já mencionado, após a criação da CGI, os inquéritos de investigação sumária continuaram sendo desenvolvidos por essa Secretaria.

A Comissão de Inquéritos designada para Caruaru foi composta pelo promotor Valter Rodrigues da Rosa Borges, como presidente, pelo major Luiz Silva Leal, como membro, e pelo 2º Sargento Carlos da Rocha e Silva, como escrivão. Eles se deslocaram até Caruaru e, em parceria com o Exército, através da 22ª Circunscrição de Recrutamento, realizaram as sindicâncias necessárias para a apuração dos inquéritos abertos contra diversos cidadãos considerados ameaça à segurança do país. Nesse sentido, produziram provas para os inquéritos, convocaram e ouviram inúmeras testemunhas, colheram os depoimentos dos investigados e lavraram os relatórios com as sentenças acusatórias.

De acordo com a legislação que regia os trabalhos da CGI, os inquéritos de investigação seriam instaurados atendendo a diversas possibilidades. Poderiam ser abertos por iniciativa da própria Comissão ou mediante determinação do Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República e dos chefes dos Ministérios<sup>448</sup>.

A Comissão de Investigação Sumária tinha ainda autonomia para abrir processos de “investigação na órbita estadual e municipal sem prejuízo da competência dos governadores e prefeitos na resolução final do caso”<sup>449</sup>. De acordo com o artigo 6º do Decreto 53.897, quando os investigados fossem servidores públicos, após o encerramento das investigações, se a Comissão decidisse pela aplicação de alguma das sanções previstas no artigo 7º do AI-1, encaminharia o processo ao Ministério ou

---

<sup>448</sup> Os inquéritos ainda poderiam ser abertos por meio da representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista fundações e empresas Públicas, haja vista que os trabalhos das Comissões também se destinavam os funcionários públicos que, segundo suas concepções, tinham atentado à Segurança do país e afasta-los de suas funções.

<sup>449</sup> § 3º do artigo 3º do Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964. In: *Atos da Revolução de 1964*. Ministério da Aeronáutica. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

repartição em que estivesse lotado o servidor. Segundo esse artigo, os servidores que atentassem contra a segurança do país perderiam por seis meses seus direitos constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. E eram os parâmetros estabelecidos na Lei de Segurança Nacional de 1953 que definiam as ações consideradas ameaça à segurança do país.

Nesse sentido a Comissão de Investigação Sumária ficava encarregada de aplicar o que versava o artigo 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, abrindo inquéritos para investigar e processar aqueles que tivessem atentado contra a segurança do país, e assim, afastá-los da administração pública, pois era principalmente contra os servidores que deviam se direcionar os trabalhos da Comissão.

### ***A Comissão de Investigação Sumária: disputa e poder nas microrrelações de forças***

As Comissões de Investigação Sumária alteraram sensivelmente as relações de forças envolvendo os poderes Executivos e Legislativos nos espaços onde atuaram. Para os servidores públicos investigados pela Comissão que fossem funcionários municipais, caberia aos governadores sancionarem as penas mediante proposta do prefeito. Esse dispositivo era bem significativo, porque colocava no campo das relações em torno dos trabalhos da Comissão o poder exercido pelos executivos municipais. Em outros termos, os prefeitos eram acionados como sujeitos partícipes dos processos movidos pela Comissão contra seus funcionários acusados de subversão. Apenas mediante apresentação formal da chefia do executivo municipal, os governadores poderiam sancionar as medidas punitivas decretadas pela Comissão, quando os investigados fossem servidores municipais<sup>450</sup>.

Nesse sentido, era de fundamental importância que os prefeitos estivessem em sintonia com as propostas políticas defendidas pelos militares. Essa interpretação ajuda a compreender os expurgos que os chefes dos executivos – municipal e estadual – sofreram quando se colocaram em posições contrárias àquelas defendidas pelo regime ditatorial. Desfrutar do apoio – mesmo que parcial e momentâneo – das lideranças locais poderia se instituir como importante mecanismo de legitimação e estabilidade para o regime.

---

<sup>450</sup> § 2º do artigo 7º do Ato Institucional nº 1. In: *Atos da Revolução de 1964*. Ministério da Aeronáutica. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

O prefeito de Caruaru Drayton Nejaim foi um importante ator político nas relações de poder em tela. Atendendo ao dispositivo legal da CGI, ele foi acionado pela Comissão para apresentar formalmente as denúncias contra seus funcionários. Como mencionado anteriormente, dos doze inquéritos localizados, seis eram de servidores públicos e destes, três eram funcionários do município. Jurandir Gonsalves era funcionário da prefeitura e Manoel Messias e José Rabelo eram suplentes de vereadores no Legislativo municipal<sup>451</sup>. Foi também na prefeitura municipal onde a Comissão selecionou o maior número de testemunhas: cinco funcionários foram convocados e prestaram depoimentos na maior parte dos inquéritos localizados.

A Comissão também esteve envolvida com as relações de poder no Legislativo municipal. A Câmara de Vereadores de Caruaru teve alguns dos seus funcionários investigados pela Comissão de Investigação Sumária. No entanto, essa Casa não esperou pelos trabalhos da Comissão e começou, por contra própria, a efetuar sua limpeza política cassando os mandatos daqueles que consideravam subversivos. Em pleno sábado, dia 4 de abril, em sessão extraordinária, o Legislativo caruaruense votou o projeto de Resolução 91. Por meio dele foram cassados os direitos políticos dos suplentes de vereador senhores Manoel Messias e José Rabelo de Vasconcelos, eleitos em 1963 pelas legendas do Partido Republicano (PR) e do Partido Social Trabalhista (PST), respectivamente.

Na minuta do projeto de Resolução 91, o vereador Carlos Alberto Toscano de Carvalho, do PST, justificou as cassações.

Justifica-se o presente projeto de Resolução no fato de que o Brasil, pela sua Constituição, não permite que seja a um brasileiro, considerado comunista fixado, ou pregador de ideias subversivas, concedido o direito de legislador, cujo propósito deve ser o de melhor servir à sua pátria<sup>452</sup>.

O texto finalizava revogando qualquer disposição em contrário. Ainda na mesma sessão, o vereador José Augusto de Araújo, do PSP, apresentou o requerimento de número 74, solicitando regime de urgência na votação do projeto de Resolução 91. Sua solicitação foi atendida e aprovada em plenário. Por conseguinte, no mesmo dia o projeto foi apresentado, levado à votação e aprovado, resultando na cassação dos direitos políticos dos mencionados suplentes de vereadores. Essas ações demonstram

---

<sup>451</sup> Deve-se acrescentar que Severino Rodrigues – vereador e vice-prefeito à época – foi também investigado pela Comissão. Entretanto, não localizei seu inquérito e as informações que disponho são resultantes das atas do Poder Legislativo do município.

<sup>452</sup> Projeto de Resolução nº 91. Câmara de Vereadores de Caruaru, 4 de abril de 1964.

que, antes mesmo de o Ato Institucional de 9 de abril ser decretado, as cassações já começaram a ser executadas contra aqueles considerados subversivos.

A Câmara de Vereadores de Caruaru continuou efetuando seus expurgos. Em 21 de dezembro de 1964 levou à votação o projeto de Resolução nº 100 para cassar os direitos políticos de Severino Rodrigues Sobrinho, que ocupava a função de vice-prefeito e era vereador eleito pelo Partido Republicano. Na justificativa do projeto de resolução, o vereador Carlos Toscano recorreu ao inquérito movido pela Comissão de Investigação Sumária contra o vice-prefeito, no qual foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por ter atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa. O inquérito ainda concluía, de acordo com Carlos Toscano, que tinha sido comprovada corrupção quando ele exercia o cargo de fiscal no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários. Nesse sentido encontrava-se justificada a cassação e perda dos mandatos de Severino Rodrigues.

Severino Rodrigues reagiu. Para reassumir os cargos suspensos, entrou com recurso no Ministério da Justiça solicitando a anulação das medidas tomadas pelo Legislativo municipal. O Ministério da Justiça analisou o pedido e concedeu-lhe razão de causa<sup>453</sup>. A decisão da Justiça em favor de Severino Rodrigues provocou intensas discussões no Legislativo municipal. O vereador Antônio Bezerra do Amaral, do PST, em sessão extraordinária protestou veementemente contra a decisão do promotor de Justiça que, no seu entender, significava grande constrangimento para o Legislativo municipal. Enfatizou ainda que aquela Casa não recuaria e que o Legislativo estava “pronto para cassar mais uma vez os mandatos de Severino Rodrigues Sobrinho”<sup>454</sup>. Atitude também compartilhada pelo vereador José Augusto de Araújo, do PSP, para quem a decisão do Ministério da Justiça desmoralizava a Câmara de Vereadores.

Apesar dos embates e dos votos de protestos, a decisão judicial prevaleceu e, no dia 30 de abril de 1965, a Câmara de Vereadores aprovou a Resolução nº 89<sup>a</sup>, cujo primeiro artigo versava: “ficam reintegrados os mandatos de vereador e Vice-Prefeito do Sr. Severino Rodrigues Sobrinho em atendimento à decisão da Justiça”<sup>455</sup> e no artigo segundo revogavam-se as disposições em contrário. De acordo com a historiadora Mariana Joffily, no início do regime, a posição do Ministério da Justiça contrariando

---

<sup>453</sup> Não localizei o processo movido por Severino Rodrigues junto ao Ministério da Justiça. As informações de que disponho encontram-se nos documentos das atas da Câmara de Vereadores de Caruaru.

<sup>454</sup> Sessão Extraordinária. Câmara de Vereadores de Caruaru, 20 de abril de 1965.

<sup>455</sup> Resolução nº 89. Câmara de Vereadores de Caruaru, 30 de abril de 1965.

inclusive decisões militares gerou muitos embates que a legislação repressiva a partir do AI-2 tentou resolver<sup>456</sup>.

As cassações ocorridas na Câmara de Vereadores possibilitam analisar como a repressão política implementada com o golpe foi apropriada e reproduzida por uma parcela dos vereadores. No entanto, nem sempre a Justiça atendia ou julgava favoravelmente as cassações aprovadas naquela Casa legislativa. Esses confrontos ou desacordos que também ocorriam entre as Assembleias Legislativas e a Justiça deve ter concorrido para a formulação do artigo 19 do AI-2. Em 27 de outubro de 1965 era decretado o AI-2 cujo artigo 19 decretava que ficavam excluídos da apreciação judicial “as resoluções das Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de governadores, deputados, prefeitos ou vereadores, a partir de 31 de março de 1964 até a promulgação deste Ato”<sup>457</sup>.

O referido artigo conferia significativo poder às Câmaras de Vereadores para executar suas cassações. Seus expurgos passavam a desfrutar da legalidade e dispensavam apreciação judicial. As cassações perpetradas nesses espaços precisam ser compreendidas, não apenas como decorrentes da vontade e poder de mando dos militares que ocupavam os principais cargos no regime ditatorial. Eram decisões que não representavam os desejos apenas dos militares, mas também e principalmente dos legisladores. As cassações, para serem sancionadas, dependiam da elaboração do projeto e da votação e apenas quando aprovadas por maioria os mandatos eram cassados.

Nesse sentido, as cassações eram executadas nas disputas políticas compartilhadas entre militares e vereadores. Se os militares eram os atores responsáveis pela criação e decretação dos artigos, os vereadores não atuaram apenas como sujeitos coadjuvantes. Ocuparam o proscênio do palco e elaboraram os projetos de lei para cassar os pares que julgavam subversivos. Por conseguinte, as decisões tomadas pelos Legislativos, sejam na esfera federal, estadual ou municipal, não podem ser percebidas de forma simplória

---

<sup>456</sup> Ao analisar os interrogatórios do DOI-CODI em São Paulo, Mariana Joffily destaca que os decretos do AI-2 representavam reivindicações de parte dos militares que desejavam maior rigor na punição dos crimes políticos, pois “estavam descontentes com o fato de muitos recursos judiciais terem permitido que parte dos indivíduos processados pelos IPM fosse liberada”. JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, p. 28.

<sup>457</sup> Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, artigo 19, inciso II. In: *Atos da Revolução de 1964*. Ministério da Aeronáutica. SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação ASP\_ACE\_2860\_80\_001.

como decorrente da vontade pura e simples dos militares. Em outros termos, as cassações dos vereadores foram decisões tomadas em primeiro lugar pelos membros de suas respectivas Câmaras. Entretanto, os expurgos faziam parte da política autoritária do regime militar. Ou seja, uma vez sancionadas as normas do AI-2, os cassados por subversão nos Legislativos não poderiam recorrer da decisão na Justiça.

### ***Atos de inquirir: as práticas de punição nos inquéritos da Comissão***

*Inquérito* e *Inquisição* desfrutaram no Dicionário Aurélio de um significado conceitual comum. Ambos são sinônimos de “ato de inquirir”<sup>458</sup>. Nesse sentido – e apenas nesse – os inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária desenvolveram práticas de inquisição na medida em que construíram um conjunto de ações punitivas por meio das investigações realizadas, dos processos produzidos, dos interrogatórios executados e das sanções aplicadas.

Além de servidores, os inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária em Caruaru atingiram, intelectuais, comerciantes, líderes sindicais e estudantes. Dos doze processos a que tive acesso, a metade dos investigados não se enquadrava nos procedimentos de que tratavam os artigos do Decreto 53.897. Eram pessoas sem vínculo com o serviço público. Eram lideranças políticas ligadas aos sindicatos existentes na cidade de Caruaru, como o sindicato dos sapateiros, dos padeiros e dos hoteleiros. Os processos dos investigados que não eram servidores públicos foram encaminhados para a Justiça Militar, servindo de fonte e provas para compor os IPM abertos contra os acusados<sup>459</sup>.

Uma vez encerrados os inquéritos, a Comissão lavrava os relatórios de conclusão onde expunha em quais artigos da Lei de Segurança Nacional os indiciados estavam enquadrados e, por extensão, a pena que deviam cumprir mediante as sanções previstas nessa lei. Os desdobramentos seguintes competiam à Justiça Militar, como é possível perceber nos relatórios da Comissão e no próprio artigo 6º do Decreto 53.897, quando versa sobre os procedimentos que a Comissão deveria tomar uma vez decidido aplicar alguma das sanções previstas na lei. Nesse sentido, a Justiça Militar foi

---

<sup>458</sup> Por certo que não estou unindo nem dissolvendo as inúmeras distinções entre os inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária e os praticados pelo tribunal eclesiástico através da Inquisição movida pela Igreja católica.

<sup>459</sup> Dos doze inquéritos localizados, cinco serviram de base documental para os IPM abertos contra os investigados Manoel Messias, Francisco de Assis Claudino, Abdias Bastos Lé, José Rabelo e Ernesto Correia.

fartamente alimentada pelos documentos produzidos pela Comissão de Investigação Sumária.

As possibilidades de os investigados serem absolvidos eram mínimas, ou quase inexistentes. De acordo com o Decreto 53.897, a defesa para os acusados consistia em permitir que eles apresentassem seus argumentos – oralmente ou por escrito – se ainda não o tivessem feito nos depoimentos. Para os que assim procederam não se alteraram as sentenças emitidas pelos relatores.

No inquérito da Comissão de Investigação Sumária aberto contra Manoel Messias da Silva, ele era acusado de atentar contra a segurança do país. Por meio dos amigos Abdias Bastos Lé e Hugo Martins – lideranças comunistas no município –, ele começou a se inserir nas discussões políticas da época<sup>460</sup>. Não localizei documentos que mencionassem a data de fundação do comitê distrital do PCB em Caruaru, mas os informes que constam no prontuário funcional do município indicam que, em fins da década de 1950 e início da de 1960, Abdias Bastos Lé era o presidente do comitê e Hugo Martins, um dos membros que compunham aquela organização política.

Na biblioteca municipal, espaço de encontros, debates e discussões políticas entre os jovens da cidade, Manoel Messias conheceu Romero de Figueiredo, filho de Henrique de Figueiredo, advogado e uns dos principais articulistas do jornal *A Vanguarda*, Francisco de Assis Claudino, Arsênio Gomes, Ernesto Correia e Aluísio Falcão. Ele relembrou, em seus relatos de memória, que aquelas “pessoas eram ligadas direta ou indiretamente aos comunistas, ao Partido Comunista e através desses contatos eu fui evoluindo para entender melhor o que era o Partido Comunista<sup>461</sup>”.

Para ele, as experiências vividas na biblioteca foram de significativa importância para aqueles jovens iniciarem suas lidas nas batalhas políticas da vida. Nas entrevistas realizadas com Francisco de Assis Claudino<sup>462</sup> e Romero de Figueiredo<sup>463</sup>, eles

---

<sup>460</sup> Nas sessões de entrevistas realizadas em 2011, para o Projeto Marcas da Memória, Manoel Messias relembra sua infância em Caruaru, as lutas políticas que imprimiram significado em sua vida e o desenharam como liderança comunista no Agreste do Estado ou, mais especificamente, em Caruaru. Seus relatos nos ajudam a compreender a dinâmica das teias pelas quais o universo político de suas ações ia se configurando de maneira tal que passou a despertar o interesse dos órgãos de segurança e informação. De uma família humilde, como ele classifica, com cinco filhos, cujo pai Antônio Messias da Silva era marceneiro e a mãe, Maria Barros da Silva, se encarregava dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, Manoel Messias da Silva nasceu em 1938 na cidade de Caruaru e lá viveu sua infância e adolescência.

<sup>461</sup> Entrevista concedida para o Projeto Marcas da Memória. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>462</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 201, em Caruaru.

<sup>463</sup> Romero de Figueiredo. Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2012, na cidade de Paulista.

relembra com saudade e destacam as discussões efervescentes vividas em fins dos anos 1950 e início da década seguinte. Discussões e encontros que não passaram despercebidos pela vigilância do Dops.

De caráter confidencial, o Informe 73/17/ARE/83 apresentava Manoel Messias pelo nome, filiação, naturalidade e profissão. Esse era o modelo adotado nas fichas onde eram preenchidas as informações sobre os investigados. O que difere, nos documentos referentes a Manoel Messias, diz respeito à profissão. Alguns dos investigados pelo SNI receberam como profissão o acréscimo do adjetivo *subversivo* e a área de atuação. Dessa forma, constava como profissão de Messias “Estudante Subversivo de Caruaru/PE”<sup>464</sup>.

Na primeira página dos informes do SNI apresenta-se, geralmente em um ou dois parágrafos, a pessoa sob investigação. Manoel Messias foi assim apresentado:

O nominado, elemento comunista, cuja área de atuação era o município de Caruaru/PE, em 1964 esteve preso e recolhido à Casa de Detenção, em Recife/PE, para averiguações de suas atividades subversivas. Em 1967 foi condenado a 14 anos de reclusão como incurso nos artigos 1º, 9º e 13 da Lei 1.802/53 – LSN<sup>465</sup>.

A denúncia contra Manoel Messias resultou do processo de investigação sumária procedido na sede da Secretaria Assistente – da qual ele fazia parte no governo Arraes como subsecretário com atuação em Caruaru –, que apurava atividades subversivas desenvolvidas naquele órgão. Dessa forma, Manoel Messias figurava como um dos indiciados por subversão<sup>466</sup>. O Ministério Público, por meio de seu representante – cujo nome não aparece no informe do SNI –, ofereceu denúncia contra ele enquadrando-o como infrator do artigo 2º, inciso III, da Lei 1.802. Em outras palavras, o Ministério Público estava acusando Manoel Messias de tentar mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, mediante ajuda de Estado estrangeiro, conforme o inciso III do artigo 2º daquela lei, com pena de quinze a trinta anos para os líderes, ou “os cabeças”, como aparece descrito na lei<sup>467</sup>.

---

<sup>464</sup> SNI/ASP/ACE. ARQUIVO NACIONAL – BRASÍLIA. Número de identificação. ARE\_ACE\_4105\_83. Em todos os documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança a que tive acesso, Manoel Messias aparece como o principal líder das atividades subversivas desenvolvidas em Caruaru.

<sup>465</sup> Ibidem.

<sup>466</sup> O processo movido pelo Ministério Público contra Manoel Messias, por sua vez, se respaldava nos documentos fornecidos, na grande maioria, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, resultantes, principalmente, do inquérito movido pela Comissão de Investigação Sumária. Nos antecedentes arrolados no histórico do indiciado em tela, encontramos as folhas em papel timbrado e com a logomarca daquela instituição, bem como da Sétima Região Militar e do IV Exército.

<sup>467</sup> A referida lei decretava como crimes contra o Estado e a sua ordem política e social as ações daqueles que tentassem “mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio



O Inquérito de Investigação Sumária contra Messias teve início oficialmente no dia 27 de abril de 1964. No entanto, os trabalhos da Comissão sobre ele antecedeu essa data porque, no em 24 de abril, o Exército já tinha sido acionado e a 22ª CR (Circunscrição de Recrutamento) de Caruaru já havia preparado um informe com o histórico de Manoel Messias e encaminhado para a Comissão. Com base na ficha cadastral do acusado, o coronel Justo Moss Simões dos Reis, chefe da 22ª CR, preparou um relatório informando que o indiciado era suspeito de praticar atividades comunistas em Caruaru, pois em 1959 foi preso, durante um movimento grevista, quando tentava desengatar um dos vagões de um trem com o objetivo de impedir que a locomotiva seguisse seu trajeto. Informou ainda que ele estava ligado a lideranças políticas na cidade, de proximidade notória com as ideias subversivas, como Celso Rodrigues e o sargento Severino Ferraz, bem como era assessor do então governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes, deposto em abril de 1964<sup>468</sup>.

Contra os acusados e investigados pela Comissão, foram abertos inquéritos, e o Exército – por meio da 22ª CR – foi acionado não só para emitir pareceres com os históricos dos indiciados, como também para selecionar as testemunhas e colher informações através dos depoimentos<sup>469</sup>. Uma das testemunhas estrategicamente selecionada pelo chefe da 22ª CR e o pelo presidente da Comissão de Investigação Sumária teria afirmado que “Manoel Messias e outros comunistas eram elementos perigosos, atuantes, que faziam publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política; que os referidos comunistas promoviam e incentivavam greves”<sup>470</sup>. Esse testemunho colhido nas instalações do Exército em Caruaru foi uma das diversas provas produzidas pela Comissão de Investigação Sumária para o processo contra o indiciado.

No dia 27 de abril de 1964, José de Barros Filho, cobrador do sindicato dos feirantes de Caruaru, era oficialmente convidado a comparecer no dia seguinte para prestar depoimento na 22ª CR de Caruaru. Assim, aos 28 do mês de abril de 1964, o

---

de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional”. Lei de Segurança Nacional, Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>468</sup> Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

<sup>469</sup> Consegui localizar doze processos de investigação sumária contra os acusados na cidade de Caruaru. É bem provável que esse número seja maior, porque há uma relação com os nomes de 20 pessoas suspeitas de subversão. O SNI, um ano depois, em 1965, lista uma relação com 22 pessoas, apontando-as como atuantes subversivas na cidade de Caruaru.

<sup>470</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 28 de abril de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

*Termo de Declaração* prestado por José de Barros Filho foi assinado por ele, pelo promotor público, presidente da Comissão, Valter Rodrigues da Rosa Borges, além do capitão do Exército e do segundo sargento na função de escrivão<sup>471</sup>. De acordo com o escrivão, o declarante conhecia o indiciado e o reconhecia como agitador comunista atuante em Caruaru.

No dia seguinte, nas instalações do Exército em Caruaru, era produzido mais um *Termo de Declaração* para o inquérito. Dessa vez, o funcionário da prefeitura Wilson Mendes da Silva prestava seu testemunho perante a Comissão de Investigação Sumária, no dia 29 de abril de 1964. De acordo com o *Termo de Declaração*, a testemunha conhecia o indiciado e poderia afirmar ter sido Manoel Messias um dos líderes do movimento subversivo em Caruaru, principalmente por ser homem de confiança do ex-governador Miguel Arraes. Segundo o escrivão, o declarante informava que “Manoel Messias fazia publicamente pregações revolucionárias e difundia, por todos os meios, a doutrina marxista e era, portanto, um dos elementos mais perigosos, no plano agitacionista do município de Caruaru”<sup>472</sup>.

No testemunho de Wilson Mendes se destacava a existência de um movimento subversivo em Caruaru que vinha promovendo agitações e perturbando a ordem pública, como foi possível perceber nas greves promovidas pelos comunistas locais, como a que ocorreu contra a prefeitura, na qual o acusado teria comandado o movimento paredista. Sendo o declarante funcionário daquele órgão, tinha conhecimento de causa para o que estava relatando.

A terceira testemunha a depor contra Manoel Messias reafirmou as acusações dos que o antecederam. Em 30 de abril de 1964, também nas dependências do Exército em Caruaru, outro funcionário da prefeitura, Arnaldo Ferreira da Silva, era ouvido pela Comissão de Investigação Sumária. Segundo o escrivão, o declarante confirmava a existência de um movimento subversivo em Caruaru por meio de comícios, palestras, passeatas e greves, preparadas abertamente pelos comunistas da cidade, principalmente por Manoel Messias. Arnaldo Ferreira acrescentou outra informação. Segundo o registro do escrivão, na noite 31 de março de 1964, ocorreu uma reunião na delegacia de polícia local cujo objetivo era organizar um movimento de resistência e defesa do governo

---

<sup>471</sup> Ibidem.

<sup>472</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 29 de abril de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

desposto e que Manoel Messias teria sido o líder dessa reunião, onde também teria “planejado a invasão à prefeitura<sup>473</sup>” junto com outros comunistas.

As acusações narradas se repetiam nos testemunhos. No entanto, essa repetição servia de prova de autenticidade para os depoimentos. Significava que os declarantes não estavam prestando falsos testemunhos, porque o discurso de um era percebido e confirmado no depoimento do outro. As testemunhas, portanto, não apresentavam contradições em seus relatos. Nesse sentido, a repetição tinha poder de autoridade.

O que teria dito Manoel Messias da Silva diante daquelas acusações? Ele foi intimado a prestar depoimento perante a Comissão. “Ele confessa com uma frieza de estarrecer, somente admissível aos absolutamente convictos às ideias marxistas, que não somente se limitava a professá-las, mas a difundi-las, quer através<sup>474</sup> de comícios, quer diretamente em aulas, doutrinando um grupo de estudantes<sup>475</sup>. É com essas palavras que o redator do inquérito inicia um dos relatórios de conclusão, depois de mencionar que, como prova, bastaria a confissão do indiciado por ser “a rainha de todas as provas<sup>476</sup>”.

O relator escreveu que Manoel Messias teria confessado as denúncias que lhe eram feitas. Teria afirmado que mantinha relações com “elementos de esquerda, estando principalmente vinculado à política de Miguel Arraes; que ele, indiciado, era sim, ideologicamente, um homem de esquerda, e sua atividade se orientava no sentido de pregações e doutrinações realizadas através de comícios<sup>477</sup>”.

Não sabemos se essas foram as palavras usadas por Manoel Messias para responder às perguntas do presidente da Comissão de Investigação. Sua assinatura ao final do depoimento está longe de significar anuência às palavras transcritas pelo relator. Neste sentido, a historiadora Mariana Joffily oferece importantes análises sobre a dinâmica constitutiva dos interrogatórios. Ao estudar a Operação Bandeirante e o DOI em São Paulo, ela destaca que “no ato da transcrição, a escuta da fala do depoente é atravessada pela percepção dos interrogadores. As diversas operações envolvidas na

---

<sup>473</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 30 de abril de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

<sup>474</sup> Optei por manter a grafia como se encontra no documento.

<sup>475</sup> Relatório da Comissão de Investigação Sumária. Secretaria de Segurança de Pernambuco. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

<sup>476</sup> *Ibidem*.

<sup>477</sup> *Auto de Interrogatório*. Caruaru, 12 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

produção do depoimento revelam indícios de como o órgão constrói uma visão dos fatos narrados pelo interrogado”<sup>478</sup>.

Importante também destacar que, sendo a transcrição do escrivão e o relato oral prestado pelo depoente de ordens distintas, não necessariamente se negam ou se excluem. Ou seja, não implica dizer que Manoel Messias tenha negado que era de esquerda, ou que não estava ligado à política de Miguel Arraes. Mas tão somente que as palavras às quais temos acesso no inquérito foram resultantes das lentes políticas do relator, para representar em grafia os testemunhos orais prestados pelo depoente.

Essa distinção é, do meu ponto de vista, importante porque se trata de dois universos diferentes, por mais próximos e interconectados que estivessem. A assinatura de Manoel Messias, ou de qualquer outro depoente, – ainda mais quando este se encontra no lugar do acusado sob interrogatório – não pode ser pensada como termo de concordância irrestrita entre o texto escrito e a fala do testemunho. São de naturezas distintas. A maneira de narrar, bem como a escolha de cada palavra, é indicativa da percepção daquele que escreve, assim como apresenta as intenções para as quais se destina e para quem se direciona a escrita.

Outro fator, não menos importante, diz respeito às condições de produção daquele – e de tantos outros – testemunho. Não raro, os depoimentos eram produzidos sob tortura. O jornalista Marcio Moreira Alves, em seu livro *Torturas e torturados*, apresentou um panorama detalhado sobre as práticas de tortura que estavam ocorrendo no Recife, de acordo com as denúncias que vinham surgindo. Esse autor entrevistou Manoel Messias, que na época lhe informou que “foi espancado pelo coronel Justo Moss e pelo capitão Gondim, de tal forma que teve que receber tratamento, que lhe foi prestado pelo Dr. Honório Florença, do SAMDU”<sup>479</sup>.

Nesse sentido, essas condições de produção dos testemunhos poderiam em última instância condicionar as respostas nos interrogatórios das quais o escrivão grafava em papel o conteúdo que temos acesso nos inquéritos. Em outras palavras, o que se encontra registrado nos autos de interrogatórios pode muito bem esconder a dor, o sangue e o medo sob os quais se produziam os depoimentos. Como relatou Marcio Moreira Alves, respaldado nos laudos médicos a que teve acesso, muitas torturas

---

<sup>478</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, p. 122.

<sup>479</sup> ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966, p. 55. A tortura é assunto corrente na literatura especializada e em inúmeros livros de memórias. No entanto, nas entrevistas concedidas por Manoel Messias para o Projeto Marcas da Memória, ele silencia essas experiências, não as relatando.

estavam ocorrendo em Pernambuco naquele momento. O presidente Castelo Branco chegou a mobilizar uma Comissão e a enviou a Pernambuco para investigar as procedências das denúncias sobre as torturas<sup>480</sup>.

Dos registros do escrivão emerge um Manoel Messias que se encontrava em uma ampla e complexa rede de relações com o comunismo. Segundo o relator, o depoente confessou que esteve na Rússia em 1961, fazendo parte de uma delegação de estudantes cujo objetivo da viagem tinha fins culturais<sup>481</sup>. Que a ida à Rússia lhe proporcionou um intercâmbio cultural certamente não se pode negar. No entanto, nas circunstâncias em que aquelas palavras foram produzidas, sua ida a Moscou produziu outros significados.

Essa confissão passou a ser interpretada como demonstração da influência do comunismo internacional na vida política da cidade, do Estado e do país, e por extensão, do envolvimento do indiciado com a trama subversiva das *ideias vermelhas* – como se referiam algumas autoridades – de caráter internacional. Essa leitura era reforçada à medida que o depoente teria afirmado que, durante sua estada na Europa, tinha visitado outros países comunistas, como a Tchecoslováquia e a Alemanha Oriental<sup>482</sup>.

A estada de Manoel Messias pelos países comunistas teria contribuído para o estabelecimento de contatos com políticos e intelectuais que passaram a enviar uma significativa quantidade de revistas e livros, que eram vendidos na barraca Yuri Gagarin. Nesse sentido o envolvimento dele com o comunismo internacional deixava de ser uma realidade distante sem desdobramentos com a vida cotidiana da cidade, passando a interferir, portanto, nas relações políticas e sociais praticadas no município.

### ***“Para não ver só a letra”: a dinâmica dos depoimentos na constituição da prova***

Em uma das entrevistas com Francisco de Assis Claudino, ele menciona algumas das estratégias que os promotores usaram nos interrogatórios. Para desqualificar as declarações quando estas negavam que o indiciado era subversivo, os

---

<sup>480</sup> Sobre essa Comissão, o historiador Antonio Montenegro, ao analisar os relatos de memória de ex presos políticos para o Projeto Marcas da Memória, destaca que o “cruzamento desses relatos de memórias, de certa maneira, amplia a complexidade em torno do debate sobre o papel da Comissão encarregada de realizar diligências sobre as torturas e os maus-tratos contra presos políticos”. MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memórias de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 27.

<sup>481</sup> *Auto de Interrogatório*. Caruaru, 12 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

<sup>482</sup> Ibidem. De acordo com o *Ato de Interrogatório*, Manoel Messias também teria relatado que visitou outros países europeus, como a França, a Espanha, a Suíça e a Alemanha Ocidental.

promotores tentavam fazer com que os depoimentos entrassem em contradição. Para construir provas contra outros que estavam sob investigação, as autoridades insistiam para que os depoentes apontassem quem eram as pessoas envolvidas com o comunismo na cidade de Caruaru.

Em um de seus depoimentos, quando preso, depois de mais de duas horas de interrogatório, o promotor voltava-lhe a perguntar – com outras palavras – se alguns de seus amigos eram comunistas. Esse questionamento ele já havia respondido de forma negativa, anteriormente. No entanto, o promotor voltava a sentenciar que ele – o indiciado – era comunista, por conhecer tantos comunistas, o que era negado pelo depoente. Nesse jogo tenso de perguntas e respostas, em que estas poderiam ganhar o estatuto de provas incriminadoras, o promotor começava a perguntar, de maneira rápida, se algumas pessoas – que não tinham envolvimento com as disputas políticas naquele momento – eram comunistas, a que Francisco de Assis continuava respondendo negativamente. Assim, em ritmo acelerado o promotor teria perguntado:

“Fulano é comunista?” – Não!, respondi.

“Sicrano é comunista?” – Não!

“E Messias e Romero?” – Eles são! eu disse!<sup>483</sup>

Em seguida destaca:

O que precisa se observar – vou abrir um parêntese aqui – nesses depoimentos que existem aí, é que as pessoas, os pesquisadores não devem levar muito a sério esses depoimentos. Porque eles não têm aquela autenticidade. Nesses depoimentos a gente é forçado a dizer “isso”, “isso” e “isso”, entendeu? Eles usavam de todas as artimanhas. Porque o que interessava objetivamente à promotoria, aos acusadores, era pegar depoimento de um [comunista] acusando o outro. Eu tentei contornar mas não deu. Então se você vai examinar, pesquisar esses processos, tem que situar, tentar situar a coisa como era na época, não ver só a letra; não ver só o que está ali escrito, porque por trás daquilo tem muita coisa que não corresponde. Hoje se alguém for examinar o processo, vai dizer que eu dedurei. Vocês pesquisadores têm que ver a coisa direito.

Os relatos de Francisco de Assis apontam para alguns aspectos importantes na discussão do uso das fontes orais. Com essa metodologia de trabalho, é possível ir além do escrito e *não ver só a letra!* Não tomar a narrativa transcrita no depoimento como cópia do que ela deseja representar. Não se apropriar do documento como realidade posta, dada; como uma tela onde estariam pintadas, em cores claras e bem visíveis, todas as imagens necessárias ao seu entendimento. Em resumo, não tomar o documento

---

<sup>483</sup> Francisco de Assis Claudino. Entrevista realizada em 14 de dezembro de 2011, em Caruaru.

como acontecimento. Em diversas circunstâncias, como já mencionado, os depoentes foram coagidos sob tortura a narrar o que convinha às autoridades. Nesse sentido, o medo da tortura – que se repetisse como em muitas situações ou que ocorresse no momento seguinte – poderia condicionar o declarante a confessar o que convinha à Comissão de Investigação Sumária.

Por meio dos interrogatórios, a Comissão de Investigação Sumária teve acesso aos nomes de inúmeras pessoas que militaram nas esquerdas em Caruaru. Os depoimentos eram conduzidos no sentido de fazer com que os interrogados apontassem os nomes daqueles que, segundo as autoridades, estavam enquadrados na Lei de Segurança Nacional como uma ameaça ao país. Em todos os inquéritos a que tive acesso, essa estratégia esteve presente quando se percebe a inferência do interrogador, por meio da escrita do escrivão, ao grafar no papel a expressão “e o declarante pode apontar como comunistas...”.

A dinâmica constitutiva dos inquéritos nos leva ao processo de construção das provas. Estas eram diversas e variavam conforme o indiciado. No processo contra Manoel Messias, temos ofícios por ele enviados quando estava à frente da Delegacia Assistente. No inquérito contra Francisco de Assis Claudino encontramos alguns artigos e crônicas que ele escreveu para o jornal *Vanguarda* como prova de que ele professava a ideologia comunista, como se referiu o relator.

Os depoimentos constituíram a base documental dos processos movidos pela Comissão de Investigação Sumária e foram muitos os usos que deles se fizeram. Além de usados como mecanismo para descobrir e incriminar outras pessoas apontadas como comunistas, como já mencionado, os depoimentos também foram usados na dinâmica constitutiva de outra prova: a *Certidão*. Esse tipo de documento foi encontrado nos doze processos a que tive acesso.

A *Certidão* era um documento produzido pelo escrivão responsável pelo inquérito. Consistia em extrair de um depoimento de outro processo certos fragmentos que servissem de provas incriminatórias na investigação que estava encarregado de proceder. Ou seja, o escrivão emitia um certificado de que a testemunha “X” afirmou, quando prestava depoimento perante a Comissão para outro inquérito, que o indiciado pelo qual o mesmo escrivão era responsável naquele momento encontrava-se, de alguma maneira, comprometido com a subversão comunista. E para tanto utilizava entre aspas o fragmento extraído do depoimento, finalizando com uma declaração de que aquela citação era procedente e, portanto, ele dava fé.

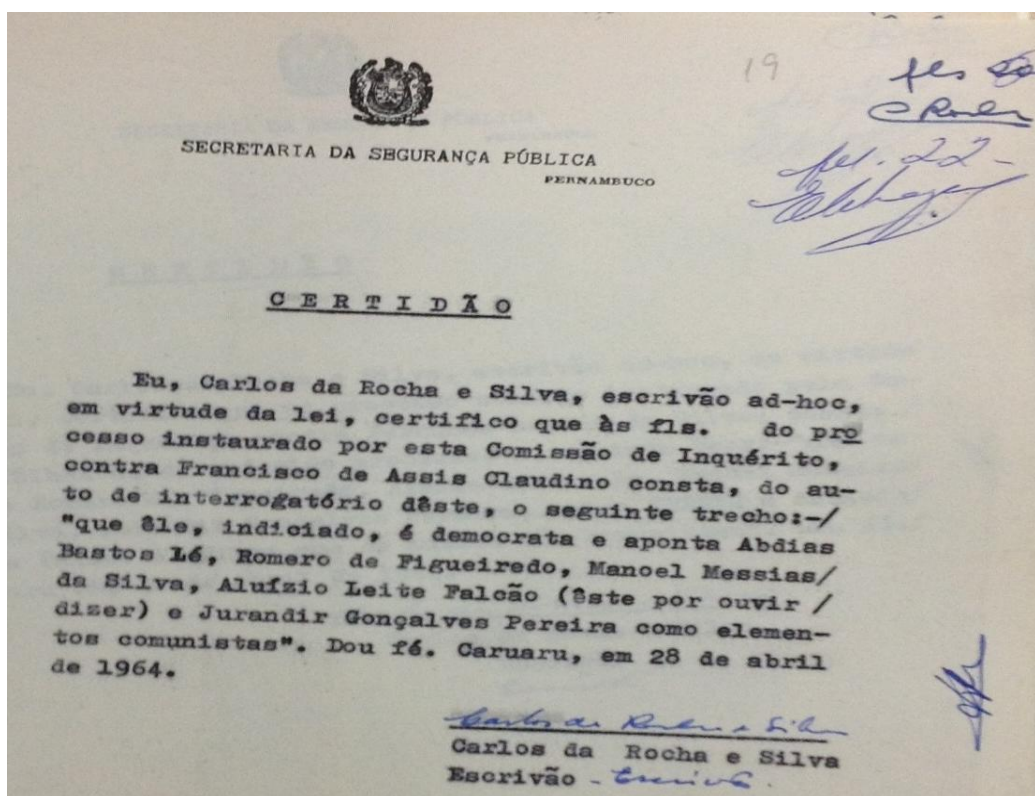


Imagem 02

Se a *Certidão* podia parecer um recurso simples e prática comum em algumas instâncias da Justiça, teve ressonâncias importantes nos inquéritos aqui estudados. Não se tratava de um simples uso do trecho de algum depoimento para servir de prova para outro processo. Em papel timbrado, lavrava-se um documento oficial, que recebia a chancela de *Certidão*, com as insígnias da Secretaria de Segurança Pública do Estado, sendo assinado pelo agente, nomeado por portaria, conforme se mencionava no início do inquérito. Ou seja, capturava-se o fragmento que convinha aos objetivos da Comissão, deslocava-o para outro espaço, alterando-o substancialmente.

Uma vez deslocado para outro campo relacional, o fragmento usado ganhava outros significados. Passava a servir de prova para outro inquérito, para incriminar outra pessoa, e não só para aquela contra a qual o depoente foi intimado a testemunhar. Com esse mecanismo modificava-se não só sua construção semântica, mas alterava-se, também, sua materialidade porque aquele fragmento passava a vestir o manto da oficialidade da Comissão de Investigação Sumária. Antes de ser visto como um trecho de um testemunho, o fragmento era apreendido como uma declaração de um agente da Comissão.. Ou seja, a *Certidão* era antes uma declaração do escrivão do que o atestado do depoente sobre o conteúdo expresso no fragmento usado. No final da página, a



*Certidão* contava com a assinatura do seu autor, ou seja, do agente, e não da pessoa de quem foi extraída a fala usada.

Para os doze processos a que tive acesso, foram convocados três mulheres e dezessete homens para servirem de testemunhas. Dessas, cinco eram funcionários da prefeitura local e prestaram declarações para mais de um inquérito. As declarações de Arnaldo Ferreira da Silva, por exemplo, encontram-se presentes em sete inquéritos. Os testemunhos teriam sido lavrados em datas diferentes, de acordo com os dados encontrados em cada processo. Por essa dinâmica, a testemunha acima teria comparecido várias vezes às dependências do Exército em Caruaru para ser ouvida. Pelo que relatou o escrivão sobre as informações prestadas pelos depoentes, pode-se afirmar que todos eles foram testemunhas de acusação. Todos os depoimentos apontavam o caráter subversivo e perigoso dos indiciados. Todos confirmavam o envolvimento dos acusados com o comunismo.

Nesse sentido poderíamos dizer que a Comissão de Investigação Sumária não foi instaurada com o objetivo de investigar suspeitos de subversão. Ela foi instituída com o objetivo de incriminar os acusados, uma vez que nenhuma testemunha de defesa foi convidada a prestar depoimento. Era estratégica a forma como as pessoas eram denominadas. Não eram nomeadas de testemunhas nem seus relatos eram chamados de depoimentos. Suas falas se inserem no léxico gramatical dos inquéritos como *declarações* e os depoentes como *convidados* a prestar informações à Comissão.

Das vinte declarações prestadas, apenas uma não apontava o caráter subversivo dos indiciados. No inquérito aberto contra João Edson de Alencar, presidente do sindicato dos bancários, à época, foi intimado a prestar informações à Comissão Rivaldo Mendonza Florêncio, funcionário do Banco do Brasil. Ao responder à pergunta se ele poderia confirmar as acusações ao investigado, teria respondido que não sabia “informar se o mesmo exercia atividades subversivas, que o referido bancário era pessoa dinâmica e, praticamente sozinho, organizou o sindicato dos bancários em Caruaru, que ele, declarante, rara vezes presenciou João Edson de Alencar em companhia de elementos reconhecidamente comunistas”<sup>484</sup>.

O relator final do inquérito classificou como *suspeitas* as declarações de Rivaldo Mendonza, desqualificando-as em virtude da proximidade de parentesco do declarante com alguns comunistas na cidade. Ou seja, somente as declarações que corroborassem

---

<sup>484</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 10 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.046.

com a Comissão, no sentido de confirmar o caráter subversivo dos indiciados, eram consideradas dignas de prova. Nesse sentido, a Comissão de Investigação Sumária poderia receber o nome de Comissão de *Incriminação* Sumária.

As declarações prestadas demonstram ainda a posição de algumas pessoas em relação ao comunismo na cidade e também como os indiciados foram representados nesses testemunhos. Oferecem, por conseguinte, diferentes leituras sobre a construção política e social do comunismo em Pernambuco e, porque não, no Brasil. São discursos das representações coletivas sobre a ameaça comunista e a política de combate a esse perigo.

A riqueza dos depoimentos não reside apenas na parte que encontramos escrita pela atividade do escrivão responsável por cada inquérito. Talvez a parte que não encontramos grafada nos depoimentos seja até mais rica. Ou seja, as falas dos interrogadores. As perguntas dos promotores, que não aparecem escritas, mas que antecediam – ou induziam – cada resposta dos declarantes, certamente contém indícios de um universo político tenso, conflituoso, em disputa constante.

O acesso às perguntas dos interrogadores presentes nos testemunhos se torna possível através das respostas emitidas pelos declarantes. Por esse ângulo de percepção é importante estar atento não só às respostas, mas às possibilidades de construção dessas afirmações. Para tanto é fundamental não perder de vista as forças que foram mobilizadas, e em que direção, no momento de construção dos testemunhos para entender os sentidos que as falas apontam. Ou seja, quais as tensões que possibilitaram que as respostas obtidas fossem aquelas que encontramos transcritas no papel. Assim, as afirmações são indícios, antes de tudo, das preocupações dos interrogadores, das inquietações e dos objetivos aos quais se destinavam aquela produção testemunhal.

Nesse sentido, tão importante quanto saber que as testemunhas apontavam, reconheciam ou negavam o envolvimento do indiciado com a subversão comunista, é entender que as respostas foram construídas como estratégia para incriminar aqueles sobre os quais pesavam as acusações. Não foram depoimentos obtidos de maneira espontânea. Pelo contrário. Os testemunhos foram forjados sob pressão. Foram antecidos por perguntas, questionamentos que, provavelmente, tinham como objetivo obter os resultados expostos pela grafia do relator.

Nenhum dos depoimentos que confirmaram o caráter subversivo dos indiciados teve sua validade questionada pelas autoridades. Esse *não* questionamento é bastante significativo. Sugere que o estatuto de validação dos depoimentos residia no grau de

confirmação ou não sobre o caráter subversivo do acusado, como desejava a Comissão. Em outras palavras, se as declarações confirmassem as suspeitas sobre os indiciados, os testemunhos eram interpretados como válidos e confiáveis. Se as falas fossem em sentido contrário, era colocada em dúvida a confiabilidade das declarações, como ocorreu com Rivaldo Mendonza no inquérito movido contra João Edson de Alencar.

Outra leitura possível dos inquéritos diz respeito à quantidade de provas mobilizadas contra os indiciados. Essa dimensão também sofria variáveis de acordo com cada processo. No entanto, a interpretação dos promotores nos relatórios finais não foi alterada em virtude do número de provas coligidas. Quando a quantidade era considerada grande, esse dado era enfatizado como demonstração inequívoca do envolvimento dos suspeitos como a subversão, como ocorreu com os inquéritos contra Manoel Messias, Francisco de Assis Claudino<sup>485</sup>, Jonas Mendonça<sup>486</sup> e o professor José Rabelo de Vasconcelos<sup>487</sup>.

No entanto, essa linha de análise não seguia o mesmo procedimento interpretativo atribuído à quantificação quando o número de provas era reduzido. No inquérito contra Antônio Jacinto da Silva – também conhecido como Jurubeba – só houve uma testemunha, a do funcionário da prefeitura Arnaldo Ferreira da Silva, além dos fragmentos extraídos do depoimento de Manoel Messias transformados em *Certidão*. Antônio Jacinto não tinha sido localizado para prestar depoimento, aparecendo nos autos como evadido, sendo essa situação interpretada como comprovação do seu envolvimento com a subversão. A fuga – se assim pode ser entendida a situação – era a confirmação do crime, de acordo com a interpretação da Comissão.

Nos dois relatórios finais, a conclusão é emitida tomando por base os depoimentos de Manoel Messias. No relatório emitido na sede da Comissão em Recife, o número reduzido de provas é mencionado:

As provas colhidas pela Comissão, se bem que em número reduzido, é consistente, pela harmonia e coerência, bem como pela insuspeição dos depoimentos [...] É o próprio Manoel Messias, principal elemento da subversão do município, que afirma que entre os que se encontravam na delegacia de polícia, na noite de 31 de março, se encontrava o acusado “Jurubeba”<sup>488</sup>.

---

<sup>485</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.117.

<sup>486</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.120.

<sup>487</sup> Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.053.

<sup>488</sup> Relatório da Comissão de Investigação Sumária contra Antônio Jacinto da Silva. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.170.

O número reduzido de provas não interferiu no veredito final. Assim sentenciou Rivaldo Cordeiro Pessoa, responsável pelo relatório final: “pelo exposto, evidencia-se, sem sombra de dúvida, que o acusado acha-se incurso nas penas dos artigos 12, 13 e 24 da Lei de nº 1.802”<sup>489</sup>.

A situação do inquérito movido contra Antônio Jacinto da Silva não foi uma exceção. O mesmo ocorreu com o processo aberto contra o presidente do sindicato dos hoteleiros de Caruaru, Jorge Alves da Silva. A Comissão abriu processo de investigação sumária contra ele com base exclusivamente em dois depoimentos: o de Manoel Messias e o do professor José Rabelo. Ambos, quando prestaram depoimento perante a Comissão, informaram que Jorge Alves estava ligado às esquerdas na cidade e tinha participado da reunião ocorrida na delegacia no dia 31 de março de 1964. Devido a esses testemunhos, o promotor abriu inquérito e usou a fala dos depoentes como *Certidões*, anexando-as ao processo de Jorge Alves como prova do crime do qual este estava sendo investigado. No relatório final dos trabalhos em Caruaru, não titubeou. “Creio”, escreveu ele, “por isto estar suficientemente provado que Jorge Alves da Silva colaborou com planos de subversão da ordem pública levado a efeito naquela delegacia. Entendo, portanto, que o indiciado Jorge Alves da Silva está incurso no artigo 13 da Lei de Segurança Nacional”<sup>490</sup>.

Como mencionado, os promotores não questionavam a veracidade do depoimento, e as testemunhas confirmavam seus relatos por meio da expressão *por ouvi dizer*. Foi assim que José Rodrigues de Oliveira, comerciante na cidade de Caruaru à época do depoimento, apontava que Gercino Lourenço de Souza, funcionário do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), lotado em Caruaru, era subversivo. Em suas afirmações consta que o “declarante sabe, *por ouvi dizer*, que Gercino Lourenço de Souza exerceu atividades subversivas, que ele frequentava reuniões subversivas nesta cidade”<sup>491</sup>.

Essa mesma estratégia também esteve presente, com outra construção semântica, nas declarações de Pedro Valença Cavalcanti, funcionário do IAPI, no processo movido contra Francisco de Assis Claudino, bancário à época do inquérito, quando teria ressaltado que conhecia o indiciado “e afirmava *ser voz corrente na cidade* que o

---

<sup>489</sup> Ibidem.

<sup>490</sup> Relatório da Comissão de Investigação Sumária contra Jorge Alves da Silva. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.130.

<sup>491</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 27 de abril de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.125. Grifos meus.

mesmo era comunista”<sup>492</sup>. O nível de suposições foi representado, talvez de forma singular, nas declarações de Arnaldo Ferreira, no inquérito contra o comerciante Ernesto Correia de Melo, que depois de afirmar que conhecia o indiciado, e o reconhecia como subversivo comunista em Caruaru, enfatizou que “Ernesto Correia de Melo frequentemente viajava para o interior do município, portando uma pasta com documentos, que ele, declarante, *supõe* de natureza subversiva”<sup>493</sup>.

Esses exemplos demonstram as condições de possibilidade de validação das declarações prestadas. Fossem os testemunhos prestados baseados em conhecimento de causa, ou em vagas suposições, por meio do “ouvi dizer”, não invalidariam as afirmações desde que elas apontassem o caráter subversivo dos indiciados. Talvez nada mais vago do que supor a existência de documentos, dentro de uma pasta, como sendo de caráter subversivo. Pedro Valença Cavalcanti teria dito à Comissão que não conhecia os documentos que o indiciado conduzia, porque se encontravam dentro de uma pasta, porém supunha tratar-se de material subversivo. Depoimentos como esses foram usados como prova para os relatórios finais, incriminando os investigados.

O recurso do *ouvi dizer*, *era voz corrente na cidade e era do conhecimento de todos* constituía um elemento que integrava e conectava as declarações prestadas na construção das provas documentais dos inquéritos. Ao mesmo tempo, sugere indícios de uma prática discursiva e de ações compartilhadas e reconhecidas nas relações de poder. Ou seja, era do conhecimento de todos que os indiciados desenvolviam atividades subversivas. Importante destacar que as práticas discursivas utilizadas pelas testemunhas só adquiriram significados nas redes onde foram mencionadas e naquelas condições. Ou seja, fora daquelas circunstâncias poderiam não passar de vozes sem eco lançadas ao vento.

### ***Prática gramatical e estratégia política: o poder da palavra***

A gramática utilizada pelos relatores apresenta uma configuração na qual cada palavra era devidamente selecionada para representar o acusado. As expressões semânticas usadas contra os denunciados os instituem como infratores de diversos artigos perante a Lei 1.802, de 1953. Quando a denúncia apresenta Ernesto Correia como subversivo, relata que ele incitava a luta entre as classes e o fomento do ódio,

---

<sup>492</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 28 de abril de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.175. Grifos meus.

<sup>493</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, 9 de junho de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.117. Grifos meus.

como consta em seu processo. A letra “b” do artigo 11 da Lei de Segurança Nacional versava que constituíam crime, com reclusão de um a três anos, as atividades que promovessem o “ódio de raça, de religião ou de classe”<sup>494</sup>. O mesmo crime ainda é ressaltado no artigo 12 da mesma lei, quando punia com reclusão de seis meses a dois anos aqueles que incitassem “diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência”<sup>495</sup>.

A semântica política empregada nos relatórios, nas denúncias, acusações e sentenças demonstravam também os objetivos para os quais os inquéritos eram abertos. Para apresentar as atividades de divulgação das propostas comunistas desenvolvidas por Manoel Messias, os relatores usavam “doutrinação das massas em comícios e recrutamento de novos adeptos” para as fileiras do partido, porque eram com esses termos que a lei classificava como crime aquelas atividades.

As ações de Jonas Mendonça, por sua vez, eram descritas como crime porque ele estaria enviando informações aos países do Leste Europeu por meio de correspondências, apreendidas pelas autoridades. Portanto, o conteúdo enviado ou recebido poderia comprometer a segurança nacional porque o indiciado, de acordo com os relatores do inquérito, lutava para a implantação do comunismo no Brasil. O artigo 26 da Lei 1.802 estabelecia como crime “fornecer, mesmo sem remuneração, à autoridade estrangeira, civil ou militar, ou a estrangeiros, informações ou documentos, de caráter estratégico ou militar ou de qualquer modo relacionados com a defesa nacional”<sup>496</sup>. Para os que infringissem esse artigo poderiam pegar de dois a quatro anos de prisão.

As atividades do professor José Rabelo no Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) também foram narradas como crime. Com base nos depoimentos de Arnaldo Ferreira da Silva, o escrivão relatava que o investigado “andava pela zona da mata doutrinando os camponeses e compareceu à reunião na delegacia onde se cogitou da paralisação dos serviços públicos e das demais atividades da cidade”<sup>497</sup>. O

---

<sup>494</sup> Lei de Segurança Nacional, Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)> Acesso em: 21 jan. 2013.

<sup>495</sup> Ibidem.

<sup>496</sup> Artigo 26 da Lei de Segurança Nacional, Lei. nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2013.

<sup>497</sup> *Termo de Declarações*. Caruaru, (documento não datado). Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.053.

artigo 13 considerava crime “instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade”<sup>498</sup>.

Essa prática escriturística não ficou restrita às ações da Comissão de Investigação Sumária. A linguagem gramatical dos documentos do SNI seguiu esse movimento de tornar crimes as ações dos indiciados por meio das palavras daqueles que tinham o poder de escrever sobre suas atividades. Eram grafias políticas forjadas para incriminar. Em outras palavras, as ações descritas nos inquéritos da Comissão eram sancionadas pelos agentes do SNI. Estes, ao narrarem a reunião ocorrida na noite de 31 de março na delegacia de polícia de Caruaru, relataram de maneira a incriminar todos os envolvidos, a começar pelo número de comunistas que se encontrava na delegacia – cinquenta<sup>499</sup>. O artigo 7º definia como crime, com punição de um a quatro anos, “concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos nos artigos anteriores”<sup>500</sup>.

A quantidade de pessoas constituía apenas a primeira e, talvez, a mais leve das infrações. Todos os investigados eram nomeados de comunistas agitadores, perturbadores da ordem, promotores de greves, simpatizantes de ideias extremistas. Os que lá se encontraram eram responsáveis pelo planejamento da paralisação das atividades da cidade e ataque à 22ª RC. Ou seja, todas as ações desenvolvidas na noite de 31 de março na delegacia da cidade transformaram-se em crimes, quando narradas e escritas por aquelas autoridades.

Essa prática vocabular – que tornava crime as ações dos acusados por meio da escrita – também esteve presente na dinâmica de produção dos testemunhos, tanto dos acusados como daqueles convidados a prestar informações. Não temos como saber que palavras foram usadas pelas testemunhas e pelos indiciados para responder aos questionamentos dos promotores. Mas se tomarmos o léxico usado nos depoimentos, é possível tecer algumas considerações. Os depoimentos são resultantes da fala de diferentes pessoas, com distintas formações, níveis de leitura e universos políticos bastante heterogêneos. Certamente os depoentes tinham formas distintas de interpretar a situação política no momento das declarações. Isso significa que teriam maneiras

---

<sup>498</sup> Artigo 13 da Lei de Segurança Nacional, Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2013.

<sup>499</sup> Esta informação foi registrada pelo agente do SNI citando documento lavrado pelo relator do IPM aberto para investigar a subversão em Caruaru.

<sup>500</sup> Artigo 7º da Lei de Segurança Nacional, Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2013.

particulares de se apropriar dos questionamentos que lhe eram direcionados e expressar em palavras suas posições.

Essas singularidades não aparecem nos testemunhos transcritos. Percebe-se, ao contrário, uma uniformidade nos depoimentos. A ausência dessas singularidades provavelmente é indicativa da ação daqueles que escreviam as declarações. Simboliza, portanto, a semântica política pela qual grafavam no papel os vocábulos que temos acesso nos inquéritos. A padronização das respostas, das palavras empregadas, das frases construídas certamente é resultante da seleção operacionalizada pelas lentes políticas dos que tinham o poder da escrita no momento dos depoimentos. Revelam, por extensão, os objetivos políticos para os quais eram produzidos os testemunhos. Todas as testemunhas afirmavam, com as mesmas palavras, conceitos e expressões, que os indiciados eram perigosos subversivos, estavam a serviço do comunismo internacional e foram responsáveis pelas greves ocorridas em Caruaru.

Ao discutir o vocabulário empregado nos interrogatórios da Operação Bandeirante e DOI (São Paulo), a historiadora Mariana Joffily destaca que “não é possível estabelecer com clareza a fronteira entre os discursos dos interrogadores e o dos depoentes, pois se trata de um terreno pantanoso, no qual as falas de uns e de outros não se distinguem de forma precisa”<sup>501</sup>. No entanto, como ela demonstra, os sujeitos envolvidos nos interrogatórios tinham práticas linguísticas específicas. Expressões como subversivos, codinome, aliciamento, doutrinação faziam parte do léxico político-militar. Para os que militavam nas esquerdas, eram usadas as expressões militante, nome de guerra, recrutamento, conscientização. Por essa chave de interpretação, a constituição semântica indica o universo político emissor das referidas expressões, se dos órgãos de repressão ou dos investigados.

Nos processos movidos pela Comissão de Investigação Sumária, os depoimentos que localizei encontram-se divididos em duas categorias. *Termo de Declarações* e *Auto de Interrogatório do indiciado*. A primeira é aplicada àqueles que eram convidados – ou intimados – a prestar informações/esclarecimentos à Comissão sobre um ou mais acusado de subversão. A segunda, como o nome sugere, tratava-se do interrogatório que a Comissão executava com cada indiciado. Mesmo sendo utilizadas terminologias distintas, *Termo de Declarações* e *Auto de Interrogatório* ocuparam o lugar do

---

<sup>501</sup> JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013, p. 136.



testemunho naquelas relações. As falas contidas em um e no outro foram apropriadas como confissões da subversão comunista em Caruaru.

Se todos os testemunhos nos inquéritos ocuparam o lugar da prova, como já mencionado, alguns adquiriram poder de autoridade. Dois testemunhos foram usados em todos os inquéritos movidos pela Comissão. O *Auto de Interrogatório* de Manoel Messias e o *Termo de Declarações* prestadas pelo soldado da polícia militar Orestes Bezerra, que estava de guarda na delegacia local na noite de 31 de março de 1964.

Para cada um dos nomes que Manoel Messias indicava como pertencente às esquerdas em Caruaru, de acordo com as palavras do escrivão, foi aberto Inquérito de Investigação Sumária. Suas palavras iam indicando os nomes dos futuros investigados e eram ainda usadas em alguns relatórios finais, quando o promotor de Justiça começava de forma categórica destacando que, “face as declarações prestadas por Manoel Messias da Silva, conhecido agitador comunista, neste município, mandei instaurar processo sumário contra o indiciado Antônio Jacinto da Silva, vulgo ‘Jurubeba’, através de portaria datada de dezesseis de junho do ano em curso”<sup>502</sup>.

No entanto, não devemos incorrer em leituras rápidas e pensar que, se não fossem as declarações de Manoel Messias, os demais inquéritos não teriam sido abertos e, por conseguinte, os acusados não teriam sido investigados pela Comissão. Não podemos esquecer que outros depoimentos foram produzidos, nos quais aparecem os nomes de inúmeras pessoas que militavam nas esquerdas em Caruaru.

Entretanto, as palavras de Manoel Messias foram as mais usadas, as mais citadas. A fala dele teve poder de lei, na interpretação das autoridades responsáveis pelos inquéritos abertos em Caruaru. Seu depoimento é o mais extenso de todos; seu inquérito o mais longo. Após mencionar nome, idade, filiação e estado civil, foi questionado sobre as acusações que lhes eram feitas. Teria respondido que, embora não fizesse parte do Partido Comunista, “mantinha ligações com elementos de esquerda, estando principalmente vinculado à política do governo Miguel Arraes, que ele, indiciado, ideologicamente era um homem de esquerda e sua atividade se orientava no sentido de pregações e doutrinações, realizadas através de comícios”<sup>503</sup>.

Apenas esse fragmento já era suficiente para processá-lo, pois enquadrava suas ações como crime perante a Lei de Segurança Nacional. No artigo 11 da LSN era

---

<sup>502</sup> Relatório do processo de investigação sumária contra Antônio Jacinto da Silva. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.170.

<sup>503</sup> *Auto de Interrogatório*. Caruaru, 12 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

considerado crime “fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política e social; b) de ódio de raça, de religião ou de classe”<sup>504</sup>. No relatório final emitido em Caruaru era do entendimento do promotor que Manoel Messias deveria ser processado com base no artigo 11 e em vários outros.

O promotor questionava o depoente para apontar o nome das pessoas filiadas ao Partido Comunista no município de Caruaru. O declarante, para surpresa do relator, não escondeu os nomes dos que militavam nas esquerdas na cidade. Nesse movimento, “o indiciado podia apontar como esquerdistas atuantes Romero de Figueiredo, Jurandir Gonçalves Pereira, Abdias Bastos Lé, Ernesto Correia, João Edson de Alencar, Francisco de Assis Claudino, vulgo Sissi, Arsênio Matias Gomes e Fernando Queiroga”<sup>505</sup>.

O número de pessoas envolvidas com o comunismo na cidade, de acordo com o declarante, era grande e os nomes apontados não ficaram restritos aos acima mencionados. Provavelmente, seguindo as perguntas do promotor, Manoel Messias passava a relatar os bastidores da reunião ocorrida na delegacia de polícia local, para em seguida voltar a mencionar os nomes daqueles que estiveram presentes.

Um dia depois desse depoimento, as autoridades davam continuidade ao desenvolvimento do inquérito e, em 13 de maio de 1964, era lavrado um *Auto de Apreensão* de objetos pertencentes ao investigado. O chefe da 22ª CR em Caruaru, o coronel Justo Moss, apresentou ao presidente da Comissão de Investigação os objetos encontrados na residência de Manoel Messias e apreendidos por essa autoridade.

Dos objetos apreendidos e relacionados em documento, temos acesso a uma parte do universo de formação política e cultural de Manoel Messias. Justo Moss teria realizado um total de 66 apreensões, das quais foram mencionadas treze revistas, quarenta e um livro e cópias de dois discursos de Miguel Arraes. Pelos títulos descritos, o indiciado transitava por mais de um idioma, pois, além das obras em português, também foram encontrados livros e revistas em espanhol<sup>506</sup>.

---

<sup>504</sup> Lei de Segurança Nacional, Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/11802.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11802.htm)>. Acesso em: 8 ago. 2013.

<sup>505</sup> *Auto de Interrogatório*. Caruaru, 12 de maio de 1964. Comissão de Investigação Sumária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208.

<sup>506</sup> *Auto de apreensão de objetos entregues à Comissão de Investigação Sumária em 13 de maio de 1964 na cidade de Caruaru*. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº 1.208. Conhecidos autores como Sigmund Freud, Karl Marx, Friedrich Engels, Astrogildo Pereira e artigos de Miguel Arraes figuravam entre as obras retidas. *Totem e tabu*, *Manifesto do Partido Comunista*, *A formação do PCB*, *O povo no governo* foram alguns dos textos entregues à Comissão, para serem acrescidos ao inquérito movido contra Manoel Messias. Naquele auto de apreensão há uma significativa quantidade de obras de

A apreensão literária realizada pelo chefe da 22ª CR serviu para endossar a quantidade de provas no inquérito e confirmar por meio de outros indícios o caráter subversivo das ideias defendidas pelo indiciado. Mas não só. Foi também interpretada como demonstração da infiltração do comunismo internacional em Caruaru. A cidade, por meio dos comunistas, como Manoel Messias, tinha se tornado a ponte de conexão e expansão das ideias comunistas, principalmente depois que ele esteve em visita pela Europa, em especial pela Rússia. Nesse sentido, não apenas por meio de comícios e pregações a subversão comunista ia sendo urdida, mas também por meio da literatura que circulava na cidade. Assim, as autoridades chamavam a atenção para a importância da literatura como campo de disseminação das ideias subversivas em Caruaru, justificando-se, por conseguinte, o confisco literário.

No período em que esteve na Rússia, Manoel Messias teria feito um curso de economia marxista. Após seu retorno, iniciou em Caruaru um curso usando as referências estudadas na Europa, não chegando a concluí-lo por falta de material, conforme consta em seu testemunho. Em todos os processos a que tive acesso, seu depoimento esteve presente, porque foi transformado em *Certidão* e anexado em cada um deles. Em cada cópia anexada aos inquéritos, as autoridades grifavam com caneta esferográfica o fragmento em que Manoel Messias se referia ao indiciado, para o qual suas declarações estavam sendo usadas naquele momento. Nesse sentido, os grifos representam o universo interpretativo dos responsáveis pelos inquéritos. Demonstram os objetivos políticos para os quais a fala de Messias era chamada a depor. O grifo captura o olhar. Prende a atenção. Ele conduz o ângulo de percepção e direciona a rota interpretativa. Ele é o resultado da leitura política que se realizava sobre os testemunhos. Em última instância, o grifo marca, assim, a incisão das autoridades no corpo da fala, pois nos corpos daqueles que falavam os grifos eram de outra natureza e não apareciam na prática vocabular do escritor.

### ***Poder e legitimidade através da fala***

Conforme versava um dos artigos do decreto de criação da Comissão, uma vez concluído o inquérito e comprovada a acusação do indiciado, a Comissão deveria decretar a sentença que julgasse adequada e em seguida encaminhar o processo para o

---

autores russos traduzidos para o espanhol. De autoria de Vladimir Lenin foram confiscadas cinco obras. Outros, talvez menos conhecidos, como Alexei Rumiantsev, Dmitri Medvedev, L. Rojlin também entraram no auto de apreensão.

Ministério da Justiça Civil e ou Militar. A Comissão não desfrutava de poderes judiciais para efetuar prisões e executar as sentenças por ela emitidas. Essas ações cabiam ao Ministério da Justiça e à Justiça Militar. No entanto, apesar de não gozar desses poderes, as ações da Comissão foram de grande importância para os processos que tramitaram no Ministério da Justiça e na Justiça Militar contra os acusados de subversão. A base documental dos IPM abertos em Caruaru contra os militantes das esquerdas, por exemplo, foi construída pelos documentos resultantes dos trabalhos da Comissão de Investigação Sumária.

Essa dinâmica demonstra a tentativa de estabelecer uma sincronia nos trabalhos realizados pela Comissão de Investigação Sumária e pela Justiça Militar no que tange à política repressiva executada contra os considerados ameaça à segurança do país. Apresenta ainda o diálogo entre essas instituições e os objetivos políticos que moviam suas ações: vigiar, combater, controlar, prender e punir, de acordo com suas lentes políticas, aqueles que estavam infringindo a Lei de Segurança Nacional.

Ao confrontar os documentos do SNI com os da Comissão de Investigação Sumária sobre Caruaru, é possível perceber uma dinâmica de agenciamento de forças que poderia, a princípio, indicar apenas tratar-se de uma ação compartilhada entre esses órgãos. Ou seja, aponta uma prática comum entre os órgãos de informação e segurança que trabalharam em parceria recebendo e enviando material sobre a atuação dos comunistas em investigação, conforme destaca Fico<sup>507</sup>. Uma leitura minuciosa sugere que os agentes do SNI, ao que indicam seus registros, não liam na íntegra os inquéritos a partir dos quais elaboravam seus pareceres e relatórios. Liam, ao que parece, apenas os relatórios finais emitidos pelas autoridades responsáveis. Essa hipótese é baseada na maneira como os funcionários do SNI se referiam às informações recebidas sobre cada investigado. A referência era “com base no relatório do promotor de Justiça” ou “de acordo com o relatório do promotor responsável pelo inquérito de investigação sumária, o indiciado foi processado por desenvolver atividade subversiva em Caruaru”. Não localizei citações que fizessem referência a outros documentos dos inquéritos a não ser relatórios.

---

<sup>507</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Os relatórios produzidos nos inquéritos da Comissão de Investigação Sumária eram lavrados quase que exclusivamente com base nos depoimentos das testemunhas. Estas eram convocadas para depor contra os acusados, pois suas falas os incriminavam do início ao fim, como já mencionado. Se os agentes do SNI liam os inquéritos completos e percebiam que as informações que compunham os relatórios eram baseadas quase que exclusivamente nos testemunhos, não tiveram dúvida quanto à classificação atribuída às informações. Se eles conheciam a dinâmica constitutiva das provas que geraram em última instância os relatórios, talvez não tenhamos como saber. No entanto, não titubearam em relação à validade das informações. Para todas as informações recebidas dos relatórios da Comissão, os agentes atribuíram o estatuto de classificação máxima de confiabilidade da fonte emissora e dos assuntos emitidos, ou seja, A1.

A leitura da documentação resultante das atividades da Comissão de Investigação Sumária possibilita pensar também nas estratégias mobilizadas pelo regime militar para criar um campo de legitimidade para suas ações. Nesse sentido, um conjunto de leis foi criado para regulamentar e institucionalizar as ações desenvolvidas por essa Comissão e também por outros órgãos que se encarregariam de desenvolver suas atividades no que tange à política de repressão destinada àqueles considerados ameaça ao país, conforme demonstram Anthony Pereira<sup>508</sup> e Maria José de Rezende<sup>509</sup>.

A institucionalização, por meio das leis, se configurou uma importante estratégia para construir o estatuto de legalização das ações perpetradas pelo regime militar no combate aos seus inimigos. A Comissão de Investigação Sumária, desde a abertura dos inquéritos, até os relatórios finais, recorria às leis demonstrando o caráter legítimo de suas atividades. Essa dinâmica instituía credibilidade a esse órgão e validava sua atuação em relação à repressão por ele desenvolvida. A vigilância, os interrogatórios e as prisões, por exemplo, não resultavam do desejo particular das autoridades responsáveis pelos inquéritos. Eram ações resultantes do cumprimento à lei.

Em nome da lei, as mais diversas arbitrariedades foram desencadeadas contra aqueles que estavam do lado oposto ao dos militares e, por isso, foram considerados ameaça à segurança do país. Ancorado em um discurso de perigo e ameaça, o manto sagrado da lei institucionalizou e legitimou a política repressiva dos órgãos de

---

<sup>508</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

<sup>509</sup> REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985*. Londrina, PR: Editora EDUEL, 2013.

segurança do Estado, muitas vezes sendo executada por meio da tortura. Nesse sentido, uma vez seguindo os trâmites da legislação, a Comissão também se instituía como mecanismo que concorria para atribuir legitimidade à ditadura recém-instaurada. A Comissão recorria ao Ato Institucional de 9 de abril para a abertura dos inquéritos e à Lei de Segurança Nacional para processar os suspeitos de subversão.

Por esse ângulo de percepção, a ditadura militar estaria crescendo sob o solo da legalidade, como se podia perceber nos inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária. Suas atividades contribuíam para conferir poder de legitimidade interna e externa ao seu campo de atuação. Uma vez demonstrando que seguia a burocracia estabelecida por decretos e leis sancionados pelo general presidente da República e respeitava as hierarquias estabelecidas e os procedimentos legais, suas atividades eram legitimadas entre seus pares e, por conseguinte, reconhecidas como tal por outros órgãos como o SNI, Justiça Civil<sup>510</sup> e Militar. A Comissão podia oferecer ainda aos cidadãos não alinhados politicamente com a ditadura a informação de que o regime em vigor estava tratando da ameaça que seus opositores representam em conformidade com a lei e assim não havia arbitrariedade, na medida em que os inquéritos seguiam procedimentos jurídicos, validados por leis que estavam em vigência antes da decretação do regime.

Por esta chave de explicação, os trabalhos da Comissão – assim como dos IPM – também serviram de mecanismos de propaganda a favor da ditadura, na medida em que conferiam uma positividade às políticas desenvolvidas pelo governo ditatorial, em virtude do respeito à lei e de seu cumprimento. Por conseguinte, os inquéritos movidos pela Comissão ainda concorriam para a construção política da ameaça comunista na medida em que produziam a imagem de infratores, criminosos e violadores das leis daqueles que politicamente faziam oposição ao regime, ou seja, dos comunistas. Essas práticas, por extensão, imprimiam a imagem de bom cidadão, que respeitava a justiça e cumpria as leis do país, daqueles que estavam a serviço do regime ditatorial, ou a este não se opunham. Nesse movimento, a Comissão foi espaço por excelência de criação do outro indesejável, diferente, agressivo, hostil, ameaçador e perigoso para aqueles que militaram nas esquerdas e, como tal, precisavam ser punidos.

---

<sup>510</sup> PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Esse historiador destaca que as decisões dos tribunais civis durante o regime militar no Brasil, em sua grande maioria, se encontraram em consonância com as sentenças emitidas pela Justiça Militar. Esta, por meio dos IPM, reconhecia e utilizava os inquéritos movidos pela Comissão de Investigação Sumária, validando, portanto, sua legitimidade.

A Comissão pode também ser interpretada como importante instrumento de controle e vigilância política na medida em que fornecia um conjunto de informações, por meio das provas coligidas nos autos, acerca da vida daqueles que estavam sendo investigados. Dessa forma, suas atividades abasteceram os órgãos de segurança com documentos sobre as ações desenvolvidas pelas pessoas que ocupavam o lugar da oposição.

Por meio de seus trabalhos, a Comissão de Investigação Sumária contribuiu também para conferir legitimidade à ditadura, porque seus inquéritos concorriam para criar um discurso por meio do qual se produzia uma leitura depreciativa e negativizada dos movimentos e organizações sociais de oposição ao governo ditatorial. Nessa dinâmica, os serviços de sindicalização – como foram apresentados no inquérito contra o professor José Rabelo – eram vistos pelas lentes políticas da insubordinação como estratégia de doutrinação comunista. O intercâmbio cultural vivido por Manoel Messias quando de sua estada pela Europa foi interpretado como demonstração do envolvimento dele com o comunismo internacional. O mesmo ocorreu com Jonas Mendonza em relação às revistas, livros e correspondências trocadas com a Rússia. Esses inquéritos, portanto, construíam uma leitura positiva da recém-instalada ditadura, por meio da interpretação que forneciam das provas coligidas para os autos.

Os inquéritos da Comissão de Investigação Sumária demonstram que o anticomunismo foi a principal força política que concorreu para a abertura dos processos, para o desenvolvimento das investigações e das sentenças acusatórias. Das portarias que abriam oficialmente os inquéritos até os relatórios finais, o discurso de combate ao comunismo foi o fio condutor das ações presentes nos inquéritos da Comissão de Investigação Sumária. A CGI foi criada, principalmente, para coordenar as investigações contra o comunismo. A Comissão de Investigação Sumária em Pernambuco iniciou seus trabalhos pelo inquérito contra a Secretaria Assistente do governo de Miguel Arraes para apurar as ações daquele órgão consideradas subversivas. Por meio dessas ações, a Comissão chegou ao nome de Manoel Messias. Em seguida, a partir de seus depoimentos foram sendo selecionados os nomes daqueles que seriam investigados. Forjado através de uma concepção anticomunista, seu testemunho ia assim apontando os nomes daqueles que seriam investigados pela Comissão. O anticomunismo foi também usado para selecionar as testemunhas que pudessem comprovar o envolvimento dos investigados com o que a Comissão considerava subversão comunista. Foi também com essas lentes políticas que os promotores

conduziram os depoimentos das testemunhas, os interrogatórios dos acusados e as sentenças acusatórias.

Os relatos de memória daqueles que estiveram na rota das investigações da Comissão indicam que as ações desse órgão concorreram para alterar a configuração das relações sociais em tela. Para escapar dos processos, muitos tiveram que alterar sua dinâmica de vida. Fugir da cidade. Abandonar seu trabalho. Viver longe da família e dos amigos. Para aqueles que assim decidiram e foram obrigados a fugir, não significou necessariamente livrar-se da possibilidade de prisão. A delação, como já mencionado, era estimulada pelos órgãos de informação e segurança do Estado e por parte da imprensa escrita. Os documentos da Secretaria de Segurança demonstram que a denúncia esteve presente, pois diversas informações que chegaram ao Ministério da Aeronáutica foram por meio da delação.

Nas denúncias que chegavam aos órgãos de segurança não constam os motivos que estimulavam seus delatores: se atendendo às solicitações das propagandas que incentivavam as delações ou se temendo que o comunismo se reestruturasse, dificilmente saberemos. No entanto, por essas ou por outras razões, diversos cidadãos apoiaram a ditadura militar no Brasil contribuindo para a manutenção da política de vigilância, perseguição e repressão imposta pelos militares a partir do golpe de março de 1964.

Não seria inverossímil, portanto, pensarmos que o medo foi um dos elementos mobilizadores das forças políticas em cena nos meses iniciais da experiência ditatorial, quiçá durante todo o regime ou em sua maior parte. Estar vinculado às esquerdas naquele momento poderia significar a possibilidade de entrar na rota investigativa da Comissão e experimentar os dissabores dessas relações.

Nesse sentido, os órgãos de segurança e informação foram agentes produtores do medo por excelência. Não apenas criaram condições para imprimir o medo, como também a possibilidade de ser investigado, processado, preso, torturado e até morto, como aconteceu com muitos que foram detidos por crime político. Uma vez esse sentimento passando a alimentar as disputas de poder em tela, tinha condições de ocupar a função de instrumento de controle social e político, concorrendo como força agenciadora capaz de alterar as relações sociais.

Por essa chave de explicação, o medo foi uma importante ferramenta política nas disputas que concorreram para justificar, executar e legitimar a ditadura instaurada pelos militares. Nessa dinâmica, a criação da Comissão, os inquéritos abertos, as



investigações desenvolvidas e as sentenças decretadas deixavam uma importante lição: os cidadãos não estavam imunes à possibilidade de serem investigados por ela, bem como, uma vez sendo investigados, não havia mecanismo para recorrer das sentenças nas instâncias judiciais.

## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. *Participação da mídia na queda do regime democrático no Brasil e sua atuação durante o regime militar: luta pela democracia*. Texto apresentado no Seminário Internacional Políticas de la Memoria, Buenos Aires, novembro de 2013, e disponível nos anais do evento.

\_\_\_\_\_. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo João Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife, Editora da UFPE, 2008.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo rural em Pernambuco nos anos 60: lutas e repressão. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Massangana, 2001.

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ANDRADE, Carlos Drummond de. O medo. In: *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 64 e a trajetória política de Miguel Arraes. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

\_\_\_\_\_. *1964 e o Nordeste*. São Paulo: Ática, 1998.

ANGELL, Alan. Chile, 1958-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*, Barcelona: Crítica, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida de et al (Orgs.). *O dissecar da estrutura administrativa do DEOPS/SP: o anticomunismo: doença do aparato repressivo brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula. Estratégias de resistência e memória da luta contra o regime militar no Brasil (1964–1985). In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

ARRAES, Miguel. *Palavra de Arraes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe – 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961–1964)*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UnB, 2001.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*. Vol. I. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 - *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. A leitura: uma prática cultural – debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro [em 1947 na visão da Justiça Eleitoral]*. Texto publicado no site do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>> Acesso em: 20 jan. 2013.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BROQUETAS, Magdalena; WSCHEBOR, Isabel. El tiempo de los militares honestos. Acerca de las interpretaciones de febrero de 1973. In: MARCHESI, Aldo et al. (Coords.). *El presente de la dictadura: Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de estado en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 2004.

CAETANO, Gerardo; RILLA José. La era militar. In: \_\_\_\_\_. *Uruguay de la dictadura*. Montevideo: EBO, 2004.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALLEGARI, André Luis; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Medo, direito penal e controle social. *Pensar*. Revista de Ciências Jurídicas. Fortaleza: Unifor, v. 15, n. 2, jul./dez. 2010.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANTARINO, Geraldo. *Segredos da propaganda anticomunista: documentos diplomáticos revelam a atuação do IRD, um departamento secreto do governo britânico, no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945–1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil)

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fapesp, 2002.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns 1958–1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. O carpinteiro e o alfaiate: narrativa, oralidade, medo e comunismo. In: CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; CABRAL, Geovanni Gomes (Orgs.). *A história e suas práticas de escrita: relatos de pesquisa*. Recife: Editora UFPE, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. II Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. I. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 5(11), jan./abr., 1991.

\_\_\_\_\_. Literatura e História. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 197-216.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Fernando. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Edições Bagaço, 2004.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

- CONDÉ, José. *Terra de Caruaru*. 6. ed. Caruaru: WDimeron Editores, 2011.
- CRISTÓVÃO, José Severino. *Caruaru de ontem e de hoje*. Caruaru: Gráfica Santos, [1978]. Folheto de cordel.
- DABAT, Christine Rufino. “Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez”. Ligas Camponesas e Sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classe na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. *CLIO*. Revista de Pesquisa Histórica. n. 22, 2004. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
- D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- \_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300–1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Edições Sesc-SP, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O pecado e o medo*. Bauru, SP: Edusc, 2003. 2 v.

\_\_\_\_\_. Miedos de ayer y de hoy. In: MARTÍNEZ, Marta Inés Villa (Ed.). *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín, Colombia: Corporación Región, 2002.

\_\_\_\_\_. “Seguridad”: Historia de una palabra y de un concepto. In: MARTÍNEZ, Marta Inés Villa (Ed.). *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín, Colombia: Corporación Región, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DÍAZ, José R. Alvarez. *As condições de trabalho em Cuba*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.  
DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Eliane Moury; ANDRADE, Manuel Correia de. *Vencedores e vencidos: o movimento de 1964 em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2004.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945–1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil)

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945–1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 56-69. (2: As esquerdas no Brasil)

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 – *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel, A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos*. - Estratégia, poder-saber vol. IV. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GADDIS, John Lewis. O regresso do medo. In: GADDIS, John Lewis. *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARRETÓN, Manuel Antonio. El miedo y las dictaduras militares. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio (Comp.). *Psicología social de la guerra*. San Salvador: UCA Editores, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. Trad. Federico Carotti, Joana Angélica d’Avila Melo, Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire D’Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945–1964): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945–1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 56-69. (2: As esquerdas no Brasil)

\_\_\_\_\_. Memórias em disputas: Jango, ministro do trabalho ou dos trabalhadores? In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. Niterói, RJ, 2010. Dissertação de Mestrado em História. UFF.

GREEN, James Naylon. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. Personagens e memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. et. al. *História, diversidade, desigualdade*. Santa Catarina: UFSC; Recife: UFPE, 2012.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a Guerrilha de Caparaó*. Juiz de Fora, MG, 2011.

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ARAÚJO, Maria do Socorro de Souza. *Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2008.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

JUDT, Tony. De quem é essa história? A Guerra Fria em retrospecto. In: \_\_\_\_\_. JUDT, Tony. *Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KLEMPERER, Victor. *LTI: A linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk (Eds.) *Las sociedades del miedo: el legado de la guerra civil, la violencia y el terror en América Latina*. Salamanca, Espanha: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

KRAMER, Paulo. *Conferência de Punta del Este*. Disponível em: <[www.fgv.br](http://www.fgv.br)>. Acesso em: 13 set. 2013.

LAVAREDA, Antônio. A exclusão dos comunistas e o pleito de outubro de 1947. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (Orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: Fundaj; Massangana, 1986.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

LVOVICH, Daniel. Burócratas, amigos, ideólogos y vecinalistas: el reclutamiento de funcionarios municipales de Morón durante la Dictadura Militar (1976-1983). In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; SOPRANO, Germán (Editores). *Un Estado con rostro humano: funcionarios e instituciones estatales en Argentina, de 1880 a la actualidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

\_\_\_\_\_. Sistema político y actitudes sociales en la legitimación de la dictadura militar argentina (1976-1983). *Ayer*, n. 75, 2009, Madri.

\_\_\_\_\_. Daniel, Dictadura y consenso ¿Qué podemos saber? *Los Puentes de la Memoria*, nº 17, abr. 2006, La Plata.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MINGO, Luis Martínez de. *Miedo y literatura*. Madrid: Edaf Ensayo, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História e memórias de lutas políticas. In: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). In: \_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Ciência, história e memória. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Orgs.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *Historia oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

- \_\_\_\_\_. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 3 - *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). *Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. A Frente do Recife chega ao poder (1955–1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil)
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritária-conservadora nas universidades e as influências da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- \_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático e Estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- NEWMAN, Paul. *História do terror: o medo e a angústia através dos tempos*. Lisboa, Século XXI, 2004.

NIEVAS, Flabián; BONAVERA, Pablo. El miedo sempiterno. In: SALAZAR, Robinson; SALAZAR, Melissa (Directores del proyecto.); Nievas, Flabián (Comp.). *Arquitectura política del miedo*. [Buenos Aires]: Ediciones Insumisos Latinoamericanos; Editorial Elaleph.com, 2010.

NOVAES, Adauto (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe em Minas Gerais. *Cadernos do Tempo Presente*. Revista Interdisciplinar de História. Grupo de Estudos do Tempo Presente-UFS. n. 12, 10 jun. 2013.

OCAMPO, Luis Ernesto (Dir.) *Ventanas rotas por la violencia y la exclusión*. Buenos Aires: Elaleph.com 2012.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955–1964)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAMUK, Orhan. *O romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

\_\_\_\_\_. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria. Artigo disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>  
> Acesso em: 21 jan. 2013.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PORFÍRIO, Pablo F. A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

PRESOT, Aline. Celebrando a “revolução”: as marchas da família com deus pela liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. : legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985*. Londrina, PR: EDUEL, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTE, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ROBIN, Corey. *El miedo: historia de una idea política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra da Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

\_\_\_\_\_. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. *Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4 - *O tempo da ditadura*:

regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMANO, Silvina María; RAMOS, Gian Carlo Delgado. Seguridad, Estado y despojo en América Latina: el presente como historia. In: OCAMPO, Luis Ernesto (Comp.); SALAZAR, Robinson (Dir.). *Violencia y miedo: una mirada desde lo social*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2012.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALAZAR, Robinson. (Coord.) *Atrapados por el miedo: medios de comunicación, inseguridad social y militarismo en América Latina*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2013.

\_\_\_\_\_. *Las fronteras porosas del miedo*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2013.

\_\_\_\_\_. El miedo como estrategia de control social. In: SALAZAR, Robinson; SALAZAR, Melissa (Directores del proyecto.); Nievas, Flabián (Comp.). *Arquitectura política del miedo*. [Buenos Aires]: Ediciones Insumisos Latinoamericanos; Editorial Elaleph.com, 2010.

SALAZAR, Robinson (Dir.); OCAMPO, Luis Ernesto (Comp.). *Violencia y miedo: una mirada desde lo social*. Buenos Aires: Elaleph.com, 2012.

SALAZAR, Robinson; SALAZAR, Melissa (Directores del proyecto.); Nievas, Flabián (Comp.) *Arquitectura política del miedo*. [Buenos Aires]: Ediciones Insumisos Latinoamericanos; Editorial Elaleph.com, 2010.

SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)*. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2009.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A campanha do petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil)

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do Dops-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, José Arlindo. *Nacionalismo e crise social: o caso da Frente de Recife (1955/1964)*. Dissertação de mestrado em Sociologia pela UFPE. Recife, 1980.

STERN, Steve J. *Recordando el Chile de Pinochet: en vísperas de Londres 1998*. Santiago, Chile: Ediciones UDP (Universidad Diego Portales), 2009. (Colección Ciencias Sociales e Historia)

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*. Belo Horizonte: Editora Vega, 1965.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. Miguel Arraes. Imagens de povo e nação na conformação de um ideário de esquerda. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (2: As esquerdas no Brasil)

TEIXEIRA, Wagner da Silva. Tempo de calar: a ditadura militar e a repressão aos movimentos de educação e cultura popular. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *As repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

TORRE, Juan Carlos; RIZ, Liliana,. *Argentina 1946-c.1990*. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*, Barcelona: Crítica, 2001.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp, 2006.

URIBE, María Teresa de H. *Las incidencias del miedo en la política: una mirada desde Hobbes*. In: MARTÍNEZ, Marta Inés Villa (Ed.). *El miedo: reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín, Colombia: Corporación Región, 2002.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en Argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2002.

ZAMORA, Rogelio Luna. *Sociología del miedo: un estudio sobre las ánimas, diablos y elementos naturales*. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, 2005.

ZÁRATE, Verónica VALDIVIA Ortiz de; Vallejos; Rolando Álvarez; FRITZ, Karen Donoso (Eds.) *La alcaldización de la política: los municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago: LOM Ediciones, 2012.



## Instituições Pesquisadas

- ✓ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Recife

Acervos pesquisados:

- Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)
  - Documentos impressos
  - Iconográficos
  - Secretaria do Governo
- 
- ✓ Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
  - ✓ Arquivo Público Nacional – Rio de Janeiro
  - ✓ Arquivo Público Nacional – Brasília
  - ✓ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC-FGV – Rio de Janeiro
  - ✓ Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral – Recife
  - ✓ Arquivo do Jornal Vanguarda – Caruaru – PE
  - ✓ Arquivo da Prefeitura Municipal de Caruaru – PE
  - ✓ Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Caruaru
  - ✓ Arquivo da Academia Caruaruense de Letras – Caruaru – PE
  - ✓ Arquivo da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA – Caruaru – PE
  - ✓ Biblioteca Central da UFPE
  - ✓ Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE – Recife
  - ✓ Biblioteca do Centro de Estudos de História Municipal – CEHM
  - ✓ Agencia Estadual de Pesquisa e Planejamento de Pernambuco – Condepe/Fidem Recife – PE

## Fontes pesquisadas

✓ Jornais:

- *O Globo*
- *O Jornal*
- *O Estado de S. Paulo*
- *Diário de Notícia*
- *Diario de Pernambuco*
- *Jornal do Commercio*
- *Jornal Vanguarda*
- *A Voz do Agreste*
- *A Defesa*

✓ Crônicas Jornalísticas

✓ Prontuário Funcional do Município de Caruaru

✓ Prontuários Individuais

✓ Atas do Tribunal Regional Eleitoral

✓ Atas da Câmara Municipal de Vereadores

✓ Relatórios Policiais

✓ Informes Policiais

✓ Ofícios Policiais

✓ Inquéritos de Investigação Sumária

✓ Pedidos de Busca e apreensão

✓ Interrogatórios

✓ Termo de declaração